

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO

DILZA PÔRTO GONÇALVES

A INSTRUÇÃO PÚBLICA, A EDUCAÇÃO DA MULHER E A FORMAÇÃO DE
PROFESSORES NOS JORNAIS PARTIDÁRIOS DE PORTO ALEGRE/RS
(1869-1937)

PORTO ALEGRE
2013

DILZA PÔRTO GONÇALVES

A INSTRUÇÃO PÚBLICA, A EDUCAÇÃO DA MULHER E A FORMAÇÃO DE
PROFESSORES NOS JORNAIS PARTIDÁRIOS DE PORTO ALEGRE/RS
(1869-1937)

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-graduação em História pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

ORIENTADORA: DR.^a MARIA HELENA CAMARA BASTOS

PORTO ALEGRE

2013

G635 i

GONÇALVES, Dilza Porto Gonçalves. A instrução pública, a educação da mulher e a formação de professores nos jornais partidários de Porto Alegre/RS (1869-1937). Porto Alegre: PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2013.

307 fls.

1. História 2. Educação.3. Imprensa.4. Porto Alegre. I. Título

CDU 930:37(861.51)

Catálogo: Jeanice Dias Ramos – CRB 10/1311



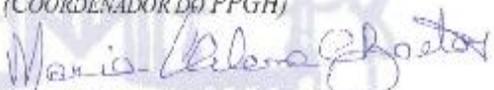
ATA Nº. 191

Ao quinto dia do mês de abril do ano dois mil e treze, na sala 307 do prédio 03 do Campus Universitário da PUCRS, reuniu-se a centésima nonagésima primeira Comissão de Tese do Programa de Pós-Graduação em História para arguir a doutoranda **DILZA PÓRTO GONÇALVES** e avaliar a apresentação de sua tese: *"A Instrução Pública, a Educação da Mulher e a Formação de Professores nos Jornais Partidários de Porto Alegre/RS (1869-1937)"*.

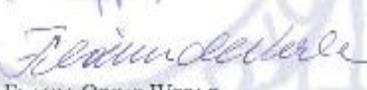
A Comissão esteve constituída pelos Professores Doutores: MARIA HELENA CAMARA BASTOS (ORIENTADORA - PPGEDU/PUCRS), RENÉ ERNANI GERTZ (PPGH/PUCRS), FLAVIA OBINO WERLE (UNISINOS), ELOMAR TAMBARA (UFPEL), e WENCESLAU GONÇALVES NETO (UFL). Considerando o trabalho escrito e a defesa oral a Comissão APROVOU (APROVOU/ APROVOU COM LOUVOR/ REPROVOU) o candidato neste requisito parcial e último para obtenção do grau de Doutor em História na área de concentração em História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

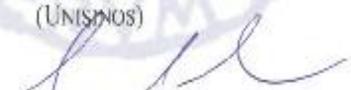
Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente Ata que vai assinada pela Coordenação deste Programa de Pós-Graduação em História e pelos demais integrantes da Comissão Examinadora.


HELDER GORDIM DA SILVEIRA
(COORDENADOR DO PPGH)


MÁRIA HELENA CAMARA BASTOS
(ORIENTADORA - PPGEDU/PUCRS)


RENÉ ERNANI GERTZ
(PPGH/PUCRS)


FLAVIA OBINO WERLE
(UNISINOS)


ELOMAR TAMBARA
(UFPEL)


WENCESLAU GONÇALVES NETO
(UFL)

Dedico esta tese ao meu avô Osvaldo Ferreira Pôrto (*in memoriam*), pelo seu esforço em fazer filhos e netos estudarem.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer aos meus familiares e amigos que me acompanharam nessa jornada cheia de muita alegria, porém com algumas dificuldades.

À minha mãe Regina Prestes Pôrto, sem ela nada seria possível.

À minha orientadora Dr^a Maria Helena Camara Bastos, pela orientação, incentivo e leitura minuciosa dos meus textos, inclusive nas férias. Sinto-me honrada em ter sido sua orientanda.

Aos meus irmãos Daniel Junior e Éderson, pelo incentivo e apoio sempre.

Aos meus familiares que sempre me apoiaram nas dificuldades, principalmente à minha avó Orânia, à minha prima Silvana, à minha cunhada Valéria.

Ao Tio Virgílio Porto que sempre acompanhou a minha trajetória e ajudou-me a revisar a tese.

À minha amiga Andréa Fraga, pela bibliografia emprestada, discussões teóricas e ajuda na formatação do trabalho.

Ao diretor técnico do IGTF, o historiador Claudio Knierim, pelo incentivo, apoio e compreensão.

À minha equipe de trabalho e amigos Graziane Righi e Giovanni Mesquita, pela colaboração e troca de experiências na pesquisa em História.

Às minhas queridas amigas do Instituto de Educação Lívia, Soraya, Leda, Cláudia, Maria Beatriz e Rosa Suzana, pela amizade e incentivo.

E ao Programa de Pós-graduação em História, seus professores e funcionários, em especial aos professores Dr. René Gertz, Dr. Charles Monteiro, Dr^a Núncia Constantino e aos funcionários Carla e Adilson pelo trabalho que realizam com dedicação e profissionalismo.

À Associação de Ex-alunos do Instituto de Educação, em nome das senhoras Valdeci Souza Bezerra, Gilda Maria Vasconcelos e Amélia Pinto Bulhões, pela colaboração e indicação de fontes para pesquisa.

GONÇALVES, Dilza Porto Gonçalves. **A Instrução Pública, a educação da mulher e a formação de professores nos jornais partidários de Porto Alegre/RS (1869-1937)**. Tese de doutoramento no Programa de Pós-graduação em História pela PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). 307 fls.

RESUMO

Esta tese compreende uma reflexão, a partir de discursos sobre instrução pública, educação da mulher e formação de professores, publicados em periódicos partidários em Porto Alegre/RS (1869-1937). O trabalho está inscrito no campo científico da História Cultural e da História da Educação, perpassando pelo viés da História Política. O aporte documental utilizado são os periódicos: *A Reforma*, órgão do Partido Liberal; *O Conservador*, órgão do Partido Conservador e *A Federação*, órgão do Partido Republicano Riograndense. Através da análise de conteúdo, método elaborado por BARDIN (1977), procura-se compreender os discursos, levando em conta o cenário político, social e cultural, no qual foram produzidos. Para isso, relaciona-se o significado desses discursos ao grupo social que os produziu, os redatores dos periódicos partidários, também ligados à instrução pública e à formação de professores. No entanto, o que interessa neste trabalho não é o debate político por si só, mas como esse debate reflete nos discursos e representações produzidas sobre instrução pública, educação da mulher, e, principalmente, sobre a Escola Normal/Colégio Distrital/Escola Complementar/Escola Normal/Escola Normal General Flores da Cunha, na imprensa partidária. Nos discursos sobre a educação da mulher chama-se a atenção para os escritos de Ana Aurora do Amaral Lisboa, em *A Reforma*. Formada pela Escola Normal de Porto Alegre, escreveu vários artigos sobre instrução e, principalmente, sobre a participação política da mulher. Como os periódicos escolhidos são partidários, tem-se em mente, que os articulistas constroem um discurso partidário. Mas, é importante ressaltar que, mesmo tendo uma postura ideológica definida, o jornal possui qualidades importantes para pesquisa histórica, principalmente dentro da perspectiva da história cultural e constituem arquivos do cotidiano de uma sociedade. Em tese, evidencia-se como foi construída essa “imagem” de “escola modelo” para a Escola Normal e como esses discursos partidários contribuíram para essa construção. Além disso, se pode perceber qual tipo de educação era pensada para a população e, principalmente, para as mulheres porto-alegrenses, quiçá para as mulheres gaúchas.

Palavras-chave: historia Cultural, história da educação, imprensa partidária, educação da mulher, formação de professores.

GONÇALVES, Dilza Porto Gonçalves. **A Public Instruction, women's education and teacher training in the partisans papers of Porto Alegre / RS (1869-1937)**. PhD thesis in the Graduate Program in History PUCRS (Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul). 307 fls.

ABSTRACT

This thesis comprises a reflection, from discourses about public education, women's education and teacher training, published in journals supporters in Porto Alegre / RS (1869-1937). The paper is enrolled in the scientific field of Cultural History and the History of Education, passing through the bias in political history. The input document is used are the journals: *The Reformation* which is an organ of the Liberal Party, the Conservative organ of the Conservative Party and the Federation, the national Republican Party Riograndense. Through the content analysis method developed by Bardin (1977), which is used to understand the speeches, taking into account the political, social and cultural scenario in which they were produced. In order to that the significance of these speeches to the social group that produced them were related, the editors of journals supporters also linked to public education and teacher training. However, what matters in this paper is not the political debate in itself, but as this debate reflects the discourses and representations produced on public education, women's education, and especially on the Normal School / District School / School Complementary School / Normal School / Normal School General Flores da Cunha, in the partisan press. In speeches on women education attention was drawn to the writings of Anne Aurora Amaral Lisbon in *The Reformation*. Graduated from the the Normal School of Porto Alegre, wrote several articles about education and especially on the political participation of women. As periodicals are chosen by the partisans, it is important to bear in mind that the writers build a partisan speech. But it is important to emphasize that even having a definite ideological stance; the journal has important qualities for historical research, especially from the perspective of cultural history and constitute archives of the everyday life of a society. In theory, what it is wanted to address is how this "image" of "model school" for the the Normal School was constructed and how these discourses partisans contributed to this construction. Furthermore, we can see what kind of education was designed for the population and especially for women from Porto Alegre, perhaps for women from Rio Grande do Sul.

Keywords: Cultural history, history of education, partisan press, women's education, teacher training.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Primeiro prédio onde funcionou a Escola Norma	38
Figura 2 – Prédio do Ateneu Rio-grandense, onde funcionou a Escola Normal a partir de 187	39
Texto 1 – A Reforma da Instrução Pública (<i>A Reforma</i> , 24/06/1869)	40
Texto 2 – Instrução Pública (<i>A Reforma</i> , 08/06/1870)	43
Texto 3 – Decreto n. 373 de março de 1901 (<i>A Federação</i> , 14/03/1912)	50
Texto 4 – Professoras normalistas (<i>A Reforma</i> , 12/03/1912)	54
Figura 3 – Prédio da antiga Escola Complementar, na rua Duque de Caxias esquina General Auto, hoje Casa Civil, anexo do Palácio Piratini	55
Figura 4 – Prédio da Antiga Escola Complementar, ao lado do Memorial do Legislativo, Palácio Piratini e Catedral Metropolitana	56
Figura 5 – Colégio Estadual Paula Soares, antigo prédio da Escola Elementar anexa à Complementar	56
Figura 6 – Foto da Escola Normal General Flores da Cunha na década de 1930	59
Texto 5 – Ata de alteração do nome da Escola para Escola Normal General Flores da Cunha	62
Texto 6 – Escola Normal “General Flores da Cunha (<i>A Federação</i> , 02/05/1935)	63
Texto 7 – Ata de inauguração do prédio da Escola Normal General Flores da Cunha	64
Figura 7 – Foto General Flores da Cunha (<i>A Federação</i> , 1º/01/1937)	96
Texto 8 – O General Flores da Cunha – homenagens (<i>A Federação</i> , 1º/01/1937)	96
Texto 9 – Os homens de brio solidários ao General Flores da Cunha (<i>A Federação</i> , 19/01/1937)	96
Figura 8 – Foto do novo edifício da Escola Normal General Flores da Cunha (<i>A Federação</i> , 05/02/1937)	97
Texto 10 – Anúncio Livro de Aritmética (<i>A Federação</i> , 11/06//1884105)	98
Texto 11 – Trecho da resposta de Henrique Duplan ao diretor Jayme Couto com demonstrativo de gastos (<i>O Conservador</i> , 15/04/1886)	106
Texto 12 – Instrução Pública (<i>A Reforma</i> , 20/05/1886)	107
Texto 13 – Capa do periódico <i>A Reforma</i>	108
Texto 14 – Cabeçalho do periódico <i>A Reforma</i>	109
Texto 15 – A “Reforma” (<i>A Federação</i> , 03/10/1901)	110

Texto 16 – A capa do periódico <i>O Conservador</i>	114
Texto 17 – Cabeçalho do periódico <i>O Conservador</i>	114
Texto 18 – Capa do periódico <i>A Federação</i>	116
Texto 19 – Cabeçalho do periódico <i>A Federação</i>	117
Texto 20 – Nota sobre A Federação (<i>A Reforma</i> , 04/01/1910).....	118
Texto 21 – Exames (<i>A Reforma</i> , 07/12/1887)	126
Texto 22 – Exames preparatórios (<i>A Federação</i> , 12/07/1887)	127
Texto 23 – Editais –Instrução Pública (<i>O Conservador</i> , 16/11/1887)	127
Texto 24 – Exames (<i>O Conservador</i> , 04/04/1887).....	128
Texto 25 – Exames (<i>A Reforma</i> , 18/12/1872)	130
Texto 26 – Uma estudante distinta (<i>A Reforma</i> , 29/12/1886).....	131
Texto 27 – Aprovações (<i>O Conservador</i> , 02/12/1888).....	131
Texto 28 – Exames (<i>A Reforma</i> , 08/12/1872)	131
Texto 29 – Escola Militar do RS (<i>A Federação</i> , 19/08/1884).....	132
Texto 30 – Liceu D. Afonso (<i>A Reforma</i> , 15/07/1869).....	132
Texto 31 – Expediente da Instrução Pública (<i>A Federação</i> , 18/02/1886).....	133
Texto 32 – 3ª Diretoria (<i>O Conservador</i> , 05/03/1886).....	133
Texto 33 – Instrução Pública (<i>O Conservador</i> , 10/04/1886)	134
Texto 34 – Instrução Pública (<i>A Reforma</i> , 01/06/1886).....	134
Texto 35 – Delegado da Instrução Pública (<i>A Reforma</i> , 23/12/1886).....	134
Texto 36 – Suspensão de aula e demissão (<i>A Reforma</i> , 03/03/1886).....	135
Texto 37 – Remoções de professores (<i>O Conservador</i> , 18/12/1888).....	135
Texto 38 – Felix da Cunha (<i>A Federação</i> , 25/08/1884).....	136
Texto 39 – Aula pública Félix da Cunha (<i>A Federação</i> , 30/08/1884)	137
Texto 40 – Instrução Pública (<i>O Conservador</i> , 20/01/1886)	137
Texto 41– Instrução Pública (<i>O Conservador</i> , 20/01/1886)	138
Texto 42 – Instrução Pública (<i>O Conservador</i> , 03/03/1886)	139
Texto 43 – Exames (<i>A Federação</i> , 31/01/1893).....	141
Texto 44 – Resultados Exames preparatórios (<i>A Reforma</i> , 26/01/1900)	141
Texto 45 – Instrução Pública (<i>A Federação</i> , 22/11/1915)	142
Texto 46 – Atos oficiais (<i>A Reforma</i> , 22/08/1891)	143
Texto 47 – Atos oficiais (<i>A Federação</i> , 09/02/1893).....	143
Texto 48 – Instrução Pública (<i>A Federação</i> , 24/07/1915)	144
Texto 49 – Aulas em concurso (<i>A Federação</i> , 24/03/1899).....	145

Texto 50 – Instrução Pública (<i>A Federação</i> , 03/01/1928)	145
Texto 51 – Relatório do presidente da Província em 1888.....	147
Texto 52 – Relatório do presidente do Estado em 1901	147
Texto 53 – Decreto n. 3975, de dezembro de 1927 (<i>A Federação</i> , 09/01/1891)	147
Texto 54 – Secretaria da Fazenda (<i>A Reforma</i> , 20/10/1908).....	148
Texto 55 – Instrução Pública (<i>A Reforma</i> , 30/08/1908).....	149
Texto 56 – Nota sobre Instrução Pública (<i>A Federação</i> , 10/02/1926).....	150
Texto 57 – Os que estudavam em Porto Alegre em 1926 (<i>A Federação</i> , 25/12/1908)....	151
Texto 58 – Colégio Tiradentes (<i>A Reforma</i> , 22/01/1912)	152
Texto 59 – Festa Escolar (<i>A Reforma</i> , 11/03/1899)	153
Texto 60 – Concurso para o hino (<i>A Reforma</i> , 22/03/1899)	154
Texto 61 – O Livro do 4º Centenário (<i>A Federação</i> , 13/10/1931).....	154
Texto 62 – 12 de Outubro (<i>A Federação</i> , 13/10/1931)	156
Texto 63 – Pelo aperfeiçoamento e vigor da raça (<i>A Federação</i> , 13/10/1933).....	157
Texto 64 – Estabelecimento da Instrução (<i>A Reforma</i> , 22/05/1886).....	159
Texto 65 – Esternado Normal Filial (<i>A Reforma</i> , 09/06/1886).....	159
Texto 66 – Colégio Vert (<i>O Conservador</i> , 05/01/1880)	160
Texto 67 – Colégio Vert (<i>O Conservador</i> , 11/03/1882)	160
Texto 68 – Professor (<i>A Federação</i> , 05/04/1884)	161
Texto 69 – Professor Souza Lobo (<i>A Federação</i> , 16/07/1884).....	161
Texto 70 – Lições particulares (<i>A Federação</i> , 22 de dezembro de 1886	161
Texto 71 – Escola Normal (<i>A Federação</i> , 20/02/1893)	163
Texto 72 – Professor (<i>A Reforma</i> , 22/04/1899).....	164
Texto 73 – Professora (<i>A Reforma</i> , 22/04/1899).....	164
Texto 74 – Professora (<i>A Reforma</i> , 17/02/1899).....	164
Texto 75 – Normalista (<i>A Reforma</i> , 28/02/1899).....	164
Texto 76 – Professora (<i>A Federação</i> , 17/01/1901)	164
Texto 77 – Colégio Particular (<i>A Reforma</i> , 13/02/1912).....	164
Texto 78 – Maria da Glória de Oliveira (<i>A Federação</i> , 28/02/1893).....	165
Texto 79 – Ensino Particular (<i>A Federação</i> , 12/02/1906).....	166
Texto 80 – Curso (<i>A Federação</i> , 30/01/1899).....	166
Texto 81 – Ginásio São Pedro (<i>A Federação</i> , 20/02/1893)	167
Texto 82 – Colégio Porto-Alegrense (<i>A Federação</i> , 21/01/1893)	167
Texto 83 – Prescila Alves de Paula Duarte (<i>A Federação</i> , 25/02/1893).....	168

Texto 84 – Escola Brasileira (<i>A Reforma</i> , 13/01/1899)	169
Texto 85 – Escola Brasileira (<i>A Federação</i> , 27/01/1893).....	170
Texto 86 – Ivo Afonso Corseuil (<i>A Federação</i> , 04/07/1901)	171
Texto 87 – Instrução Pública. (<i>A Reforma</i> , 07/11/1872).....	179
Texto 88 – Kaleidoscopo (<i>A Federação</i> , 12/07/1884)	181
Texto 89 – Crédito para melhor Instrução Pública na França (<i>A Federação</i> , 28/07/1884).....	182
Texto 90 – Nota sobre Gazeta de Notícias (<i>A Federação</i> , 05/07/1886)	182
Texto 91 – Respigas (<i>A Federação</i> , 05/05/1886).....	187
Texto 92 – A missão da mulher (<i>O Conservador</i> , 10/01/1882).....	195
Texto 93 – O trabalho feminino das indústrias europeias (<i>A Federação</i> , 27/07/1900)....	206
Figura 9 – Foto de 1919 de Ana Aurora entre suas irmãs Zamira e Carlota do Amaral Lisboa	219
Texto 94 – Nota sobre Ana Aurora (<i>A Federação</i> , 04/03/1884).....	221
Figura 10 – Prédio onde funcionou o Colégio do Amaral Lisboa até 1912	223
Figura 11 – Imagem da capa de <i>A Reforma</i> com Ana Aurora do Amaral Lisboa	231
Texto 95 – 13 de maio (<i>A Federação</i> , 14/04/1923)	233
Texto 96 – Um conferência sobre L.E.C. de Ana Lisboa (<i>A Federação</i> , 15/03/1933	233
Texto 97 – Despachos da presidência (<i>A Reforma</i> , 16/10/1879)	240
Texto 98 – Nota sobre licença para professora cursar Escola Normal (<i>A Federação</i> , 10/01/1893).....	240
Texto 99 – Hino Nacional Brasileiro em alemão (<i>Deutsche Zeitung</i> , 27/08/1886)	243
Texto 100 –Escola Normal - matrículas (<i>A Federação</i> , 15/02/1893)	247
Texto 101 – Atos oficiais (<i>A Federação</i> , 23/03/1893).....	248
Texto 102 – Licença Clemente Pinto (<i>A Federação</i> , 07/03/1899).....	248
Texto 103 – Regimento Colégios Distritais (<i>A Federação</i> , 16/05/1901).....	251
Texto 104 – Colégio Distrital – Matrículas (<i>A Federação</i> , 16/05/1901.....	251
Texto 105 – Borges visita a sala do Colégio Distrital (<i>A Federação</i> , 30/03/1901)	252
Texto 106 – Reformas no Colégio Distrital (<i>A Federação</i> , 27/04/1901).....	252
Texto 107– Notas e anúncios sobre matrículas (<i>A Federação</i> , 01/05/1901).....	253
Texto 108 – Exames de admissão Colégio Distrital (<i>A Federação</i> , 15/05/1901).....	253
Texto 109 – Visitas no Colégio Distrital (<i>A Federação</i> , 16/05/1904)	254
Texto 110 – Decreto 721, maio de 1904 (<i>A Federação</i> , 18/05/1904).....	255
Texto 111– Decreto n. 1001, dezembro de 1906 (<i>A Federação</i> , 05/12/1906).....	257

Texto 112 – Escola Complementar – matrículas (<i>A Federação</i> , 22/02/1907)	258
Texto 113 – Escola Complementar – exames (<i>A Federação</i> , 23/02/1907).....	258
Texto 114 – Conferências pedagógicas (<i>A Federação</i> , 28/09/1915)	262
Texto 115 – Conferências pedagógicas (<i>A Federação</i> , 08/12/1915)	263
Figura 12 – Capa Cartilha <i>Queres Ler?</i>	265
Texto 116 – Alunas mestras de 1927 (<i>A Federação</i> , 19/03/1928).....	266
Texto 117 – Torneio acadêmico (<i>A Federação</i> , 03/05/1932)	268
Texto 118 – A sr ^a Lardé de Venturino homenageada pela Escola Normal (<i>A Federação</i> , 16 /09/1932).....	269
Texto 119 – Escola Normal – homenagem aos professores (<i>A Federação</i> , 14/07/1934)	270
Texto 120 – Clube de leitura Emilio Kemp (<i>A Federação</i> , 24/04/1934)	271
Texto 121– Construção do novo edifício da Escola Normal (<i>A Federação</i> , 14/08/1934)	271
Texto 122 – Colação de grau normalistas de 1934 (<i>A Federação</i> , 06/05/1935).....	272
Texto 123 – A solidariedade dos docentes ao general Flores da Cunha (<i>A Federação</i> , 11/10/1934).....	272
Texto 124 – O novo edifício da Escola Normal (<i>A Federação</i> , 08/06/1935)	273
Texto 125 – Colação de grau alunas mestras de 1936 (<i>A Federação</i> , 11/05/1937)	275
Texto 126 – Concurso do Magistério Público (<i>A Federação</i> , 13/05/1937)	275
Texto 127– Capa com inauguração do prédio da Escola Normal (<i>A Federação</i> ,18/03/1937).....	278

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Exemplos de categorias para análise	22
Quadro 2: Resumo dos textos publicados em <i>A Reforma</i>	23
Quadro 3: Resumo dos textos publicados em <i>O Conservador</i>	24
Quadro 4: Resumo dos textos publicados em <i>A Federação</i>	25
Quadro 5: Quadro resumo	66
Quadro 6: Redatores/administradores/diretores e colaboradores do jornal <i>A Reforma</i>	111
Quadro 7: Redatores/diretores do jornal <i>O Conservador</i>	115
Quadro 8: Redatores/diretores/administradores/proprietários do jornal <i>A Federação</i>	119
Quadro 9: A educação da mulher em <i>A Reforma</i> (Monarquia).....	193
Quadro 10: A educação da mulher em <i>O Conservador</i> (Monarquia).....	194
Quadro 11: A educação da mulher em <i>A Reforma</i> (República)	196
Quadro 12: A educação da mulher em <i>A Reforma</i> (1901)	201
Quadro 13: A educação da mulher em <i>A Federação</i> (1893-1900).....	202
Quadro 14: A educação da mulher em <i>A Federação</i> (1901-1914).....	208
Quadro 15: A educação da mulher em <i>A Federação</i> (1916-1936).....	214

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

EN – Escola Normal

EC – Escola Complementar

IE – Instituto de Educação

CEFPGFC – Centro Estadual de Formação de Professores General Flores da Cunha

IP – Instrução Pública

SUMÁRIO

Introdução.....	18
Capítulo I: Da Escola Normal ao Instituto de Educação (General Flores da Cunha): a memória sacralizada	30
Capítulo II: A configuração política no Rio Grande do Sul.....	69
1. O contexto político do RS na segunda metade do século XIX	70
2. O contexto político a partir da proclamação da República até 1937.....	83
Capítulo III: A imprensa partidária	100
1. Histórico dos periódicos.....	108
1.1 <i>A Reforma</i>	108
1.2 <i>O Conservador</i>	114
1.3 <i>A Federação</i>	116
Capítulo IV: Análise dos periódicos partidários: a instrução pública, a educação da mulher e a formação de professores	124
1. Notas e anúncios sobre a instrução pública e particular como “invenção do espetáculo, na Monarquia (1869-1889) e na República (1889-1937).....	125
1.1 Notas oficiais sobre a instrução pública na Monarquia (1869-1889).....	126
1.2 Notas oficiais sobre a instrução pública na República (1889-1937)	140
1.3 Notas e anúncios sobre a instrução particular na Monarquia (1869-1889)	158
1.4 Notas e anúncios sobre a instrução particular na República (1889-1937)	163
2. A instrução pública nos debates político-partidários: Monarquia (1869-1889) e República (1889-1937).....	173
2.1 A instrução pública nos debates político-partidários na Monarquia (1869-1889).....	173
2.2 A instrução pública nos debates político-partidários na República (1889-1912).....	188
3 A educação da mulher nos jornais partidários e os escritos de Ana Aurora do Amaral Lisboa em <i>A Reforma</i>	192
3.1 A educação da mulher	193
3.1.1 Na Monarquia	193
3.1.2 Na República	196
3.2 Os escritos de Ana Aurora do Amaral Lisboa no jornal <i>A Reforma</i>	219
4 As representações sobre a Escola Normal: o discurso fundador da “escola modelo” nos periódicos partidários	234
4.1 A Escola Normal de Porto Alegre no século XIX (1869-1901).....	235

4.2 Colégio Distrital de Porto Alegre (1901-1906)	250
4.3 Escola Complementar de Porto Alegre (1907-1929).....	255
4.4 Escola Normal (1929-1935)	267
4.5 Escola Normal General Flores da Cunha (1935-1937).....	273
Considerações finais	280
Referências	288
Anexos.....	303

Introdução

Em história, na maioria das vezes, lidamos com sociedades e comunidades para as quais o passado é essencialmente padrão para o presente.

Hobsbawm (2000, p.22)

Este é um trabalho de pesquisa sobre como os jornais partidários noticiavam os assuntos relacionados à Instrução Pública, à educação da mulher e à Escola Normal/Colégio Distrital/Escola Complementar/Escola Normal/Escola Normal General Flores da Cunha, em Porto Alegre (1869-1937)? E, de como, esses discursos partidários influenciaram na construção de uma imagem/representação de “escola modelo” para essa instituição?

Em 2013, Centro Estadual de Formação de Professores General Flores da Cunha¹, está localizado na Avenida Osvaldo Aranha, 527, Bairro Farroupilha, Porto Alegre, sendo a mais antiga escola pública em funcionamento no Rio Grande do Sul.

A escola passa por um processo de restauração e está sendo tratada pela Secretaria Estadual de Educação (gestão 2011-2014) como “a menina dos olhos do governo”. Entretanto, esse discurso sobre a Escola não é novo. Desde o século XX as representações sobre ela são de *escola-modelo*. Como surgiram essas falas? Como foi construída essa representação de *escola-modelo*?

Fazendo referência à Certeau (2008), toma-se a liberdade de pegar emprestada a expressão “paisagem da pesquisa” para mostrar os caminhos que se percorreu até chegar a este trabalho “inacabado”, pois, para o pesquisador, está sempre inacabado, parece que sempre falta alguma coisa.

Retomando, então, a paisagem da pesquisa.

O interesse em escrever sobre o Instituto de Educação, veio porque estava trabalhando na escola. Por isso, a ideia inicial era a construção de um memorial do IE e pelo menos um capítulo da tese deveria fazer referência a esse processo e às questões relacionadas ao

¹ Em 1939, a Escola foi transformado em Instituto de Educação General Flores da Cunha. E, em 2006, a instituição recebeu o nome de Centro Estadual de Formação de Professores General Flores da Cunha, que compreende: Instituto de Educação (sede na Osvaldo Aranha 527), no qual funciona a Creche, Ensino Fundamental (a partir do 5º ano), Ensino Médio (diurno e noturno), Curso Normal e Pós-médio - Aproveitamento de Estudos do Normal (2 anos); a Educação Infantil está num prédio anexo que tem entrada pelo Parque Farroupilha e a Escola de Aplicação Dinah Néri Pereira (1º ao 4º ano) na rua José Bonifácio.

patrimônio. Não conseguia esquecer da minha impressão inicial do Instituto de Educação. Ao adentrá-lo, em 2006, fascinei-me pela grandiosidade do prédio e pelas histórias que ouvia, principalmente, no que se referia à formação de professores e pela qualidade do ensino ali ministrado. A minha experiência de quase dez anos como professora pública me fez pensar como essa escola pode ser tão diferente das outras em que lecionei. Que escola é essa? Qual é a sua história? Por que construíram esse prédio tão magnífico para uma escola pública? O que a faz tão diferente das demais escolas estaduais? Será que a diferença se restringe somente a estrutura física? O ensino aqui será melhor que nas outras escolas?

Embora possa parecer que o ensino público estadual está sucateado, esse discurso que eleva o Instituto de Educação a uma escola de qualidade e, ainda que, tenha problemas estruturais e faltem professores, circula entre os professores de outras escolas e permanece nos corredores do IE. Tornou-se uma prática nos últimos anos, por exemplo, colocar um banner no hall de entrada da escola com os nomes dos alunos aprovados nos vestibulares das universidades da região, principalmente, os aprovados na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Outro discurso recorrente, entre os movimentos de professores é como os professores do IE se posicionam durante os atos de protesto e de greve da categoria. Ou seja, parece que de alguma forma, continua sendo uma referência para os professores no Rio Grande do Sul.

O interesse pela história da Escola fez-me procurar arquivos e documentos sobre ela. Embora a escola tenha um arquivo com um número enorme de documentos, estes não estão organizados sistematicamente e a maioria é da década de 1910, em diante. A dificuldade em pesquisar na escola e a escassez de documentação sistematizada levaram-me ao Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa. Então, considerando que,

A imprensa é o espaço da comunicação, é o jornal uma parcela dessa imprensa. Portanto, quando utilizamos o jornal na pesquisa que ora empreendemos, estamos usando apenas uma fração das interpretações produzidas, apesar de bastante significativa, em virtude da importância do jornal no início do século passado, principalmente na difusão de notícias, de valores e emissões de opiniões (GONÇALVES NETO, 2002, p.205)

Tendo em vista, que os jornais poderiam abrir inúmeras possibilidades de pesquisa, mas, que só se consegue enxergar uma parcela dessas possibilidades e interpretações, comecei por pesquisar, de uma forma ampla, os periódicos e encontrei *A Reforma*, jornal fundado no mesmo ano da Escola Normal, ou seja, 1869. Também me deparei com a *Gazeta de Porto Alegre*, que conjuntamente com *A Reforma* representavam o Partido Liberal. Ao aprofundar a pesquisa sobre a história política do Rio Grande do Sul, optei por escolher os periódicos que representassem os diferentes ideários políticos que estavam presentes no período em questão.

A escolha pela *A Reforma* se deu por representar o Partido Liberal, embora a *Gazeta de Porto Alegre*, também o representasse, *A Reforma* tinha um número maior de exemplares preservados; *O Conservador* por representar o Partido Conservador e *A Federação* por representar o ideário político do Partido Republicano Rio-Grandense.

Escolhidos os periódicos, fiz questionamentos a essa documentação histórica tão rica de informações e discursos partidários. Qual a história desses periódicos? Onde ou quando as histórias dos periódicos se cruzavam com a Escola? Quem eram os redatores desses periódicos? A que grupo social pertenciam? Quais discursos ideológicos eram defendidos? Que tipos de notícias os articulistas produziam sobre a instrução pública e educação da mulher? E, finalmente, como eram os discursos veiculados nos periódicos partidários sobre a Escola Normal/Colégio Distrital/Escola Complementar/Escola Normal/Escola Normal General Flores da Cunha?

Para responder a esses questionamentos, optei por um *corpus* documental composto, principalmente, pelos periódicos publicados entre 1869 e 1937. Os anos analisados no período monárquico foram: *A Reforma* – 1869, 1870, 1872, 1879, 1886 e 1889; *O Conservador* – 1880, 1882, 1886, 1887 e 1888; *A Federação* – 1884, 1885, 1886 e 1888. E, posteriormente no período republicano foram analisados: *A Reforma* – 1891, 1899, 1900, 1901, 1908, 1910 e 1912; *A Federação* – 1893, 1899, 1901, 1904, 1906, 1907, 1908, 1909, 1910, 1911, 1912, 1914, 1915, 1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 1921, 1922, 1923, 1924, 1925, 1926, 1927, 1928, 1929, 1931, 1932, 1933, 1934, 1935, 1936 e 1937. A partir desse *corpus*, desenvolvi a seguinte problemática norteadora desse trabalho, isto é, **como os jornais de diferentes partidos políticos noticiavam os assuntos ligados à Instrução Pública, à Educação da Mulher e à Escola Normal/Colégio Distrital/Escola Complementar/Escola Normal/Escola Normal General Flores da Cunha?**

As perguntas foram direcionadas às relações desta Escola com as instituições políticas, principalmente, em relação à instrução pública e à sociedade porto-alegrense e gaúcha. O que interessa aqui, na verdade, não é o debate político por si só, mas como esse debate reflete nas notícias relacionadas à educação, mais precisamente, no que se refere à Escola Normal. Do questionamento maior, outros se desdobram: *Qual a imagem da Escola Normal era privilegiada em cada uma dessas publicações? Como os jornais dos partidos de oposição davam as notícias sobre a Escola? Que imagem o partido da situação procurava destacar? Os projetos educacionais da província eram relatados nos jornais?* Esses questionamentos norteiam a pesquisa e só têm sentido se forem articulados com as diferentes posturas políticas no final do império, por isso a opção de trabalhar com três jornais diferentes.

Iniciei a pesquisa no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (MUSECOM), principalmente, analisando *A Reforma*, *O Conservador* e alguns exemplares de *A Federação*. Como os exemplares de *A Federação* do Museu não foram suficientes para a formação do corpus documental recorri ao Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, chegando-se até o ano de 1915. Analisei todos os periódicos nos anos citados. Tentei fazer uma leitura minuciosa para encontrar artigos, notas, editais, atos do governo relacionados com instrução pública, educação da mulher e escola normal/colégio distrital/escola complementar/escola normal. No entanto, reconheço ser impossível dar conta de todos os textos publicados, por mais treinados que os olhos estejam, alguns textos passam despercebidos.

Optei por dividir a pesquisa dos jornais em dois momentos: primeiro, através da análise minuciosa dos periódicos no MUSECOM, folhando-os e fotografando os textos. No decorrer da pesquisa observei que os artigos sobre debates políticos e educação da mulher estavam localizados nas primeiras páginas, enquanto notas oficiais e editais ficavam na seção de atos oficiais, e editais e/ou anúncios nas últimas páginas dos periódicos. Depois, de fotografar cada texto considerado pertinente, arquivava-os em CD. Essa metodologia de pesquisa foi utilizada em *A Reforma* e em *O Conservador*. Terminada a pesquisa nesses dois periódicos percebi que eram poucos os exemplares de *A Federação* no MUSECOM referentes ao período monárquico, e que estavam em boas condições de pesquisa. Por essa razão comecei a pesquisar em *A Federação* no Memorial da Assembleia Legislativa/RS, que tinha um acervo em boas condições e quase completo. Utilizei-me da mesma metodologia que já havia sido usada nos outros periódicos, de 1884 até 1915, ano que fôra definido como final da pesquisa.

Entretanto, enquanto analisava as notícias selecionadas, percebi uma lacuna temporal no trabalho e, por isso, resolvi retornar ao Memorial do Legislativo para ampliar a pesquisa até 1937, quando soube-se que *A Federação* estava disponível no sítio da Biblioteca Nacional².

Comecei então a segunda fase da pesquisa. Retomando a pesquisa a partir do ano de 1915 de *A Federação* no sítio da Biblioteca Nacional, onde foi possível fazer a pesquisa cronológica e temática. O descritor que utilizei na busca por informações gerais foi a expressão *Escola Normal* e todas as ocorrências no jornal ficam disponíveis. Ou seja, a seleção foi feita pelo programa da Biblioteca Nacional, sem a necessidade de olhar diariamente o periódico. A tecnologia facilitou muito, mas ficou a dúvida se todos os textos

² <http://bndigital.bn.br>

foram marcados pelo programa. Além do descritor *Escola Normal*, foi necessário a ampliação das palavras-chave no sítio, tais como: educação da mulher, voto feminino, Ana Aurora, Amaral Lisboa, Escola Normal, Escola Complementar, Colégio Distrital, Flores da Cunha, instrução pública³, colação de grão, formatura. Embora, a pesquisa no sítio tenha facilitado a procura, causou outro problema, um excesso de textos para análise. Além disso, quando estava escrevendo e precisava de um artigo referente àquela temática recorria ao sítio, proporcionando uma nova variedade de textos e trazendo-me outras questões para o trabalho.

Depois de organizar os textos por ordem cronológica realizei a análise de conteúdo, através do método elaborado por Bardin (1977). A partir dessa abordagem metodológica, inicialmente fiz uma pré-análise, criei categorias, adaptadas a partir de Morel e Barros (2003), ainda quando se estava organizando o material; em seguida, realizei uma exploração mais minuciosa, quando transcrevi trechos significativos dos textos para posterior análise, com indicação de datas e autoria; finalmente, elaborei um quadro resumo com as seguintes categorias: ano, data, autor, tipo/seção, título e assunto. Como no exemplo a seguir:

Quadro 1 – Exemplos de categorias para análise.

Ano	Data	Autor	Tipo/seção	Título	Assunto
1880	20/02	Sem autor	Nota	Ensino	Sobre o ensino feminino em Portugal para formar uma excelente mãe e boa dona de casa.
1882	10/01	Sem autor	Artigo (1ªp.)	A missão da mulher	Destaca a importância da educação da mulher e sobre a influência da mulher sobre os homens da família e sua participação política
1882	10/01	Indignação pública	Nota	Mofina	Questiona gastos de Adriano Nunes Ribeiro quando era diretor da instrução pública

O agrupamento dos textos em temáticas ajudaram-me na análise e na escrita da tese. Agrupei os textos nas temáticas: instrução pública e particular (notas oficiais e anúncios), discussões políticas e assuntos gerais relacionados com a instrução; educação da mulher e escola normal⁴. Para cada periódico criei uma sequência de quadros divididos nas temáticas e, a partir daí construí os quadros resumos mostrando a quantidade de textos analisados.

A Reforma: corpus documental

³ Embora essa não seja a grafia utilizada hoje era a que estava escrita nos periódicos.

⁴ Embora a Escola mude de estrutura e de nome algumas vezes, utiliza-se a identificação Escola Normal para não ter que escrever todas as variações: Escola Normal/Colégio Distrital/Escola Complementar/Escola Normal/Escola Normal General Flores da Cunha.

No jornal *A Reforma*, o corpus documental compõe 434 textos, destes chamo a atenção para a grande quantidade de textos sobre a instrução pública. Além disso, havia um número significativo de anúncios de escolas particulares⁵, que não foi contemplado na sua totalidade neste trabalho, pois não era o foco da pesquisa. Mas que serviu para mostrar a circularidade dos docentes na instrução particular e pública/escola normal. Outro ponto interessante, além da Escola Normal, foi a quantidade de textos sobre a educação e a participação política feminina, incluindo os textos da professora normalista Ana Aurora do Amaral Lisboa.

Quadro 2 – Resumo dos textos publicados em *A Reforma*

Ano	Escola Normal	Instrução Pública	Educação e/ou papel da Mulher		Anúncio de escola particular	Educação em outros países	Discussões políticas	Outro	Total
				Ana Aurora					
1869	03	13							16
1870	01	09				02			12
1872	01	27	01			01			30
1879	04	07			01				12
1886	13	22			16		03		54
1889	02	35			03		02		42
1891	03	11		03	04			03	24
1899	03	15	11	05	17	02	03		54
1900	01	42	10	18	27	05	03	20	126
1901	01	05	14	05	10	02	07		45
1908	-	02	01	01	04	-	-	05	13
1910	01	01				01			03
1912	-	06		01	08	-	04	26	45
Total	33	195	37	33	90	13	22	54	434

***O Conservador*: corpus documental**

O corpus documental de *O Conservador* é bem menor do que *A Reforma* e *A Federação*, devido a sua periodicidade ter sido menor (1879 a 1889) e o acervo do MUSECOM não estar completo. Porém, sua análise foi importante para entender o contexto político na última década da Monarquia, principalmente, no ano de 1886, no qual foi possível a analisar os três periódicos representativos dos partidos Liberal, Conservador e Republicano.

⁵ Sobre esse assunto ver NEVES (2012).

Quadro 3 – Resumo dos textos publicados em *O Conservador*

Ano	Escola Normal	Instrução Pública	Educação e/ou papel da Mulher	Anúncio de escola particular	Educação em outros países	Discussões políticas	Outros	Total
1880	-		01					01
1882	-	02	01					03
1886	54	22		05				81
1887	29	13						42
1888	45	14	02				01	62
Total	128	75	04	05			05	189

A Federação: corpus documental

O maior corpus documental deste trabalho é composto por *A Federação*, com 1.315 textos, pois tem maior periodicidade (1884-1937). Como foi um periódico de reconhecida importância para a pesquisa histórica no Rio Grande do Sul, também foi o mais preservado e os acervos do Memorial da Assembleia Legislativa/RS e da Biblioteca Nacional estão praticamente completos.

Sobre esse conjunto de textos chamo a atenção de que, no período monárquico, nenhum texto foi encontrado sobre educação ou instrução da mulher. Porém, nas décadas de 1920 e 1930, a temática esteve presente entre os debates importantes do periódico. Na República o jornal também serviu como “Diário Oficial”, por isso, encontrei um grande número de textos sobre instrução pública e escola normal.

Uma questão a ser observada no quadro a seguir foi a ausência de textos envolvendo questões políticas, anúncios e educação em outros países, a partir de 1915. Pois, sobre esse período realizei pesquisa no sítio da Biblioteca Nacional, através de palavras-chave, o que dificultou a procura dessas temáticas. Como não eram o foco da tese e restava pouco tempo para finalização do trabalho, optei por não pesquisar cronologicamente o periódico e não abordar essas questões.

Quadro 4 – Resumo dos textos publicados em *A Federação*

Ano	Escola Normal	Instrução Pública	Educação e/ou papel da Mulher	Anúncio de escola particular	Educação em outros países	Discussões políticas	Outros	Total
1884	07	09		07	01	01	01	26
1885				03		01		04
1886	01	01		02		01		05
1888	03	01		02			01	07
1893	02	147	02	38		03	02	194
1899	14	95	03	15	02	05	03	90
1901	05	100	11	24	06	01	04	145
1904			01	01				02
1906	08	145	25	14	07		05	202
1907	12	97	14	08	03	04	02	140
1908	05		02					07
1909	04		02					06
1910	05	45	06	01	03		01	61
1911			01					01
1912	07	75	10	62	12	06		172
1914			01					
1915	02	33		01	02	06		44
1916	01			01				02
1917			01					01
1918			01					01
1919			01					01
1920	06	03	02					11
1921	06	03						11
1922	08	01	01					10
1923	05		03					08
1924	04	01						06
1925	11	01	01					13
1926	05	01	02					08
1927			04					04
1928	01		06					07
1929	08	04	03					15
1931	10	05	05					20
1932	05		04					09
1933	02	17	03					23
1934	12	04	02					18
1935	18	02						21
1936	10							10
1937	09	01						10
Total	181	489	54	178	27	17	10	1315

Terminada a organização do material, parti para análise de conteúdo e escrita, a partir dos dados obtidos, contrapondo os artigos nos diferentes jornais, com a contextualização histórica do período e o aporte teórico escolhido para interpretar as informações. Durante a escrita utilizei-me literalmente a transcrição dos periódicos, ou seja, mantive a escrita da época tal como foi produzida pelo articulista.

Embora tenha sido criada como escola mista, a Escola Normal foi transformada basicamente em uma instituição de formação de professoras. E, não é por acaso que se escreve no feminino “professoras”, porque a maioria dos alunos eram meninas. Por isso, o interessei-me sobre os artigos referentes à educação da mulher.

No entanto precisava saber se havia um tratamento diferenciado, por parte das instituições administrativas do Estado, para com a Escola Normal em relação as demais escolas. Daí, o interesse pelos textos sobre Instrução Pública.

Ao longo da pesquisa comecei a observar a presença em *A Reforma*, de textos assinados por uma mulher, a escritora Ana Aurora do Amaral Lisboa. E, por isso, resolvi fazer uma breve biografia da autora. Não foi possível ignorar seus artigos já que se relacionavam à educação e à participação política da mulher. Assim como, pelo fato de quem escrevia era uma professora normalista. Além disso, Ana Aurora teve uma participação política importante no Partido Liberal. Confesso não ter conseguido analisar todos os textos da escritora, pois, com o que ela produziu, daria para fazer outra tese.

Para fazer essa tese recorri ao campo teórico-metodológico da História Cultural, com enfoque na História da Educação. Desse modo, o *corpus* documental provém dos jornais partidários como principais fontes de pesquisa. Busquei então, uma aproximação com a História Política.

Como *corpus* documental, utilizei a imprensa periódica partidária, entre 1869 e 1937. Neste sentido, Luca aponta que “as relações no estudo da história política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder” (2005, p. 128). Nessa pesquisa, o objetivo não é a história política propriamente dita, mas uma história da educação no Rio Grande do Sul perpassando, também pelo viés político, já que,

os jornais com seu caráter doutrinário, a defesa apaixonada de idéias e a intervenção no espaço público caracterizaram a imprensa brasileira de grande porte do século XIX, que, é bom lembrar, contava com contingente diminuto de leitores, tendo em vista as altíssimas taxas de analfabetismo. Os aspectos comerciais da atividade eram secundários diante da tarefa de interpor-se nos debates e dar publicidade às propostas, ou seja, divulgá-las e torná-las conhecidas (LUCA, 2005, p. 133).

Para justificar essa opção metodológica, busquei inspiração no texto de Nóvoa (2005), pois o autor reforça em quatro pontos o porquê de uma história da Educação, destacou-se:

Para cultivar um saudável ceticismo [...]. A história da Educação é um dos meios mais eficazes para cultivar um saudável ceticismo, que evita a “agitação” e promove a “consciência crítica” [...]. Estou a falar de uma história que nasce nos problemas do presente e que sugere pontos de vista ancorados num estudo rigoroso do passado. Para compreender a lógica das identidades múltiplas – [...] uma das funções principais do historiador da educação é compreender esta lógica de “múltiplas identidades”, através da qual se definem memórias e tradições, pertenças e filiações,

crenças e solidariedades. Pouco importa se as comunidades são “reais” ou “imaginadas”. Não há memória sem imaginação (e vice-versa). A história cumpre elucidar este processo e, por esta via, ajuda as pessoas (e as comunidades) a darem um sentido ao seu trabalho educativo.

Para pensar os indivíduos como produtores de história. [...] Nunca como hoje tivemos uma consciência tão nítida de que somos criadores, e não apenas criaturas, da história. A reflexão histórica, mormente no campo educativo, não serve para “descrever o passado”, mas sim para nos colocar perante um patrimônio de ideias de projetos e de experiências. A inscrição do nosso percurso pessoal e profissional neste retrato histórico permite uma compreensão crítica de “quem fomos” e de “como somos”.

Para explicar que não há mudança sem história. O trabalho histórico é muito semelhante ao trabalho pedagógico. Estamos sempre a lidar com experiências e a fabricar memória (NÓVOA, 2005, p. 10-11).

Ao trabalhar com uma instituição escolar, tenho em mente que mesmo instituições educativas têm seu próprio processo de construção de identidade. Essa construção identitária é constituída coletivamente e está inserida num contexto cultural específico das instituições escolares. Por isso, a importância de conhecer o conceito de cultura escolar elaborado por Dominique Julia

A cultura escolar não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto de culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular. [...] cultura escolar como conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (JULIA, 2001, p.10).

Quando tenho jornais como as principais fontes de pesquisa, preciso pensar em quem eram os leitores. Como diria Chartier “o essencial é, portanto, compreender como os mesmos textos – sob formas impressas possivelmente diferentes – podem ser diversamente apreendidos, manipulados, compreendidos” (1991, p. 181). Foi interessante refletir sobre a mensagem do jornal, por quem era lido e que alcance tinham esses jornais. Chartier (1991), quando escreve sobre o Antigo Regime Francês, lembra que muitos textos eram lidos em voz alta, portanto não só lidos como ouvidos, o que é bem provável que tenha acontecido em Porto Alegre no século XIX, já que a maioria da população não era alfabetizada. No entanto, as pessoas também se reuniam em locais públicos para discutirem política, já que eram poucos os meios de comunicação. Os jornais tinham um alcance provavelmente maior do que o da população letrada. Neste sentido, para Chartier,

a leitura não é somente uma operação abstrata de inteligência: é por em jogo o corpo, é inscrição num espaço, relação consigo ou com o outro. Por isso devem ser reconstruídas as maneiras de ler próprias a cada comunidade de leitores (...). Uma história da leitura não se pode limitar unicamente à genealogia de nossos modos de ler, em silêncio e com os olhos, mas tem tarefa de redescobrir os gestos esquecidos, os hábitos desaparecidos. A questão é de importância, pois não revela somente a distante estranheza de práticas por longo tempo comuns, mas também os

agenciamentos específicos de textos compostos para os usos que não são os de seus leitores de hoje (CHARTIER, 1991, p. 181).

Segundo Franco (2000), os jornais eram lidos e debatidos pelos moradores de Porto Alegre, no século XIX, “com a mesma avidez dos telespectadores dos dias de hoje, pode-se imaginar o clima emocional gerado por uma imprensa que se digladiava sem contenção, fantasiando notícias a respeito de operações bélicas e injuriando os adversários” (FRANCO, 2000, p.104). Guardadas as devidas proporções, porque nem todos eram alfabetizados, ou não tinham essa proximidade com a cultura escrita, entendo que os jornais tinham uma grande importância na comunidade de Porto Alegre. Franco destacou que “as sedes dos jornais eram o ponto predileto de manifestações políticas, e como ficavam na Rua da Praia ou imediações, ali que iam desaguar os bate-bocas, a pancadaria, as arrancadas de arma e as consequentes correrias” (2000, p. 85).

Percebo que os jornais tinham um importante significado para a divulgação de ações políticas e de ideologias, seus significados iam além da simples informação. Esses cruzamentos se davam a partir da análise do objeto que é uma instituição escolar e, além disso, é uma escola pública, criada com o intuito de formar professores. A escola também serve como meio de construir uma “civildade” tão cara aos dirigentes do Estado e aos intelectuais, desde meados do século XIX. Mas, não se pode subestimar a autonomia da escola, a sua própria cultura e a criticidade de seus professores e alunos, mas também não se pode ignorar que sua história está entrelaçada com atos relacionados à vida partidária no Rio Grande do Sul.

Pretendo abordar com esta tese a forma como foi construída a “imagem” de “escola-modelo” para a Escola Normal; o tipo de educação que era pensada para a população, com destaque para as mulheres porto-alegrenses, quiçá para as mulheres gaúchas através dos discursos partidários entre 1869 e 1937.

Dessa forma, o estudo compõe-se de quatro capítulos:

No primeiro, fiz-se um breve histórico da Escola Normal de Porto Alegre, desde sua fundação em 1869 até 1937. Entretanto, menciono o regulamento pelo qual a Escola foi transformada em Instituto de Educação em 1939.

No segundo capítulo, realizo uma caracterização dos partidos políticos que atuaram nas décadas finais da Monarquia e nas primeiras décadas da República, dando ênfase, quando possível, aos personagens que participaram da política partidária e da Instrução Pública e/ou da Escola Normal.

No terceiro capítulo, caracterizei os periódicos analisados, identificando a formação dos redatores/diretores e suas relações político-partidárias, com a diretoria da Instrução Pública e com a Escola Normal.

No quarto e último capítulo, fiz-se a análise dos conteúdos dos periódicos, buscando responder aos questionamentos iniciais da tese. Para facilitar as equações cerebrais durante a análise, optei por dividi-lo em quatro partes: primeiro, as publicações oficiais relacionadas à Instrução Pública (Monarquia e República); segundo, os anúncios de escolas particulares, relacionando os docentes dessas instituições à Escola Normal (Monarquia e República); terceiro, os textos que tratam a temática “educação da mulher” (Monarquia e República), incluindo os textos de Ana Aurora do Amaral Lisboa e traços de sua biografia; quarto, os textos relacionados à Escola Normal/Colégio Distrital/Escola Complementar/Escola Normal/Escola Normal General Flores da Cunha.

Por último, nas considerações finais costuro às questões iniciais, de como se consolidou a “escola modelo” para a Escola Normal relacionando-a com questões referentes à Instrução Pública e à educação da mulher, a partir das representações produzidas por um grupo de intelectuais que escrevia nos jornais partidários de Porto Alegre.

I – Da Escola Normal ao Instituto de Educação (General Flores da Cunha): a memória sacralizada

Eu não vivo no passado, o meu passado é que vive em mim.

Paulinho da Viola

Segundo Pesavento, “a presença da História Cultural assinala uma reinvenção do passado, reinvenção esta que se constrói na nossa contemporaneidade em que o conjunto das ciências humanas encontra seus pressupostos em discussão” (2004, p.16). É nesta perspectiva, de reinventar-se o passado a partir de nossas vivências, que faço um breve histórico da Escola Normal até ser transformada em Instituto de Educação. O marco temporal para análise das fontes é de 1869 até 1937, quando é feita a última transferência de prédio da Escola. No entanto, nesse histórico chega-se até 1939, quando a Escola Normal General Flores da Cunha foi transformada em Instituto de Educação⁶. Com esse breve histórico, procura-se fazer compreender as representações dessa instituição no imaginário porto-alegrense, nas últimas décadas do século XIX e início do século XX.

Parte-se da ideia de que o passado do Instituto de Educação está presente na sua estrutura e no seu cotidiano, pois a toda hora professores e ex-alunos remetem a esse passado glorioso. Além disso, o objetivo é entender como foi construída a expressão “escola modelo” atribuída à Escola Normal. Desta forma, considera-se que

As escolas constituem uma *territorialidade* espacial e cultural, onde se exprime o jogo dos atores educativos internos e externos; por isso, a sua análise só tem verdadeiro sentido se conseguir mobilizar todas as dimensões, pessoais, simbólicas e políticas da vida escolar, não reduzindo o pensamento e a ação educativa a perspectivas técnicas, de gestão ou de eficácia *stricto sensu* (NÓVOA, 1995, p. 160).

Tentando abranger o máximo possível as dimensões da vida da Escola Normal, faz-se aqui um pequeno relato da história dessa Instituição formadora de professores com mais de 140 anos de existência, priorizando, inicialmente, a história institucional, a partir de leis e regulamentos. Também destacando o papel de alguns atores que fizeram parte dessa trajetória

⁶ Entretanto, não irei aprofundar a regulamentação como Instituto de Educação porque está fora do período estudado.

e que tiveram significativa atuação. A seguir, destaca-se o contexto político no qual a Escola estava inserida, bem como vai sendo produzida a imagem de “escola modelo” e a educação da mulher que vai se consolidando, a partir de discursos nos jornais partidários.

Esse passado “reinventado”⁷ reforçou a identidade da Escola e, ao adentrar no tão conhecido Instituto de Educação, muitas memórias se fazem presentes na monumentalidade do prédio, em suas obras de arte⁸ e a todo momento professores, ex-alunos e funcionários parecem ter saudades dos “tempos gloriosos” da Escola. Neste contexto, parece que ter o diploma de normalista significava ter prestígio. Por isso, para entender como as pessoas construíram essas memórias, reporta-se a Nora, que explica como isso acontece.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e, enciumadamente guardados, nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui momentos de história arrancados do movimento da história, mas que são desenvolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva (NORA, 1993, p.13).

Ao longo deste estudo pode-se observar como essas memórias foram sendo sacralizadas, a partir de atos, regulamentos, prédios e discursos partidários ou não, que foram sendo construídos pela imprensa sobre a Escola Normal/Colégio Distrital/Escola Complementar/Escola Normal/Instituto de Educação.

A Escola Normal foi criada na província do Rio Grande de São Pedro somente em 1869. A primeira escola normal do Brasil data da década de 1830, com a fundação da Escola de Niterói em 1835⁹ e da Escola Normal de São Paulo, em 1846¹⁰. A lei que regulamentava a

⁷ Por passado “reinventado” entenda-se “tradição inventada” como um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado (HOBSBAWM, 2008, p. 9).

⁸ Referência aos três quadros expostos no saguão do Instituto de Educação. São eles: *A Chegada dos Casais Açorianos* (1923), de Augusto Luiz de Freitas, com 6,50m X 5,50m. Retrata a chegada dos imigrantes em janeiro de 1752, a região de Porto Alegre. O quadro foi pintado num vilarejo na Itália quando os habitantes do local serviram como modelos; *Garibaldi e a Esquadra Farrroupilha* (1919), de Lucílio Albuquerque, com 6,20m X 3,95m. Retrata momento heróico da Guerra dos Farrapos quando as tropas comandadas por Giuseppe Garibaldi conduzem sobre rodas os lanchões Seival e Farrroupilha; *A Tomada da Ponte da Azenha* (1922), de Luiz Augusto Freitas, com 6,20m X 3,95m. Retrata o episódio da Guerra dos Farrapos ocorrido em 19 de setembro de 1835 quando 200 rebeldes farrroupilhas liderados por Silva Jardim e Onofre Pires cercaram Porto Alegre e entraram em conflito com as tropas legalistas comandadas pelo Visconde de Camamu (Projeto S.O.S Arte IE).

⁹ Sobre a primeira Escola Normal no Brasil, ver VILLELA (1992); LIMA (2009).

criação de escolas era o Ato Adicional de 1834, o qual deixava claro que as Assembleias Provinciais eram as responsáveis em legislar sobre o assunto.

Art. 10. Compete às mesmas Assembleias legislar:

[...]

2º) Sobre instrução pública e estabelecimentos próprios à promovê-la, não compreendendo as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que, para o futuro, forem criados por lei geral,

[...]

Francisco de Lima e Silva
João Braulio Muniz
Antonio Pinto Chichorro da Gama
(Ato Adicional de 1834)¹¹

Embora coubesse às Assembleias provinciais legislarem sobre a criação de escolas normais e no centro do país¹² já tivessem sido criadas duas escolas normais, na província havia preocupação com a formação de professores, mas efetivamente nada tinha sido feito. Segundo Tambara, as autoridades educacionais gaúchas “identificavam na instalação de uma escola normal a possibilidade de melhorar a condição do ensino primário no Rio Grande do Sul” (2008, p.14).

O debate sobre instrução pública e, conseqüentemente, da formação de professores estava muito ligado ao pensamento da época que a relacionava com segurança social e, até mesmo, às normas de civilidade. Para Monarcha,

A discussão sobre temas relativos à segurança, propriedade e instrução encobre o receio de uma catástrofe social e explícita o desejo de redefinição da vida pública, índice seguro do processo civilizatório. Assustados diante da percepção de um mundo carente de regulamentação normativa e autoridade moral, os observadores interessados e sagazes, acrescentam a suas realizações a criação de uma instituição repressiva – a polícia urbana – e outra de caráter persuasivo – a instrução pública (MONARCHA, 1999, p. 80).

Havia uma preocupação na província com a instrução pública e, por isso, no ano de 1840 foi elaborado um projeto para a escola normal, pelo que apareceu na correspondência entre o presidente da província, Francisco José de Souza Soares d’Andréa,¹³ e o diretor da

¹⁰ Sobre a Escola Normal de São Paulo, ver MONARCHA (1999).

¹¹ Disponível no sítio da Câmara dos Deputados: <http://www2.camara.leg.br>

¹² Neste trabalho ao usar a expressão “centro do país” refere-se aos Estados de Rio de Janeiro e São Paulo, que no final do Império e na Primeira República concentravam o poder político no Brasil.

¹³ Francisco José de Souza Soares d’Andréa nasceu em Portugal e veio para o Brasil junto com a família real em 1808. Foi um dos principais articuladores do tratado de fronteiras assinado entre Brasil e Uruguai, após a Guerra da Cisplatina (1824). Também foi presidente de várias províncias no Brasil. No Rio Grande do Sul esteve na presidência em 1840, por um curto período e, após, em 1848. No memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul encontra-se a sua mensagem à Assembleia quando era presidente provincial em 1848. Consultado no sítio da Assembleia Legislativa/RS

<http://www2.al.rs.gov.br/memorial/PesquisasHist%C3%B3ricasMensagens/tabid/3462/language/pt-BR/Default.aspx>

Instrução Primária, João Rodrigues Fagundes¹⁴ (SCHNEIDER, 1993, p. 60). Além disso, o regulamento da instrução primária abordava a possibilidade de criar na capital uma Escola Normal:

[...] estabelecer na capital da Província uma Escola Normal, em que se ensinem Primeiras Letras; Gramática Latina; Francês, Inglês; Desenho principalmente por Geometria Prática, construindo todas as figuras sem demonstração, e desenho de convenções, ou Militar; Retórica; Lógica; e Geometria – Primeiro ano, e não somente Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria Plana; Arquitetura Civil e Perspectiva – e Desenho de Figura e Máquinas; e mesmo Lente em duas classes; Música, Dança e Exercícios corporais e Jogos de Armas.

Esta Escola deve ter um edifício construído para esse único fim, com todos os arranjos precisos; e ser regida com toda a exatidão e rigor da Academia regular.

Um Colégio separado da Escola Normal em tudo, aonde se recolham até um dado número de meninas desvalidas, para serem tratadas regularmente, e dali enviadas a Escola Normal até terem completa Instrução, que lhes convier segundo a vida a que se destinaram (SCHNEIDER, 1993, p. 60).

Num primeiro momento este projeto não saiu do papel, mas já se percebeu que, além da formação de professores, se abordava também a educação das meninas desvalidas, ou seja, a instrução pública deveria ser a solução para resolver problemas sociais.

Mas, para além da preocupação dos gaúchos com a formação dos professores, a história da fundação da Escola Normal precisa ser contextualizada no cenário educacional do país. Para Bastos (2002), a partir da década de 1860, o Brasil passou a ter contato com processos de consolidação da educação através de exposições universais,

A cada exposição, o Brasil anuncia evidências de um compromisso crescente com a educação, acompanhando a tendência geral da época, como, por exemplo, a criação de escolas noturnas para adultos; de estabelecimentos de educação e instrução profissional para as crianças desvalidas; de escolas normais; a instalação de bibliotecas populares e de gabinetes de leitura; a realização de conferências pedagógicas; em síntese, a adoção de alguns símbolos da modernidade educacional (BASTOS, 2002, p. 261).

O contato com as novas ideias sobre educação fez com que alguns intelectuais e até mesmo alguns governantes comessem a ter novas perspectivas sobre o assunto. Para Almeida, a situação precária da educação no Brasil em meados do século XIX era evidente,

Reconhecia-se que era cada vez mais necessário aumentar o número de escolas, melhorar a situação dos instrutores e exigir deles uma instrução mais ampla. Constata-se, com certo espanto, que o número de crianças que frequentam as escolas públicas representava apenas 1% da população, enquanto que em outros países esta proporção eleva-se a 16 ou 17%. A ideia de criação de escolas noturnas para adultos e menores que trabalham durante o dia começa a ganhar corpo e atinge as esferas oficiais, mas são meras veleidades estereis e pretensões vagas (ALMEIDA, 2000, p.113).

¹⁴ João Rodrigues Fagundes (1811-1882) nasceu em Porto Alegre e cursou Direito na Faculdade de Direito de São Paulo, diplomou em 1836. Advogou em Porto Alegre, onde também assumiu a função de juiz municipal substituto. Foi vereador em dois períodos, o de 1845-1848 e o de 1873-1876. Foi também provedor da Santa Casa de Misericórdia durante a epidemia de cólera em 1855 e, posteriormente, em 1859-1863 (FRANCO, 1998, p.160).

A ideia de criar uma escola para formação de professores também estava relacionada, segundo Monarcha, à confusão que se fazia entre civilização e o domínio da leitura e da escrita. Para o autor, a sociedade percebia-se estava dividida entre “os que lêem e os incultos”. Desta forma, a escola era “imaginada como um braço místico que orienta um ataque contra as camadas inferiores da sociedade. Esse ataque maciço apóia-se na frente aculturante da escola” (MONARCHA, 1999, p.82).

Existia uma demanda para as escolas públicas, mas não havia interesse das elites em ampliar a instrução pública e não era suficiente para as coisas mudarem, pois as ideias não saíam do papel. Neste sentido, Chartier (1998) esclarece que, embora houvesse a necessidade da ampliação das escolas elementares, na França do século XIX, o ensino secundário e o universitário deviam continuar restritos a uma pequena elite, o que não era diferente no Brasil.

Para Almeida [1ª ed. 1874], “instrução popular é a primeira das necessidades de uma nação, depois da satisfação das necessidades materiais; é também o primeiro elemento da ordem pública, a maior das forças produtivas e a mais fecunda de todas as medidas financeiras” (2000, p.155). Assim, vê-se que o autor considera a instrução popular como uma forma de controle social e um meio melhor de qualificar as forças produtivas para o desenvolvimento da nação.

Neste contexto, a fundação da Escola Normal era uma aspiração antiga dos moradores da Província de São Pedro do Rio Grande. A situação geral da educação no Brasil era precária, mas no continente de São Pedro estava muito aquém de outras províncias. Além disso, não havia uma classe média que interviesse diretamente para a efetivação da instrução pública na província e “note-se que, mesmo entre a elite, o esmero cultural e a formação intelectual não tinham importância” (GIOLO, 2006, p. 453). Mesmo com a precariedade, e talvez justamente por isso, a criação da Escola Normal era uma forma de diminuir ou solucionar os problemas da instrução pública. Segundo, Giolo:

[...] a proposta estava intimamente ligada à consciência que se criou, muito cedo, de que os principais problemas do ensino gravitavam em torno do professor. Aulas eram criadas, mas permaneciam vagas porque faltavam professores; e as que eram providas significavam muito gasto e pouco desempenho, porque os mestres eram apenas criaturas, carentes de formação básica. Desde, pelo menos, 1835, diante do fracasso do método de ensino mútuo, reivindicava-se uma escola normal, mesmo para tornar aquele método eficaz (GIOLO, 2006, p.484).

Nesse espírito é que foi criada a Escola Normal na província, para atender aos anseios de uma população que reivindicava pela formação de professores, pois só assim poderia se primar por uma instrução pública de qualidade. Em projeto criado em 1860, o executivo obteve autorização para escolher e contratar professores. O regulamento determinava que:

Anexa ao liceu D. Afonso¹⁵, funcionasse uma escola normal, na qual “se prepararão professores de ambos os sexos para a instrução primaria” (art. 1º). Todo candidato que, desta data em diante, pleiteasse uma vaga no magistério, deveria, antes, passar pela escola normal, onde, durante dois anos, receberia formação intelectual e pedagógica (GIOLO, 2006, p.485).

Durante toda a década de 1860, foi discutida, na Assembleia Provincial, a criação da referida escola. Em alguns momentos, houve pressão tanto por parte da presidência da província como do inspetor-geral da instrução pública. Em 1866, por exemplo, em relatório para o então vice-presidente da província Antonio Augusto Pereira da Cunha, o Inspetor Geral Interino, que era Francisco de Paula Soares, solicita que o projeto da escola normal fosse votado.

No Brasil nós vemos que na mór parte das provincias, se vão estabelecendo essas escolas [normais] em algumas já há ado vantajoso fructos: seria imperdoavel que nada fizessemos em esta onde tantos sacrificios pecuniarios que não dão aquelles resultados que devemos desejar porque em grande parte os professores não tem as necessarias aptidões. Tendo sido sempre esta minha opinião, apresentei na ultima sessão da Assembléa Legislativa Provincial um projecto que já se acha em 3ª discussão. Vi com verdadeira satisfação que essa creação era apoiada por inúmeros Deputados, alguns dos quaes honrarão o referido projecto com sua assignatura.

Francisco de Paula Soares, Diretor Geral interino.
Porto Alegre, 06 de agosto de 1866
(CUNHA, 1866).

No mesmo relatório Francisco de Paula Soares também exaltava as qualidades que deveria ter um professor da instrução primária.

D'aqui resulta a necessidade de procurarmos ter educadores da mocidade que comprehendão bem a nobre e elevada missão de que se achão encarregados, educadores que não considerem a instrução como uma simples industria, mas sim como sacerdocio, professores que além dos indispensaveis conhecimentos nas materias que vão ensinar, estejam também no cazo de poder com proveito transmitil-a e que sejão modelos de moralidade.

Francisco de Paula Soares, Diretor Geral interino.
Porto Alegre, 06 de agosto de 1866
(CUNHA, 1866).

Desta forma, o projeto de construção da escola normal, além de demorar a sair do papel, tinha uma função social, que era formar professores que tivessem uma “vocação sacerdotal” para o ofício e ser um “modelo de moralidade”. A questão do sacerdócio vai estar intimamente ligada a questões salariais como vai se observar no decorrer deste trabalho.

Embora o projeto fosse de 1860, somente em abril de 1869, foi oficialmente criada a Escola Normal. Segundo Schneider, assumiu o cargo de inspetor geral da Instrução Pública o dr. José Bernardino da Cunha Bittencourt¹⁶. Em 14 de agosto de 1868, começou a elaborar os

¹⁵ Sobre o Liceu D. Afonso, ver ARRIADA (2007).

¹⁶ José Bernardino da Cunha Bittencourt (1827-1901). Nasceu em Porto Alegre. Era médico e político ligado ao Partido Conservador, deputado provincial e geral. Também foi professor e um dos fundadores da Escola Normal

novos regulamentos, a pedido do presidente da Província, o conservador Antonio da Costa Pinto e Silva¹⁷. O Regulamento do Curso dos Estudos Normais deveria ser aprovado pela Assembleia Provincial e “determinava que em seu artigo 1º que haveria uma Escola Normal anexa ao Liceu, na qual se preparariam os professores de ambos os sexos para instrução primária” (SCHNEIDER, 1993, p. 233-234). Desta forma,

a Escola Normal da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul foi instituída a 5 de abril de 1869 pelo Regulamento do Curso de Estudos Normais, baixado pelo Presidente da Província, Sr. Antonio da Costa Pinto e Silva [...]. O Curso da Escola Normal era inicialmente de dois anos [...] (IE Revista, 1969, p.17).

Para Tambara, a construção da Escola Normal marcou uma ruptura com o modelo anterior, “significou a gênese de um novo perfil do magistério rio-grandense com características bem específicas e que, lentamente, foi se consolidando” (2008, p. 15). No entanto, o autor coloca que, desde o início, a Escola Normal foi foco de conflitos, tanto de cunho político como técnico. Percebe-se isso na escolha para a direção da Escola Normal na figura do padre Joaquim Cacique de Barros¹⁸, ligado ao Partido Conservador que, no momento, era representado na presidência da Província e pela maioria na Assembleia Provincial. Em 1º de maio de 1869, a escola começou a funcionar, tendo como professores Diogo Francisco Cardoso, Angelo Francisco Ther e Affonso Luiz Marques¹⁹ e 12 alunos

(FRANCO, 1998, p.75). Foi Inspetor Geral da Instrução Pública, substituiu o Dr. Luiz da Silva Flores, ficou no cargo de 13 de agosto de 1868 até 24 de agosto de 1870 (SCHNEIDER, 1993).

¹⁷ Antonio da Costa Pinto e Silva (1827-1877). Foi presidente das províncias da Paraíba e do Rio Grande de São Pedro. Ver anexo I sobre os presidentes da Província.

¹⁸ O Padre Joaquim de Barros nasceu em Salvador, em 11 de agosto de 1831. Na infância ganhou o apelido de Cacique do pai, como sinônimo de energia, de caráter e de ação. Completou o curso preparatório e concluiu, no seminário episcopal da diocese baiana, o curso de Teologia. Lecionou as cadeiras de História, Geografia e Cosmografia no Ginásio Baiano. No Rio de Janeiro exerceu o magistério no Mosteiro São Bento e no Colégio Pedro II. No Rio de Janeiro, também concluiu, na Escola Central, o curso de Ciências Matemáticas. Transferiu-se para Porto Alegre em 1862. Traduziu para o português as obras História Sagrada, de Schmitt e Fabíola, do Cardeal Wiseman. Em 05 de abril de 1869, o presidente da Província, Antonio da Costa Pinto Silva, nomeou-o como diretor da recém fundada Escola Normal. Pelo regulamento do curso de estudos normais, coube ao diretor lecionar, no 1º ano, Regras de Caligrafia, Gramática Nacional, Catecismo, História Sagrada e da Igreja. E no 2º ano, Gramática Analisada e Pedagogia. Era tarefa do diretor organizar o regime interno da Escola. Na Escola Normal foi o primeiro professor de Pedagogia da Província. Ocupou o cargo de diretor da Escola Normal até 17 de abril de 1873, mas continuou como professor. Foi membro do Conselho da Instrução Pública e integrante da mesa examinadora da língua portuguesa, instalada pela Delegacia Especial da Instrução Pública para dirigir os exames preparatórios. Após um atrito com Francisco Paula Soares voltou a ser diretor da Escola Normal de abril a maio de 1877, quando pediu demissão da Escola. Fundou, em 1892, a Sociedade Humanitária Padre Cacique com a reunião de amigos e protetores. Dedicou a maior parte da vida aos cuidados com as meninas órfãs e desvalidas. Em 13 de maio de 1907, faleceu num quarto do Colégio Santa Tereza. Sobre o assunto, ver BRAGA, (1998); SCHNEIDER (1993) e FRANCO (1998).

¹⁹ Affonso Luiz Marques (1847-1872). Fez estudos preparatórios no Liceu D. Afonso, cursou Filosofia e Retórica na aula particular do Padre Mestre João de Santa Barbara. Poeta lírico e tribuno de méritos celebrados no meio intelectual e na comunidade. Foi um dos fundadores e orador oficial da Sociedade Partenon Literário. Morreu aos 25 anos (FRANCO, 1998, p.258).

matriculados, sendo oito do sexo masculino e quatro do feminino (SCHNEIDER, 1993, p. 238).

Observa-se que as mulheres já começavam a ocupar espaço nos bancos da Escola Normal desde o primeiro ano de sua fundação e, posteriormente, vai ser a feminização um caráter marcante da instituição. Desta forma,

a participação da mulher no magistério aumentou, obviamente, na medida em que mais aulas femininas foram instaladas, uma vez que havia uma reserva de mercado para cada sexo em relação à docência das aulas dos respectivos sexos. Em um segundo momento, proporcionalmente, o gênero feminino passou a conquistar mais espaço quando se instalaram as aulas mistas, onde normalmente as professoras exerciam a atividade docente.

Este processo de feminização do magistério de instrução primária no Rio Grande do Sul intensificou-se com a instalação da escola normal quando se iniciou o processo de profissionalização da atividade de magistério e, concomitantemente, um processo de reserva de mercado desta atividade para a mulher (TAMBARA, 1998, p.39).

Embora a participação feminina nos bancos escolares estivesse aumentando, a Escola Normal funcionava pela manhã para os alunos e à tarde para as alunas. Na verdade, a regulamentação da Escola Normal seguia princípios identificados por rituais de uma época, pois estava de acordo com

A normatização dos professores por meio de um ritual acadêmico torna-se anseio dos administradores públicos, resultando na prescrição de curso regular, solenidades, verificação da presença, notas de aproveitamento, aprovação e reprovação, leitura de livros, exercícios didático-pedagógicos, carta de habilitação. Trata-se de viabilizar uma formação profissional a partir de regras prescritas pelas autoridades legais; a lei deve regular as matérias de ensino, métodos didáticos e ritual institucional.

A época concebe a escola normal como um centro de formação profissional, difusão de progresso intelectual e multiplicador de conhecimento (MONARCHA, 1999, p. 93).

Essa normatização da escola normal era mostrada explicitamente para a comunidade através dos jornais partidários, através de notas da direção da escola e/ou da instrução pública sobre exames, concursos, datas de inscrições e nomeações de professores, entre outras práticas cotidianas sobre seu funcionamento²⁰.

A Escola Normal funcionava no prédio junto ao Liceu D. Afonso, que estava “desde 1º de maio de 1859, na parte superior do sobrado alugado dos herdeiros de Julio Grazina, localizado na esquina da Rua da Ladeira com a Rua da Ponte, com entrada pela Rua da Ponte”²¹ (SCHNEIDER, 1993, p.200).

²⁰ Essa temática será aprofundada no quarto capítulo deste trabalho.

²¹ Hoje são as ruas General Câmara com a Rua Riachuelo, onde fica situada a Biblioteca Pública.

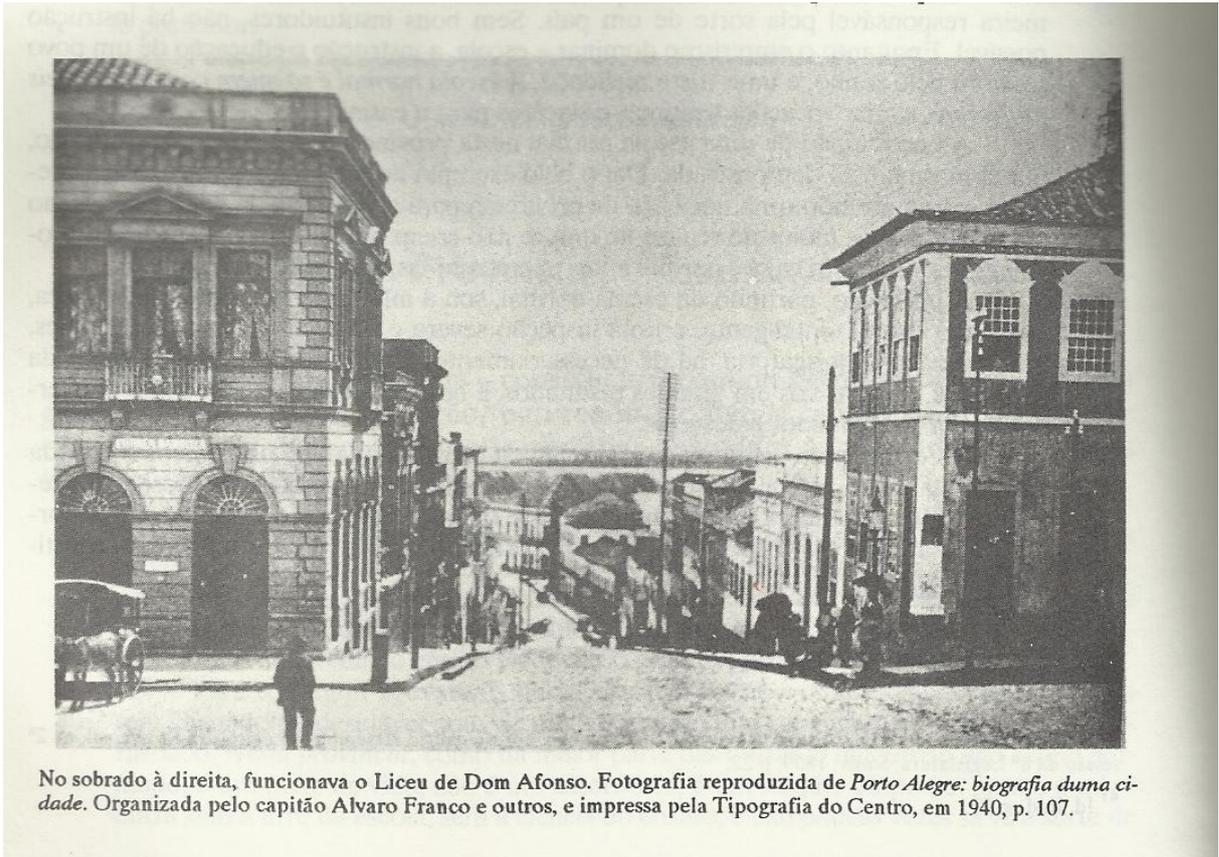


Figura 1 – Primeiro prédio onde funcionou a Escola Normal (SCHNEIDER, 1993, p. 100).

Pouco tempo depois, em 1872, a Escola Normal foi transferida para o prédio construído para o Ateneu Rio-Grandense, localizado na Rua da Igreja com a Rua de Bragança. Este se encontrava inacabado, mas dava para abrigar o externato das aulas de instrução secundária, a Escola Normal (para ambos os sexos), a escola de primeiras letras e a Diretoria da Instrução Pública. Esse prédio, segundo Schneider, foi o primeiro construído com dinheiro dos cofres públicos para abrigar uma escola na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (SCHNEIDER, 1993, p.302-303).



Figura 2 – Prédio do Ateneu Rio-Grandense onde funcionou também a Escola Normal a partir de 1872. Atelier Calegari (ARRIADA, 2007, p.84).

É interessante pensar sobre a localização da Escola Normal. Sabe-se que os dois prédios eram numa região próxima, onde se localizava a vida administrativa da cidade²². Segundo Franco,

[...] a vida administrativa e política da capital se desenvolvia mais para os lados do Alto da Matriz, onde estavam o Palácio da Presidência e a Junta da Fazenda, que depois se tornou Assembléia Legislativa Provincial. A Rua da Praia formava o núcleo da vida comercial, com suas lojas, seus depósitos e escritórios, a Alfândega na Praça para o desembarque das mercadorias, e a vizinhança dos trapiches de desembarque, nos espaços próximos ao Guaíba. E, naturalmente, muitas residências, pois o habitual era os negociantes residirem nos sobrados, acima das próprias lojas (FRANCO, 2000, p.84-85).

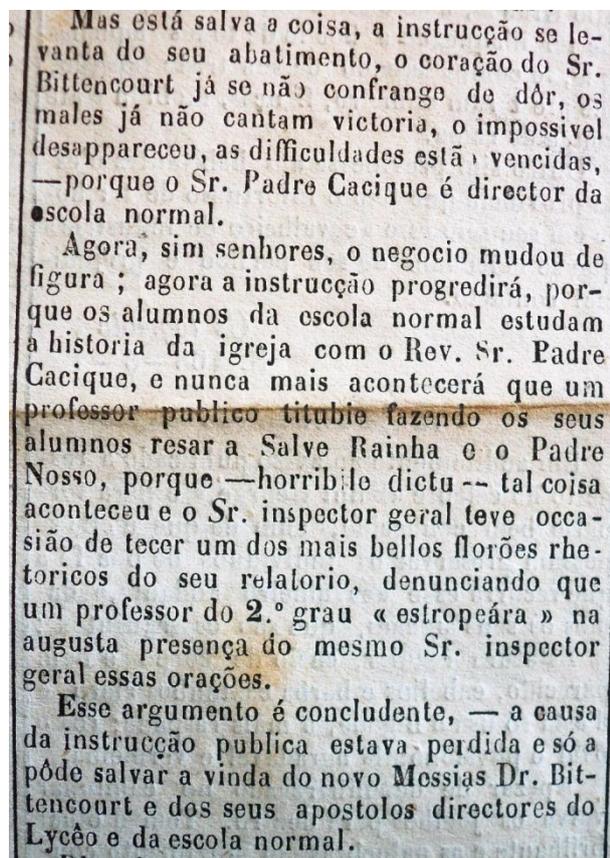
Percebe-se que os prédios da Escola Normal estiveram sempre próximos aos olhos do governo provincial. Esta localização geográfica também faz refletir sobre a importância que se dava à Escola Normal desde sua origem.

Desde o início são estabelecidos critérios para as matrículas, tal como mostra o Regulamento do Curso de Estudos Normais (1869):

²² Pode-se visualizar o centro administrativo de Porto Alegre com localização dos principais prédios da Escola no Anexo I na página 303.

- Apresentação de um requerimento dirigido ao Inspetor-Geral, declarando nome, estado, filiação, idade, residência e naturalidade, anexando os seguintes documentos:
- 1- Certidão de batismo ou justificação pelo juízo competente, provando ter nunca menos de 16 anos de idade;
 - 2- Atestado médico provando haver sido vacinado ou ter tido bexiga, e não padecer de enfermidade ou vício de conformação que tornasse o candidato impróprio para o ensino;
 - 3- Atestado do pároco respectivo, provando a conduta moral e religiosa;
 - 4- Atestado de mestre ou diretor de algum colégio que tivesse frequentado, provando sua habilitação nas matérias primárias, que constituíam o ensino de 1º e 2º graus;
 - 5- Atestado da autoridade policial do distrito provando ter tido sempre bom procedimento civil (SCHNEIDER, 1993, p. 234-235).

Pelo que se pode perceber, era condição para a matrícula ter documentos fornecidos pela Igreja Católica, como a certidão de batismo e o atestado do pároco. Essa ligação entre a Escola e a Igreja era motivo de crítica da oposição liberal. Através do jornal *A Reforma*, os liberais faziam ataques ao diretor da Escola Normal que, além de Conservador, era padre. Segundo o substitutivo que autorizava a reforma da instrução pública n. 648, de 29 de novembro de 1867, aumentava a influência da Igreja, pois os professores particulares precisavam de atestado de moralidade fornecido pelo pároco de sua comunidade e, além disso, formalizava o ensino de história da Igreja nas escolas públicas, inclusive na Escola Normal.



Mas está salva a coisa, a instrução se levanta do seu abatimento, o coração do Sr. Bittencourt já se não confrange de dôr, os males já não cantam victoria, o impossivel desapareceu, as difficuldades estão vencidas, — porque o Sr. Padre Cacique é director da escola normal.

Agora, sim senhores, o negocio mudou de figura ; agora a instrução progredirá, porque os alumnos da escola normal estudam a historia da igreja com o Rev. Sr. Padre Cacique, e nunca mais acontecerá que um professor publico titubie fazendo os seus alumnos resar a Salve Rainha e o Padre Nosso, porque —horribile dictu -- tal coisa aconteceu e o Sr. inspector geral teve occasião de tecer um dos mais bellos florões rhetoricos do seu relatorio, denunciando que um professor do 2.º grau « estropeára » na augusta presença do mesmo Sr. inspector geral essas orações.

Esse argumento é concludente, — a causa da instrução publica estava perdida e só a pôde salvar a vinda do novo Messias Dr. Bittencourt e dos seus apostolos directores do Lycêo e da escola normal.

Texto 1: A Reforma da Instrução Pública (*A Reforma*, 24/06/1869).

O articulista ironizava que os professores públicos não iriam mais errar o Pai Nosso e o Salve Rainha. Reportava-se ao episódio em que dois professores, durante evento presenciado pelo diretor da Instrução Pública, José Bernardino Bittencourt, teriam errado as referidas orações e que teriam sido repreendidos pelo diretor.

Não se pode esquecer que o Brasil vivia nesse período sob o regime de padroado, quando Igreja e Estado estavam muito ligados e os padres recebiam salários do governo imperial para prestarem alguns serviços.

Os documentos fornecidos pelos párocos não eram os únicos limitadores para a matrícula, havia também a questão econômica, pois a matrícula deveria ser paga.

O pedido de matrícula, depois de aceito pelo Inspetor-Geral da Instrução Pública, só se efetivaria mediante a apresentação ao diretor da Escola do comprovante de pagamento a primeira prestação dos 30 mil réis anuais estabelecidos e que deveriam ser pagos em três prestações – a primeira na ocasião da matrícula, a segunda a 1º de junho e a terceira a 1º de outubro.

Os órfãos e os filhos de professores pobres estavam isentos do pagamento da anuidade ou pagariam somente a metade da quantia estabelecida.

A despesa com o aluguel do prédio e mais o material da Escola correria por conta dos cofres públicos (SCHNEIDER, 1993, p.235).

Certamente, não eram muitas as pessoas com acesso à instrução. Mesmo esta sendo pública, não era gratuita. No entanto, os órfãos e filhos de professores poderiam cursar a Escola Normal gratuitamente, desde que tivessem a autorização do Inspetor-Geral da Instrução Pública. No ano de 1870, cinco órfãs que moravam no Colégio Santa Teresa²³, fundado e mantido pelo Padre Cacique, frequentaram o primeiro ano da Escola Normal e foram aprovadas plenamente. Nos anos que se seguiram, outras moças órfãs também frequentaram e concluíram os estudos normais na escola (SCHNEIDER, 1993, p. 246). Nas palavras de Werle, a criação da Escola Normal “favorecia a integração na sociedade de mulheres abandonadas na infância, que conquistavam um espaço de participação social e cujo compromisso estava diretamente relacionado às atividades de formação e à retribuição dos benefícios recebidos” (2005, p. 613).

Obviamente que os problemas com a instrução pública não foram resolvidos somente com a criação da Escola Normal, pois ainda notava-se o déficit da instrução pública na província. Com esta justificativa, em “1871, o Curso foi acrescido de um ano, adicionando-se ao currículo o estudo dos Princípios Elementares das Ciências Físicas e Naturais” (IE –

²³ Colégio Santa Teresa foi criado por ordem do imperador D. Pedro II, quando esteve em visita a Porto Alegre, com sua esposa Teresa Cristina, em 1945. A criação do Colégio tinha como objetivo abrigar as meninas deixadas na roda dos expostos da Santa Casa de Misericórdia. O prédio foi planejado pelo arquiteto Grandjean Montigny, que estava à frente da Missão Francesa no Brasil. Embora a construção do prédio tenha começado em 1846, só foi concluído em 1864 com a interferência do Padre Cacique. No mesmo terreno do Colégio, Padre Cacique mandou construir o Asilo de Mendicidade, inaugurado em 1898 (PIZZATO, 2011, p.1-10).

Revista, 1969, p. 17). O curso normal passou de dois para três anos. Ainda “pela lei 771, de 4 de maio de 1871, foi mandado instalar, junto à Escola Normal, uma escola primária masculina para a prática de ensino (art. 19). Nesse caso, as alunas frequentariam de manhã e os alunos à tarde (art. 31)” (GIOLO, 2006, p.486). No entanto, para Schneider por essa lei não ficou estabelecida uma escola primária para as meninas (1993, p. 293). A responsável pela escola prática, de 1873 até 1877, passou a ser uma das pupilas do Padre Cacique, Josephina Thereza de Barros²⁴, já que havia concluído o curso na escola normal com distinção na mesma turma de Luciana de Abreu²⁵.

Cursar a Escola Normal passou a ser o objetivo de muitas pessoas que almejavam ter um cargo público, pois, segundo Schneider, a Lei 771/1871 valorizava a frequência ao curso normal e estabelecia critérios de contratação de professores, sem concurso:

Artigo 25 – Os alunos que tiverem completado o curso da escola normal serão nomeados independentemente de concurso – professores públicos – salvo se concorrerem com outros nas mesmas condições.

Artigo 27 – Enquanto não houver alunos formados pela escola normal, as cadeiras serão providas por meio de concurso. Os professores nomeados não poderão ser vitalícios sem mostrarem-se habilitados pelo curso da escola normal.

Artigo 33, parágrafo 4º, o presidente da Província ficava autorizado a “aumentar até mais um terço os vencimentos dos professores de instrução primária formados pela nova escola normal, graduando o aumento segundo os serviços que tiverem prestado” (SCHNEIDER, 1993, p. 293).

Esse regulamento, principalmente no que se referia à nomeação dos normalistas sem concurso, provocou muitos questionamentos e muitos artigos nos jornais partidários. Tal como o trecho publicado em *A Reforma*, em 1870, mesmo antes de ser aprovado:

²⁴ Todas as asiladas do Colégio Santa Teresa tinham o sobrenome Barros, idêntico ao Padre Cacique, que para Werle, *de alguma forma marcava uma identidade e origem de exclusão social, significava compromisso de apoiar obras de caridade dando continuidade à benemerência do Pe. Cacique, o qual fundara também, auxiliado pelas asiladas do Colégio Santa Teresa, outros recolhimentos* (2005, p.61).

²⁵ Luciana de Abreu (1847-1880) foi colocada na roda dos expostos da Santa Casa de Misericórdia e foi adotada pelo Guarda Livros Gaspar Pereira Viana. Ao terminar o curso primário, ficou trabalhando na escola como ajudante. Casou com o funcionário público José Gomes de Abreu em 1867. Em 1869, já com uma filha, foi uma das primeiras alunas a matricular-se na Escola Normal de Porto Alegre. Diplomou-se em 1872 e foi nomeada professora de uma escola pública no ano seguinte. Mantinha também uma bem-sucedida escola particular. Foi a primeira mulher em Porto Alegre a discursar em público na tribuna do Partenon Literário para defender o direito à emancipação das mulheres (SHUMAHAR; Brazil, 2000, p.341).

Instrução pública: - Sob a proposta do Sr. Inspector geral interino, ordenou a presidência da província que fossem contractados professores habilitados para leccionarem durante um anno nas cadeiras publicas que estão vagas e só podem, por meio de concurso, ser providas depois que haja pessoal habilitado na celeberrima *escola anormal* do Sr. Bittencourt.

A medida tomada por S. Ex. veio remediar um grave mal que soffriam as povoações cujas cadeiras estavam vagas á espera do *pessoal habilitado* do Sr. Bittencourt.

Não será do especial agrado do Sr. Bittencourt a recente medida da presidência: mas ella é infallivelmente de utilidade geral e remedeia, pelo menos em parte, os máos effeitos da singular reforma da instrucção operada pelo Sr. commendador de S. Gregorio Magno.

Um anno que o povo passa sem instrucção, é perda irreparavel e por isso louvamos francamente o acto do Sr. Sertorio.

Instrucção publica: — Sob proposta do Sr. inspector geral interino, ordenou a presidencia da provincia que fossem contractados professores habilitados para leccionarem durante um anno nas cadeiras publicas que estão vagas e só podem, por meio de concurso, ser providas depois que haja pessoal habilitado na celeberrima *escola anormal* do Sr. Bittencourt.

A medida tomada por S. Ex. veio remediar um grave mal que soffriam as povoações cujas cadeiras estavam vagas á espera do *pessoal habilitado* do Sr. Bittencourt.

Não será do especial agrado do Sr. Bittencourt a recente medida da presidencia: mas ella é infallivelmente de utilidade geral e remedeia, pelo menos em parte, os máos effeitos da singular reforma da instrucção operada pelo Sr. commendador de S. Gregorio Magno.

Um anno que o povo passa sem instrucção, é perda irreparavel e por isso louvamos francamente o acto do Sr. Dr. Sertorio.

Texto 2: Instrução Pública (A Reforma, 09/06/1870).

As discussões políticas entre liberais e conservadores, usando a instrução pública e a Escola Normal, parecem ter sido constantes. Obviamente que esses debates repercutiam nas ações da presidência da província e na aprovação de projetos na Assembleia Provincial. Mas a Escola Normal, de alguma forma, já começava a cumprir seu papel desde que fora criada. Os 20 alunos (4 homens e 16 mulheres) que concluíram o curso em 1872, 15 deles passaram a ocupar cadeiras na instrução primária (SCHNEIDER, 1993, p. 305-306).

A cada ano crescia a matrícula de meninas na Escola Normal. Este fato provocou algumas resistências, inclusive nos conteúdos trabalhados na escola. O próprio Padre Cacique, embora diretor da Escola Normal e do Colégio Santa Teresa, acreditava na inferioridade cognitiva de suas alunas.

Enquanto diretor, Pe. Cacique, em muitos momentos, apresentou resistência a tais reformas, tendo em vista a percepção das possibilidades intelectuais das mulheres que a frequentavam. A “natureza” das alunas requeria, na visão do diretor, um trabalho menos árduo para que lhes fosse possível concluir o curso, em cujos objetivos incluía-se a formação para o lar. Portanto, o diretor da Escola Normal, embora aceitasse mulheres em maioria, representava-as publicamente como cognitivamente inferiores, sem condições para acompanhar um currículo mais variado e longo (WERLE, 2005, p. 613-614).

As regras de funcionamento da Escola Normal seguiam os padrões de separação de gêneros que vigorava na educação da época. Em 1873, o dr. Fausto de Freitas e Castro estipulou que os meninos entrariam na escola pela porta principal e as meninas pela porta lateral (SCHNEIDER, 1993, p. 315).

O diploma de normalista de alguma forma garantia o emprego na instrução primária, mas, para ocupar uma cadeira de professor na Escola Normal, era exigido um concurso público e, em alguns momentos, teses foram defendidas nesses concursos. A direção da Escola era muito disputada, chegando a ser algumas vezes ocupada pelo inspetor-geral da instrução pública. Pela Lei de 27 de abril de 1875, esses cargos foram separados:

Artigo 20 – O cargo de Diretor da Escola Normal será exercido pelo professor vitalício mais antigo, que nela servir, independentemente de gratificação, ficando separado do de diretor da instrução pública (SCHNEIDER, 1993, p.318).

Tal regulamento foi ignorado algumas vezes, já que o cargo tinha uma importante conotação política. Em 1877, um novo regulamento foi elaborado pelo Diretor-Geral da Instrução pública. Ele foi estabelecido com alterações da Assembleia Provincial e sancionado pelo vice-presidente da Província, que na época era o dr. João Dias de Castro²⁶. Esse regulamento confirmava que o diretor da Escola Normal deveria ser o professor efetivo mais antigo da Escola. Além disso, ficaram estabelecidas duas escolas primárias, anexas à Escola Normal, onde só seriam nomeados os professores formados pela mesma. Nessas duas escolas, os alunos deveriam praticar os métodos de ensino, sob direção do professor de Pedagogia²⁷ (SCHNEIDER, 1993, p. 245).

Em 1880, a Escola Normal sofreu nova reforma, “o curso de estudos normais ficou dividido em duas partes: preparatório e normal” (GIOLO, 2006, p. 487). Essa parecia uma alternativa para melhor preparar os alunos, já que muitos chegavam à escola mal sabendo ler e escrever.

Segundo Corsetti (2007), ao longo do século XIX, as tentativas de implantação do ensino primário e da Escola Normal pouco alteraram o quadro educacional na Província de São Pedro. Essa situação foi percebida na fala do Presidente da Província, Henrique d’Ávila²⁸, em mensagem para a Assembleia Legislativa em 1880,

A instrução é o interesse fundamental dos povos modernos, principalmente, daquelles que são governados pelo systema representativo. O eminente publicista Tavares Bastos, de saudosissima memoria, disse uma verdade quando asseverou que sob o ponto de vista da propria instrução elementar o nosso povo não entrou ainda na órbita do mundo civilisado.

Entretanto, sem instrução e sem trabalho, nada de bom póde a creatura humana realizar.

[...]

²⁶ João Dias de Castro (1807-1875). Político ligado ao Partido Conservador. Foi presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e teve um mandato como parlamentar na Assembleia Provincial. Sobre os presidentes provinciais ver anexo II.

²⁷ Essa disciplina foi instituída na Escola Normal a partir de 1872, por insistência do então diretor Padre Cacique, que também a ministrava (SCHNEIDER, 1993, p. 245).

²⁸ Henrique D’Ávila (1833-1903). Estudou Direito na Faculdade de São Paulo, como tantos políticos rio-grandenses. Ligado ao Partido Liberal foi deputado provincial e geral e presidente da província nos anos de 1880 e 1881. Mensagem de Henrique D’Ávila à Assembleia Provincial disponível em <http://www.seplag.rs.gov.br>.

O Brasil não é feliz porque não trabalha, e não trabalha porque é ignorante, não sabe aproveitar os elementos de vida que possui.

[...]

O mestre é a escola. Sem mestre não há ensino possível. É muito difícil a aquisição de bons professores. Não obstante isso, é preciso que o Estado os descubra onde eles se acharem ou os faça se não existirem (mensagem publicada em 19 de abril de 1880).

É interessante perceber que a mensagem de Henrique D’Avila mostrou que a educação poderia resolver problemas sociais. Esse era um pensamento da época, pois a frase destacada em negrito encontra-se também no livro de Almeida de Oliveira, o *Ensino Público* [1874] (OLIVEIRA, [1874] 2003, p. 44). Neste livro, o autor defendeu que, “na ignorância e na falta de educação é que reside a fonte de miséria e da desordem, dos crimes e dos vícios de toda sorte, como é nestes males que estão as principais causas dos perigos e desprezos sociais” (2003, p. 71). Portanto, pode-se afirmar que Henrique D’Avila lia os autores que defendiam a educação pública, inclusive gratuita e obrigatória.

Pelo pensamento liberal no século XIX, a instrução do povo era vista como o único modo para resolver os problemas sociais. E, como o número de escolas era insuficiente, a Escola Normal passou a ter uma grande visibilidade, já que o maior problema da província para resolver os problemas da instrução era justamente a falta de professores qualificados.

Em vista da situação da Instrução Pública, Henrique D’Avila resolveu dar uma nova organização à Escola Normal, conforme a Lei 1259, de 21 de junho de 1880. Por essa mesma lei, criou na Escola Normal uma aula em Língua Alemã, para que os alunos pudessem trabalhar nas zonas de colonização alemã (SCHNEIDER, 1993, p. 375).

Desta forma, o sucesso da Escola Normal refletiu também em problemas políticos. Para Giolo, “junto à escola normal aglomerou-se a elite educacional de Porto Alegre (e da província). Sua autoridade e independência eram tais que projetavam sombra sobre a Diretoria-Geral da Instrução Pública” (2006, p. 487). No Ato de 4 de fevereiro de 1881, Henrique D’Avila criava um novo regulamento para a Escola Normal e nomeava o diretor, o vice-diretor, os lentes e professores, como se vê a seguir:

Diretor: dr. Adriano Nunes Ribeiro

Vice-diretor: dr. Demétrio Ribeiro

Lentes das cadeiras de:

Português: dr. Alfredo Clemente Pinto

Matemática: dr. José Theodoro de Souza Lobo

Pedagogia: João Pedro Henrique Duplan

Geografia e História: dr. Severino de Freitas Prestes

Cosmografia e Ciências Naturais: dr. Demétrio Ribeiro

Francês: João Carlos Moré

Alemão: Frederico Bieri

Desenho: Hilário Ribeiro

O curso de estudos da Escola Normal ficou dividido em: curso preparatório, de um ano, e curso normal de três anos (SCHNEIDER, 1993, p. 377).

Esses professores tiveram participação política importante nos últimos anos da monarquia e no início da República e de alguma forma tinham reconhecimento público. Na monarquia, Adriano Nunes Ribeiro, por exemplo, atuou no Partido Liberal e foi redator do jornal *A Reforma*; Demétrio Ribeiro estava presente na criação do Partido Republicano Rio Grandense e também escreveu em *A Federação*; os dois eram irmãos e ambos estiveram na direção da Escola Normal e na diretoria da Instrução Pública, em vários momentos. Outro nome importante foi Alfredo Clemente Pinto, que atuou no Partido Conservador e foi diretor da Escola Normal tanto no período monárquico quanto no republicano, pois a partir de 1889 aderiu ao PRR, pelo qual também foi deputado provincial. José Theodoro de Souza Lobo e Henrique Duplan também chegaram à direção da Instrução Pública. Muitos professores da Escola Normal foram redatores dos principais jornais partidários do período, tais como *A Reforma*, *O Conservador* e *A Federação*, analisados neste trabalho. No entanto, não havia nenhuma mulher ocupando as cadeiras importantes na Escola Normal. Segundo Tambara, “nos cargos de ensino secundário, nos postos de inspetores de ensino, nos de diretor da Escola Normal, e nos de Direção Geral da Instrução Pública havia uma exclusividade masculina” (1998, p. 46). A primeira mulher a dirigir a Escola Normal chegou ao cargo somente em 1936²⁹.

Além de professores de renome, alguns alunos formados na Escola Normal, entre as décadas de 1870 e 1880, tornaram-se conhecidos por seus serviços na instrução pública e/ou particular. Pode-se citar alguns destes listados por Schneider (1993): Luciana Maria de Abreu (1872), Josephina Thereza de Barros (1872), Brigida Antunes de Barros (1872), Anna Aurora do Amaral Lisboa (1881), Henrique Jaeger e Luis Augusto Laurent (1882), Ignácio Montanha (1883), Pedro Nedel (1884), André Leão Puente (1885), Luis Manoel da Silva Pennafiel (1885), Hilário Fortes de Barcellos (1886), Antonio Pinto Corrêa Lima (1887), Camilo Leindecker (1887).

No final da década de 1880, segundo Schneider, a Escola Normal continuava funcionando no mesmo prédio, embora o número de alunos tivesse aumentado. Nem sempre os que iniciavam o curso o concluíam. O diretor da Escola Normal, Paulo Emilio Loureiro de Andrade³⁰, apontava a distorção entre os alunos matriculados no primeiro ano e dos que obtinham o diploma de aluno mestre. A implantação da Escola Normal pareceu não ter

²⁹ A primeira diretora da Escola Normal foi Florinda Tubino Sampaio, mas esse assunto será melhor abordado adiante.

³⁰ Professor da 5ª cadeira de Ciências Naturais da Escola Normal e foi nomeado para substituir Adriano Nunes Ribeiro no advento da República, em 16 de novembro de 1889. Fez um relatório que analisa os objetivos, necessidades, manutenção e reorganização da Escola Normal (Cadernos dos ex-alunos, 2001, nº 2, p.31).

resolvido o problema da formação de professores durante o período imperial, pois nem mesmo seus alunos chegavam ao final do curso. O diretor indicava algumas causas para esse problema:

- alunas que se retiravam do curso após cursarem o 1º e 2º anos, julgando-se suficientemente preparadas para seguirem diversas atividades ou serem boas mães de família;
- outros alunos julgavam-se convenientemente preparados para exercerem o magistério primário, o que conseguiam como professores contratados de diversas aulas públicas, por lhes ser permitido pelo Regulamento da Instrução Pública;
- em menor número: morte de alguns alunos e jubilação de outros (eliminação) (SCHNEIDER, 1993, p. 451).

A Escola Normal tinha problemas, mas mesmo assim continuava influenciando a instrução pública na província. Tambara mostra que

Esta escola passou a influenciar o processo de transformação do perfil do professorado da Província, mormente da instrução pública. Em 1883, havia em atividade na instrução primária pública 307 professores, dos quais 175 tinham “curso de estudos da Escola Normal” e 132 não tinham o referido curso (TAMBARA, 2008, p.16).

Com o advento da República, os rumos da política a mudaram o cenário rio-grandense e, por consequência, os ideais para a educação também sofreram transformações e atingiram a Escola Normal. A educação passou a ter um caráter de construção do cidadão, trabalhador, conhecedor dos seus direitos e deveres, com liberdade para fazer suas escolhas, desde que estivesse de acordo com a *ordem e o progresso* ditadas pelo Estado.

Essas mudanças no Rio Grande do Sul não ocorreram de forma drástica. Foram orientadas por políticos, de certa forma, conservadores. Embora mudassem os atores e os partidos na administração do Estado, Alfredo Clemente Pinto continuava como diretor da Escola Normal, mesmo com a proclamação da República, já que logo se filiou ao PRR, que chegara ao poder. Em 1891, o diretor se licenciou, sendo substituído por Francisco Paula Soares³¹ (interino), pois assumiu como deputado estadual pelo PRR defendendo a “causa católica” (Revista IE, 1969, p.27).

Para se entender esse contexto, analisa-se a conjuntura social na passagem do Império para a República, Corsetti “aponta para um duplo movimento: o da rejeição da velha ordem e o da proposta de construção de outra” (2007, p. 292). Destaca-se ainda que para os agentes sociais envolvidos surgia uma nova realidade, a modernidade e seus respectivos valores, que

³¹ Francisco de Paula Soares – nasceu em Montevideu em 1825, quando seu pai prestava serviço no exército naquela cidade. Com 3 anos o trouxeram para Rio Grande, mas em 1936 voltou para Montevideu onde fez os cursos preparatórios para Medicina. Em 1952 recebeu o grau de doutor em Medicina pela Universidade de Buenos Aires. Prestou concurso para o Liceu D. Afonso, e quando este foi extinto continuou a regência na mesma cadeira na Escola Normal. Foi eleito à Assembleia Provincial pelo Partido Liberal por diversas vezes. Em 1866, foi inspetor geral da Instrução Pública. Faleceu em 1881, aos 53 anos de idade (Porto Alegre, 1917, p. 140).

significavam reordenar a sociedade tendo como fundamento a igualdade e a liberdade de seus integrantes. Essa sociedade emergente criticava a sociedade hierárquica e escravista, porque se opunha à ideia de sociedade moderna com as supostas igualdade e liberdade dos seus agentes (CORSETTI, 2007, p. 292).

A constituição dessa nova sociedade passava por um reordenamento, a partir da construção de novas formas de dominação, que dessem conta da nova ordem, de como dominar homens livres e formalmente iguais. Isso, no entanto, demandaria novas estratégias diferenciadas de poder. Nessa nova perspectiva educacional, o atraso passou a ser identificado com a sujeira, a feiúra, a doença, a ignorância, a prostituição, a loucura, a vadiagem, a morte, ou seja, com a desordem que deveria ser eliminada. Por outro lado, o progresso era representado pela limpeza, pelo embelezamento das cidades, pela saúde, pela reprodução da vida, pela educação, bem como, pela disciplina, pela ordem, pela produtividade, pela lucratividade (CORSETTI, 2007, p. 293).

Na Primeira República, a mulher passou a ser inserida no mercado capitalista que se consolidava, passou a ser a professora por excelência. À medida que as mulheres iam assumindo as aulas gradualmente, o número de homens professores ia diminuindo. Este fato relacionou-se com a questão salarial. Segundo Corsetti (2007) a situação do professorado era bastante precária, em termos salariais, desde o período imperial,

esta abertura ideológica, além de atender às demandas do processo produtivo, possui um caráter conservador subjacente que vai contaminar a atividade do magistério - é a idéia de que à mulher cabe o papel de educadora por sua própria natureza social e psíquica. Assim, o que ocorreu foi apenas uma extensão da atividade educativa desenvolvida pela mulher dentro do lar para o reduto da escola formal. E, neste sentido, a profissão passou a ser vista como uma vocação, tanto quanto a mulher era vocacionada à maternidade. Esta concepção é importante pois explica, em muito, o desprestígio em termos profissionais que, por muito tempo, a profissão de professora primária apresentou (TAMBARA, 1998, p. 42).

Com um governo estadual com o predomínio de elementos positivistas, a questão da formação de professores sofreu um baque em decorrência da liberdade profissional defendida nesse momento. O processo de reorganização dos sistemas de ensino destinado à formação de professores foi se configurando e se consolidando (TAMBARA, 2008, p. 16). A Escola Normal, como qualquer instituição pública, estava sujeita às transformações e as mudanças de acordo com a política estadual, que tinha aderido às ideias positivistas, como visto anteriormente. Um projeto de mudança no ensino público foi mencionado, em mensagem de Júlio de Castilhos, em 20 de setembro de 1895,

O ensino publico, ainda subordinado, salvo algumas modificações secundarias, ao regulamento provincial, carece de uma reorganização quasi radical que o coloque em condições de ser mais efficazmente ministrado e julgado.

Acha-se em estudos um projeto de regulamento que, em principios do ano vindouro, poderá entrar em vigor. Releva-se, todavia, assignalar que a despeito da anormalidade das circumstancias em que se tem encontrado o Estado, o governo não preteriu o provimento das aulas publicas em todos os lugares em que foi possível mantel-as com aproveitamento da população escolar (CASTILHOS, Júlio Prates. Mensagem à Assembleia dos Representantes. 20/09/1895).

Contudo, se sabe que o tal projeto não foi implantado, e Julio de Castilhos, no ano seguinte, se justificava por não ter conseguido implantar tal reforma. Em 1897, finalmente foi implantada uma reforma no ensino primário, mas que não será discutida, por não ser o foco deste trabalho. Mas, o antigo projeto de Castilhos não foi esquecido, e seu sucessor Antonio Augusto Borges de Medeiros³², retomou a ideia em 1898,

Por várias circumstancias inteiramente alheias ao meu proposito, não foi possível ainda instituir os collegios districtaes, que deverão ministrar o ensino complementar; nutro porém, a funda esperança de poder tornar efetiva, em começo do ano vindouro, applaudida creação de tão uteis institutos de ensino (MEDEIROS, Antonio A. Borges de. Mensagem à Assembleia dos Representantes. 20/09/1898).

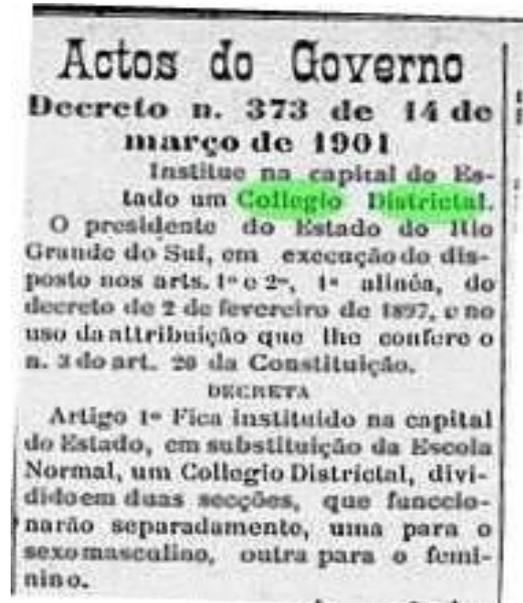
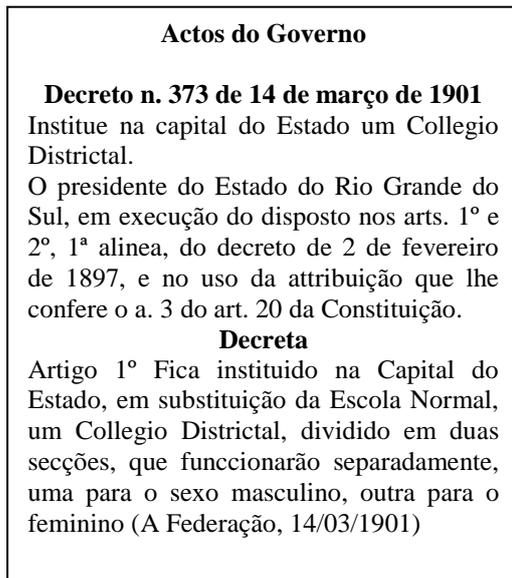
O tão comentado projeto do Colégio Distrital, em 1899 e 1900, ainda não tinha sido implantado. Até que finalmente, em 1900, Borges de Medeiros comprometeu-se, com a Assembleia, à instalar o projeto, “no inicio do anno vindouro terá logar a instalação definitiva do primeiro Collegio Districtal desta capital, como succedaneo immediato da actual Escola Normal” (MEDEIROS, Antonio A. Borges de. Mensagem à Assembleia dos Representantes. 20/09/1900).

³² Antonio Augusto Borges de Medeiros (1863-1961) inicia os estudos na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1881 e conclui em Recife, em 1885. Retornou ao Rio Grande do Sul, para Cachoeira do Sul, onde exercia advocacia e a chefia local do Partido Republicano Riograndense. Com a proclamação da República, foi nomeado delegado de polícia e, em 1890/1891, integrou a bancada do Rio Grande do Sul na Assembleia Nacional Constituinte. Foi indicado por Júlio de Castilhos, em 1898, para sucedê-lo na chefia do governo estadual, cargo para o qual seria reeleito em 1902. Após a morte de Julio de Castilhos, em 1903, Borges assumiu de forma definitiva a liderança do partido, que conservaria de forma absoluta por mais de duas décadas. Seu comando sobre o PRR foi efetivo mesmo durante o tempo em que se afastou do comando do executivo estadual para dedicar-se à agricultura, entre 1908 e 1913. Em 1917 reelegeu-se ao governo do estado. Em 1922, Borges candidatou-se à reeleição ao governo gaúcho. Porém, após sua vitória a oposição, liderada por Joaquim Francisco de Assis Brasil questionou o resultado do pleito. Os partidários de Assis Brasil acabaram recorrendo ao confronto armado, deflagrado em janeiro de 1923. Entretanto, Borges fica no poder até 1929, quando compromete-se a não concorrer a reeleição. No cenário nacional, a partir de 1930, com a instalação do Governo Provisório, liderado por Getúlio Vargas, e a anulação da Constituição de 1891, Borges começou a trabalhar para que o país voltasse ao regime constitucional. Nesse sentido, apoiou a Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo, articulando, junto com outros líderes gaúchos, um levante no Rio Grande do Sul contra o interventor federal no estado, Flores da Cunha, que, fiel a Vargas, enviara tropas para combater os paulistas. Por conta disso, Borges foi preso, passando a liderança do PRR a Maurício Cardoso. Anistiado em maio de 1934, em julho do mesmo ano concorreu à presidência da República na eleição indireta realizada pela Assembléia Nacional Constituinte, reunida desde o ano anterior. Nessa ocasião, foi o segundo mais votado com 59 votos contra os 175 dados ao vencedor, Getúlio Vargas. Em seguida, elegeu-se deputado federal pelo Rio Grande do Sul. Na Câmara fez parte das Oposições Coligadas (ou Minoria Parlamentar), bloco de oposição a Vargas no Congresso. Foi cassado em 1937 pelo golpe do Estado Novo, decretado por Vargas, mas mesmo assim divulgou manifesto de apoio à nova ordem e afastou-se da vida política. Disponível no sítio do CPDOC:

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/borges_de_medeiros

³² Olga Acauan Gayer (1895-1986) – Foi diplomada pela Escola Complementar.

Então, em 1901, a Escola Normal passou por novas transformações.



Texto 3: Decreto n. 373 de 14 de março de 1901(A Federação, 14/03/1901).

Pelo Decreto n. 373, de 14 de março de 1901, foi instituído o Colégio Distrital em substituição à Escola Normal, como mostra a nota publicada no jornal *A Federação*. Nos dias seguintes, tanto a *Reforma* quanto a *Federação* publicaram a nominata de professores para o Colégio:

Director – Dr. Manuel Pacheco Prates. Professores – para a aula elementar do sexo feminino, D. Maria José Olinto Carneiro; para aula do sexo masculino, Frederico Bieri; para 1ª classe da secção masculina, padre João Pereira da Silva Lima; para 3ª classe da mesma secção, Henrique Emilio Meyer; para 1ª classe da secção feminina, Achylles José Gomes Porto Alegre; para 2ª classe da secção feminina, José Theodoro de Souza Lobo; para 8ª classe da secção feminina, Dr. Alfredo Clemente Pinto (*A Federação*, 15/03/1901; *A Reforma*, 16/03/1901).

Durante o período de supressão da Escola Normal (1901-1906), houve um aumento das escolas, mas não houve aumento na formação de professores. Eram aproveitados os professores interinos, sobretudo nas áreas rurais, o que significou um empobrecimento qualitativo do trabalho docente. O discurso republicano enfatizava a mulher como um ser privilegiado para o magistério, destacava a missão nobre do professorado. Com esse discurso a profissão ganhou caráter de sacerdócio, sem precisar aumentar a remuneração (CORSETTI, 2007, p.307).

Segundo Saviani (2005), o Código Eptácio Pessoa de 1901 acentuou os estudos literários e, conforme a visão positivista do período, equiparou as escolas privadas e as oficiais de nível secundário e superior, defendeu a liberdade de ensino. Embora o Código fosse aplicado no Distrito Federal, teve repercussão em outros estados, como no Rio Grande do Sul, que também tinha uma política voltada para as ideias positivistas.

O Colégio Distrital teve curta duração. Em 1906, a estrutura da Escola foi novamente modificada. Precisamente, em 16 de maio de 1906, o Colégio Distrital deu lugar à Escola Complementar, de nível secundário, através do Decreto n. 907.

Institue uma Escola Complementar na capital do Estado.

O Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, em execução do regulamento que baixou com o decreto n. 874, de 28 de fevereiro findo, e no uso da atribuição que lhe confere o n. 3 do artigo 20 da Constituição,

Decreta

Art. 1º - Fica instituída em Porto Alegre uma Escola Complementar, em substituição ao Collegio Districtal.

Art. 2º - Observar-se-á uma relação do pessoal e outras despesas da Escola Complementar, a tabela de vencimentos e material que vigorava para o Collegio Districtal.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palacio do Governo em Porto Alegre, 16 de maio de 1906.

A. A. Borges de Medeiros.

Protásio Alves

(*A Federação*. 17/05/1906).

Não foi só o Collegio Districtal da capital que passou por transformações. O Decreto 909, do mesmo dia, transformou os Colégios Distritais de Santa Maria, São João do Montenegro e de Santa Cruz, também em escolas complementares (*A Federação*, 17/05/1906). Neste sentido, houve um aumento de escolas com o intuito de formar professores.

Nos dias que se seguiram, foi publicado em *A Federação* um edital para a locação de um prédio para funcionar a Escola Complementar. O edital foi publicado por quase um mês. Entretanto, no dia 11 de setembro de 1906, o periódico publicou que estava sendo realizada a limpeza num prédio na Rua Riachuelo (nº 212 a 214), a fim de instalar a Escola Complementar. E, ao que parece, a Escola foi transferida para o local, embora não se tenha identificado a nota sobre o dia da mudança.

Em 1908, o presidente do Estado, Antonio Augusto Borges de Medeiros, mandou construir um prédio para a Escola Complementar, ao lado da Assembleia Legislativa, na rua Duque de Caxias com a General Auto. Sobre a cerimônia de colocação da pedra fundamental, *A Federação* publicou a transcrição da Ata.

Aos dez dias do mez de janeiro de 1908, nesta cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, na rua Duque de Caxias, esquina da rua General Auto, ás 8 horas da manhã [...] cedeu-se ao assentamento da pedra fundamental do edificio da Escola Complementar, a construir na esquina das ruas mencionadas.

Em seguida foi colocada debaixo da pedra fundamental uma caixa de folha, na qual estava encerrada uma outra de madeira de louro, contendo um numero de todos os jornais diarios que se publicam nesta capital e bem assim a segunda via da presente acta, convenientemente assignada por todos os presentes a inauguração e mais as seguintes moedas nacionaes com curso na presente época, representando o valor de mil oitocentos e sessenta réis, duas de cobre, de quarenta e vinte réis.

[...]

Assignaram, então, a acta os drs. Protásio Alves, José Barbosa Gonçalves, Francisco de Avilla Silveira e Manoel Pacheco Prates, capitão Fernando Gama, Julio Nectox, Lasare Debise, Israel Affonso Azambuja, Viriato Cintrão, pela Federação, Fernando Miranda, Pedro Castello, Cyro José Ferreira e major Antonio Garcia de Miranda.

[...]

A caixa foi collocada sob a pedra fundamental, que por sua vez, fica debaixo da soleira da porta principal do edificio a construir para Escola Complementar (*A Federação*, 10/01/1908).

As obras do prédio para a Escola Complementar começaram em seguida. A planta do prédio foi exposta na vitrina da Livraria do Globo e o projeto foi assinado por A. Trebbi, desenhista da Secretaria de Obras. A descrição do projeto foi publicada em *A Federação*, que, segundo o articulista, “o edificio da Escola Complementar vae ser um dos mais bellos e confortáveis da capital preenchendo cabalmente os fins a que se destina” (*A Federação*, 16/01/1908). No entanto, alguns meses depois o periódico publicou uma nota informando que a Repartição das Obras seria instalada nesse prédio e que a Escola seria transferida temporariamente para o prédio do Arquivo, juntamente com a Repartição da Instrução Pública, que estava localizado num edificio na Rua Duque de Caxias esquina Marechal Floriano (*A Federação*, 18/06/1908).

Os investimentos na Escola não ficavam restritos à construção de um belo prédio, mas também à formação das normalistas e dos professores da instituição. Na década de 1910, uma viagem de estudos ao Uruguai, foi promovida pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, para pesquisas em escolas e métodos de ensino usados naquele país para professores e estudantes da Escola Normal.

Florinda Tubino, juntamente com um grupo de educadores, recebeu a oportunidade de participar de uma viagem de estudos a Montevideú. A comitiva foi constituída pelo diretor da Escola Normal Clemente Pinto, pelos professores Affonso Guerreiro Lima, Ondina Godoy Gomes, Georgina Godoy Moritz e Marieta Freitas Chaves (BEISER, 1996, p.95).

Não foram somente professores que participaram dessa viagem de estudos. Foram também algumas alunas mestras, como “Carolina Cunha, Olga Acauan³³, Marina Cunha, Idalina Mariante Pinto, Maria José de Souza e Branca Diva Pereira” (BEISER, 1996, p. 97).

³³ Olga Acauan Gayer (1895-1986) – Foi diplomada pela Escola Complementar em 1913 e realizou curso de Especialização no Ensino Fundamental e em Alfabetização em Montevideú, como bolsista dos governos do Rio Grande do Sul e do Uruguai. Em 1917 era auxiliar de ensino da Escola Complementar, mas logo foi nomeada efetiva. Foi membro da Comissão de Exame de Método de Ensino do Professor Antonio Joaquim Teixeira Neto (1919) e da Comissão que elaborou o Regulamento e Programa de Ensino Primário e das alterações do Regulamento do Ensino Normal e Complementar (1929). Inspectora escolar em 1936 e membro do Conselho Estadual de Educação de 1937 a 1955. Nomeada Catedrática da Escola Normal General Flores da Cunha em 1937. Inspectora Chefe da Seção Técnica da Diretoria da Instrução Pública da Secretaria da Educação e Saúde Pública (1937) e Diretora-Geral da Instrução Pública (1937-1942). Participou de várias comissões estaduais e particulares de inspeção da prática profissional. Diretora do Instituto de Educação de 1948 até 1955. Publicou com Branca Diva Pereira a Cartilha “Queres Ler?”. Recebeu vários prêmios e homenagens (Cadernos dos Ex-alunos, 2001, nº 2, p.37).

Desta viagem resultou a aplicação de práticas pedagógicas inovadoras na Escola Complementar e também a tradução da *Quieres Ler?*, de José Henriques Figueira, professor uruguaio, por Olga Acauan e Branca Diva Pereira. Essa tradução resultou na cartilha *Queres Ler?*, largamente utilizada para alfabetização nas escolas do Rio Grande do Sul, nas décadas de 1920 a 1950³⁴.

No ano de 1911, com a Lei Rivadávia Corrêa³⁵, desoficializou-se totalmente o ensino concedendo-lhe plena autonomia didática e administrativa, bem como a abolição do diploma para o exercício profissional.

Decreto nº 8.659, de 5 de Abril de 1911

[...]

Lei Organica Superior e do Ensino Fundamental na Republica a que se refere o decreto n. 8.659, desta data

Organização do ensino - Autonomia didactica e administrativa - Institutos de ensino superior e fundamental - O Conselho Superior do Ensino - O patrimonio, sua constituição e applicação.

Art. 1º A instrucção superior e fundamental, diffundidas pelos institutos creados pela união, não gosarão de privilegio de qualquer especie.

Art. 2º Os institutos, até agora subordinados ao Ministerio do Interior, serão, de ora em diante, considerados corporações autonomas, tanto do ponto de vista didactico, como do administrativo.

[...]

Rio de Janeiro, 5 de abril de 1911, 90º da Independencia e 23º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.
Rivadavia da Cunha Corrêa³⁶

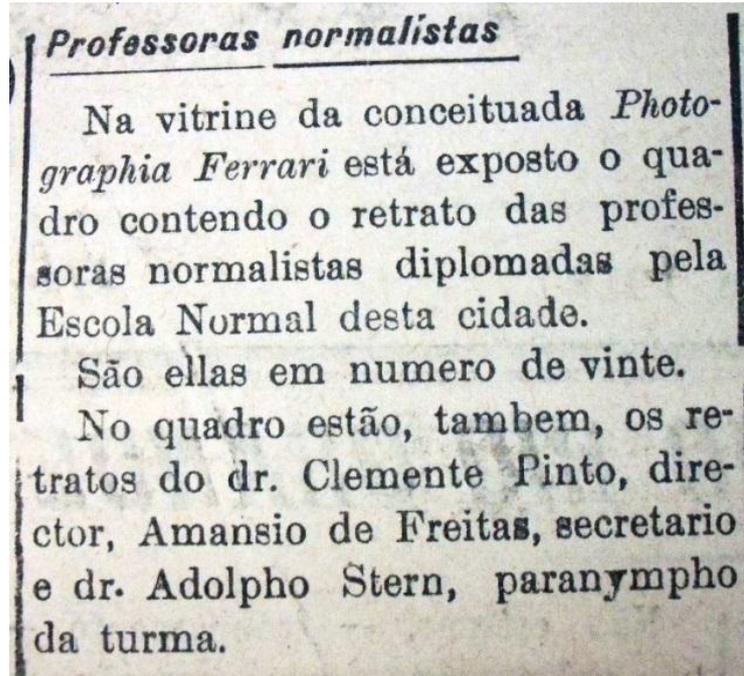
Essa lei teve grande repercussão na Instrução Pública no Estado, principalmente, nas questões referentes à Faculdade de Medicina e com reflexos também na Escola Complementar³⁷. Neste período, os concursos públicos passaram a ser o meio mais eficaz para se chegar à carreira do magistério, mas, mesmo com a lei que dava liberdade profissional, princípio tão caro para os positivistas, porém o diploma de normalista não chegou a perder seu valor, pois as solenidades de entrega de diplomas ainda tinham destaque na imprensa.

³⁴ Sobre esse assunto, ver TRINDADE & NOLL (2005)

³⁵ Rivadávia Correa (1866-1920). Nasceu em Livramento/RS. Fez os estudos preparatórios em Porto Alegre e São Paulo e cursou a Faculdade de Direito de São Paulo. Foi deputado constituinte (1891), deputado à Assembleia Legislativa de São Paulo (1892) e deputado federal pelo RS (1895-1910). Foi Ministro do Interior e Justiça na presidência Hermes da Fonseca entre 1910 e 1913, quando fez a reforma do ensino que deu liberdade de profissão. Em 1913, foi Ministro da Fazenda interino. Também foi prefeito do Distrito Federal entre 1914 e 1916 e senador pelo RS em 1916 (MARTINS, 1978, p.156).

³⁶ Disponível no sítio da Câmara dos Deputados: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html>

³⁷ Esse assunto vai ser aprofundado no Capítulo IV.



Texto 4: Professoras normalistas (A Reforma, 12/03/1912).

A Lei Rivadávia Corrêa teve uma repercussão negativa e, em reação a isso, em 1915, foi aprovada a reforma de Carlos Maximiliano, que entre outras coisas reoficializou o ensino, instituiu o exame vestibular e a obrigatoriedade do diploma de conclusão do ensino secundário para ingresso no ensino superior.

Decreto nº 11.530, de 18 de Março de 1915

Reorganiza o ensino secundario e o superior na Republica

[...]

Art. 77. Para requerer matricula nos institutos de ensino superior os candidatos deverão provar:

- a) Edade minima de 16 annos;
- b) Idoneidade moral;
- c) Approvação no exame vestibular.

Paragrapho unico. Em caso de exame vestibular verdadeiramente brilhante poderá a Congregação permittir a matricula de candidatos que não hajam attingido a edade legal.

Art. 78. O candidato a exame vestibular deve exhibir:

- a) certificado de approvação em todas as materias que constituem o curso gymnasial do Collegio Pedro II, conferido pelo mesmo collegio ou pelos institutos a elle equiparados, mantidos pelos governos dos Estados e inspeccionados pelo Conselho Superior do Ensino;
- b) recibo da taxa estipulada no Regimento Interno.

[...]

Rio de Janeiro, 18 de março de 1915.

Wenceslau Braz Pereira Gomes
Carlos Maximiliano Pereira dos Santos³⁸.

A nova lei voltou a dar significado para os diplomas de nível secundário, que passaram a ser também condição para o ingresso em cursos superiores e para a realização de

³⁸ Disponível no sítio da Câmara dos Deputados: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html>

concursos públicos para o magistério Além disso, instituiu os exames vestibulares que sobreviveram até o início do século XXI.

Na década de 1920, notícias sobre o prédio da Escola Complementar voltaram à tona

Por motivos de força maior, foi prorrogado o prazo para conclusão do novo edifício da Escola Complementar, aos fundos do Palácio Provisorio, com o qual será posto em comunicação, logo que o expediente da presidencia passe a ser feito no novo Palácio. No primitivo projecto foram introduzidas modificações, para melhor, quanto ao conforto, hygiene e esthetica (*A Federação*, 29/09/1929).

Pelo que se pode observar até mesmo o Palácio do Governo funcionou no referido prédio. Finalmente em 1921, foi instalada a Escola Complementar, ou seja, este passou a atender ao fim para o qual foi construído.

Installou-se ultimamente a Escola Complementar no edificio que de princípio lhe fora destinado, mas que de longa data servia de palácio provisório da presidencia. Ahi funcionará exclusivamente o curso complementar, quando terminar em breve a construcção do segundo edificio contíguo, para onde passará o curso elementar. Esses dois prédios preenchem os seus fins e pela sua imponencia e belleza architectonica são realmente monumentaes (*A Federação*, 22/09/1921).

Os dois prédios são realmente monumentais. O prédio onde funcionava à Escola Complementar, agora, 2013, está servindo como uma extensão da Casa Civil, vinculada ao Palácio Piratini.



Figura 3 – Prédio da antiga Escola Complementar, na rua Duque de Caxias esquina General Auto. Foto do sítio www.prati.com.br.

Pode-se observar a importância dada à Escola até mesmo por sua localização e pela suntuosidade do prédio. Na foto a seguir, pode-se ver ao lado da Escola Complementar o

prédio da Assembleia dos Representantes e bem próxima ao Palácio Piratini e a Catedral Metropolitana.



Figura 4 – Prédio da antiga Escola Complementar, hoje Casa Civil, ao lado Memorial do Legislativo, Palácio Piratini e a Catedral Metropolitana na Rua Duque de Caxias. Foto: Acervo pessoal (10/01/2013).

Fazendo parte do mesmo conjunto, tem-se o prédio, que em 2013, abriga a Escola Estadual Paula Soares e que foi construído para a Escola Elementar, anexa à Escola Complementar, inicialmente uma escola de meninas.



Figura 5 – Colégio Estadual Paula Soares, antigo prédio da Escola Elementar anexa à Escola Complementar. Foto: Acervo pessoal (10/01/2013).

No final dos anos 1920, a Escola voltou à denominação de sua fundação, mas novamente teve sua estrutura alterada e seus objetivos ficaram cada vez mais voltados para a formação de professores. Em 9 de março de 1929:

Em virtude do Decreto nº 4.277, foi criada a Escola Normal, com todos os cursos do ensino estadual:

- 1) Normal ou de aperfeiçoamento, dividido em 2 anos;
- 2) Curso Complementar, de 3 anos compreendendo o das Escolas Complementares comuns e equiparadas;
- 3) De aplicação, em 6 anos, sendo 4 do ensino primário e 2 do elementar superior;
- 4) De ensino activo, em 2 anos;
- 5) Jardim de Infância.

Nos diversos cursos do referido estabelecimento empregam sua actividade 39 professores (VARGAS, Getúlio. Mensagem à Assembleia, em 1929).

O novo regulamento, além de alterar a denominação da instituição, também transformava a formação de professores em todo Estado.

Do ensino normal e seus fins

Art. 1º - O ensino normal é leigo, livre e gratuito, ministrado pelo Estado na Escola Normal de Porto Alegre e em Escolas Complementares localizadas em cidades, onde o Governo julgar conveniente.

Art. 2º - Os institutos particulares de ensino secundário do Estado podem equipar-se às Escolas Complementares, de acordo com os decretos ns. 3918 e 3027, respectivamente de 22 de novembro e 5 de dezembro de 1927.

[...]

Art. 6º - Os alumnos que concluírem o curso nos institutos equiparados são obrigados a fazer exames praticos de pedagogia e pratica profissional n'uma das Escolas Complementares.

§ Único – pela Escola, onde for submetido a exame, será fornecido ao alumno, no caso de aprovação, um attestado que junto ao diploma de conclusão do curso fornecido pelo instituto equiparado, dará direito ao exercicio do magisterio publico, de acordo com o regulamento da Instrução Publica (*A Federação*, 16/03/1929).

Esse Regulamento, de certa forma, era mais inovador que os anteriores, já que deixava claro que o ensino na escola era leigo, livre e gratuito. No entanto, reforçava a importância da Escola, pois, para obter um diploma e ter condições de exercer o magistério era necessário prestar provas na Escola Normal ou nas Escolas Complementares. Em 1929, também foram instaladas outras escolas complementares pelo interior do Rio Grande do Sul, em cidades como: Pelotas, Santa Maria, Alegrete, Passo Fundo, Cachoeira e Caxias (VARGAS, Getúlio Mensagem à Assembleia, 1930).

A estrutura da Escola estava voltada para a educação que tinha a máxima “a escola primária deveria ensinar a ler, escrever e fazer contas” (CORSETTI, 2007, p.311). Neste sentido, segundo Bastos,

[...] apesar de ocupar uma situação favorável em relação aos demais estados da federação, não houve, nessa época, uma reforma educacional dirigida pelas autoridades governamentais como as que ocorreram em outros estados da União, visando à implantação de princípios liberais escolanovistas (BASTOS, 2005, p.36).

A Escola Normal aplicava os conhecimentos escolanovistas, embora não fosse uma prática orientada oficialmente pelo Estado³⁹. Como esteve sempre na vitrina das escolas estaduais, os atos políticos do governo estadual interferiam diretamente nos projetos pedagógicos e no quadro de professores da Escola. Desde o governo de Borges de Medeiros até a campanha de nacionalização do Estado Novo as ações governamentais tiveram influência direta de professoras e alunas da Escola. Louro reforça essa ideia:

Sendo uma escola oficial, ligada ao estado, localizada na capital, e tendo como seus dirigentes pessoas de confiança do governo, nela é possível perceber expressivamente as mudanças políticas do Rio Grande e do país. Para ela também se canalizam os esforços e apoios no sentido de que possa acompanhar novas idéias e processos pedagógicos que surgem (LOURO, 1987, p.13).

Neste sentido, a ideia de que as professoras da Escola tinham que aprofundar seus estudos persistia desde a década de 1910, pois as professoras Olga Acauan e Anadyr Coelho obtiveram permissão do Secretário do Interior para viajar ao Rio de Janeiro e a Belo Horizonte sendo publicada uma nota pela Federação.

As senhoritas Olga Acauan e Anadyr Coelho, professoras de pedagogia da Escola Normal, solicitaram ao dr. Sinval Saldanha, Secretario do Interior, permissão para irem ao Rio e Belo Horizonte, aperfeiçoar seus estudos.

No requerimento que lhe foi apresentado, o dr. Sinval Saldanha deu o seguinte despacho:

Permitto a ida das supplicantes, percebendo as vantagens integraes dos cargos, sem onus a mais para o Estado. Ficam obrigadas a apresentar relatorio de seu trabalho (*A Federação*, 20/08/1931).

A partir de 1930, quando o Rio Grande do Sul passou a ser governado pelo General Flores da Cunha⁴⁰ como interventor e, após, como governador. Em seus mandatos, várias medidas foram adotadas para a organização administrativa da educação, tais como:

Em 1935, foi criada a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública, ocupada por Otelo Rosa (1935-37), compreendendo a Diretoria Geral da Instrução Pública, Diretoria de Higiene e Saúde Pública, Assistência a Alienados, Museu Júlio de Castilhos e Biblioteca Pública, bem como a superintendência da Universidade de Porto Alegre (decreto nº 5 969 de 26 de junho de 1935). No mesmo

³⁹ Sobre esse assunto, ver LOURO (1987).

⁴⁰ José Antonio Flores da Cunha: nasceu em Santana do Livramento em 1880 e faleceu em 1958. Estudou na Faculdade de Direito de São Paulo, mas concluiu o curso no Rio de Janeiro. Depois de ser delegado no Rio de Janeiro e advogado em Uruguaiana e Santana do Livramento. Elegeu-se ao longo de sua vida para vários cargos públicos: deputado estadual pelo PRR, em 1909 (pelo RS); deputado federal, em 1917 (pelo CE); deputado federal, em 1924 e em 1927, pelo PRR (RS); prefeito de Uruguaiana, em 1920; Senador, em 1928; deputado federal, pela UDN, em 1945 e em 1950 e deputado federal pelo PTB, em 1958 (faleceu antes de terminar o mandato). Flores da Cunha participou da campanha de 1923 apoiando Borges de Medeiros, como também apoiou Getúlio Vargas, em 1930. Foi nomeado por Getúlio Vargas como interventor federal no Rio Grande do Sul, cargo que ocupou até 1935, quando foi eleito governador pelo Partido Libertador. Em 1937, rompeu com Vargas e foi para o Uruguai, onde ficou exilado por cinco anos. Ao retornar para o Brasil, em 1943, foi preso, mas seis meses depois foi liberado por Vargas. Em 1945, ajudou a fundar a UDN, pela qual cumpriu dois mandatos de deputado federal. Entretanto, faleceu quando era deputado federal eleito pelo PTB. Sobre o assunto ver, SCHIRMER (2007).

ano também foi criado o Conselho Estadual de Educação [...] (BASTOS, 2005, p.39).

A educação passou a ter outra conotação para o Estado. E a escola normal adquiriu uma importância significativa nos projetos relacionados à educação por parte do governo estadual, pois representaria um sinal da modernidade no estado. Em 1935, o então governador General Flores da Cunha mandou construir um novo prédio para a Escola Normal. Só para se ter uma ideia do patamar de importância que a construção do novo prédio tinha para a administração estadual, o parque em que foi construído tal prédio tinha sido projetado pelo arquiteto e urbanista francês Alfred Agache para ser aproveitado para a Exposição do Centenário da Revolução Farroupilha (MONTEIRO, 2007, p. 255).



Figura 6 – Foto da Escola Normal General Flores da Cunha na década de 1930. Acervo do Instituto de Educação General Flores da Cunha.

Em relação a esse prédio o questionamento que provocou a análise: *por que foi construído um prédio de estrutura tão monumental para uma escola de nível secundário?* E, a partir dessa indagação, surgiram outras: *por que este prédio? Por que foi construído? Quem mandou construí-lo? O que representou e representa para a sociedade porto-alegrense?*

Começa-se a responder pelo projeto de construção do prédio elaborado por Fernando Corona⁴¹, em 1934, enquanto trabalhava para a construtora Azevedo Moura & Gertum, que

⁴¹ Fernando Corona chegou ao Brasil em 1912, vindo da Espanha e, aos 16 anos, iniciou sua formação junto às oficinas de esculturas, no aprendizado da estatuária e da decoração de fachadas e interiores. Ao poucos foi se envolvendo com arquitetura. Em 1925 obteve primeiro lugar no concurso público para o Hospital Modelo.

fora contratada pelo General Flores da Cunha, na época, interventor federal no estado. A construção do prédio iniciou-se em setembro de 1934 e foi concluída em agosto de 1935 (CANEZ, 1998, p. 66). A rapidez na construção foi exigida para que o prédio servisse de pavilhão cultural na Exposição do Centenário da Revolução Farroupilha. Sobre a exposição, Possamai escreveu:

Além de pavilhões econômicos foi montado o Pavilhão Cultural, localizado na Escola Normal General Flores da Cunha, sob a direção de Walter Spalding. Esse era composto por várias seções, entre as quais as salas de Pedagogia, organizada por Tupy Caldas, as salas de Pintura, organizadas por Ângelo Guido, entre outras de Arquitetura, Escultura, Música, Literatura e Imprensa (POSSAMAI, 2005, p. 72-73).

Segundo Canez (1998), o prédio da Escola parecia estranho à exposição do Centenário da Revolução Farroupilha, pois Corona era um apaixonado pela arquitetura antiga grega e fez do prédio seu “exercício clássico”. A autora cita o próprio Corona quando este descreveu como fez as colunas da fachada:

Tive problemas técnicos de difícil solução que afinal foram resolvidos como eu imaginava. Por exemplo: a execução das oito colunas do pórtico. Eu não queria emendas e imaginei um sistema que deu resultado positivo. Estas colunas levantadas em tijolo têm um metro de diâmetro por nove metros de altura total, incluindo base ática e capitel jônico do Templo de Artemis, que eu mesmo modeleí, desenhando em tamanho natural. Para que as colunas soltas não tivessem emendas, os andaimes foram divididos em quatro partes. Em cada um trabalhava um frentista. As colunas gahadas tinham caneluras gregas que eram cortadas com ferros curvos ainda no emboço de cal, areia regular e cimento [...] (CORONA *apud* CANEZ, 1998, p. 71).

Canez foi além da citação de Corona e analisou os demais prédios que fazem parte do conjunto arquitetônico da Escola. Para a autora, ele se utilizou do método mimético de analogias visuais. Corona escolheu o modelo do Templo de Artemis e retirou algumas partes ou fragmentos para conferir um significado de monumentalidade que foram usados nos acessos principais e saliências volumétricas das extremidades. Nos outros prédios, como o Jardim de Infância e o Pavilhão de Ginástica, ele limitou-se a fazer referências aos elementos clássicos, e a ordem colossal era sugerida pelo relevo da estrutura das paredes, como se fossem pilastras (CANEZ, 1998, p. 74-75).

A monumentalidade do prédio impressiona e, segundo Possamai, o estilo arquitetônico da Escola Normal, assim como o Palácio Piratini, a Biblioteca Pública, a Delegacia Fiscal, os

Trabalhando na firma Azevedo Moura & Gertum, que detinha uma parcela significativa do mercado da construção em Porto Alegre, pôde desenvolver projetos de estilo clássico, gótico e moderno. No projeto da Escola Normal foi o responsável em todas as etapas e execução. Corona lecionou no Instituto de Belas Artes e, em 1940, projetou seu novo prédio em estilo gótico. Citam-se alguns dos principais projetos arquitetônicos de Fernando Corona: Guaspari, Casa Sloper, edifícios como Moinhos de Vento, Charrua e Jaguaribe, Capela Nossa Senhora Aparecida, no balneário de Ipanema e as residências de M. M. Martínez e Felisberto Azevedo, na Vila Conceição, além do Hospital do Médico, entre outros.

Correios e Telégrafos e o Colégio Elementar Fernando Gomes⁴², foram construídos num contexto que,

utilizando uma heterogeneidade de estilos que caracterizava o ecletismo arquitetônico essas edificações estruturavam uma nova paisagem urbana, que correspondia ao imaginário de modernidade da época, tendo sido valorizadas nas remodelações realizadas por estarem afinadas com o princípio de embelezamento da cidade presente no plano proposto.

É interessante ver que essas edificações – erguidas no espaço urbano de Porto Alegre com o objetivo de se configurarem como monumentos positivistas – ao passo que dotavam o desenho urbano de maior beleza e suntuosidade, nas imagens fotográficas têm reforçada a sua função memorial (POSSAMAI, 2005, p. 72-73).

O prédio da Escola Normal foi construído em um contexto político de valorização de identidade do gaúcho, no qual se ressaltavam os monumentos como desenvolvimento e engrandecimento do Estado perante as outras unidades da federação. Além disso, a monumentalidade⁴³ do prédio também estava associada à sua função inicial que era abrigar uma exposição do Centenário da Revolução Farroupilha, revolta essa tão valorizada no processo de construção de identidade do gaúcho⁴⁴.

A Exposição do Centenário da Revolução Farroupilha estava inserida no contexto das grandes exposições internacionais, que, segundo Machado, “no quadro de um capitalismo internacionalmente ascendente, as exposições transformaram-se em espaço de sacralização e difusão dos objetos expostos, passando a ser visualizadas como fenômenos de massa” (1990, p. 65). Além disso, a autora complementa que as exposições eram organizadas concomitantes com datas históricas, o que contribuía para destacar sua ideia de festividade e relação com o passado. Ainda sobre o local da Exposição, Ceroni descreve:

Aberta à visitação do público em 20 de setembro de 1935, a exposição iniciava com o seu Pórtico Monumental, com duas altas torres que davam acesso à Avenida das Nações, situada no centro do certame, com seus pavilhões construídos especialmente para a mostra. Completando o cenário da Exposição, um grande lago artificial, um auditório ao ar livre e uma moderna fonte luminosa no centro da avenida. Os principais setores econômicos do Rio Grande do Sul se fizeram presente na mostra com seus Pavilhões da Agricultura, da Pecuária e – o maior pavilhão da Exposição – da Indústria, que representava o esforço em demonstrar o desenvolvimento industrial do Estado. Além dos Pavilhões do Rio Grande do Sul, vários estados brasileiros foram convidados para participar da mostra. Cada pavilhão foi construído em conformidade com as peculiaridades de cada estado.

No grandioso prédio da Escola Normal General Flores da Cunha [...] foi montado o Pavilhão Cultural, [...] outro destaque da exposição era o Cassino, que construído em forma de navio, notabilizou-se por oferecer bailes de gala, restaurante e salas de jogos (CERONI, 2009, p.16-17).

Para Machado (1990), dentre os objetivos da exposição, estava evidente a intenção, tanto do governo estadual como das elites locais, de mostrar os avanços e progressos

⁴² Sobre o assunto, ver ERMEL (2011).

⁴³ Sobre a monumentalidade de prédios escolares, ver ERMEL (2011).

⁴⁴ Sobre a construção dessa imagem de identidade do gaúcho associada à Revolução Farroupilha, ver ROSSATO (1999).

alcançados, pelo Estado, para todo Brasil. A ideia era estabelecer uma relação com o passado heroico do Rio Grande.

Como o prédio foi construído por ordem do General Flores da Cunha, a direção da escola reuniu os professores com o intuito de homenagear o “bem-feitor” da Escola e a denominação foi alterada para Escola Normal General Flores da Cunha. A seguir se vê a ata da mudança de nome, realizada em 3 de abril de 1935.

Em 3 de abril de 1935, em reunião plena de todos os professores da Escola, sob a presidência do Diretor Emilio Kemp foi unanimamente aclamado o nome do General Flores da Cunha, então Interventor Federal, para patrono da Escola, ficando denominada de Escola Normal General Flores da Cunha, por haver ele determinado a construção do prédio em que seria instalada a Escola, no Parque da Redenção e que seria o segundo do Brasil, por sua beleza arquitetônica e condições pedagógicas sobrepujado apenas pelo da capital da República. Os professores tiveram também como objetivo agradecer ao Interventor os relevantes serviços prestados por ele à instrução pública do Estado. Seria de haver aprovação do Diretor da Instrução Pública

Dr João Carlos Machado Secretário do Interior.

Em 3 de abril de 1935, em reunião plena de todos os professores da Escola, sob a presidência do Diretor Emilio Kemp foi unanimemente aclamado o nome do General Flores da Cunha, então Interventor Federal, para patrono da Escola, ficando denominada de Escola Normal General Flores da Cunha por haver ele determinado a construção do prédio em que seria instalada a Escola, no Parque da Redenção e que seria o segundo do Brasil, por sua beleza arquitetônica e condições pedagógicas, sobrepujado apenas pelo da capital da República. Os professores tiveram também como objetivo agradecer ao Interventor os relevantes serviços por ele prestados à instrução pública do Estado.

Seria de haver aprovação do Diretor da Instrução Pública

Dr. João Carlos Machado Secretário do Interior.

Texto 5 – Ata de alteração do nome da Escola para Escola Normal General Flores da Cunha [Arquivo Centro Estadual de Formação de Professores Gal. Flores da Cunha].

A *Federação*, que na época tinha caráter de diário oficial do Estado, também em matéria de capa publicou no dia 02 de maio de 1935, a mudança do nome da Escola em homenagem ao interventor federal General Flores da Cunha.

Escola Normal "General Flores da Cunha"

Uma Mensagem e uma visita ao governador

Conforme já foi divulgado, em reunião realizada no dia 3 do mez julho, o corpo docente da Escola Normal resolveu dar a este estabelecimento de ensino o nome do officario general Flores da Cunha.

Ante-ontem á tarde, o professorado da Escola Normal incorporado tendo á frente o respectivo director dr. Emilio Kemp, estava em Palacio, communicando ao governador sua deliberação.

Interpretando o sentir dos visitantes, o dr. Kemp falou rapidamente. Disse dos motivos que haviam retardado a visita — a instellação da Constituinte, a eleição e posse do governador, a semana santa e outros factos — e acrescentou que a resolução já merecera approvação do então secretario do Interior, dr. João Carlos Machado, Concluiu entregando a seguinte mensagem:

"Exmo. sr. general José Antonio Flores da Cunha — D. d. interventor federal no Rio Grande do Sul — O corpo docente da Escola Normal do Rio Grande do Sul tem a subida honra e a maxima alegria de communicar a v. excia. que, reunido quarta feira, 3 do corrente, sob a presidencia do seu prelado e muito digno director dr. Emilio Kemp, approvando uma proposta por este feita entre phrases cheias de sinceridade e color, que punham em relevo a personalidade de v. excia., aclamou o nome do

preclaro interventor gauchio para ser dado á Escola Normal de Porto Alegre, cujo edificio foi mandado construir por v. excia., em mais uma revetação do acendrado amor que vota ao Rio Grande do Sul, salientando a instrucção publica, e em mais um desses gestos que, embora vulgares em v. excia., sempre alliam a firmeza da resolução á justiça da causa."

O mesmo corpo docente, em sua totalidade, apresenta a v. excia., os mais fervorosos votos para que no andar dos annos a Escola Normal General Flores da Cunha synthetize para os que dirigirem os destinos do Rio Grande, o mais ardente amor á instrucção publica até hoje revelado em nossa amada terra. — Effusivas saudações."

Agratecendo, o general Flores da Cunha declarou-se desvanecido com a homenagem. Disse que, desde que conhecera o velho edificio da Escola, constattara as condições deficientes do mesmo para o funcionamento de tão importante instituto. Dahi haver tratado do levantamento de um prédio digno da Escola e da Cultura rio-grandense. Terminou affirmando que tudo envidaria pelo progresso do ensino normal.

Depois de alguns momentos de palestra, despediram-se os visitantes.

Texto 6: Escola Normal "General Flores da Cunha" (A Federação, 02/05/1935).

Nos momentos solenes da Escola em que se produziam atas, possibilitou observar quem eram as autoridades presentes e perceber a importância dos eventos, tal como na inauguração do novo prédio da Escola. Estavam presentes na inauguração: o Governador do Estado, General José Antonio Flores da Cunha, Dr. Pereira Neto, Ary Lund (Jornal da

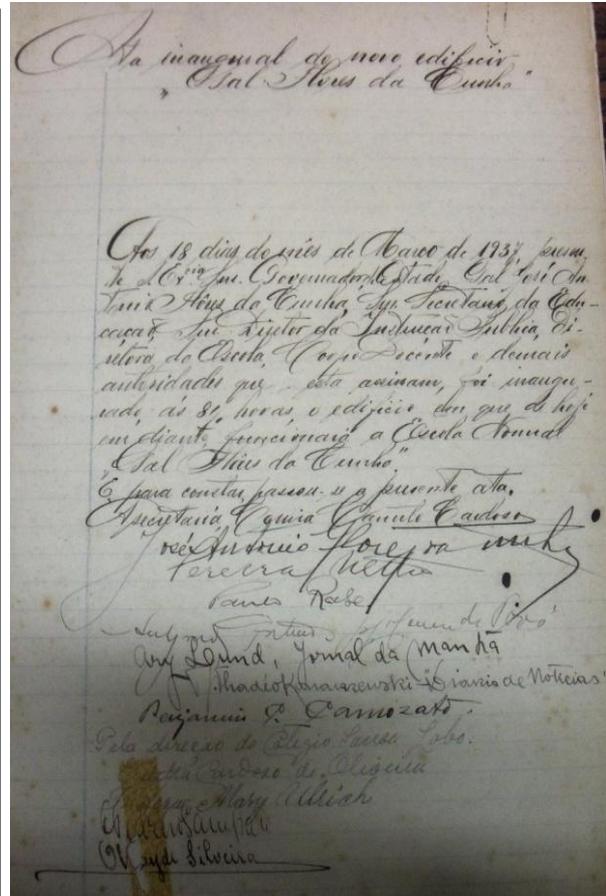
Manhã), Thadéo Karawazenski (Diário de Notícias), Benjamin Camizato, pela direção do Colégio Sousa Lobo, entre outros.

*Ata inaugural do novo edificio
Gal Flores da Cunha*

Aos 18 dias do mês de Março de 1937, presente A Exci^a Srs. Governador do Estado Gal. Flôres da Cunha, sr. Secretario de Educação, Diretor da Instrução Pública, Diretor da Escola, Corpo Docente e demais autoridades, que esta assinam, foi inaugurado, às 8 horas o edificio em que de hoje em diante funcionará a Escola Normal Gal Flôres da Cunha.

*E, para (...), passou-se a presente ata.
Secretaria Corina Canuto Cardoso
José Antonio Flores da Cunha
Pereira Neto
Paulo Rose
[...]*

*Ary Lund, Jornal da Manhã,
Thadéo Karawazenski, Diário de Notícias
Benjamin Camozato
Pela Direção do Colégio Souza Lobo
[...] Cardoso de Oliveira
[...] Mary Ulrich
[...] Sampaio
[...] Silveira*



Texto 7 – Ata de inauguração do prédio da Escola Normal Gal. Flores da Cunha, 1937. [Arquivo Centro Estadual de Formação de Professores Gal. Flores da Cunha].

Pode-se perceber que, além das autoridades relacionadas à construção do prédio e à direção da Escola Normal, estavam presentes representantes de alguns jornais da cidade. A lista de assinaturas mostra quão importante parecia ser a transferência da Escola Normal General Flores da Cunha.

Embora a construção do prédio estivesse associada a uma política estadual de valorização cultural do gaúcho, bem como ao engrandecimento do Estado, também podia ser comparada ao contexto das reformas educacionais que vinham acontecendo pelo país, como, por exemplo, a Reforma de Fernando Azevedo no Distrito Federal, entre 1927 e 1930. Na ata de mudança da Escola, já se citava o prédio construído no Distrito Federal, também como uma obra monumental. Segundo Abdala,

Fernando Azevedo dispôs-se a renovar a educação. Para tanto, era necessário, antes de tudo, repensar e organizar as instalações escolares. Assim, após constatar a situação precária dos prédios escolares existentes e a insuficiência de instalações para essa finalidade, Azevedo elaborou um projeto arquitetônico que envolvia tanto

a recuperação dos prédios antigos, quanto a construção de novos. Em sua administração, foram construídos nove prédios, todos concebidos segundo o estilo neocolonial, visando firmar o nacionalismo (ABDALA, s/ano, s/d.)

Com a implantação do Estado Novo, em 1937, e a Campanha de Nacionalização⁴⁵, as políticas para a educação tiveram grande importância para a construção de uma identidade nacional. Segundo Beiser (1996), algumas professoras da Escola Normal participaram da fiscalização da campanha de nacionalização no Estado, entre elas: Olga Acauan, Branca Diva Pereira, Marieta Cunha e Silva. Todas elas estiveram ligadas à Secretaria de Educação e Saúde Pública durante a gestão de Coelho de Souza⁴⁶, que foi um dos Secretários mais engajados na campanha de nacionalização durante o Estado Novo. Logo após a implantação do Estado Novo, a escola passou por novas mudanças, quando seu *status* de Escola Normal foi substituído para Instituto de Educação:

[...] 1939, [...] um decreto [...] transformou a Escola Normal em Instituto de Educação, ao mesmo tempo, introduzindo profundas modificações em sua organização, que passou a contar com:

Jardim de Infância
Escola Experimental
Escola Secundária
Escola de Professores

Neste ano, na Escola Secundária, foram incluídos o Ginásio e o Curso Complementar (IE Revista, 1969, p. 17).

Gertz (2005) ressalta a influência do Estado Novo na educação no Rio Grande do Sul e ainda destaca essa interferência no Instituto de Educação:

[...] não há dúvida de que algumas medidas importantes para a institucionalização e para a regulamentação do ensino em geral foram tomadas nesse período, da mesma forma que ocorreram uma expansão física e uma mobilização de professores, administradores e intelectuais em torno do assunto. A atenção maior foi dada ao ensino básico, e nesse campo foram perseguidos três objetivos fundamentais: ampliação da rede de escolas e do número de professores para aumentar os índices de alfabetização entre a população; definição de uma política de pessoal, com a elaboração de um plano de carreira para o magistério; elaboração de normas e critérios para o funcionamento das escolas. Isso significou, concretamente, a reformulação do Instituto de Educação General Flores da Cunha especializado na formação docente; a seleção dos professores por concurso; a criação de Delegacias Regionais de Ensino para possibilitar um maior acompanhamento das escolas e dos professores do interior do estado; a elaboração de programas curriculares mínimos a serem seguidos (GERTZ, 2005, p.98).

Não se pode negar que, durante os governos de Vargas e de Flores da Cunha, houve uma maior organização e preocupação com a educação primária e a formação de professores, refletindo na Escola Normal, como visto anteriormente.

⁴⁵ Sobre o assunto, ver SEYFERTH (1997) e BASTOS (2005).

⁴⁶ José Pereira Coelho de Souza (1898-1982). Bacharelou-se na Faculdade de Direito de Porto Alegre. Foi deputado na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul de 1935 a 1937, pelo Partido Republicano Federal. Foi Secretário de Educação do Estado de 1937 até 1945. Também foi deputado federal pelo Partido Libertador e exerceu um cargo diplomático. Foi sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (FRANCO, 1998, p.115).

Embora a educação no Rio Grande do Sul, e até mesmo no Brasil, tenha se tornado cada vez mais feminina, a principal escola de formação de professores do Estado somente teve a sua primeira diretora em 1936. E, sob a direção desta mulher, Florinda Tubino Sampaio⁴⁷, a Escola Normal passou por várias transformações, como ser o Instituto de Educação General Flores da Cunha, entre outras coisas. Em 2013, mesmo com o nome de Centro Estadual de Formação de Professores General Flores da Cunha, a escola ainda é conhecida como o Instituto de Educação, precisamente como IE, para alunos e professores.

A seguir se faz um quadro resumo associando os partidos políticos com os cargos de direção no Estado e alterações na Escola Normal/Colégio Distrital/Escola Complementar/Escola Normal/Instituto de Educação⁴⁸.

Quadro 5 – Quadro resumo

Ano	Partido no governo	Diretor da Escola	Alteração na Escola	Regulamento – Decreto
1834	-	-	-	Ato Adicional – determina que as províncias são responsáveis pela criação de escolas normais.
1840	--	---	----	Projeto de Lei para criar escola normal na Província.
1860	---	----	---	Lei 446, de 4 de janeiro – autoriza estabelecer na capital uma escola normal.
1869	Partido Conservador	Padre Cacique	Criação da Escola Normal	Em 05 de abril é instituída a escola normal pelo Regulamento de Estudos Normais.
1871	Partido Conservador	Padre Cacique	Alteração no currículo da Escola e criação da escola primária anexa; estabelece o diploma de normalista como requisito para nomear professores.	Lei 771 de 04 de maio
1872	Partido Conservador	Padre Cacique	Transferência para o prédio do Ateneu Riograndense na Duque de Caxias.	
1873	Partido	Fausto de Freitas e	Meninos e meninas têm que	

⁴⁷ Florinda Tubino Sampaio (1895-1966). Concluiu o Curso Complementar em 1909 e em 1911 a designaram para auxiliar de ensino no Curso de Aplicação da Escola. Também foi para viagem de estudos ao Uruguai e retornou ao Brasil em 1916. Foi efetivada como professora de 1ª entrância em 1916. Em 1936 exerceu interinamente a direção da Escola Normal e em 1937 foi efetivada no cargo que exerceu até 1945. Participou de Banca Examinadora de Pedagogia e Prática Profissional no Ginásio Bom Conselho e membro do Conselho Técnico do Instituto de Educação. Aposentou-se em 1958 (Cadernos dos Ex-alunos, nº 2, p.34). Sobre o assunto ver também BEISER (1996).

⁴⁸ No final deste trabalho no Anexo II, na página 304, encontra-se o quadro completo com todos os diretores efetivos da Escola até 1937.

	Conservador	Castro	entrar por portas distintas.	
1875	Partido Conservador		Separação do cargo de Diretor da Escola Normal e da Diretoria da Instrução Pública	Lei de 27 de abril.
1877	Partido Conservador	Padre Cacique/Francisco de Paula Soares	Muda o regulamento: professor efetivo mais antigo passa a ser o diretor.	Lei de 07 de março.
1880	Partido Liberal	Manuel de Araújo Castro Ramalho/Fernando Abbott	Mudança regulamento – são criados dois cursos: preparatório e normal.	
1881	Partido Liberal	Adriano Nunes Ribeiro	Mudança de regulamento.	Novo Regulamento dos Estudos Normais instituído em 04 de fevereiro.
1889	Partido Liberal/PRR	Alfredo Clemente Pinto/Adriano Nunes Ribeiro	Proclamação da República.	15 de novembro.
1901	PRR	Alfredo Clemente Pinto/Manuel Pacheco Prates	Alteração para Colégio Distrital.	Decreto n. 373 de 14 de março.
1906	PRR	Alfredo Clemente Pinto	Alteração para Escola Complementar.	Decreto n. 907.
1906	PRR	Alfredo Clemente Pinto	Limpeza nos prédios da Rua Riachuelo (n 242 a 214) para transferência da Escola.	
1908	PRR	Alfredo Clemente Pinto	Pedra fundamental para novo prédio na Rua Duque de Caxias esquina General Auto.	10 de janeiro.
1910	PRR	Alfredo Clemente Pinto	Viagem de estudos ao Uruguai.	
1911	PRR	Alfredo Clemente Pinto	Lei que dá liberdade profissional, não exige mais diplomas para exercer qualquer profissão.	Decreto n. 8.659, de 05 de abril – Lei Rivadávia Correia.
1915	PRR	Alfredo Clemente Pinto	Iniciam-se os exames vestibulares e o diploma é exigido para matrícula em cursos superiores.	Decreto n. 11.530, de 18 de março. Lei Carlos Maximiliano. Reorganiza o ensino secundário e superior.
1921	PRR	Alcidez Flores Soares	Mudança para o prédio na Duque de Caxias esquina General Auto.	
1929	Aliança Libertadora	Emilio Kemp Laubeck Filho	Volta a antiga denominação de Escola Normal	Decreto n. 4.277
1935	Partido Libertador	Emilio Kemp Laubeck Filho	Passa a se chamar Escola Normal General Flores da Cunha.	03 de abril de 1935
1936	Partido Libertador	Florinda Sampaio Tubino	1ª mulher a dirigir a Escola.	
1937	Partido Libertador	Florinda Sampaio Tubino	Mudança para o prédio na avenida Osvaldo Aranha, 527.	18 de março.
1939	Estado Novo	Florinda Sampaio Tubino	Passa a ser Instituto de Educação General Flores da Cunha, com alterações na Escola Secundária que passa a ter ginásio e curso complementar (1 ano) e organiza o Plano de Estudos da Escola de Professores.	Decreto 755-A.

Pode-se observar no quadro que, com a República e a dominação do cenário político por um único partido, houve uma maior regularidade de tempo nas direções da Escola. Diferentemente dos últimos anos de Monarquia, quando a instabilidade política era maior e, por consequência, havia maiores alterações na direção da Escola.

Para entender melhor como surgiram e foram construídas “as imagens e os debates” sobre a “escola modelo”, é necessária a realização de uma breve contextualização dos partidos políticos atuantes no período e dos jornais *A Reforma*, *O Conservador* e *A Federação*. Será analisado o vínculo desses impressos com os respectivos partidos políticos, assim como os textos por eles veiculados.

II – A configuração política no Rio Grande do Sul

[...] o historiador é sempre de um tempo, aquele em que o acaso o fez nascer e do qual ele abraça, às vezes sem o saber, as curiosidades, as inclinações, os pressupostos, em suma, a “a ideologia dominante”, e mesmo quando se opõe, ele ainda se determina por referência aos postulados de sua época.

René Remond

Neste capítulo, faz-se uma contextualização histórica dos principais partidos políticos que atuavam entre 1869 e 1937.

A fundação da Escola Normal estava inserida num contexto social, político e econômico e, ao longo do tempo, ela foi tendo alterações na estrutura pedagógica e física, de acordo com a importância que os governantes foram dando para a instrução pública, e, conseqüentemente, para a formação de professores. Por isso, é importante relacionarmos a história dessa instituição às questões políticas. Não se tem a pretensão de fazer uma história política, no entanto,

a história de fato não vive fora do tempo que é escrita, ainda mais quando se trata da história política. Suas variações são resultado tanto das mudanças que afetam o político das que dizem respeito ao olhar que o historiador dirige ao político. Realidade e percepção interferem (REMOND, 2003, p. 22).

Reforça-se que não se fará uma história política, mas olhar a história dos partidos se torna necessário, pois, além do objeto ser uma instituição pública, as fontes – os jornais partidários – precisam ser contextualizadas em sua produção e circulação. Portanto, ao se fazer essa aproximação com a história política, principalmente, a “percepção” do historiador deve estar apurada. Neste sentido,

a história política – e esta não é a menor das contribuições que ela extraiu da convivência com outras disciplinas – aprende que, se o político tem características próprias que tornam inoperante toda análise reducionista, ele também tem relações com outros domínios: liga-se por mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva. O político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social (REMOND, 2003, p.35-36).

Leva-se em conta que a história dos partidos é importante para se entender o contexto de produção dos jornais e que, além disso, atuavam também sobre as decisões do Estado em relação à Escola Normal. Inicialmente, a Escola esteve ligada a ideia de civilidade, defendida por muitos intelectuais e políticos, pois acreditavam que a instrução iria acabar com a maioria

dos problemas sociais e econômicos. Embora essa ideia não tenha sido afastada da Escola Normal, nem sempre os investimentos estavam de acordo com a “grandeza” dos objetivos propostos. Ao fazer-se um breve histórico dos partidos mais atuantes no período relaciona-se com as questões ligadas à instrução pública, à formação de professores e ao papel da mulher na educação.

No segundo reinado, pelo menos até a década de 1880, os partidos mais atuantes foram o Liberal e o Conservador. Mas nos anos derradeiros do Império, surgiu o Partido Republicano Riograndense, que estava ganhando expressão até ser o principal partido na República. Após a proclamação da República, então, as disputas eram entre o PRR e o Partido Federalista, que tinha sua origem no Partido Liberal e entre os dissidentes de seu principal opositor.

Para entender a construção desses ideais partidários, pensa-se o campo político na concepção abordada por Bourdieu, “no seu conjunto, define-se como um sistema de desvios de níveis diferentes e nada, nem as instituições ou os agentes, nem os atos ou os discursos que eles produzem, tem sentido senão relacionalmente, por meio do jogo das oposições e das distinções” (1989, p. 179). Desta forma, pensa-se esses partidos, Liberal e Conservador; Republicano e Federalista relacionados. Porque, segundo Bourdieu, precisam ser reconhecidos pelo outro para se consolidarem no campo político, pois, o poder simbólico “é um poder que aquele que está sujeito dá àquele que o exerce um crédito com que ele o credita, uma *fides*, uma *auctoritas*, que lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe, porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe” (BOURDIEU, 1989, p. 188).

1. O contexto político do RS na segunda metade do século XIX

O ato de criação da Escola Normal, em 1869, foi assinado pelo presidente da província⁴⁹ Antonio da Costa Pinto e Silva, que era do Partido Conservador e, à frente da Instrução Pública, estava José Bernardino Bittencourt. Entretanto, esse contexto político sul-rio-grandense, em que a Escola foi criada, foi marcado pelas disputas entre o Partido Conservador e o Partido Liberal, ainda sob o regime monárquico. Desta forma, os partidos

⁴⁹ No anexo IV, ao final da tese, na página 306, encontra-se o quadro completo com os presidentes da Província e do Estado de 1868 até 1937.

[...] operam portanto uma socialização, mas uma socialização política, isto é, pelo viés da cultura que são portadores, eles estruturam o eleitorado, dão-lhes uma identidade política, organizando de algum modo a sociedade segundo novas clivagens que são as das ideologias. Ao mesmo tempo, eles tornam possível o jogo político, circunscrevendo-o dentro de limites precisos, de regras conhecidas e tacitamente aceitas, fazendo dele o objeto de disputa de forças identificadas e mensuráveis [...]. Enfim, os partidos têm um papel primordial de seleção das elites políticas. É dentro deles que começam as carreiras políticas, é através de seus aparelhos dos meios que fornecem a seus representantes, do apoio que eles lhe trazem, que se fazem conhecer aqueles que almejam as funções dirigentes, e que se constroem os destinos nacionais (BERSTEIN, 2003, p. 92-93).

A “cultura política”, no Rio Grande de São Pedro, foi sendo construída ao longo do século XIX, e os partidos que foram se configurando pós-Revolução Farroupilha, foram marcados por duas características principais:

No plano econômico, seu principal produto, o charque, sofria altas e baixas no mercado de acordo com as condições políticas no Uruguai. O charque no Rio Grande do Sul nunca conseguiu ser produzido em melhores condições que o uruguaio. Os períodos que conseguiu se manter no mercado nacional corresponderam a guerras civis e desordens políticas em geral, que desorganizaram a política no país vizinho. No plano político, o período foi de grande expansão do Partido Liberal, que herdara a popularidade na luta farroupilha. O partido não só conseguiu ser a grande e quase única força política na província, como ser uma força de importância nacional nos últimos decênios do regime (PINTO, 1986, p. 8-9).

No mesmo sentido abordado por Pinto, Carneiro colocou que, mesmo após a derrota na Revolução para o governo central, houve aprofundamento das rivalidades entre as elites sul-rio-grandenses:

[...] e ao final da fase de superação desse período de desorganização, que consumiu cerca de duas décadas, assistiu-se à retomada da polarização entre as duas opiniões que predominavam na província. Uma dessas estruturas, de menor expressão local e identificada em algum grau com os interesses que se articulavam desde o Rio de Janeiro, após sucessivas transformações, acabou por dar origem ao Partido Conservador do Rio Grande do Sul; a outra, portadora de esmagadora hegemonia durante décadas, profundamente ligada aos interesses políticos e econômicos das elites rurais sul-rio-grandenses, tornou-se conhecida, ao final da década de 1860, como o Partido Liberal (ou Gasparista) (CARNEIRO, 2006, p. 130).

Para Berstein, por mais oligárquica que fosse a direção de um partido, tem que se levar em conta as opiniões emitidas pelos seus membros e nos fazem levar em consideração a ideologia que constituiu sempre a coluna vertebral dessas opiniões (2003, p.86). Embora se tenha consciência de que os partidos no Rio Grande estavam se constituindo, as ideologias já começavam a aparecer e, mesmo que ainda não se pudesse chamar-lhes de partidos de massas, os membros dos partidos, de certa forma, passaram a se identificar com as ideologias defendidas pelas principais lideranças. Assim, segundo Carneiro, o sistema partidário no Rio Grande do Sul, nos anos de 1850, se construiu a partir de duas frentes: uma ligada à base política do império, favorável ao projeto unitarista e que se organizava com a bandeira do Partido Conservador, e, do outro lado, havia uma elite política com ligações com os países

platinos e “com forte sentimento de perseguição e até mesmo de secessão” (CARNEIRO, 2006, p.129). Esta se via como herdeira política do ideário liberal farroupilha e deu origem ao Partido Liberal.

Para Barreras (1999), os dois partidos, Conservador e Liberal, divergiam nos seguintes aspectos: “o Partido Conservador era a favor de um Estado centralizado, onde todas as decisões deveriam passar pelo Executivo. Os liberais, por sua vez, lutavam pela autonomia de suas províncias, queriam mais poder decisório, tanto econômico quanto político”. No entanto, a autora alerta que, inicialmente, nem no tema escravidão eles divergiam, pois “ambos não se colocavam contra” (BARRERAS, 1999, p.10). A partir do final da década de 1860, os liberais passaram a defender uma abolição gradual.

Neste sentido, Carneiro caracterizou a história político-partidária sul-rio-grandense, na segunda metade do século XIX, como

[...] uma história dominada por uma polaridade crescente e quase incontrolável entre uma posição regionalista ou autonomia exaltada (sempre majoritária) e outra centralista ou unitarista (minoritária no Rio Grande do Sul, mas dominante no nível dos interesses que tutelavam o conjunto do país e que conduziam os rumos adotados pelo governo central) (CARNEIRO, 2006, p.130).

A década de 1860 foi caracterizada pela maior atuação do Partido Conservador no Rio Grande, mas no governo central o domínio era do Partido Liberal. Assim, em 1868, quando caiu o gabinete liberal liderado por Zacarias, no governo central, a crise política refletiu na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, que já tinha seu partido liberal histórico plenamente organizado, que procurava impor-se como um partido forte, defendendo um programa reformista, de conformidade com os “anseios populares”, nas palavras dos seus próceres. Os liberais, através da imprensa e da tribuna, fizeram oposição e condenaram as coligações anteriores com os conservadores como funestas e desmoralizantes para o partido (PICCOLO, 1974, p.19).

Em 1868, o Partido Conservador ficou mais forte e foi o grande vitorioso nas eleições provinciais, e o Partido Liberal só conseguiu eleger um deputado – Carlos Thompson Flores⁵⁰ – e nenhum para a Câmara dos Deputados. De acordo com Carneiro, “essa nova situação política revelava que o governo exilara as lideranças liberais, mandando-as ao encontro da

⁵⁰ Carlos Thompson Flores – nasceu em Porto Alegre, onde fez os cursos preparatórios e, posteriormente, bacharelou-se em Direito pela Academia de São Paulo. Filiado ao Partido Liberal foi um dos fundadores de *A Reforma*, trabalhando ao lado de Florêncio de Abreu, Eleutério Camargo. Foi juiz, e, por ocasião do rompimento do conselheiro Gaspar Silveira Martins com o general Manuel Luiz Osório, foi nomeado presidente da Província, tendo feito um governo moderado. Com o advento da república foi escolhido desembargador do Tribunal da Relação, cargo que exerceu até o fim da vida (Porto Alegre, 1ª ed. 1917, 1979, p. 135-136).

guerra, enquanto se utilizava de todos os meios ao seu alcance para impor uma nova maioria na província” (CARNEIRO, 2006, p. 134-135).

Esse cenário modificou-se logo após o final da Guerra do Paraguai, porque o Partido Liberal, articulado em torno da liderança de Gaspar Silveira Martins⁵¹, conseguiu eleger a grande maioria dos deputados para a Assembleia Legislativa e o único deputado reeleito foi o liberal Carlos Thompson Flores. O Partido Conservador teve uma grande perda política e não conseguiu eleger nem mesmo Francisco da Silva Tavares⁵², que era o representante nato dos conservadores e filho de uma das famílias de estanceiros mais importantes do Rio Grande do Sul (CARNEIRO, 2006, p.135).

A derrota política dos conservadores impressionou e, para Carneiro poderiam ter havido duas explicações: em primeiro lugar, devido à força e ao prestígio dos liberais, principalmente de Silveira Martins, junto às elites proprietárias; em segundo lugar, pela fraqueza estrutural do Partido Conservador, que só tinha condições de ocupar cargos de destaque na sua posição de poder enquanto as opiniões locais e as dos ministérios do partido coincidiram (CARNEIRO, 2006, p. 137). Além disso, com o fim da Guerra do Paraguai, as alianças com os militares foram reforçadas, principalmente com Manuel Luis Osório⁵³. Para Schwartzman,

a íntima relação entre as elites civis e militares do Rio Grande foi personificada pela figura proeminente de Manuel Luís Osório que reuniu à liderança civil um papel relevante nas campanhas militares dos Farrapos e das guerras cisplatina e paraguaia. Seu sucessor na liderança gaúcha, Silveira Martins, não foi um militar, mas comandava seu partido com estilo militar. (SCHWARTZMAN, 1982, p. 22).

Pinto reforçou que, entre 1868 e 1889, o Partido Conservador estava cada vez mais representativo dos estamentos burocráticos e dos setores agrários em decadência, enquanto o Partido Liberal afastava-se da monarquia, aglutinando-se em torno de uma bandeira reformista, em que o federalismo aparecia como questão central (1986, p. 6).

⁵¹ Gaspar Silveira Martins (1835-1901) – principal liderança do Partido Liberal no Rio Grande do Sul e principal fundador do jornal *A Reforma*, constando seu nome no cabeçalho do periódico. Foi ministro do gabinete Sinimbu e presidente da Província em 1889. Quando a república foi proclamada estava em viagem para o Rio de Janeiro e, antes mesmo de chegar foi preso em Santa Catarina. Sobre o assunto ver PORTO ALEGRE (1970); FRANCO (1998).

⁵² Francisco da Silva Tavares (1844-1901) – bacharelou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo. Quando retornou ao Rio Grande do Sul filiou-se ao Partido Conservador, em cujas fileiras militavam todos os seus parentes. Foi eleito diversas vezes à Assembleia Provincial e à Câmara Temporária. Governou o Rio Grande do Sul no conturbado ano de 1890. Liderança atuante no Conflito de 1893 em oposição a Júlio de Castilhos. Sobre o assunto, ver PORTO ALEGRE [1ªed., 1917], (1979, p. 122).

⁵³ Manuel Luís Osório – nasceu em Conceição do Arroio, província do Rio Grande do Sul em 10/11/1808. Aos quinze anos, em 1823, entrou para o exército. Participou ativamente das campanhas pela independência da Cisplatina, no Prata, na Guerra dos Farrapos, na Guerra contra Rosas e na Guerra do Paraguai. Em 1877, Osório foi escolhido senador pelo Rio Grande do Sul e recebeu a patente de marechal. Com a ascensão do Partido Liberal ao poder em 1878, com o Gabinete de Sinimbu, foi nomeado Ministro da Guerra. Faleceu em 1879 aos 71 anos (Porto Alegre, 1917, p.90-93).

Tanto os liberais quanto os conservadores usavam seus jornais para divulgarem seus planos para a província, mas também para atacar seus opositores, o que reforçava a polaridade entre os dois partidos. Os articulistas de *A Reforma*, por exemplo, defendiam um projeto liberal para a instrução pública e atacavam as reformas realizadas pelos conservadores, em 1869, criticando a participação da Igreja Católica no ensino público,

O projeto liberal queria educar futuros cidadãos que conhecessem as instituições do país, para que mais tarde soubessem apreciar os seus direitos e exercê-los com conhecimento e inteligência; o sr. Bittencourt quer educar os meninos para padres ou monges, ensinando-lhes a história da igreja (*A Reforma*. A Reforma da Instrução Pública. 13/07/1869).

Além do anticlericalismo, os liberais tinham ideais bem definidos para a educação. Em seu texto mais conhecido *A Riqueza das Nações* (1776), Adam Smith deixava claro o que pretendiam. Para Smith, as instituições de ensino para a juventude, além de instruir os jovens, poderiam propiciar rendimentos e cobrir seus próprios gastos. Para os liberais não era necessário tirar as despesas da sociedade, os próprios alunos poderiam pagar os honorários dos professores, pois estes se esforçariam ainda mais no desempenho de suas atividades. A educação liberal também previa a instrução das pessoas comuns, pois proporcionaria uma sociedade mais civilizada e comercial (SMITH, 1983, p.199-201). Neste sentido,

embora, porém, as pessoas não possam, em uma sociedade civilizada, ser tão bem instruídas como as pessoas de alguma posição e fortuna, podem aprender as matérias essenciais da educação – **ler, escrever e calcular** – em idade tão jovem, que a maior parte, mesmo daqueles que precisam ser formados para ocupações mais humildes, têm tempo para aprendê-la antes de empregar-se em tais ocupações. Com gastos muito pequenos, o Estado pode facilitar, encorajar e até mesmo impor a quase toda população a necessidade de aprender os pontos mais essenciais da educação (SMITH, 1983, p. 215).

Para o pensamento liberal, a educação tinha uma missão de civilidade e os objetivos básicos das populações mais pobres deveriam ser “ler, escrever e calcular”, também compartilhados por outras ideologias, inclusive pelos positivistas nas práticas educacionais implantadas no Rio Grande do Sul, na primeira república.

Nos anos derradeiros da monarquia, os dois partidos Liberal e Conservador, se revezavam na presidência da Província. No ano de 1872, o Partido Liberal, por exemplo, ganhou as eleições no Estado, apesar do domínio conservador em nível nacional (PINTO, 1986, p. 9). No entanto, para Carneiro houve uma exclusão de amplas parcelas das elites regionais, no Rio Grande do Sul, o que vai favorecer um forte sentimento autonomista. Para o autor,

[...] à experiência local de periferização forçada somava-se a marcante influência das lutas e enfrentamentos platinos, com o que o sentido da resposta colocada pela elite regional – e isso mesmo no campo chamado “inconsciente coletivo” – foi apegar-se e supervalorizar as instâncias e círculos políticos locais, o que resultou isso na

consolidação de uma atitude em que as questões regionais se sobrepujam às nacionais ou dos interesses não sul-rio-grandenses (CARNEIRO, 2006, p.136).

Muitos setores da sociedade sul-rio-grandense se viram prejudicados com a estrutura do Império, que era vista como entrave para a modernização da sociedade. As divergências entre os políticos civis e militares – a interferência do imperador nas questões estruturais da Igreja Católica e a proximidade do governo com a maçonaria, a pressão para acabar com o trabalho escravo – provocaram atritos até com os setores mais conservadores da sociedade, que eram antigos apoiadores do regime. Nesse período, os liberais fizeram muitos ataques à instrução pública e à escola normal, devido à interferência do clero no setor. Os ataques eram, principalmente, aos atestados de moralidade que os professores precisavam ter para serem contratados e ao Padre Cacique, que era o diretor da Escola Normal.

Esse cenário de tensões aumentou o número de adeptos às ideias republicanas. Pacheco destacou a importância do Manifesto Republicano na propagação do ideário republicano. Segundo o autor:

Em 1870, Quintino Bocáiuva lançou o Manifesto Republicano através do jornal A República, no Rio de Janeiro. Esse episódio marcou o começo de uma série de iniciativas de articulação do Partido Republicano nas províncias, através da fundação de clubes, núcleos e jornais responsáveis pela propaganda. [...] a propaganda que se iniciou em 1870 propôs uma ação política que envolveu todo território nacional (PACHECO, 2006, p.136).

Na visão de Barreras, o Manifesto Republicano refletia “o pensamento liberal clássico e queria a verdade democrática, representação, direitos e liberdades individuais, pedia o federalismo. Os assinantes do manifesto eram intelectuais e profissionais liberais urbanos” (BARRERAS, 1999, p. 11). Mas a propaganda republicana na província ainda continuou tímida e, segundo Pacheco, sofreu influência da cultura política regional.

Essa interferência, contudo, deveu-se mais ao grupo que se tornou hegemônico no período da propaganda do que propriamente à memória da Revolução Farroupilha que havia proclamado a República Rio-grandense em 1836. [...] a memória dessa jornada épica e de seus ideais liberais manteve-se viva mesmo após a pacificação e serviu de esteio para diferentes projetos políticos na província do Rio Grande de São Pedro. Tal herança simbólica foi reivindicada ainda em 1860 pelos organizadores do Partido Liberal, que adotaram um discurso característico do ideário farroupilha, marcadamente reformador e questionador do centralismo monárquico (PACHECO, 2006, p.142).

Retoma-se a questão política, no final do império, quando a maior liderança liberal, era Gaspar Silveira Martins. Para Pacheco, o líder liberal “defendia autonomia administrativa e financeira da província e uma reforma eleitoral que incluísse o elemento não católico, ou seja, a extensão de direitos políticos aos imigrantes protestantes que vieram povoar o território” (2006, p.142).

A propaganda republicana demorou a se espalhar pelo Rio Grande do Sul e os primeiros propagadores do ideário republicano foram: Apolinário Porto Alegre⁵⁴ e Apeles Porto Alegre⁵⁵, na capital, e Bernardo Taveira Junior⁵⁶, em Pelotas. Além destes, Francisco Xavier da Cunha⁵⁷, que convocou uma manifestação no Clube Porto-Alegrense, em 7 de abril de 1872, e escreveu vários artigos no jornal *A Reforma*, até fundar o jornal republicano *A Democracia* (PACHECO, 2006, p.143). Mas esta propaganda republicana ainda era muito incipiente e não teve grande repercussão.

Para Celi Pinto, o surgimento tardio do Partido Republicano no Rio Grande do Sul se deveu à aproximação do Partido Liberal à monarquia nos seus anos derradeiros. Pois, diferentemente de outras províncias, os partidos republicanos surgiram de dissidências do Partido Liberal. O movimento republicano rio-grandense teria apresentado três características distintas:

1) Foi um movimento tardio. A primeira manifestação, de forma organizada, de republicanos na província aconteceu em 1882, quando foi fundado o partido, portanto, doze anos após a publicação do manifesto; 2) os fundadores do partido tinham instrução superior e sem experiência partidária anterior; 3) não dividiam com os demais partidos republicanos e monárquicos a doutrina liberal como base de luta, mas se declaravam positivistas e organizaram um programa muito próximo das propostas de Augusto Comte em sua obra *Política Positiva*. Seria errôneo afirmar que os jovens fundadores do PRR não eram membros da elite econômica rio-grandense. Entretanto, deve-se ter presente que não pertenciam à tradicional elite pecuária da campanha gaúcha, que quase em sua totalidade formava o Partido Liberal. Eram na sua maioria provenientes da região norte do estado, de ocupação recente e mais pobre do que a campanha, quer pela ausência da indústria do charque, quer pela distância dos centros consumidores. Portanto, se eram estancieiros, não eram membros da oligarquia política rio-grandense (PINTO, 1986, p. 9-10).

⁵⁴ Inicialmente propagandista do movimento republicano, rompeu com o PRR. Fez parte da redação de *A Reforma* antes e depois do conflito de 1893. Também escreveu artigos para a *Revista Partenon Literário* e o jornal *A Imprensa*, além de ter escrito vários livros. Também foi o fundador da escola Instituto Brasileiro. Sobre o assunto ver: FRANCO (1998); PORTO ALEGRE (1979).

⁵⁵ Irmão de Apolinário e Aquiles Porto Alegre nasceu em 1850, na cidade de Rio Grande, como os irmãos. Fundou o Colégio Rio-Grandense (1876). Colaborou com o jornal *A Imprensa*, que defendia o ideal republicano. Em 1890, durante a presidência de Francisco da Silva Tavares, foi diretor da Instrução Pública e da Escola Normal. Filiou-se ao Partido Federalista, em 1892, candidatou-se a deputado federal, e durante o período agitado esteve na direção de *A Reforma*, no qual defendia Silveira Martins e os motivos do conflito de 1893. Foi um dos fundadores do *Partenon Literário*. Sobre o assunto ver PORTO ALEGRE (1979); FRANCO (1998).

⁵⁶ Bernardo Taveira Junior (1835 – 1892) – nasceu em Rio Grande, filho de um comerciante português. Foi para São Paulo cursar a Faculdade de Direito, mas por falta de dinheiro teve que trabalhar no comércio do Rio de Janeiro. Traduziu do alemão para o português as obras de Goethe e de Schiller (Porto Alegre, 1979, p.150-151).

⁵⁷ Francisco Xavier da Cunha (1835 – 1913) – fez carreira militar, mas acabou saindo da ativa em 1855 por problemas de saúde. Comprou por dez contos de réis o jornal *Mercantil*. Em 1865, foi nomeado pelo presidente liberal Marcelino Gonzaga inspetor geral das colônias da província. Ficou pouco tempo no cargo de inspetor, pois no ano seguinte foi servir na Guerra do Paraguai ao lado do general Osório. Após a guerra ficou em Montevideu e seguidamente ia a Buenos Aires, onde manteve contato com vários intelectuais. A partir de 1870 regressou ao Rio Grande e iniciou em *A Reforma* a sua propaganda pela república. Posteriormente, passou para o *Jornal do Comércio* e em 1875 fundou a folha semanal *A Democracia*. Seus artigos foram publicados pelo jornal *A República* no Rio de Janeiro e logo passou à chefia da redação desta folha, então regida por Quintino Bocaiuva. Trabalhou como diplomata em vários países (Porto Alegre, 1979, p. 223-226).

As questões políticas no centro do país, de alguma forma, sempre interferiram na vida política das províncias. Embora tenham ocorrido cisões no Partido Liberal, entre moderados e radicais, no Rio de Janeiro e em São Paulo, durante a liderança do Partido Conservador no Gabinete, isso não aconteceu na Província de São Pedro. Na verdade, isto significou “a afirmação de um discurso reformador do Partido Liberal, que se manteve coeso e crítico ao centralismo administrativo” (PACHECO, 2006, p. 142). Embora, a partir de 1872, o Partido Liberal tenha tomado o controle da Assembleia Legislativa na Província, e daí por diante tenha passado a ser a força dominante no Rio Grande, através da figura de Gaspar Silveira Martins, no executivo quem continuava no controle era o Partido Conservador (LOVE, 1975, p.22).

Até 1875, por exemplo, a direção da Escola Normal estava nas mãos de conservadores como Padre Cacique e Fausto de Freitas e Castro⁵⁸. Mesmo a escola tendo sido criada pelos conservadores, passou por alguns ajustes: em 1871, com a alteração do regulamento e a criação de uma escola primária anexa e com a autorização para nomeação de normalistas sem prestarem concurso público (o que causou muitas críticas da oposição); e, em 1872, a mudança para o prédio do Ateneu Rio-Grandense.

Em 1878, o cenário foi alterado, pois os conservadores foram destituídos do Gabinete Central e D. Pedro II nomeou o Visconde de Sinimbu⁵⁹. A partir de então, a província passou a ter um presidente do Partido Liberal. Desta forma, Assembleia e Executivo entraram em consonância (Piccolo, 1974, p. 97). A partir daí, os cargos diretivos na Escola Normal passaram a ser ligados ao Partido Liberal, pois, em 1877, quando havia sido alterado o regulamento da Escola, para que assumisse a direção o professor efetivo mais antigo da instituição, assumiu a direção o professor Francisco de Paula Soares, membro do Partido Liberal.

Ainda no ano de 1878, “a propaganda republicana corporificou-se na fundação do Clube Republicano de Porto Alegre”. Na fundação estavam: Francisco Manuel de Azevedo (presidente), Silvestre Gonçalves de Carvalho (vice-presidente), Júlio Ferreira Teixeira (1º secretário), Alfredo Augusto de Azevedo (2º secretário), Júlio Pinto de Castro (tesoureiro). Logo se juntaram ao grupo outros republicanos conhecidos como: Demétrio Ribeiro,

⁵⁸ Fausto de Freitas e Castro – nasceu em Porto Alegre em 1846, filho de um dos chefes do Partido Conservador, o dr. Luiz de Freitas e Castro. Estudou na Faculdade de Direito de São Paulo, formando-se em 1873. Foi eleito deputado à Assembleia Provincial em 1875, pelo Partido Conservador, mas logo assumiu a Inspeção da Instrução Pública. Em 1885, quando o Partido Conservador volta à presidência da província, assume a vice-presidência. Em 1887, com a morte do presidente da Província Miguel Calmon, assumiu seu lugar e permaneceu no cargo por poucos meses. Faleceu em 1900 (Porto Alegre, 1917, p. 184-185).

⁵⁹ João Lins Vieira Cansansão Sinimbu substituiu Duque de Caxias na presidência do Conselho de Ministros. Sinimbu ficou no cargo de 5 de janeiro de 1878 a 29 de março de 1880. Sobre o assunto, ver: PICCOLO (1974).

Apolinário e Apeles Porto Alegre, Cezimbra Jacques, Ramiro Barcellos e Júlio de Castilhos, que só compareceu no Clube em 1881, quando retornou de São Paulo.

Quando estavam na presidência da Província, os liberais, tiveram que aplicar reformas com urgência, pois precisavam neutralizar as ideias republicanas, defendendo a monarquia. Passaram, então, a tratar o Imperador com simpatia (PICCOLO, 1974, p.98, 113, 114 e 115).

Os liberais continuaram a defender alguns pontos, tais como a liberdade religiosa e a emancipação gradual dos escravos. A discussão sobre a liberdade religiosa determinou uma das piores crises do Partido Liberal, em 1879, quando Gaspar Silveira Martins e o General Manuel Luíz Osório, ambos ministros do Gabinete de Sinimbu, adotaram posturas diferentes sobre a questão. Silveira Martins queria estender os direitos políticos para cidadãos acatólicos, Osório, que acompanhava a opinião da maioria dos ministros e do Imperador, teve posição contrária. Por não concordar com a postura vencedora, Gaspar Silveira Martins acabou pedindo demissão do Gabinete, mas manteve sua postura ideológica (PICCOLO, 1974, p. 99). A posição de Silveira Martins despertou a solidariedade da Assembleia Provincial no Rio Grande.

Gaspar Silveira Martins e Manuel Luiz Osório eram políticos liberais de grande prestígio na Província do Rio Grande do Sul, no entanto, tinham trilhado caminhos distintos na política. Enquanto Osório entrou para a política através das funções militares e conseguiu votos mediante o seu prestígio como soldado, Silveira Martins constituía o estereótipo do caudilho gaúcho, liberal por convicção, mas autoritário por temperamento (LOVE, 1975, p. 24). A liberdade religiosa, principalmente, no que se referia à instrução pública, foi um dos pontos de maior crítica do partido liberal nas páginas do jornal *A Reforma*, já que os liberais defendiam uma educação livre da influência católica.

Embora tenham feito muitas críticas aos conservadores, enquanto estavam na oposição, no governo, os liberais neste período não fizeram muitas alterações na Escola Normal, apesar de seus discursos reformistas. No início da década de 1880, alteraram o regulamento da Escola e criam dois cursos: o preparatório e o normal, além de incorporar a Língua Alemã ao currículo da Escola, para as normalistas atenderem as regiões de colonização germânica.

Os ideais partidários eram bem específicos e, por isso, as correntes minoritárias eram absorvidas ou expulsas dos partidos. Dessa conjuntura, destacou-se, por exemplo, “as perseguições praticadas contra o grupo liderado pela família Osório, expulso à ponta de baionetas de dentro dos recintos da Assembleia Legislativa da província do Rio Grande do Sul, ou, ainda o fulminante banimento de Ramiro Barcelos e de seus aliados” (CARNEIRO,

2006, p.131). Ao se desligarem do Partido Liberal, esses grupos acabaram sendo inseridos no Partido Republicano Rio-grandense.

Não foi fácil articular e criar o partido republicano na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, pois, mesmo defendendo ideias republicanas, Francisco Xavier da Cunha, Ramiro Barcelos e Wenceslau Escobar elegeram-se para a Assembleia Legislativa pelo Partido Liberal, os dois primeiros em 1877 e o último em 1881, porque não conseguiram articular um partido republicano (PACHECO, 2006, p. 143).

Em dezembro de 1881, o Clube Republicano de Porto Alegre convocou uma Convenção Republicana, que deu origem ao partido. Othelo Rosa relatou a reunião:

Marcada para 20 de fevereiro de 1882, reuniu-se a Convenção em 23 desse mês, nela tomando parte, além de representantes dos clubs e núcleos republicanos de Uruguaiana, Itaqui, Rincão de S. Izidro, S. Borja, Alegrete, S. Gabriel, Caçapava, Cachoeira, Pelotas e S. João do Montenegro, republicanos residentes em Porto Alegre, Bagé, Canguçu, S. Sepé, Santa Maria de Cima da Serra. Não havendo comparecido Venâncio Aires, nem os republicanos de S. Luiz e Cruz Alta aderiram por escrito às decisões tomadas pela convenção (ROSA apud PACHECO, 2006, p. 146).

A comissão executiva provisória do Partido Republicano Rio-grandense era composta pelo professor Apolinário Porto Alegre, pelo médico Ramiro Barcelos, pelo engenheiro Demétrio Ribeiro, pelo relojoeiro Luis Leseigneur e pelo comerciante José Pedro Alves. Esta lista mostrava que todos eram integrantes dos setores médios urbanos. Embora, o Partido Republicano do Rio Grande do Sul se assemelhasse aos demais das outras províncias, inclusive o de São Paulo, pois todos defendiam a autonomia estadual, a abolição da escravidão, o fim da Monarquia, do poder Moderador, do parlamentarismo do Império, a separação da Igreja e do Estado, tinha uma característica própria, a doutrina positivista (DUTRA, 1983, p. 87). Isto pareceu ter desagradado alguns membros do partido, como Apolinário Porto Alegre que, descontente com as ideias que começavam a dar forma ao partido, logo renunciou ao cargo (PEZAT, 2007, p. 37).

Se até a criação do Partido Republicano Rio-grandense, as ideologias pareciam não estar tão evidentes na formação dos partidos, a partir desse momento elas ficam mais contrastantes. Segundo Pezat, o programa do PRR destacava as ideias positivistas sobre educação.

Passou a incorporar diversos postulados de Auguste Comte, como a proposta de supressão da exigência de diploma universitário para o exercício de qualquer profissão e a defesa de um sistema de ensino, no qual o poder público teria participação apenas no nível fundamental, ficando os ensinos de graus médio e superior ao cargo da iniciativa privada (PEZAT, 2007, p. 39).

Neste sentido, estava completamente de acordo com o que pensava o filósofo francês, pois, para Comte, “a escola positiva necessita da manutenção contínua da ordem material. Requer dos governantes apenas liberdade e atenção” (COMTE, 1ª ed.1848, 1990, p. 131). Embora a inspiração nas ideias de Comte tivesse afastado alguns membros do PRR, também deu coesão ao partido, inclusive legitimando algumas ações. No programa do PRR, por exemplo, já estava explícito esse pensamento positivista, o qual era defendido por Julio de Castilhos para a instrução, que em 1891 foi implantado na íntegra na Constituição do Estado, como se verá adiante:

- Liberdade de ensino, considerando-o sempre em seu destino político, que é o de dar a base intelectual para o cumprimento do dever social. E, para este efeito, subordinar-se ao ideal do partido, que pensa neste assunto do seguinte modo: “Ensine quem souber e quiser – e como puder”. Como, porém, será tardia a realização deste ideal em nosso País, convém cooperar para certas medidas tendentes a prepará-las, tais são:
 - A supressão de privilégios, quer civis quer políticos, à classe dos diplomados.
 - A adoção provisória de um sistema de ensino integral, adaptado à transição atual e limitado pelos recursos do Tesouro Público, pelas ideias correntes e pela competência do pessoal docente.
 - A restrição do ensino oficial superior ao que for base para as profissões verdadeiramente úteis (FRANCO, 1988, p. 31).

As duas principais ideologias dominantes no Rio Grande do Sul, no final do século XIX, eram o liberalismo e o positivismo, muito difundidos na Faculdade de Direito de São Paulo. Para Pacheco, foi de significativa importância a influência da Faculdade de Direito de São Paulo para a divulgação do ideário republicano no sul, pois lá estudaram Pinheiro Machado (1874-1879), Júlio de Castilhos (1877-1881), Joaquim Francisco de Assis Brasil (1876-1882) e Antonio Augusto Borges de Medeiros (1881-1884; em 1885 concluiu o curso em Olinda), que, como se sabe, foram nomes importantes do Partido Republicano Rio-Grandense (Pacheco, 2006, p.144). Segundo Pezat, alguns desses jovens, entre eles: Julio de Castilhos, Assis Brasil, Alcides de Mendonça Lima, João de Barros Cassal e Homero Baptista também compartilhavam uma república de estudantes em Santo Amaro. Esses jovens reuniram-se no Clube 20 de setembro e “passaram a desenvolver estudos sobre história do Rio Grande do Sul, especialmente acerca da Revolução Farroupilha, de onde tiraram o nome da associação” (PEZAT, 2007, p. 36). Para Franco,

onde quer que a juventude se aglutine, em universidades ou academias, tende ela a assumir posições progressistas, sublinhando contrastes entre o novo e o velho, debatendo as mais recentes tendências ideológicas, senão para esposá-las ortodoxamente, pelo menos para agitá-las. Talvez pelo estilo conservador do ensino universitário brasileiro, amarrado a vitaliciedade de cátedra, a mocidade de nossas escolas sempre se revelou mais avançada do que seus professores. [...] o ensino superior brasileiro foi quase sempre assinalado por um permanente conflito entre a tendência progressista dos estudantes e a inclinação reacionária ou conservadora de seus mestres (FRANCO, 1988, p. 15).

Não só os positivistas do PRR tiveram formação na Faculdade de Direito de São Paulo, os liberais também estudaram por lá. Desta forma, Adorno defende

que as características da vida acadêmica constituíram o terreno que produziu um tipo intelectual educado preferentemente para a atividade política e disciplinado para reproduzir o modo pelo qual o liberalismo via, no século passado, as relações sociais nessa sociedade (ADORNO, 1988, p. 27).

De acordo com Franco, os últimos anos da década de 1870 foram marcados pela ebulição ideológica

com influência do materialismo filosófico, que na Europa ganhava corpo, quando no Brasil já se divulgava Darwin, Augusto Comte, Littré e Spencer, os lentes da Academia, em sua maior parte, ainda aderiam às velhas concepções providencialistas e jus-naturalistas e se mostravam arredios às lições da ciência moderna (FRANCO, 1988, p.16).

Adorno compartilhou com Franco o pensamento de que as ideologias fervilhavam não nos bancos da Academia, ou seja, não no processo ensino-aprendizagem, mas pelos cafés, repúblicas de estudantes e redações de jornais estudantis. Para o autor,

ao contrário, essa formação foi tecida nos interstícios dos institutos acadêmicos e do jornalismo literário e político. Nos institutos e associações acadêmicas os estudantes não só participavam de debates sobre assuntos nacionais, locais e mesmo cotidianos, além daqueles pertinentes à academia, como também articulavam alianças entre grupos partidários e promoviam campanhas (Adorno, 1988, p. 157).

Neste sentido, o instrumento utilizado para divulgar o turbilhão de ideias desses jovens agrupados em associações e institutos foram os periódicos estudantis. Segundo Adorno, “o periodismo ocupou espaço decisivo nas lutas políticas internas à academia e na formação cultural e intelectual do bacharel” (1988, p. 157-158).

A Faculdade de Direito de São Paulo era o ideal para muitos jovens brasileiros no século XIX, pois “àquela época, ser acadêmico/bacharel representava oportunidades preferenciais de apropriação de cargos nas diversas instâncias da burocracia estatal, a par de se configurar fonte segura de prestígio e de poder” (ADORNO, 1988, p. 29). Para o autor, a Academia de São Paulo foi um verdadeiro “mandarinato imperial de bacharéis” (1988, p. 79).

Mas não se pode restringir a propagação das ideias republicanas entre os rio-grandenses exclusivamente à Faculdade de Direito de São Paulo, pois, mesmo antes de irem estudar Direito, Júlio de Castilhos e Assis Brasil tinham sido colegas e alunos do professor Fernando Gomes, também conhecido por divulgar as ideias republicanas e positivistas (Santo, 2005, p. 20). No entanto, na Faculdade de Direito, desenvolveram duas práticas de organização, que deram origem aos partidos republicanos: “a organização de clubes políticos e debates dos jornais doutrinários” (PACHECO, 2006, p. 144).

O PRR foi ganhando espaço, principalmente, porque, nos congressos seguintes, cada vez mais cidades começaram a mandar seus representantes. Foi a partir desses congressos que o PRR conseguiu multiplicar adeptos pela província.

Os fundadores do PRR estruturaram-se por meio de clubes, instâncias responsáveis por reunir e organizar os republicanos em nível municipal. Para os congressos que se realizam nos anos seguintes eram eles que nomeavam representantes com direito de voto. Até 1881, a província tinha três clubes republicanos; para a Convenção de 1882, dez municípios enviaram representantes; no Congresso de 1883, eram 14; e, no de 1884, estavam representados 21. [...] em 1889, às vésperas da proclamação da República, todos os municípios da província já haviam organizado seu clube republicano (PACHECO, 2006, p.147).

Não foi só pelos congressos e clubes republicanos que o PRR divulgou suas ideias, também o fez pela imprensa. Para divulgar o programa do partido junto à sociedade, em 1884, foi criado um jornal, *A Federação*, que tinha como epígrafe o lema positivista “Ordem e Progresso” e no qual faziam referência ao pensamento de Auguste Comte (PEZAT, 2007, p.38). Com esse periódico, os republicanos não apenas difundiram seus ideais, mas também polemizavam os principais temas do cenário político. O primeiro diretor do jornal foi Venâncio Aires, mas logo Júlio de Castilhos assumiu a direção e desencadeou nas páginas do jornal uma forte campanha abolicionista e republicana (SANTO, 2005, p. 24).

Nesse momento da organização partidária, a personalidade de Julio de Castilhos teve projeção de destaque entre os republicanos. [...] Na redação do jornal *A Federação* foi doutrinador virtuoso difundindo os princípios do positivismo. Debatedor vigoroso, sempre atento aos temas capazes de criar maior constrangimento aos seus adversários (PACHECO, 2006, p. 148).

Pezat reforça que “Castilhos precisou compensar através da escrita as deficiências de oratória que possuía. Para tanto, foi fundamental sua posição de editor e de principal redator do jornal *A Federação* durante o período de propaganda republicana” (2007, p. 40). O autor afirma que essa propaganda foi eficiente para a difusão das ideias de Comte na sociedade gaúcha nos últimos anos do Império (PEZAT, 2007, p. 41).

A estrutura do PRR era diferente dos partidos Liberal e Conservador,

O PRR constitui-se como um partido de tipo moderno bastante avançado para o modelo de organização partidária do Império. Era composto de instâncias de mediação entre sua base social e a direção do partido. Ao mesmo tempo, organizou e disciplinou a ação de seus membros (PACHECO, 2006, p.149).

Para Pacheco essa organização pode ter sido inspirada nas teorias sociais e na vivência estudantil dos acadêmicos na Faculdade de São Paulo, pois vimos anteriormente que a vivência estudantil em cafés, bares e jornais interferiu na formação desses jovens, tanto liberais quanto republicanos.

2. O contexto político a partir da proclamação da República até 1937

Na última década da monarquia brasileira, a configuração do poder já tinha sido alterada no Rio Grande do Sul. Para Gutfreind, os dois partidos políticos mais importantes eram o Liberal e o Republicano, mas ambos eram conservadores,

[...] de um lado, o liberalismo romântico, mesclado de conservadorismo, seletivo, elitista, exigente de ordem, de disciplina, de respeito aos notáveis, representado por Gaspar Silveira Martins; do outro, os positivistas republicanos, também conservadores, defensores da ordem, mentores do progresso através da modernização paternalista, pregando um governo autoritário exercido pelos mais capazes. Seu líder foi Júlio de Castilhos (GUTFREIND, 1979, p.34).

Ambos eram conservadores, no entanto, os liberais estavam ligados ao conservadorismo liberal romântico, enquanto os republicanos, ao conservadorismo cientificista. Neste contexto, poderia-se dizer que os liberais defendiam os direitos naturais, a livre expressão, a liberdade de negócios e a liberdade religiosa, ao mesmo tempo em que os positivistas defendiam os direitos sociais, compromisso com a sociedade e com o Estado. Além disso, enquanto o liberalismo criticava a autoridade e a intervenção do Estado, o positivismo defendia um Estado autoritário e controlador da ordem, enquanto almejava o progresso orientado por uma elite (GUTFREIND, 1979, p. 41).

Para Gutfreind, quando a república foi proclamada, não significou uma descontinuidade social, pois os liberais, derrubados do poder, aceitaram a nova forma de governo. Portanto, nos primeiros meses de República, as críticas ao novo regime não estavam relacionadas ao regime propriamente dito, mas ao modo como estava sendo conduzido pelos republicanos. As “críticas liberais eram contra a política estadual e também nacional, sempre relacionadas com a intervenção do Estado em assuntos econômicos e com a dilatação do poder executivo” (GUTFREIND, 1979, p. 44-49).

Muitos pesquisadores têm caracterizado os liberais, logo após a proclamação da República, como um grupo que não seguia ideologia específica, em contrapartida sempre enfatizam que o PRR seguia o positivismo de Comte. Mas Gutfreind deixa claro que os liberais publicaram vários artigos no jornal *A Reforma*, nos quais se diziam,

filiados à economia clássica, os liberais apoiavam-se em Adam Smith, cuja teoria era por eles considerada como evangelho. Dentro deste espírito, aceitavam teoricamente leis eternas e invencíveis que deveriam seguir o curso natural das coisas. Estavam cientes de que as condições se modificavam, mas não se convenciam da necessidade de mudar. [...] consideravam-se seguidores da Escola de Manchester, defendendo o princípio da *laissez-faire*, *laissez-aller* (GUTFREIND, 1979, p. 53).

Se não se podia dizer que os liberais eram um grupo homogêneo ideologicamente, também não se podia dizer que não seguiam nenhuma corrente ideológica coerente. Gutfreind afirma que o “liberalismo sempre foi um pensamento político, eminentemente conciliador, que negociava e se modificava”, pois os liberais sempre visaram a “um conjunto de leis que garantissem, de maneira uniforme, a separação dos poderes e menor concentração de autoridade política possível, ao melhor estilo Montesquieu” (GUTFREIND, 1979, p. 60).

Com o advento da República no Brasil e o estabelecimento do federalismo, Porto Alegre tornou-se o reduto mais importante das forças coercitivas e de cooptação que sustentavam a hegemonia do Partido Republicano Rio-Grandense (BAKOS, 1996, p. 24). Júlio de Castilhos já havia se tornado uma das figuras mais influentes do PRR, ainda no final do Império. No entanto, quando Demétrio Ribeiro demitiu-se do ministério dos transportes e retornou ao Rio Grande do Sul, em 1890, iniciou uma luta intensa pelo controle do PRR, que não adiantou porque este já estava inteiramente nas mãos de Julio de Castilhos, o qual, na condição de secretário de governo e de articulista *d' Federação*, era o principal líder dos republicanos gaúchos (PEZAT, 2007, p. 43).

É preciso lembrar que a chegada do PRR à presidência do Estado foi conturbada e que teve reflexos até à guerra civil em 1893. Para se contrapor ao PRR nas eleições para deputados e senadores em 1890, os liberais criaram a União Nacional, que perdurou de 4 de junho de 1890 a 23 de abril de 1891, e que é assim caracterizada,

coligação composta de elementos heterogêneos, concordava em relação aos pontos capitais como a conservação da ordem social, a defesa das garantias individuais, a liberdade de imprensa e de pensamento, a respeitabilidade dos magistrados, o prestígio do poder público e a liberdade de voto (GUTFREIND, 1979, p.70).

A União Nacional tinha o papel como “grupo de pressão, pois não visavam eles próprios a conquista de poder ou a uma participação no poder”. De acordo com ela, eles “objetivavam sensibilizar o governo, influenciar seus detentores e, futuramente, assumir o poder através de processo eleitoral”. Ainda alerta que essa “afirmação era em parte coerente, porque, na realidade, o objetivo final era o retorno efetivo ao poder o mais cedo possível”. E, de certa forma, como foram tolhidos pelo PRR, os liberais tiveram uma única alternativa “a formação de agrupamento multipartidário para saírem da situação de out-laws ou párias, segundo suas próprias expressões” (GUTFREIND, 1979, p. 72). A autora concluiu dizendo que a “União Nacional foi a forma encontrada, não apenas pelos liberais, mas também pelos dissidentes republicanos e alguns conservadores, para tentar seu reingresso político” (GUTFREIND, 1979, p. 74).

Essa coligação não alcançou seus objetivos, porque o dispositivo montado pelo PRR fechava as alternativas que as oposições criavam. Seu alcance teria ficado em nível de conscientização, mas sem resultados práticos. No entanto, “durante os dez meses de atuação da coligação, houve coerência entre os propósitos liberais e as atitudes tomadas” (GUTFREIND, 1979, p. 75).

Para Gutfreind, os liberais se mantiveram coesos defendendo o federalismo. E ao aceitarem um manifesto antagônico estavam sendo coerentes com a sua ideologia, pois sua “sobrevivência partidária dependia de sua conformação político-partidária” (GUTFREIND, 1979, p. 85).

Os liberais reuniram-se sob o nome de Partido Republicano Federal, de 23 de abril de 1891 até o início de 1892, com grupos políticos presidencialistas positivistas. Neste momento, defendiam apenas o regime federativo, mas não o realizado pela república. Desta forma, queriam limitar os poderes do executivo, aqui no caso os poderes e a influência de Julio de Castilhos. Por isso, em março de 1892, em Bagé ocorreu o Congresso Federalista que defendeu,

um regime com representatividade, restringindo, tanto quanto possível, o executivo, limitando a influência pessoal do chefe de Estado, descentralizando a administração e a política para realizar o regime federativo. Seus desígnios parlamentaristas traduziam, apenas, a aplicação de seus ideais liberais no campo político (GUTFREIND, 1979, p. 100).

Enquanto a ideologia positivista fazia parte dos discursos do PRR, o discurso liberal estava presente no Partido Federalista. Os discursos dos partidos ficavam cada vez mais antagônicos e as disputas mais acirradas. Neste sentido, podemos refletir para o que Berstein nos aponta

a natureza da ideologia varia singularmente segundo os diferentes tipos de organização, mas em todos os casos, ela constitui um sistema de crenças compartilhado por todos os que dizem pertencer ao partido, sejam eles militantes, membros ou simplesmente eleitores (BERSTEIN, 2003, p. 86).

Após o Congresso de Bagé⁶⁰, houve uma deterioração política rio-grandense, pois neste momento passavam a se digladiar três grupos políticos.

Um deles a dissidência, agora no poder, perdia a autoridade, as suas bases de sustentação; o outro, os republicanos históricos, utilizava todos os recursos para derrubar os detentores do poder e reassumir o governo; e, finalmente, os liberais, aliados a alguns conservadores, também lutavam pelo poder. Excluídos das

⁶⁰ Em 1892, ocorre um congresso de federalistas em Bagé, quando propõem uma reforma constitucional e a adoção do parlamentarismo. As disputas políticas, a partir desse congresso, culminam na Guerra Civil de 1893. Nesse Congresso reunido em Bagé, a 31 de março de 1892, sob a presidência do general João Nunes da Silva Tavares, que foi fundado o Partido Federalista sendo aclamado chefe o Conselheiro Gaspar Silveira Martins” (Osório, 1992, p. 59). De um lado representado os federalistas, liderados, entre outros por Gaspar Silveira Martins e, de outro, os republicanos liderados por Julio de Castilhos.

simpatias dos republicanos históricos e, agora dos dissidentes, os liberais foram impedidos de participação eleitoral não só pelos republicanos, mas também pelos dissidentes, [...]. Sofrendo ataques de ambos os lados, lutavam contra estas direções simultaneamente (GUTFREIND, 1979, p.101).

Essas disputas políticas chegaram ao seu ápice em 1893, quando estourou uma guerra civil, que perdurou até 1895. Essa revolta ficou conhecida como Revolução Federalista e pelo grande número de pessoas degoladas⁶¹. O conflito de 1893 ficou para a história como um dos mais sangrentos do Rio Grande do Sul, isso mesmo considerando a longa tradição de guerras desde o século XVII. Talvez, porque, nesse período, já era possível contar com uma imprensa mais organizada, embora os jornais que fizessem oposição ao PRR tivessem sido fechados. Para Dutra, os motivos para esse conflito também estava relacionado às questões econômicas.

A política governamental foi coerente com o plano econômico republicano. Seguindo preceitos positivistas, intitulando-se não beneficiar classes, grupos, regiões ou facções em particular, o Governo abandonou a primazia da Campanha que houvera no Império, passando a dotar também o norte de novos meios de comunicação, especialmente estradas de ferro. Por outro lado, incrementava a imigração estrangeira, contrariando o próprio programa do PRR, e, indiretamente, incentivava a pequena propriedade. Em outras palavras, isto significou a definitiva integração do norte do Rio Grande a economia estadual, possibilitando que esta região tomasse grande relevância econômica durante a República Velha (DUTRA, 1983, p. 114).

Em resumo, para o autor, as diferenças entre o PRR e a oposição não ficaram restritas aos aspectos ideológicos e políticos, mas também aos econômicos que foram significativos durante o conflito em 1893. Pois, segundo o autor, o PRR havia deixado de lado os privilégios aos fazendeiros da Campanha, que no Império tiveram maior influência política, mas que naquele momento também passavam a ter problemas econômicos, devido ao processo de modernização, que, embora incipiente, passava a ter mais atenção do governo em outras regiões do Estado.

Com o término da guerra civil e a confirmação do PRR no poder, os liberais voltaram a se organizar como partido a partir de 1896, quando, em 23 de agosto instituíram o Partido Republicano Federalista, o qual, continuava defendendo as ideias liberais repetindo acusações e discutindo os mesmos pontos de vista anteriores à Guerra Civil (GUTFREIND, 1979, p. 108), tais como o parlamentarismo e a reforma constitucional.

Em 23 de agosto de 1896, realizou-se o Congresso Federalista, no qual predominaram as ideias que defendiam a continuidade do Partido, a ratificação do Programa de Bagé⁶² e a

⁶¹ Sobre o assunto, ver FLORES, 1993.

⁶² Na ratificação do programa de 1892, “os outros pontos do programa aprovado em 1896 eram: I. República parlamentar; II. Eleição do presidente pelo Congresso Nacional; III. Reforma da bandeira nacional com a absoluta supressão do lema da religião anticristã de Augusto Comte; IV. Os militares em atividades não

extensão da oposição à Constituição Federal. Neste congresso, Gaspar Silveira Martins discursou defendendo uma síntese de suas ideias liberais, mescladas com tendências romântico-conservadoras (GUTFREIND, 1979, p. 112). Desde 1889 até 1896, o partido dos liberais “foi coerente com a sua ideologia, toda conciliação e transigência, daí porque a defesa de um regime político republicano em moldes federativos, num regime parlamentarista” (GUTFREIND, 1979, p. 126).

Desde a proclamação da República, o partido que sofreu o maior desgaste foi o Liberal, pois estava no poder. Mas, já na primeira eleição pós-República para o legislativo, os castilhistas foram os grandes vencedores e mantiveram a hegemonia na Assembleia. Embora a oposição tenha vencido em vários municípios, não foram reconhecidos pelos castilhistas. A partir de então, o castilhismo se consolida no poder. Esse fato decorreu, “fundamentalmente, da eficácia na utilização de elementos de coerção (a força pública estadual), na utilização de fontes de coesão partidária eficientes (a ideologia positivista) e no apoio de setores de pouca autonomia frente ao Estado (burocratas, colonos, funcionários públicos, etc.)” (TAMBARA, 1995, p. 69). Mas, para Pinto o PRR conseguiu se manter no poder por 40 anos não só pela repressão.

Para entender as formas criadas pelo PRR para conquistar um apoio concreto de parcela significativa da população do estado, deve-se centralizar a análise no aspecto antiliberal da ideologia do PRR, isto é, no caráter positivista do discurso do partido. A doutrina de Augusto Comte proporcionava os elementos necessários para construção de uma prática política que colocava como central a preocupação com a eficiência e a moralidade do Estado (PINTO, 1986, p. 16).

No Partido Republicano Rio-grandense, essa ideologia era tão forte, mesmo que de forma adaptada por Júlio de Castilhos e pelos principais dirigentes que, em alguns momentos, chegou a ser motivo de algumas dissidências do partido, como vimos anteriormente, com o afastamento de Apolinário Porto Alegre. Segundo Pinto,

o PRR, desde a sua fundação em 1882, se diferenciou dos demais partidos republicanos regionais, entre outras coisas, pela preocupação com a questão de princípios ideológicos e de disciplina. Desde seus primeiros tempos, esteve fundamentalmente preocupado em apresentar-se como defensor de um conjunto de princípios coerentes, característica que o acompanha ao longo de toda República Velha e torna-se uma questão importante na luta com a oposição. A posição do PRR no Rio Grande do Sul, como um partido dirigente que não dominava as relações coronelistas de poder, o fazia buscar apoio em outros setores da sociedade gaúcha. Neste esforço, a questão da coerência ideológica como base de uma administração eficiente foi central (PINTO, 1986, p. 24)

poderiam votar; no caso de serem eleitos, só poderiam exercer a função política mediante prévia reforma ou demissão do serviço do Exército” (FRANCO, Cadernos de História, n. 13, p. 14).

Para se firmar no poder, o PRR, além de utilizar as conhecidas formas de coerção citadas acima, Tambara ainda destaca outro mecanismo de legitimação do partido, “um processo de inculcação cultural da concepção de mundo castilhistas, através da escola” (TAMBARA, 1995, p. 65). Corsetti parece concordar com essa opinião, pois também escreve sobre a importância da educação para Júlio de Castilhos:

A partir dos pressupostos comtianos, foi proposta a construção de uma sociedade racional, distinta da anterior, na qual o controle dos trabalhadores requeria a utilização sistemática da educação moral e da prática do trabalho regular. O esforço educacional era, assim, indispensável à nova ordem. Nesse contexto, a ciência, a educação e a moral se transformaram em poderosos instrumentos de controle social e de veiculação ideológica, de tal forma que fosse garantida a reorientação da sociedade, neutralizando os conflitos e mantendo a estabilidade social, tudo isso em nome do bem comum (CORSETTI, 2005, p. 204).

Quando, em 1898, após receber uma carta solicitando apoio à criação da Escola de Medicina em Porto Alegre, o líder republicano deixou claro, em manifestação pública, sua adesão às ideias de Comte e argumentou que “de acordo com a Constituição sul-riograndense, que o governo deveria oferecer o ensino primário, leigo e gratuito, cabendo o ensino secundário e superior à iniciativa particular, não devendo ainda proteger qualquer ciência ou religião” (PEZAT, 2007, p.49). O trecho citado por Castilhos estava realmente presente na Constituição de 1891 do Estado do Rio Grande do Sul e abaixo transcreve-se literalmente todos os artigos que se referem à instrução, à liberdade religiosa e à liberdade de imprensa:

TITULO IV

Garantias Gerais de Ordem e Progresso no Estado:

Art. 71 - A Constituição oferece aos habitantes do Estado as seguintes garantias:

[...]

§ 4 - Todos são iguais perante a lei.

O Estado não admite privilégio de nascimento, desconhece foros de nobreza, considera extintas as ordens honoríficas existentes e todas as suas prerrogativas e regalias, bem como os títulos nobiliárquicos e de conselho, de acordo com o § 2º, art. 72 da Constituição Federal. Não se priva, porém, de instituir prêmios honoríficos, como medalhas humanitárias, de campanha, industriais, sem que decorra de tais prêmios um só privilégio, de qualquer espécie.

§ 5 - Não são admitidos também no serviço do Estado os privilégios de diplomas escolásticos ou acadêmicos, quaisquer que sejam, sendo livre no seu território o exercício de todas as profissões de ordem moral, intelectual e industrial.

§ 6 - Os cargos públicos civis serão providos, no grau inferior, mediante concurso, ao qual serão indistintamente admitidos todos os cidadãos, sem que aos concorrentes seja exigível qualquer diploma. O provimento dos cargos médios será feito em virtude de acesso por antiguidade e, excepcionalmente, por mérito. Os cargos superiores serão de livre nomeação do governo, com exclusão também de exigência de diploma.

§ 7 - Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum.

[...]

§ 10 - Será leigo, livre e gratuito o ensino primário ministrado nos estabelecimentos do Estado.

§ 11 - Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o governo do Estado.

[...]

§ 16 - Em qualquer assunto é livre a manifestação do pensamento pela imprensa, ou pela tribuna, respondendo cada um pelos crimes comuns que cometer no exercício dessa liberdade. Não é permitido o anonimato, cumprindo que os escritos sejam assinados pelos seus respectivos autores. Em lei especial serão determinadas as condições e penalidades referentes à obrigação imperiosa da assinatura.

[...]

§ 19 - Todo o cidadão pode ser admitido aos cargos públicos, civis, ou militares, quaisquer que sejam as suas opiniões, sem outra distinção que não a dos serviços que haja prestado ou possa prestar, a das virtudes e a da aptidão.

Constituição do Rio Grande do Sul – 14/07/1891 (grifos do autor)

Essa Constituição esteve em vigor durante os governos de Borges de Medeiros e, Carlos Barbosa, Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha e Flores da Cunha, ou seja, até 1935, quando foi promulgada uma nova Constituição. No entanto, a Constituição de 1891 sofreu alterações em seu texto em 1922 e 1924, mas não alteraram nada referente à instrução pública.

Reforça-se a influência das ideias positivistas no pensamento de Júlio Castilhos no texto da referida Constituição. Pede-se atentar aos seguintes pontos destacados em negrito, pois estes vão ser desenvolvidos ao longo deste trabalho: **liberdade de ensino e extinção da necessidade de diploma para realizar concursos públicos, liberdade profissional, ensino primário leigo, gratuito e fornecido pelo Estado.**

Desta forma,

a escola primária gratuita é assim projetada no quadro mais amplo da educação popular, que Comte prefere chamar de “proletária”, na verdade a única de que os governantes se deveriam encarregar, delegando aos diferentes grupos sociais quaisquer projetos de ensino universitário. Que o Estado cuide da educação fundamental do povo e se abstenha de concorrer para a proliferação de falsos doutores, esses portadores de diplomas que engrossam as fileiras da *pedantocracia* (BOSI, 1992, p. 301).

Embora a educação fosse uma preocupação dos positivistas, o lema era a liberdade para a educação, ou seja, deveria ter o mínimo de participação do Estado. A exemplo disso, inicialmente o governo não fez nenhuma alteração na estrutura da Escola Normal. Para os positivistas, a questão do ensino estava profundamente associada ao papel desempenhado pela mulher na sociedade, pois cabia a ela designar os caminhos de instrução/educação que deviam trilhar as famílias. Portanto, a interferência do governo seria usurpadora ao influir na educação das crianças (TAMBARA, 1995, p. 126).

A década de 1890 foi conturbada politicamente. Nos primeiros anos de República, o Rio Grande do Sul foi governado por muitos presidentes até a eleição conturbada de Júlio de

Castilhos em 1893, quando estourou a Guerra Civil⁶³. A Guerra de 1893, efetivamente envolveu o Rio Grande do Sul num dos conflitos mais sangrentos de sua história e também na limitação da liberdade de imprensa, inclusive resultando em empastelamento de alguns jornais de oposição, tais como *A Reforma*.

Talvez, por ser um período conturbado e ter como principal preocupação a escola primária, o governo republicano “abriu espaço à iniciativa privada que haveria de tomar conta do ensino secundário e superior”, porém não deixava de participar, em escala secundária, do ensino elementar e complementar (GIOLO, 1997, p. 312).

Efetivamente, somente em 1901, o governo republicano fez alterações no regulamento da Escola Normal, quando a transformou em Colégio Distrital, que, embora não deixasse de fazer a formação de professores, pareceu ter mudado um pouco suas características iniciais.

Além da instrução pública e dos instrumentos de coerção, acredita-se que ter um jornal bem produzido também foi importante para divulgar as ideias positivistas e os planos do PRR para o Estado. Isso ficava evidente em muitos textos publicados, como em: “o problema de uma fé universal é demonstrada e de uma moral altruista e leiga foi resolvido por A. Comte, que a esse título, o grande mestre dos que amam, sabem e querem o bem, o bello e o justo” (*A Federação*. Morte de A. Comte. 19/01/1907). O periódico também publicou quase diariamente notícias sobre o Apostolado Positivista e a sua postura sobre diversos assuntos.

No entanto, *A Federação* e o PRR também sofreram com as críticas publicadas em *A Reforma*, que defendia os ideais do Partido Federalista no período republicano.

[...] os partidos políticos morreram e incarnaram-se na pessoa do chefe supremo do poder executivo. Ficou no cenário cívico o partido federalista, chefiado pelo eminente tribuno Silveira Martins, com sua bandeira e fiéis soldados.

[...] Quem observa com atenção e isenção de espírito a nossa atitude reconhecerá que o partido federalista cresce, em quanto o partido castilhista diminui, define, combatido por dissensões no seio dos correligionários, já convencidos que o imperio da justiça fôra substituído pelo da prepotência e do terror sanguinolento.

O partido federalista, hostilizado em plena revolução pelo governo federal, perseguido na atualidade, a sua vida é gloriosa e digna de applausos (*A Reforma*. Partidos Politicos. 29/05/1900).

⁶³ O Partido Federalista (antigo partido Liberal) pretendia a centralização e o parlamentarismo; o Partido Republicano Rio-grandense propugnava pelo sistema presidencialista e pela autonomia provincial. As duas facções tornaram-se irreconciliáveis, gerando conflitos e perseguições políticas. Júlio Prates de Castilhos não permitia a participação da oposição no governo e, pela Constituição de 1891, transformou o Poder Legislativo em mera comissão para aprovar o orçamento do governo. Em 25 de janeiro de 1893 Júlio de Castilhos assumiu o governo e, no dia 5 de fevereiro, as forças de Gumercindo Saraiva, chamadas de maragatos, invadiram o Rio Grande do Sul. Os maragatos não dispunham de armamento, de logística e nem de uma chefia comum. Os coronéis lideravam suas tropas, muitas vezes sem conexão entre si. As tropas em movimento percorreram o Rio Grande do Sul, invadindo prefeituras. Sem meios de manter a ocupação, aguardavam uma intervenção do governo federal, porque Castilhos apoiou o Marechal Deodoro da Fonseca, e o Floriano Peixoto estava intervindo nos estados deodoristas. A guerra terminou depois de 31 meses, em 23.8.1895, com a deposição das armas por parte dos rebeldes. Sobre o assunto, ver Flores, disponível em <http://www.memorial.rs.gov.br/cadernos/guerraseconflitos.pdf>.

Neste trecho, além de hostilizar o PRR, o articulista da *Reforma* faz propaganda sobre o suposto crescimento do Partido Federalista, no entanto, este continuava sem espaço na direção do Estado. As divergências entre os dois partidos eram muitas e se estenderam enquanto existiram os partidos, mas as temáticas relacionadas à instrução pública, à educação da mulher e à escola normal/colégio distrital/escola complementar serão abordadas ao longo deste trabalho, nem sempre tão discordantes.

Após a morte de Julio de Castilhos, o positivismo no Rio Grande do Sul não foi sempre associado a Augusto Comte, mas ao líder gaúcho. Os ataques da oposição eram direcionados às acusações de traição à herança de Castilhos. Para Pezat,

verifica-se uma transformação doutrinária. Pouco a pouco ocorre a substituição de Auguste Comte, por Julio de Castilhos como grande formulador teórico do republicanismo. Da mesma forma, o positivismo cede lugar ao castilhismo como ideário político a ser seguido ao menos na concepção dos adeptos do PRR. A versão castilhista dos ideais positivistas se caracterizava por ser mais concisa e flexível, facilitando a adaptação ao contexto político e social do Rio Grande do Sul da Velha República (PEZAT, 2007, p. 60).

Em 1898, assumiu o poder no Rio Grande do Sul Antonio Augusto Borges de Medeiros, herdeiro político de Castilhos, que ainda estava vivo. Borges de Medeiros permaneceu no poder por mais de duas décadas. Seus mandatos tiveram um intervalo durante o governo de Carlos Barbosa Gonçalves (1908-1913), aliado político e membro do PRR. Borges de Medeiros (1898-1908 e 1913-1928) enfrentou oposição ferrenha em vários momentos de seus mandatos, no entanto, o pior deles foi a Guerra Civil de 1923⁶⁴. Segundo Brossard, havia um ambiente de cansaço, depois de longos anos de governo de Borges de Medeiros acentuados pelo desgaste no apoio dado à candidatura de Hermes da Fonseca; morte do senador Pinheiro Machado; sátira de Ramiro Barcelos com o poema Antonio Chimango⁶⁵

⁶⁴ Movimento armado em reação ao resultado da eleição, pela qual Borges de Medeiros continuava na presidência do Estado. Houve reações dos federalistas liderados por Joaquim Francisco de Assis Brasil, derrotado no pleito eleitoral. A Guerra Civil durou onze meses, de um lado lutavam os chimangos a favor de Borges de Medeiros e de outro, os maragatos, liderados por Assis Brasil. Com o acordo de paz assinado em Pedras Altas, Borges se comprometia a ficar até o final do mandato, porém a Constituição de 1891 seria alterada para impedir a reeleição. Sobre esse assunto ver: FLORES (1996); BROSSARD (2004); FONSECA (1983).

⁶⁵ O poema *Antonio Chimango*, de Ramiro Barcelos, no qual o autor fazia críticas à Borges de Medeiros ao seu nascimento, a herança política de Julio de Castilhos, a orientação positivista e a administração no Estado. Transcreve-se alguns trechos dessa sátira política:

(...)

Na mão do triste Chimango
O arvoredo está no mato;
O gado...é só carrapato;
O campo...cheio de praga.
Tudo depressa se estraga,
No poder de um insensato.

(...)

Dizem até que o Chimango,
Apesar de batizado,

que teve repercussão em todo o Estado; uma nova geração que estava nascendo sem ligações muito fortes com o governo; as transformações produzidas pela 1ª Guerra Mundial; rotina na administração na intendência da capital⁶⁶; a revolta dos 18 do Forte⁶⁷ e recuo diante do insucesso da rebelião; a Semana de Arte Moderna, que indicava os novos tempos; a crise econômica; as dissidências e oposições nos municípios, entre outras coisas, criaram uma situação favorável à reação da oposição (BROSSARD, 2004, p. 130). No final do conflito, mesmo com a permanência de Borges no poder, o PRR teve uma quebra nos seus quadros e a situação política passou a ter uma nova configuração.

Em relação à instrução pública, na primeira fase do governo de Antonio Augusto Borges de Medeiros (1898-1908), houveram algumas alterações na Escola Normal como a transformação em Colégio Distrital, em 1901. A estrutura como Colégio Distrital, não perdurou por muito tempo. Em 1906 o poder público fez uma nova reforma, extinguindo o Colégio Distrital da capital juntamente com todos os demais colégios no interior do Estado, substituídos por Escolas Complementares. Houve uma nova configuração da formação de professores, pois, além da Escola Complementar de Porto Alegre, o governo criou escolas complementares em Santa Maria, São João de Montenegro e Santa Cruz. Pelo que se observa, o governo passou a dar uma atenção maior à instituição, com a mudança de prédio, a colocação da pedra fundamental de um prédio que deveria abrigar a Escola Complementar, localizado quase ao lado do Palácio do Governo, em 1908.

Ao que parece, durante o mandato de Carlos Barbosa⁶⁸ (1908-1913), não houveram alterações significativas à Escola Complementar, pois nem ao menos foi concluída a construção do novo prédio, que parece ter abrigado a escola somente nos anos de 1920, pois a grande preocupação parecia ser com as primeiras letras, e, por isso, as escolas primárias cresciam, embora o número de professores normalistas não conseguisse atender a demanda.

Vive como renegado
E deixou de ser cristão;
Que tem outra religião,
Na qual anda enfeitado.

(...)

E tudo mais em S. Pedro
Vai morrendo, pouco a pouco,
A manotaços e a sôco
Rolando para um abismo,
Pois c' o tal positivismo,
O home inda acaba louco
(JUVENAL, [1ª ed. 1912], 1982).

⁶⁶ Sobre o assunto, ver BAKOS (1996).

⁶⁷ Movimento de tenentes acontecido no Forte de Copacabana que tentava acabar com as oligarquias regionais. Sobre o assunto, ver SODRÉ (1985); BORGES (1992); FAUSTO (2000).

⁶⁸ Carlos Barbosa Gonçalves – presidente do Estado entre 1908 e 1913, foi senador da República e faleceu em Jaguarão, em 1933 (Franco, 1992, p.99).

Porém, em 1910, um grupo de professores e alunas da Escola fizeram uma viagem de estudos ao Uruguai, que resultou em algumas publicações e difusão de ideias pedagógicas inovadoras. Na mensagem de Carlos Barbosa à Assembleia Legislativa fez referência à Escola Complementar, porém somente citações sobre o aumento das matrículas na Escola, como nas demais escolas estaduais.

A 31 de dezembro existiam creadas 1231 escolas das quaes 181 vagas, por motivos varios.

Quando, por decreto annual, se localisaram todas as aulas para este exercicio, foram suprimidas 18, mesmo assim continuando vagas 161.

Afóra as escolas isoladas, existem a escola complementar desta capital e mais nove collegios elementares, em diversos municipios.

A frequencia de alumnos nas aulas publicas subiu a 13969 e nos collegios particulares, approximadamente, a 28459 (GONÇALVES, Mensagem à Assembléa dos Representantes, 20/09/1910).

Outro ponto, em relação à instrução pública, eram os gastos dos governos do PRR. Segundo Love, o imposto sobre propriedade introduzido em 1904 foi a principal fonte de renda do Estado de 1915 até 1918, e os gastos com instrução correspondiam a um quarto dos gastos estaduais. Para Love,

a educação só ficava em segundo lugar em tempo de guerra ou durante os períodos de mobilização, quando a Brigada Militar vinha em primeiro lugar. O Rio Grande consagrava à educação uma quota maior das suas rendas do que São Paulo ou Minas Gerais. [...], a capacidade do governo estadual de tributar excessivamente a propriedade e a ênfase por ele emprestada à educação pública deram às políticas fiscais rio-grandenses uma característica decididamente progressista em confronto com as dos outros membros da Federação (LOVE, 2005, p.79).

Embora se tenha a clareza de que houve investimentos na instrução pública, é fundamental ressaltar que o PRR usou a estratégia de um discurso coeso bem difundido pela imprensa sobre educação, principalmente pela *Federação*. Neste sentido,

os positivistas foram mestres no discurso elogioso sobre si mesmos e sobre sua administração. Precisavam disso para estabelecer-se no governo e conservar o poder, em meio a conjunturas nem sempre favoráveis. Tanto para permanecer, em nível nacional, no pacto dos governadores; quanto para manter a nível local, a oposição sufocada, o PRR precisou dar mostras de ser um grupo coeso, forte e representativo de toda sociedade gaúcha, provando com palavras e atos a sua “boa política”. É claro que o discurso sobre suas realizações administrativas jamais poderia apresentar lacunas que derivassem da vontade ou ineficiência do governo (GIOLO, 1997, p. 315).

Mas, como o próprio Giolo reforçou, não foi só a retórica que compôs o discurso do partido, houveram ações que estavam conectadas ao ideal positivista para a educação.

Em 1921, no governo de Borges de Medeiros, finalmente a Escola Complementar foi para o prédio na Rua Duque de Caxias esquina General Auto, mas, não ficou lá por muito tempo, pois logo em seguida mudou-se para a esquina da Rua Marechal Floriano.

Em 1924, a oposição ao PRR reformulou-se “Em São Gabriel, foi fundada a Aliança Libertadora, – uma verdadeira união oposicionista – reafirmada em 1928, quando passou a se chamar Partido Libertador, em Congresso na cidade de Bagé” (DUTRA, 1983, p. 88).

Depois do Conflito de 1923, pelo acordo de Pedras Altas, Borges comprometeu-se a deixar o governo no próximo pleito. Segundo Rangel, a partir de 1926, surgiu uma nova geração de republicanos, entre os quais: José Antônio Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, Getúlio Vargas e Firmino Paim Filho. Esse grupo iniciou um processo de aproximação com os oposicionistas, liderados por Assis Brasil e Raul Pilla, que também estavam mudando de estratégia (RANGEL, 2007, p. 19). Ambos os grupos tinham interesse nessa aproximação, pois desejavam fazer um movimento de reforma nacional.

Em 1927, mesmo não contando com o apoio total de Borges, Getúlio Dorneles Vargas⁶⁹ foi eleito presidente do Estado. Em 1928, Getúlio Vargas assumiu, mas agora tentando diminuir a polaridade política no Rio Grande do Sul.

Durante o curto período em que Vargas governou o Rio Grande do Sul, houveram mudanças na formação de professores, pelo menos em números de escolas complementares que foram criadas em várias cidades. A Escola Complementar da capital voltou ao seu nome original, Escola Normal, que serviria de referência para as Escolas Complementares nas cidades de Pelotas, Santa Maria, Alegrete, Passo Fundo, Cachoeira e Caxias.

Ainda em 1928, na reunião em Bagé, em que foi criado o Partido Liberador, o discurso de Assis Brasil destacou que fariam uma aproximação com o Partido Democrático Nacional e com os paulistas (RANGEL, 2007, p. 20). Dessas alianças surgiu a ideia de Getúlio Vargas concorrer à presidência do país, pela coligação Frente Única Gaúcha (FUG).

À medida que os sócios mineiros e paulistas divergiam sobre a sucessão presidencial, mais plausível tornava-se a ideia de Getúlio surgir como candidato neutro, e mais urgente tornava-se a união política no Rio Grande do Sul, em torno de um candidato e de uma plataforma comum. Essa união concretizou-se com a formação da Frente Única Gaúcha (FUG), em 1929, quando libertadores e republicanos se aliaram para projetar o Estado ao primeiro plano da República (RANGEL, 2007, p. 20).

Mesmo não tendo uma doutrina coerente, o grupo tinha “um pensamento em comum: a crença de que a solução dos maiores problemas estaduais viria de cima, da elite esclarecida, mediante conquista dos postos junto ao governo federal (RANGEL, 2007, p. 20).

Em 1930, Getúlio Vargas candidatou-se à presidência do Brasil. Porém, acabou perdendo o pleito. Descontente com a situação, principalmente, depois do assassinato do candidato a vice João Pessoa, o grupo de rio-grandenses e mineiros, liderados por Vargas,

⁶⁹ Sobre Getúlio Vargas e sua trajetória, ver LIMA NETO (2012).

tomou o poder. A chegada de Vargas à presidência da República mudou o cenário educacional do país. Segundo Gertz,

algumas medidas importantes para institucionalização e para regulamentação do ensino foram tomadas nesse período, da mesma forma que ocorreram uma expansão física e uma mobilização do professorado, administradores e intelectuais em torno do assunto. A atenção maior foi dada ao ensino básico, e nesse campo foram perseguidos três objetivos fundamentais: ampliação da rede de escolas e do número de professores para aumentar os índices de alfabetização entre a população; definição de uma política de pessoal, com a elaboração de normas e critérios para funcionamento das escolas (GERTZ, 2005, p. 98).

Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, após a “Revolução de 1930”⁷⁰, assumiu o poder, como Interventor Federal, o General José Antonio Flores da Cunha e, em 1935, foi eleito governador. Os projetos de educação de Vargas também repercutiam, tais como:

Na reformulação do Instituto de Educação General Flores da Cunha⁷¹ especializado na formação de docentes; seleção de professores por concurso; criação das Delegacias Regionais de Ensino para possibilitar um maior acompanhamento das escolas e dos professores do interior do estado; elaboração de programas curriculares mínimos a serem seguidos. A criação de um Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais e a publicação de uma *Revista do Ensino*⁷² foram outras medidas no sentido de ser buscada uma modernização e uma mobilização em torno da educação no Rio Grande do Sul. Professores receberam bolsas para aperfeiçoamento. Até a criação do Dia do Professor (15 de outubro) e dos Círculos de Pais e Mestres foram parte dessa mobilização em favor do ensino e da educação (GERTZ, 2005, p. 98-99).

No governo de Flores da Cunha foram realizadas alterações visando a organização da estrutura administrativa da educação, como a criação da Secretaria de Estado dos Negócios e Saúde Pública e o Conselho Estadual de Educação. Durante seu mandato, teve apoio da máquina estatal e do jornal *A Federação*, quase diariamente, havia uma foto do General Flores da Cunha em *A Federação*. Como essa que foi publicada em 1º de janeiro de 1937, mas que poderia ser em qualquer outro dia, pois praticamente não havia variação da foto.

⁷⁰ Sobre o assunto, ver GERTZ (2007).

⁷¹ O autor usou o nome pelo qual a escola é conhecida em 2013, embora no período ainda se chamasse Escola Normal. Passou a ser chamada de Instituto de Educação General Flores da Cunha em 1939.

⁷² Sobre o assunto, ver BASTOS (2005).



Figura 7: Foto General Flores da Cunha (A Federação, 1º/01/1937).

Durante o Estado Novo, houve o rompimento entre Vargas e Flores da Cunha. As divergências entre os dois culminaram na cassação do mandato de Flores da Cunha e no seu exílio para o Uruguai em 1937. Durante o período de agravamento das divergências entre o presidente e o governador do Rio Grande do Sul, *A Federação* publicou muitas mensagens e reportagens em apoio a Flores da Cunha, como nas manchetes a seguir:

O GENERAL FLORES DA CUNHA SERA' HOMENAGEADO, HOJE, PELOS DETENTOS DA CASA DE CORREÇÃO E SUAS FAMILIAS

**Texto 8: O General Flores da Cunha - homenagens
(A Federação, 1º/01/1937).**

Os homens de brio que estão solidários com o general Flores da Cunha o acompanharão em qualquer emergência, porque o sabem inspirado no mais sadio e nobre desejo de engrandecer a República e o Brasil

(Da entrevista concedida pelo deputado liberal Ascanio Tubino ao «Correio da Noite»)

**Texto 9: Os homens de brio solidários ao General Flores da Cunha
(A Federação, 19/01/1937).**

O governo de Flores da Cunha foi de grande importância para a Escola Normal, que ganhou visibilidade na imprensa, principalmente no jornal oficial *A Federação*. A foto abaixo, por exemplo, é da lateral da Escola Normal, publicada em 1937.

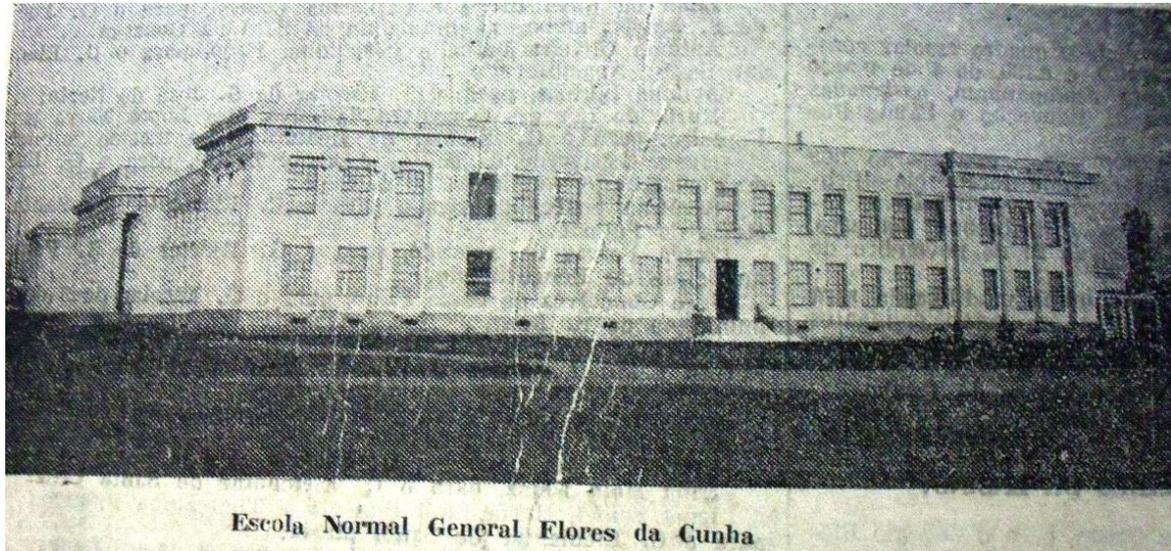


Figura 8: Foto do novo edifício da Escola Normal General Flores da Cunha
(*A Federação*, 05/02/1937).

Quando Flores da Cunha foi deposto, assumiu Manuel de Cerqueira Daltro Filho⁷³, que, em seguida, foi substituído por Mauricio Cardoso, quando em janeiro de 1938 o cargo de governador foi entregue a Oswaldo Cordeiro de Farias⁷⁴, que permaneceu até 1943. Cordeiro

⁷³ Manuel de Cerqueira Daltro Filho (1882-1938). Militar, participou da fundação da Universidade do Paraná, passando a compor o seu corpo docente. Combateu diversos movimentos e levantes contra os diversos governos, inclusive tentou combater o movimento que levou Vargas à presidência. Mas, por seu prestígio de militar legalista, foi nomeado comandante do 3º Regimento de Infantaria (3º RI), na capital federal. Em agosto de 1938, foi nomeado comandante da 3ª RM, sediada em Porto Alegre. Nesse posto, tomou as últimas medidas no sentido do afastamento de Flores da Cunha do governo gaúcho, o que veio a se efetivar no mês de outubro, após o decreto que colocava a Brigada Militar do Estado sob o comando da 3ª RM. Em seguida, assumiu a interventoria federal no estado, pouco antes da decretação da ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937. Esteve pouco tempo como interventor, sendo obrigado a se afastar por motivos de saúde. Faleceu em janeiro de 1938, em Porto Alegre. Fonte: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001 disponível no sítio do CPDOC

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/daltro_filho.

⁷⁴ Oswaldo Cordeiro de Farias (1901-1981)- Fez carreira militar. Participou de vários movimentos contra os governos instituídos, inclusive dos movimentos que precederam ao Movimento Tenentista e à Coluna Prestes. Em 1930, participou do movimento revolucionário, no comando da insurreição em Minas Gerais. Com a vitória do movimento e a posse do novo governo liderado por Getúlio Vargas, foi lotado no gabinete do ministro da Guerra, general Leite de Castro. Em 1937 foi transferido para o Rio Grande do Sul, onde assumiu a chefia do estado-maior da 3ª Região Militar (3ª RM), sediada em Porto Alegre. Sob o comando do general Daltro Filho, também participou da campanha para afastar o governador Flores da Cunha. Após a morte de Daltro Filho no início do ano seguinte, foi nomeado como interventor federal no Rio Grande do Sul. Participou da Força Expedicionária Brasileira, servindo na Itália em 1944. Quando retornou ao Brasil, ocupou vários cargos de relevância no comando militar, chegando a Chefe do Estado Maior das Forças Armadas em 1961. Em 1966 retirou-se da vida pública. Fonte: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001 disponível no sítio do CPDOC

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/cordeiro_de_farias.

de Farias foi, junto com Aurélio da Silva Py⁷⁵ e o Secretário José Pereira Coelho de Souza⁷⁶, um dos principais articuladores da Campanha de Nacionalização no Rio Grande do Sul. Também tiveram relevante participação na Campanha de Nacionalização algumas professoras da Escola Normal⁷⁷.

A política de nacionalização implantada por Coelho de Souza teve uma ação intensiva no campo educacional, visando à nacionalização do ensino, porque, segundo o governo, “a ofensiva nazista processava-se por três setores: as Igrejas Evangélicas alemãs, as sociedades de toda natureza e as escolas”. A ação intensiva de medidas do “abrasileiramento” da população no Rio Grande do Sul aconteceu, principalmente, devido ao grande número de imigrantes e descendentes germânicos na região (BASTOS, 2005, p. 47). Foram nacionalizadas todas as escolas de regiões de colonização, proibindo-se a escrita e a oralidade de línguas e dialetos estrangeiros.

Para pensar a década de 1930, foi preciso retomar as três ideologias que legou o século XIX,

a primeira enformou o *conservadorismo* das oligarquias do Segundo Império assentadas nos engenhos nordestinos e fluminenses e, a partir de 1840, no café valparaibano.

A segunda chamou-se *novo liberalismo* (em oposição à anterior que também se dizia liberal) e lutou, dos anos 60 aos 80, pela abolição e pela reforma eleitoral. Nem sempre fez a escolha republicana [...]. Proclamado o novo regime, o liberalismo oficial patinou em soluções puramente formais, sobretudo porque a sua base era ainda a oligarquia rural [...]. De qualquer maneira, cabe-lhe o mérito de ter mantido o ideal (se não a prática) do sistema representativo.

Enfim, a terceira vertente, positivista, conheceu duas saídas que afinal convergiam: o *radicalismo jacobino*, que passou dos cadetes florianistas aos tenentes dos anos 20; e o *republicanismo gaúcho*, o castilhismo-borgismo [...].

[...] a terceira ideologia, só veio a ocupar o poder nacional nos anos 30, quando a coalização tática de republicanos sulinos e tenentes arredou do centro das decisões o liberalismo oligárquico já declinante (BOSI, 1992, p. 304).

Desta forma, para Bosi, o positivismo gaúcho estava representado na “Revolução de 1930” e, por isso, foi possível caracterizá-lo, “ao mesmo tempo progressista e autoritário, moderno e conservador” (1992, p. 305). Para análise dos projetos educacionais do período pode-se seguir essa mesma linha de raciocínio. Ora, pode-se caracterizá-los como

⁷⁵ Aurélio da Silva Py (1900- 1966) oficial do Exército pela Escola de Guerra, Rio de Janeiro. Médico pela Fac. de Med. de P. Alegre. Oficial do Exército, reformado no posto de General. Exerceu a medicina civil. Chefe de Polícia do RS, 1938-1943. Superintendência da Fronteira Oeste, 1966. Disponível no sítio do Museu da Medicina:

http://www.muham.org.br/bibliografias.php?formulario=biografias&metodo=4&id_bio=42.

⁷⁶ Coelho de Souza (1898-1982). Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Porto Alegre. Foi deputado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul de 1935 a 1937, pelo Partido Republicano Liberal e a respectiva dissidência. Foi Secretário de Educação do Estado de 1937 até 1945. Também foi deputado federal pelo Partido Liberal, bem como exerceu cargo diplomático no exterior. Era sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico (FRANCO, 1992, p. 118).

⁷⁷ Sobre o assunto, ver BASTOS (2005).

conservadores ora como inovadores e avançados como poderá se observar na análise dos discursos no quarto capítulo.

Porém, antes da análise desses textos selecionados nos periódicos *A Reforma*, *O Conservador* e *A Federação* faz-se um breve histórico de cada um dos periódicos, no próximo capítulo, para entender o contexto das publicações.

III – A imprensa partidária

É principalmente através da imprensa que se divulgam e se consolidam as principais representações sociais. E por uma razão muito simples: diferentemente da tradição oral, a palavra escrita pode ser resgatada no futuro e utilizada como documento na construção de interpretações históricas.

Wenceslau Gonçalves Neto

Neste capítulo pretende-se fazer um breve histórico dos jornais *A Reforma*, *O Conservador* e *A Federação*. Esses periódicos foram constituídos num contexto histórico político e social específico, em Porto Alegre, por volta da segunda metade do século XIX. De alguma forma, através de seus redatores/diretores estiveram ligados ao governo provincial e, posteriormente, estadual. A associação direta com os partidos políticos mais atuantes da época fizeram com que tivessem em suas páginas críticas ou elogios à Instrução Pública e/ou a Escola Normal, dependendo da condição do partido, na situação ou na oposição ao governo vigente.

Inicialmente, contextualiza-se a situação da imprensa na cidade de Porto Alegre, o histórico de cada um dos periódicos estudados e a metodologia de análise, um pouco mais minuciosa do que aquela apresentada na introdução.

A imprensa, em relação à maioria dos países europeus, chegou tardiamente ao Brasil, somente com a chegada da família real portuguesa, em 1808, mas incipiente. A partir da metade do século XIX, em Porto Alegre, como em tantos outros lugares, a situação já começava a ser alterada. Os jornais diários passaram a ter organização, estrutural e tipográfica, além de uma circulação e distribuição regular. Também possuíam oficinas e escritórios próprios, no caso dos jornais em questão, a maioria na Rua dos Andradas ou ruas próximas⁷⁸.

Os periódicos começavam a ser empreendimentos empresariais e comerciais, com número razoável de funcionários. Esses periódicos partidários apresentavam-se como folhas noticiosas, comerciais e literárias, leitura bem diversificada, em proposta de matéria editorial, quase sempre de caráter opinativo, notícias da cidade e do estado, algumas com interesse econômico, e, também, com seções literárias, culturais e artísticas. Os anúncios, que inicialmente eram escassos, passaram a ocupar, às vezes, metade das páginas, o que garantia a

⁷⁸ Sobre a localização das redações dos jornais ver o mapa no Anexo III, na página 305.

sobrevivência do empreendimento, além da venda de assinaturas e números avulsos (NEVES, 2009, p. 144). E, para construírem os seus discursos ideológicos,

[...] os partidos políticos encarregam-se de montar suas próprias empresas e lançar periódicos pelos quais assumiam inteira responsabilidade. Neste contexto, surgiram as redações, os jornais começaram a ter uma organização editorial e se consolidava a racionalidade em seu funcionamento. Os políticos foram progressivamente tomando o lugar dos tipógrafos na função social de jornalistas (RÜDIGER, 2003, p. 35).

O debate partidário com posturas ideológicas muito distintas, principalmente em questões como a escravidão e o regime de governo, tinha sido atenuado devido, principalmente, aos conflitos externos, como a Guerra com o Paraguai que voltava a pauta, a partir de 1868, incitado pela deposição do Gabinete Liberal, em favor de um Gabinete Conservador,

Essa mudança de partidos constituiria um momento de inflexão na vida política nacional, uma vez que, a partir de então, os desentendimentos entre os partidos passariam a agravar-se cada vez mais, num quadro em que, durante o decênio conservador, os liberais iriam aprofundar o espírito reformista de seu programa, ao passo que os mais radicais passariam a defender a ruptura com a forma monárquica, surgindo na esfera nacional o movimento republicano. A maioria dos jornais havia acompanhado o remanso político do II Reinado, embora alguns chegassem a criticar a falta de unidade ideológica nas frentes de coligação partidária até então em voga, reivindicando a ação de conservadores e liberais “puros”. A inversão de 1868, entretanto, significou também uma virada para a imprensa, uma vez que o debate partidário voltaria à ordem do dia nas páginas dos periódicos (NEVES, 2009, p.147).

Reconhece-se que esses debates partidários sobre as temáticas escravidão e regime de governo fossem importantes, porém a pesquisa prioriza a Instrução Pública, a Escola Normal/Colégio Distrital/Escola Complementar/Escola Normal e a educação da mulher. As questões partidárias perpassam por estas temáticas, já que a instituição objeto desta tese é pública, dependente de ações governamentais e, por consequência, ligadas às questões partidárias.

A análise das fontes tem como marco inicial o ano de 1869, ano de criação da Escola Normal, momento no qual as disputas partidárias se davam entre liberais e conservadores, permanecendo assim até a década de 1880, quando o movimento republicano ficou mais forte na Província. De 1869 até 1879 foi analisado somente o jornal *A Reforma*, órgão do Partido Liberal. Para provocar o enfrentamento entre liberais e conservadores, a partir de 1880 começa-se a analisar *O Conservador*, órgão do Partido Conservador. A partir do ano de 1884, inseriu-se, no cenário partidário e na pesquisa, o jornal *A Federação*, órgão do Partido Republicano Riograndense. Com a proclamação da República (1889), aconteceu a extinção do Partido Conservador, e, como consequência do jornal *O Conservador*. As disputas partidárias no período republicano continuam, mas os coadjuvantes não são os mesmos. De um lado os liberais (mesmo que o partido mude de nome várias vezes) e, de outro, os republicanos

(PRR). Em 1912, por razões de enfrentamento partidário o jornal *A Reforma* é extinto. Embora, não se utilize mais nenhum jornal oposicionista até 1937, continua-se analisando o jornal *A Federação*, que também foi extinto por motivos políticos (implantação do Estado Novo e o agravamento das brigas entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas).

Se no período imperial optou-se por três jornais ligados aos partidos, na segunda fase da pesquisa, referente ao período republicano, utilizou-se somente dois dos três jornais citados. São eles: *A Reforma*, já utilizado no período imperial, até 1912, quando foi extinto; continua-se com *A Federação*, que era o principal jornal do PRR e foi analisado até 1937, ano em que se delimitou a pesquisa.

Entretanto, na escolha desses periódicos partidários como fontes de pesquisa levou-se em consideração, que as interpretações dependiam também do contexto histórico/político/cultural que o pesquisador ocupa. Não se pode esquecer que é um olhar do presente para o passado, é um olhar do hoje para o final do século XIX, ou seja, é uma análise comprometida com uma cultura datada. Por isso,

Não podemos é deixar de frisar que o jornal é um documento histórico singular, que tem no mosaico das notícias que estampa a sua característica. Ele trabalha com diversos grupos, oferece atrativos para diferentes interesses, necessita garantir os olhares do público, por mais diversificado que, este seja. Apesar do direcionamento ideológico presente nos jornais, não encontramos em suas folhas apenas “uma” história, mas diversas. Daí sua riqueza. Não compete ao jornalista ou ao leitor a organização e interpretação destas informações, mas ao historiador, que deve utilizá-las como fonte complementar privilegiada para a recuperação histórica, principalmente na esfera cultural (GONÇALVES NETO, 2002, p. 207-208)

Por que a escolha destes três jornais, num universo de várias publicações? Em primeiro lugar, seria impossível analisar todas as publicações do período, por isso, uma seleção era necessária. E, ainda, embora um periódico pudesse dar conta de “diversas histórias”, tratando-se de jornais partidários, a seleção teria que abordar as diferentes correntes políticas que atuavam no período. A escolha deu-se, então, pelo jornal do Partido Liberal (*A Reforma*), o do partido Conservador (*O Conservador*) e, finalmente, do Partido Republicano Rio-Grandense (*A Federação*).

Silva, Clemente e Barbosa também comungam com o ideário político desses periódicos.

A história da imprensa gaúcha não deixa de ser, entretanto, a história da evolução política e também social do Rio Grande do Sul. Após, acirrada luta entre legalistas e farroupilhas polemizada através dos jornais, tornaram-se esses órgãos representativos dos diversos partidos políticos da província: o conservador, que teve o jornal O CONSERVADOR, como seu órgão máximo; o liberal histórico, que resultou da união entre ‘radicais’ e ‘progressistas’ tendo A REFORMA como órgão oficial, e o republicano, cujas idéias se propagaram através do jornal A FEDERAÇÃO (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p. 266).

Quando se trabalha com jornais, como fontes de pesquisa em História, tem-se em mente que são construções coletivas e pretendem expressar representações do real. Isto é, pretendem construir um discurso partidário, não são neutros e sem essa intenção de neutralidade. Neste sentido, tem-se consciência que o jornalismo é um

gênero de trabalho intelectual que serve como instrumento veiculador e manipulador de interesses públicos/privados, políticos/empresariais, culturais/ideológicos. [Além disso], pode ser um instrumento veiculador e manipulador, que está portanto destinado a atuar na vida social. [Ou seja], o jornalismo não é algo neutro aos acontecimentos, às informações ou às concepções. O que ele produz – e ele faz circular informações e análises – resulta, ao analista, na possibilidade de construir o perfil de um jornal ou de uma revista (ARAÚJO, 2002, p. 97-98).

O articulista do jornal seleciona, escolhe o que vai publicar. Ainda mais quando se trata de um periódico partidário, que tem a intenção de dar uma formação ideológica aos seus leitores “eleitores”. Desta forma,

a imprensa deve ser pensada como uma representação construída sobre o real, sobre a qual incidem determinados filtros deformadores que cabe ao historiador determinar e equacionar em suas análises. Esta representação luta para impor-se frente a outras, e passará a compor o imaginário social de determinado grupo que possua a virtude de fazer sentido para este grupo (ESPIG, 1998, p. 276).

É importante ressaltar que, mesmo tendo uma postura ideológica definida, o jornal possui qualidades importantes para a pesquisa histórica, dentro da História Cultural e também da História da Educação, entre estas destacam-se:

Uma delas é a periodicidade: os jornais constituem-se verdadeiros “arquivos do cotidiano”, nos quais, podemos acompanhar a memória o dia-a-dia e estabelecer a cronologia dos fatos históricos. Outra é a disposição espacial da informação, que nos permite a inserção do acontecimento histórico dentro de um contexto mais amplo (ESPIG, 1998, p. 274).

No entanto, é preciso ter alguns cuidados para não se tomar como “verdadeiras” algumas posturas partidárias (ESPIG, 1998). A leitura minuciosa e por repetidas vezes, além de agrupar os textos em quadros, divididos por categorias, ajuda a organizar o pensamento do pesquisador e, pode-se dizer, facilita a análise. Entende-se que esse é um trabalho pessoal de cada historiador. Os critérios de análise e as categorias escolhidas são constituídas pelo pesquisador, de acordo com teorias e problematizações. Estas necessitam ser coerentes para os leitores e, por isso, têm de estar bem consolidadas e explicadas pelo historiador.

Os jornais escolhidos para esta pesquisa fazem parte de uma seleção, que teve como intuito mostrar as principais correntes políticas do período pesquisado (1869-1937) e que, no entanto, não significa que deem conta de todo o campo político em questão. Pois, mesmo nesse contexto, houve uma seleção que não abarcou todos os jornais que estavam associados aos partidos políticos da época.

Esses jornais político-partidários tornaram-se meio de formação doutrinária da opinião pública. Desta forma, desenvolveram a “concepção de que o papel dos jornais é essencialmente opinativo, visa veicular organizadamente a doutrina e a opinião dos partidos na sociedade civil” (RÜDIGER, 2003, p. 37). No entanto, não se pode ignorar que “cada leitor, a partir de suas próprias referências, individuais ou sociais, históricas ou existenciais, dá um sentido mais ou menos singular, mais ou menos partilhado, aos textos de que se apropria” (CHARTIER, 2009, p. 20). Além disso, é preciso lembrar que, embora a população na Província estivesse crescente, os periódicos não cresciam na mesma proporção, já que “os leitores eram limitados pela falta de escolarização, pelo baixo poder aquisitivo e pelo próprio sistema escravista vigente até 1888” (RÜDIGER, 2003, p.38). Por isso, ao trabalhar com os periódicos, todas essas questões devem ser consideradas, desde os objetivos dos redatores até o alcance que tinham entre os leitores.

É preciso pensar também que, como eram jornais partidários, os conflitos ficavam evidentes nessas publicações. Para Alves,

[...] a imprensa no Rio Grande do Sul, ao longo do século XIX, desenvolveu uma firme tradição no desencadear de sérios conflitos discursivos entre seus diferentes representantes. [...] A política tornava-se assim um dos pontos altos da matéria editorial dos jornais normalmente engajados tomando partido de um dos lados do embate [...] (ALVES, 2007, p. 7).

A exemplo dessas disputas políticas, uma série de artigos sobre instrução pública foi publicada em abril de 1886, em *A Federação*, no *Conservador* e na *Reforma*. O fato que desencadeou a série teria sido uma briga causada pela suspensão da compra de livros de Carlos Pinto & Companhia, por Jayme Couto⁷⁹.

Embora a disputa principal fosse entre os conservadores e os liberais, *A Federação* também publicou nota sobre o assunto. Logo que foi publicado o primeiro artigo,

O Conservador, na parte oficial, publica o princípio de uma epístola dirigida ao sr. Desembargador Lucena.
A epístola é dividida em capítulos e trata de adoção e fornecimento de livros.
Negócios da instrução publica.
São revelações curiosas, que provavelmente, provocarão represália.
Parece que vamos assistir a cousas muito divertidas.
Esperemos (*A Federação*, 10/04/1886).

O articulista de *A Federação* tinha razão e a represália viria em seguida. Adriano Nunes Ribeiro⁸⁰, em artigo publicado na *Reforma*, questionou esse ato, pois a casa Carlos

⁷⁹ Que no período em questão representava o Partido Conservador e era o diretor da Instrução Pública.

⁸⁰ Na gestão anterior, do Partido Liberal, Adriano Nunes Ribeiro tinha sido diretor da Instrução Pública e da Escola Normal, momento no qual comprou alguns livros de Matemática produzidos pelo seu irmão Demétrio Ribeiro, que também era lente e tinha sido vice-diretor da Escola Normal.

Pinto & Companhia havia enviado carta ao Presidente da Assembleia Provincial queixando-se dessa suspensão. Na ocasião, Ribeiro tinha sido considerado defraudador dos cofres públicos nas páginas de *O Conservador*. O embate político perdurou por vários dias e a cada resposta que dava em *A Reforma* era produzido um artigo em *O Conservador*. A questão dos livros resultou em artigos, pelo menos, nos dias 16, 17, 20, 21, 22 e 28 de abril, em *A Reforma*, enquanto no *Conservador* foi nos dias 09, 11, 14 e 15 de abril. Entretanto, meses depois a questão voltou à tona.

Jayme Couto justificou que buscou mais informações para poder emitir melhor juízo sobre os livros fornecidos pela Carlos Pinto & C^a. Os livros teriam sido comprados na Rodolpho José Machado por menor valor. Parece, então, que o plano de compras teria sido organizado pelo lente da Escola Normal João Pedro Henrique Duplan, enquanto foi diretor interino. Nestes artigos havia ênfase ao custo menor dos livros e á melhor qualidade dos que substituíram a encomenda suspensa.

Entretanto, parece necessário esclarecer que, entre os livros que tiveram a compra suspensa, estava o de Aritmética, de autoria de Demétrio Nunes Ribeiro, irmão do ex-diretor-geral Adriano Nunes Ribeiro. Por isso, se percebe, que além dos custos, o que estava em jogo eram questões partidárias e familiares. Anúncio de um dos livros em discussão,

ARITHMETICA
para as escolas,

por Demetrio N. Ribeiro.
Adoptada e fornecida nas aulas pu-
blicas da provincia.
3ª edição 800 rs.

VENDE-SE NA
LIVRARIA AMERICANA
(536)

ELEMENTOS
de arithmetica

por Demetrio Nunes, Ribeiro.
2ª edição 2\$500.

VENDE-SE NA
LIVRARIA AMERICANA
(555)

Texto 10: Anúncio Livro de Aritmética
(*A Federação*, 11/06/1884).

Nos dias que se seguiram, Henrique Duplan também se manifestou no *Conservador* e publicou as diferenças nos valores dos livros publicados pela C. Pinto & Comp, que eram superiores aos publicados em outras casas,

Dividi o quadro em duas categorias: livros editados pela casa C. Pinto & Comp., e livros editados por outras casas.

Livros editados por C. Pinto & Comp., :

1º livro de leitura de H. Ribeiro	6950			
			a 300 rs.	2:035\$
2º » » »	5190	» 600	»	3:114\$
3º » » »	2905	» 850	»	2:469\$
4º » » »	2210	» 1200	»	2:652\$
Geographia da provincia	2304	» 1200	»	2:765\$
Grammatica	1714	» 800	»	1:379\$
1ª arithmetica do Dr. De-				
metrio	2790	» 600	»	1:677\$
2ª » » »	1240	» 1300	»	1:612\$
Manuscripto de D. Ventura	4185	» 400	»	1:674\$
				19:416\$000

Livros editados por outras casas :

Geographia de Lacerda	3464	a 700 rs.		2:424\$
Arithmetica de Souza				
Lobo	4185	» 360	»	1:506\$
Historia do Brazil	1536	» 720	»	1:105\$
Geometria de Abilio	1536	» 600	»	921\$
				5:956\$000

Total: 19:416\$000
5:956\$000

25:372\$000

Assim é que só em livros havia uma despesa superior á verba.

Texto 11: Trecho da resposta de Henrique Duplan ao diretor Jayme Couto com demonstrativo dos gastos (*O Conservador*, 15/04/1886).

Os textos envolvendo a questão dos livros não cessaram no mês de abril, ainda se seguiram por vários meses. O tema instrução pública integrou a seção “Chronica política”. No momento da publicação do texto a seguir, em *A Reforma*, os conservadores já haviam deixado o governo da província que estava novamente nas mãos dos liberais, mas a polêmica continuava.

Instrução pública. — Um dos serviços provinciaes que mais soffreu na nefasta admistração do Sr. Lucena, de excravel memoria, foi certamente o da instrucção publica.

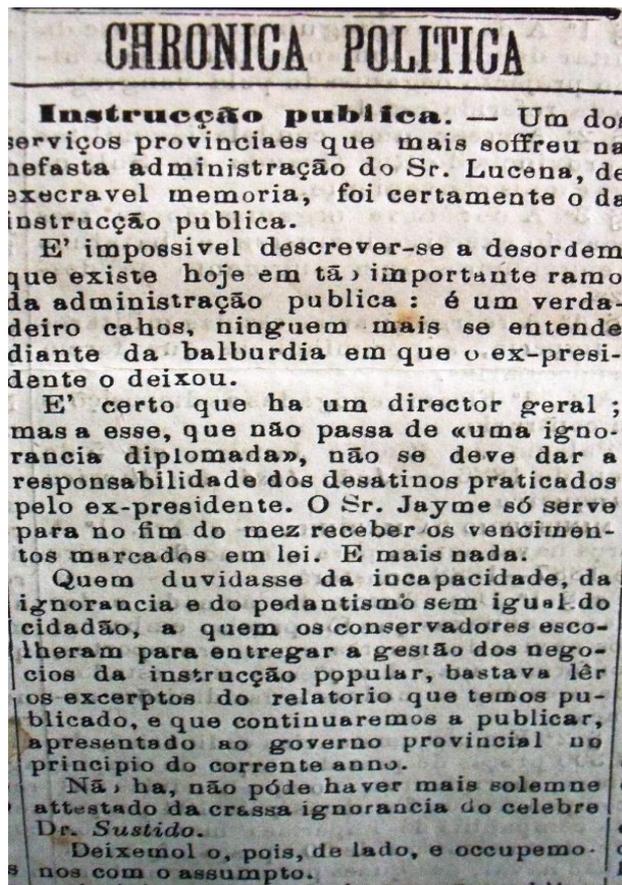
É impossivel descrever-se a desordem que existe hoje em tão importante ramo da administração publica: é um verdadeiro cahos, ninguém mais se entende diante da balburdia em que o ex-presidente o deixou.

É certo que há um director geral; mas a esse, que não passa de “ignorancia diplomada”, não se deve dar a responsabilidade dos desatinos praticados pelo ex-presidente. O Sr. Jayme só serve para no fim do mez receber os vencimentos marcados em lei. E mais nada.

Quem duvidasse da incapacidade, da ignorancia e do pedantismo sem igual do cidadão, a que os conservadores escolheram para entregar a gestão dos negocios da instrucção popular, bastava lêr os excertos do relatório que temos publicado, e que continuaremos a publicar, apresentado ao governo provincial no principio do corrente anno.

Não há da crassa ignorancia do celebre Dr. Sustido.

Deixomol o, pois, de lado, e occupemo-nos com o assumpto.



Texto 12: Instrução Pública (A Reforma. 20/05/1886).

Além da formação partidária e das disputas político-partidárias, passou a existir uma preocupação também com a manutenção destes periódicos. A partir da década de 1880, houve mudanças na produção, pois aos poucos foram perdendo o caráter artesanal e passando à fase da manufatura, baseada na tecnologia da máquina a vapor, com melhorias na qualidade gráfica. Houve também aumento nas tiragens e até mesmo mudanças no formato, que passou à dimensão *standart*. Além disso, melhorias nos correios e nas estradas facilitaram a distribuição (RÜDIGER, 2003, p. 37-38).

Apesar de todos os avanços, “o lançamento dos jornais não visava ao lucro mercantil, mas à doutrinação da opinião pública” (RÜDIGER, 2003, p. 39). De alguma forma, essa ideia também estava expressa no pensamento de Hohlfeldt, pois a participação dos jornais nos grandes acontecimentos do período foi significativa e, às vezes, chegou até a radicalidade de defender uma revolta, como ocorreu alguns anos mais tarde, em 1893, em 1924 e 1930 (HOHLFELDT, 2007, p. 321). Para o autor, entre outras coisas, “se pode afirmar que os jornais do final do século XIX expressaram fundamentalmente o pensamento das elites sul-rio-grandense, fossem conservadoras ou não [...]” (HOHLFELDT, 2007, p. 321-322). Para o

autor, o debate político-partidário colocava a imprensa em local em destaque, na comparação com o restante do país, bem como assistiu e participou de uma forte disputa entre duas classes dirigentes, aquela antiga, dos grandes proprietários rurais quase feudais do Pampa, e outra, mais vinculada a uma nova ordem, surgida com o fim da escravatura, e que precisava incorporar as novas massas populacionais centralizadas especialmente nas cidades.

Os periódicos analisados aqui faziam parte desse contexto, pois todos eram órgãos de partidos políticos, mas estavam preocupados em abranger a maioria de leitores, pois alguns mantinham um folhetim na capa e outras notícias sobre a vida social e cultural da cidade.

Para a melhor compreensão dos discursos veiculados nessa imprensa partidária sobre a Instrução Pública, Escola Normal e a educação da mulher, torna-se importante contextualizar historicamente cada periódico usado como fonte nesta pesquisa.

1. Histórico dos periódicos

1.1 A Reforma

O primeiro número do jornal *A Reforma* foi publicado em 16 de junho de 1869 e o último exemplar em 15 de junho de 1912 (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p. 152). Embora, inicialmente, não tivesse o nome estampado na capa, foi fundado por Gaspar Silveira Martins tendo como colaboradores imediatos Antonio Eleutério de Camargo, Felisberto Pereira da Silva, Florêncio de Abreu, Timóteo Pereira da Rosa, entre outros (DILLENBURG, 1987, p. 37).

Para Rüdiger, *A Reforma* marcou, em 1869, o surgimento do jornalismo político-partidário. Neste contexto, para o autor o jornal comandou o processo de montagem e organização do Partido Liberal. Gaspar Silveira Martins foi fundador do periódico, seu diretor principal e o presidente da província no momento da proclamação da



Texto 13: Capa do periódico *A Reforma*

República, em 15 de novembro de 1889. Era conhecido como “Tribuno dos Pampas”. Foi deputado, senador e ministro e, nas páginas de *A Reforma*, combateu o centralismo político de Júlio de Castilhos (MUSECOM, 2005, p. 31). Além de Silveira Martins, entre os diretores e colaboradores do jornal estavam muitos nomes ligados ao Partido Liberal, entre eles: Carlos Thompson Flores, João Gonçalves de Oliveira, Carl Von Koseritz, Apolinário Porto Alegre, Adriano Nunes Ribeiro.

Inicialmente, o jornal localizava-se na Rua Nova, 48, mas foi logo transferido para rua Barão do Triunfo nº 19. Nas décadas de 1880 e 1890, o escritório localizava-se à rua dos Andradas, n. 365, telefone - 62, e a redação na rua dos Andradas, 369 telefone – 28. Mudou à Administração para rua General Câmara nº 16 e as oficinas para esta mesma rua nº14.

O periódico esteve fechado em alguns momentos e chegou a ser editado em Pelotas, de 1908 até 1911. Em 1912, voltou a ser editado em Porto Alegre, com escritório e oficinas na rua dos Andradas n. 317.

O jornal circulava diariamente, com exceção dos dias posteriores aos santificados. Indicava no cabeçalho que era órgão do Partido Liberal. Caracterizava-se como órgão comercial, político e noticioso. Surgiu para fazer oposição ao Partido Conservador, que estava no poder na pessoa do Sr. João Sertório, que recém tinha assumido a presidência da Província (DILLENBURG, 1987, p. 38),



Texto 14: Cabeçalho do periódico *A Reforma*.

A partir de 1872, quando os liberais passaram a ser maioria na Assembleia Provincial, foi rejeitado o contrato com o *Jornal do Comércio* para a divulgação dos debates da Casa, em favor do jornal *A Reforma*. Embora, na concorrência, o primeiro tenha oferecido o menor preço e recebeu por isso as preferências da Mesa, na votação do plenário, o contrato foi rejeitado, sob a alegação de que o *Jornal do Comércio* era hostil à maioria da Casa e não merecia confiança política. Esta alegação foi realizada na sessão de 30/abr./1873 (FRANCO, 2004, p. 51).

Mas veio à República e houve a extinção do Partido Liberal, o jornal passou a defender as ideias políticas do Partido Federalista. Rossato afirma que “a imprensa foi utilizada pelos federalistas e por outros grupos políticos, para discutir interesses privados de determinados grupos como se fossem interesses do coletivo” (ROSSATO, 1999, p. 27). Pelas páginas de *A Reforma*, criticavam o comtismo, o qual chamavam de “ciência política importada” e responsabilizavam o governo de seus adversários pela “anarquia, pela ditadura, pelo despotismo e pelo crime” (ROSSATO, 1999, p. 28). Fazia campanha a favor do parlamentarismo e do direito à revolução como única forma de liberdade. O principal líder federalista da primeira república, Gaspar Silveira Martins, utilizou-se de artigos ferrenhos em *A Reforma* para criticar Júlio de Castilhos.

Em alguns períodos, o jornal deixou de ser publicado, como na Revolução Federalista de 1893, retornando a ser impresso em 1896. Em 1901, foi interrompida a publicação do periódico, segundo informações de *A Federação*:

A «Reforma»
 Em casa do sr. Albino Pereira Pinto reuniram-se ante-hontem os pouquíssimos maragatos desta capital. Tratava-se da *Reforma*.
 O sr. Binoca opinou pelo restabelecimento da folha maragata.
 O sr. Wenceslau Escobar disse ser de opinião que a *Reforma* não deve ser publicada.
 O sr. Magnus declarou que não é de ferro e que não está mais para aguentar com o aluguel de 200\$000 mensaes pelo predio occupado pela *Reforma*.
 Ficou deliberado que a *Reforma* não seria restabelecida.
 E' pena.

Texto 15: A “Reforma”(A *Federação*, 03/10/1901).

O articulista de *A Federação* ao tratar do fechamento de *A Reforma*, foi irônico e diz estar relacionada a questão financeira do jornal. Entretanto, as notas do próprio periódico sobre o fechamento, alguns meses antes, são as seguintes:

A *Reforma* viveu sob a ameaça do governo e desapareceu para poupar vidas preciosas e dedicações sinceras. Esperemos, pois, por dias bonançosos, até que a liberdade seja uma realidade em toda a sua plenitude. Com a penna e o livro venceremos.
 (...)

Ao governo do Estado na pessoa de seu presidente Julio de Castilhos deixamos temporariamente o campo vasto para o exercício de suas *gloriosas* façanhas (A Reforma, 07/06/1901)

A publicação do periódico foi interrompida várias vezes por questões políticas. A situação chegou tal ponto, que no ano de 1908 foi editado em Pelotas. Onde existia forte núcleo do Partido Republicano Federalista, liderado por Francisco Maciel Junior, principal diretor do periódico. Mas era o mesmo periódico de Porto Alegre, já que mantinha o nome do fundador e de colaboradores. Continuou a ser publicado com algumas interrupções até 1912, quando foi extinto (ROSSATO, 1999, p. 16), ou seja, quando foi fechado pelo PRR, logo após a prisão de Júlio Magalhães diretor de redação.

Alguns redatores do periódico tiveram ligação com a política partidária e ocuparam cargos públicos, como a diretoria da Instrução Pública e a direção da Escola Normal. Por isso, se fez um quadro demonstrativo dos cargos que ocuparam e também, de sua formação acadêmica, já que muitos estudaram na Faculdade de Direito de São Paulo, principalmente no período monárquico.

Quadro 6 – Redatores/administradores/diretores e colaboradores do jornal *A Reforma*.

Redatores e Diretores de redação	Formação Acadêmica	Profissão
Gaspar Silveira Martins ⁸¹ (fundador) (1834-1901)	Estudou na Faculdade de Direito de Recife e na Faculdade de Direito de São Paulo (1955)	Deputado provincial e geral, ministro do império e presidente da província e principal liderança do Partido Liberal.
Antonio Eleutério de Camargo ⁸² (-1891)	Cursos da Escola Militar e da antiga Escola Central diplomando-se em Engenharia.	foi deputado provincial e geral, ministro de Estado do gabinete Saraiva em 1885, conselheiro do Império e autor do Quadro Estatístico e Geográfico da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul
Adriano Nunes Ribeiro ⁸³ (1851-1913)	Engenharia	Professor de Português e Diretor da Escola Normal e da Instrução Pública. Diretor de <i>A Reforma</i> .
Ana Aurora do Amaral Lisboa	Escola Normal de Porto Alegre	Professora de Rio Pardo e ativista do Partido Liberal
Felisberto Pereira da Silva ⁸⁴	Faculdade de Direito de São Paulo (1955)	Deputado provincial em vários períodos e presidente da província
Florêncio de Carlos de Abreu e Silva ⁸⁵ (1839-1882)	Estudos preparatórios em Porto Alegre; em Direito pela	Deputado provincial; Sucedeu Duque de Caxias no Senado em 1880 e logo depois foi nomeado Presidente da Província de São Paulo

⁸¹ MARTINS, 1978, p.351.

⁸² FRANCO, 1998, p.122; Porto Alegre, 1917, p.63.

⁸³ SCHNEIDER, 1993, p. 440; Martins, 1978, p.482.

⁸⁴ FRANCO, 2004, p. 51 e seguintes.

	Faculdade de São Paulo (1862)	
Timóteo Pereira da Rosa ⁸⁶ (1870-)	Faculdade de Direito de São Paulo (1890)	Líder do Partido Liberal e advogado
Carl Von Koseritz ⁸⁷ (1830-1890)	Fez formação na Alemanha	Trabalhar com imprensa e magistério, embora inicialmente tenha sido do Partido Conservador foi eleito deputado pelo Partido Liberal. Um dos colaboradores do <i>Deutsche Zeitung</i> . Foi fundador e redator da <i>Gazeta de Porto Alegre</i> e o <i>Koseritz Deutsche Zeitung</i> . Militante maçom e anticlerical, editou <i>A Acácia</i> , e o semanário <i>O Combate</i> .
Apolinário Porto Alegre ⁸⁸ (1844-1904)	Estudou em Porto Alegre no colégio Gomes. Esteve na Faculdade de Direito de São Paulo sem contudo completar o curso	Colaborou também com <i>A Gazeta de Porto Alegre</i> e <i>A Imprensa</i> . Foi o fundador do Instituto Brasileiro, com regime de internato para meninos e foi lente da Escola Normal.
Carlos Thompson Flores ⁸⁹ (1843-1904)	Faculdade de Direito de São Paulo (1865)	Foi promotor público em Porto Alegre. Também foi deputado provincial eleito pelo Partido Liberal de 1873 a 1875. Exerceu a vice-presidência da Província de 19/07/1879 até 15/04/1880. Foi desembargador do Tribunal de Justiça e um dos fundadores da Faculdade de Direito de Porto Alegre, tendo sido o primeiro diretor (1900-1904).
Francisco Xavier da Cunha ⁹⁰ (1835 – 1913)	Estudos militares	Deputado provincial pelo Partido Liberal, mas adepto das ideias republicanas
Antonio Correia de Oliveira ⁹¹	Bacharel	Deputado provincial
Albino Pereira Pinto ⁹² (1845-)	Bacharel em Direito	Professor, advogado e deputado provincial
Antero Ferreira D'Avila ⁹³ (1845-1909)	Colégio Gomes e Faculdade de Direito de São Paulo (1867)	Advogado, juiz municipal, procurador fiscal da Fazenda Provincial e Diretor Geral da Instrução Pública.
Germano Hasslocher ⁹⁴ (1862-1911)	Iniciou os estudos na Faculdade de Direito de São Paulo e concluiu no Recife.	Um dos fundadores da Faculdade de Direito de Porto Alegre. Foi deputado. Militou no Partido Liberal, mas passou para o PRR.
Aurelio Veríssimo Bittencout ⁹⁵ (1849-1919)	-	Tipógrafo, jornalista. Trabalhou na Secretaria de Governo da Província e chegou a Secretário da presidência. Foi um dos fundadores da Sociedade Partenon Literário e dirigiu o <i>Jornal do Comércio</i> .
Ignácio de Vasconcellos Ferreira ⁹⁶ (1838-1888)	Estudos incompletos na Faculdade de Direito de São Paulo.	Escritor. Foi Secretário da Câmara Municipal. Colaborou no <i>Jornal do Comércio</i> e na <i>A Reforma</i> . Com Azevedo Lima organizou o <i>Almanaque Rio-grandense</i> (1873-1874).
João Gonçalves de Oliveira		Administrador de <i>A Reforma</i>

⁸⁵ FRANCO, 1998, p.

⁸⁶ FRANCO, 1998, p. 403 e FRANCO, 2004, p.58.

⁸⁷ FRANCO, 1998, p.240 e Franco, 2004, p. 74

⁸⁸ FRANCO, 1998, p.326

⁸⁹ FRANCO, 1998, p.174

⁹⁰ PORTO ALEGRE, 1917, p. 223-226.

⁹¹ FRANCO, 2004, P. 62

⁹² PORTO ALEGRE, 1917, p.220

⁹³ FRANCO, 2004, p. 9.

⁹⁴ PORTO ALEGRE, 1917; FRANCO, 2004.

⁹⁵ FRANCO, 1992, p. 75.

⁹⁶ FRANCO, 1992, p.174

Sebastião Leão ⁹⁷ (1866-1903)	Cursou medicina no Rio de Janeiro	Como médico trabalhou na Beneficência Portuguesa e Santa Casa de Misericórdia. Na imprensa, além de <i>A Reforma</i> colaborou na <i>Gazeta de Notícias</i> , na <i>Gazeta Americana</i> , na <i>Gazeta da Tarde</i> , no <i>Dia</i> e no <i>Correio do Povo</i> . Também escreveu obras de medicina.
Joaquim Antonio Vasques ⁹⁸ (-1891)		Deputado provincial e funcionário da Tesouraria
A.G. Saibro Netto		Administrador de <i>A Reforma</i> .
Norberto A. Vasques	-	Administrador de <i>A Reforma</i> .
Julio Magalhães ⁹⁹ (1855-1928)		Jornalista e membro do Partido Federalista.
Apeles Porto Alegre ¹⁰⁰ (1850-1917)	Colégio Gomes	Fundou o Colégio Rio-Grandense, o jornal <i>Imprensa</i> e um dos fundadores do <i>Partenon Literário</i> . Foi diretor da Instrução Pública e da Escola Normal (1890). Dirigiu a <i>Reforma</i> em 1892.
Carlos Ferreira Ramos ¹⁰¹	Faculdade de Direito de São Paulo (1880)	Deputado provincial (1883/84). Promotor público de Pelotas (1880/81).
Francisco Maciel Junior ¹⁰² (1881-1966)	Iniciou os estudos na Faculdade de Direito de São Paulo, mas concluiu no Rio de Janeiro.	Advogado. Dirigiu a <i>Reforma</i> a partir de 1906. Deputado Federal em vários mandatos.

Pode-se perceber, no quadro acima, que a maioria dos articulistas, redatores e diretores de *A Reforma* estiveram ligados a cargos públicos, no Executivo, Legislativo e no Judiciário. Além disso, a Faculdade de Direito de São Paulo esteve presente na formação desta “elite” política e intelectual de redatores de Porto Alegre, já que não havia nenhum curso superior na cidade¹⁰³. Mesmo com o advento da República a situação só se alterou a partir de 1896 quando foi criada a Faculdade de Medicina de Porto Alegre e em 1898, a Faculdade Livre de Direito, quando os jovens passaram a realizar o curso superior na cidade de Porto Alegre.

Dos nomes citados no quadro pretende-se destacar alguns que estiveram ligados à instrução pública e/ou a Escola Normal, entre eles: Adriano Nunes Ribeiro, Apolinário Porto Alegre, Antero Ferreira D’Avila e Apeles Porto Alegre. Mas, a figura que mais despertou-me atenção foi Ana Aurora do Amaral Lisboa¹⁰⁴, que aparece no quadro dos redatores do jornal como a única mulher, professora e ativista política em defesa dos direitos das mulheres.

⁹⁷ PORTO ALEGRE, 1917, p.134.

⁹⁸ FRANCO, 1998, p. 84; PORTO ALEGRE, 1917, p.81

⁹⁹ MARTINS, 1978, p.336.

¹⁰⁰ PORTO ALEGRE, 1917, p.196.

¹⁰¹ <http://www.tjrs.jus.br>

¹⁰² Sítio CPDOC http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/antunes_maciel

¹⁰³ O primeiro curso superior no Rio Grande do Sul foi fundado em Pelotas, o Lyceu de Agronomia. Em 1883 foi fundada a Imperial Escola de Medicina Veterinária e de Agricultura Practica, sob a direção do dr. Claude Marie Reborgeon, oriundo a Escola de Alfort e discípulo de Pasteur; em 1887- Fundação do Lyceu de Agronomia, Artes e Ofícios; 1889 – é transformado em Instituto Lyceu Rio-Grandense de Agronomia e Veterinária, passando efetivamente a curso superior. Sobre o assunto, ver Magalhães (1996).

¹⁰⁴ A professora Ana Aurora, formada ainda nas primeiras turmas da Escola Normal de Porto Alegre mereceu uma parte no quarto capítulo desta tese enfocando seus escritos e sua história.

1.2.O Conservador

O jornal *O Conservador* era o órgão oficial do Partido Conservador, defendia a monarquia. Foi fundado em 1879 e teve seu último exemplar nº 259 publicado em 16 de novembro de 1889 (Silva, Clemente, Barbosa, 1986, p. 266).

Em 1880, estava localizado na Rua do Vigário José Inácio 32, sob a direção de José Francisco Carvalho. Entretanto, o jornal mudou de



Texto 16: Capa do periódico *O Conservador*

em 1882, para o nº 51, da mesma rua, em seguida para a Rua Sete de Setembro 113.

O jornal *O Conservador* foi espaço de importantes debates políticos na década derradeira da Monarquia¹⁰⁵. E, teve como colaboradores do jornal, membros importantes do Partido Conservador: Carlos Augusto Candal de Carvalho, Joaquim Francisco da Silva Souto, Paulino Chaves, Ernesto Theobaldo Jaeger, Domingos Francisco dos Santos e outros (SILVA, CLEMENTE, BARBOSA, 1986, p. 266). Foram redatores: o Bacharel Inácio de Mello Barreto e Sebastião Xavier do Amaral Sarmiento Mena (DILLENBURG, 1987, p. 56).

Tal qual a *Reforma*, também estampava no cabeçalho a vinculação com o Partido Conservador.



Texto 17: Cabeçalho do periódico *O Conservador*.

¹⁰⁵ Embora o jornal tenha tido uma existência de quase 10 anos, são poucos os estudos que tratam sobre ele.

Seguia o padrão dos jornais da última década do império brasileiro, em formato 38 x 57 cm com quatro páginas. Também apresentava o mesmo tipo de seções que *A Reforma*, tais como o editorial sobre o Partido, geralmente na capa. Em alguns exemplares havia notícias do Senado e da Assembleia, correspondência, chronica diária, noticiário geral, pedidos e avisos de partidas e chegadas de navios e anúncios. Essas seções variavam em algumas edições, em outras nem estavam presentes.

É interessante observar que, os jornais *O Conservador* e *A Reforma* se assemelhavam nas seções e também nos artigos, quase sempre de cunho político e obviamente com posição contrária já que representavam partidos adversários.

A seguir, um quadro com a formação acadêmica e a profissão dos articulistas, redatores e diretores do jornal *O Conservador*¹⁰⁶.

Quadro 7 – Redatores/diretores do jornal *O Conservador*

Redator/diretor	Formação Acadêmica	Profissão
José Francisco de Carvalho Nobre		
Carlos Augusto Candal de Carvalho		
Paulino Chaves		
Ernesto Theobaldo Jaeger		Jornalista, diretor do jornal.
Inácio de Mello Barreto		
Sebastião Xavier do Amaral Sarmento Mena ¹⁰⁷ (1809-1893)	Estudos primários em Rio Grande e humanidades em Porto Alegre	Advogado, professor público, jornalista e deputado da assembleia provincial e vereador em Rio Pardo.
Domingos Francisco dos Santos ¹⁰⁸ (1841-1910)	Engenharia	Engenheiro civil. Deputado provincial em vários mandatos e ocupou alto cargo no Ministério da Agricultura.

Observa-se no quadro acima que dos redatores/diretores tiveram cargos públicos no legislativo e no executivo, a exemplo: Sebastião Mena e Domingos dos Santos. Entretanto, não foram encontradas muitas informações sobre eles, nem mesmo sobre sua formação acadêmica. Os nomes listados no quadro anterior não aparecem relacionados com a Escola

¹⁰⁶ Não foram encontradas biografias e dados sobre os redatores de *O Conservador*. Foram poucos os nomes levantados que tiveram relação direta com o periódico, e de alguns não se obteve a formação acadêmica. Pode-se apurar a relação de alguns redatores com o legislativo, já que seus nomes constavam na relação de deputados provinciais.

¹⁰⁷ MARTINS, 1978, p. 531.

¹⁰⁸ FRANCO, 2004, p. 77; Porto Alegre, 1917, p. 153.

Normal e/ou com a diretoria da Instrução Pública. Mas alguns membros do Partido Conservador, como Padre Cacique, José Bernardino Bittencourt e Jayme Couto tiveram ligação com a Escola, embora seus nomes não apareçam ligados ao jornal, somente em artigos dando respostas quando questionados sobre a Instrução Pública e a Escola Normal.

1.3. A Federação

No Congresso do Partido Republicano Rio-Grandense, em 1883, Júlio de Castilhos apresentou o projeto de criação de um periódico para defender os ideais do partido¹⁰⁹.

O jornal foi instalado na rua dos Andradas, 291 e mudou-se para vários outros prédios na mesma rua até ter sede própria à Rua dos Andradas, 265 e 267 (numeração alterada pela prefeitura, em 27 de agosto de 1927 para 959 e 963). Em 1935, após a criação do “Diário Oficial”, foi instalado um Departamento de Publicidade na rua dos Andradas, 1031, 1º andar. (MUSECOM, 1984, p. 47).

A empresa que deu origem ao periódico foi criada por alguns nomes que vão ser significativos na sua historia e na política partidária do Rio Grande do Sul,

Através de empréstimo, no valor de 9:000\$000, efetuado em 27 de julho de 1883 e do qual foram subscritores José Dias da Costa, Luis Leiseigneur, José Narciso Monteiro, dr. Francisco Dias de Castro, dr. Ramiro Barcellos, dr. Demétrio Nunes Ribeiro e dr. Julio de Castilhos, com 1:000\$000 cada um, e Gabriel Mota, Sebastião Barros, Candido Pacheco Junior e Julio Pacheco, estes com 500\$000 cada um, foi constituída a empresa de “A Federação”, cujo primeiro número viria a circular no dia 1 de janeiro de 1884 (MUSECOM, 1984, p.6).

A *Federação* foi o nome escolhido por Assis Brasil para o novo jornal, que circulou de 1º de janeiro de 1884 até 17 de novembro de 1937. Teve como primeiro diretor Venâncio Aires, mas que passou a Julio de Castilhos, enquanto Dionysio Porto era o diretor da empresa (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p. 266).



Texto 18: Capa do periódico A Federação.

¹⁰⁹ Foi criado para divulgar as ideias republicanas e abolicionistas.



Texto 19: Cabeçalho do periódico *A Federação*.

Entre os idealizadores estavam: Venâncio Aires, Ramiro Barcelos, Ernesto Alves, Barros Cassal, Borges de Medeiros, Fernando Abbott, Carlos Barbosa, Germano Hasslocher e Júlio de Castilhos.

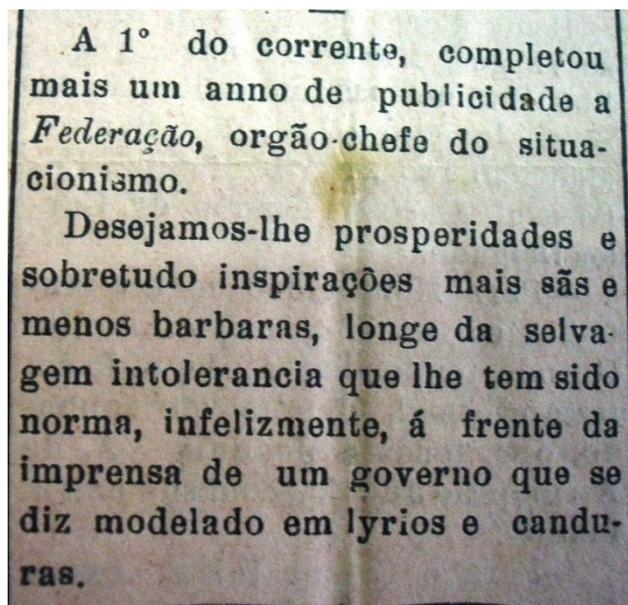
O jornal esteve sempre voltado para os ideais republicanos, por isto é considerado um continuador das aspirações dos revolucionários de 1835, tendo sido um dos poucos em que a data farroupilha foi sempre lembrada. Seus objetivos estão expressos no cabeçalho: a federação... unidade; centralização... desmembramento (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p. 272).

Logo após os primeiros anos de sua fundação, mesmo antes do advento da República, o jornal passou por uma reforma de suas oficinas e no serviço noticioso telegráfico, contando com a Agência Havas¹¹⁰. As notícias enviadas pela agência constavam inicialmente de apenas um ou dois despachos, colocados acima do editorial, na primeira página. Entretanto, a longo prazo, iria revolucionar completamente o aspecto do jornal (MUSECOM, 1984, p. 8).

A partir de 1891, passou a ter uma tiragem maior, quando ostentou no cabeçalho a mensagem: *A Federação é a folha de maior circulação do Rio Grande do Sul*. Em seguida, a 22 de julho de 1891, Eduardo Marques, então gerente do jornal iria adquiri-lo de seus anteriores proprietários, dando início a uma nova fase na vida do órgão republicano (MUSECOM, 1984, p. 11).

Os principais opositores de *A Federação*, no período republicano são *O Correio do Povo* e *A Reforma*, que expressa sua “simpatia” pelo periódico durante as festividades de aniversário.

¹¹⁰ Agência de notícias, sediada em Paris, que desde o século XIX, enviava notícias para impressos, que pagavam por seus serviços, em vários lugares do mundo.



A 1º do corrente, completou mais um anno de publicidade a *Federação*, órgão-chefe do situacionismo.

Desejamos-lhe prosperidades e sobretudo inspirações mais sãs e menos barbaras, longe da selvagem intolerancia que lhe tem sido norma, infelizmente, á frente da imprensa de um governo que se diz modelado em lyrios e canduras.

Texto 20: Nota sobre *A Federação* (*A Reforma*, 04/01/1910).

Dentre os diretores do jornal *A Federação* destacavam-se: Lindolfo Collor, Pinto da Rocha, Evaristo Amaral, Carlos Penafiel, Vieira Pires, Gonçalves de Almeida e Othelo Rosa. Na redação passaram: Demétrio Ribeiro, Barros Cassal, Germano de Oliveira, Ramiro Barcelos, Ernesto Alves, Germano Hasslocher, Felicíssimo de Azevedo. Todos estes ligados ao PRR e defensores dos ideais positivistas adaptados à realidade gaúcha.

No início, o periódico tinha somente quatro páginas, como a maioria dos jornais da época, inclusive *O Conservador* e *A Reforma*, mas, em 1917, quando já contava com maior prestígio, chegou a ter 36 páginas.

Como escreve Dillenburg, é impossível dissociar o jornal *A Federação* do político e do ideário de Julio de Castilhos. Os seus “artigos eram objetivos e isentos de tiradas literárias, contundente e implacável em se tratando de adversários” (DILLENBURG, s/d, p. 13). Enquanto foi diretor do jornal (abril de 1884 até 1887), Castilhos fez forte campanha abolicionista e republicana (SANTO, 2005, p. 24). Como redator, Júlio de Castilhos foi pioneiro em fazer uma imprensa sem literatura, mais comedida na terminologia e pela introdução do cientificismo positivista na propaganda política jornalística. Neste sentido, Bakos afirma que

Os artigos que deram o tom do jornal, marcos distintivos da folha republicana em relação às congêneres, utilizavam linguagem moderada e evitavam melindrosos assuntos de ordem pessoal. Uma outra diferença da folha republicana foi a existência de um redator responsável por todos os textos publicados, com a obrigação de consultar o Congresso republicano, em caso de dúvida. [...] o que assegurou a Júlio de Castilhos a participação na construção diária do jornal. E ele, certamente, granjeou a simpatia de uma parcela da população gaúcha ao proibir a circulação de fofocas provincianas (BAKOS, 2006, p. 17).

Portanto, a influência de Júlio de Castilhos foi importante para propagandear e popularizar as ideias positivistas e pela “seriedade” dada ao jornal. As ideias como “desejar o bem da família”, “ordem e progresso”, entre outras, são expressões do pensamento positivista que estiveram presentes nos artigos de *A Federação* e que de alguma forma estiveram presentes no pensamento republicano na província de São Pedro. Além de propagandear os ideais positivistas, *A Federação* foi importante para manter a unidade do PRR.

O papel desempenhado por *A Federação* como veiculador das idéias de Castilhos, indubitavelmente, foi de grande relevância. Através deste veículo, ele pôde manter um padrão unitário em termos ideológicos, a ponto de consistir o PRR em um dos poucos partidos ideologicamente definidos e coesos na época (TAMBARA, 1995, p. 70).

Nas primeiras décadas do século XX, o jornalismo político não desapareceu de todo, mas se tornou raro e incapaz de concorrer com os grandes jornais. Para exemplificar, Franco cita *A Federação* que, embora tenha “sido um dos melhores jornais pelos padrões da sua época, não se reciclou industrialmente nem atualizou seu “marketing”. Por isso, “na década de 1930, já se tornara um periódico sem leitores, e, em 1937, ao serem fechados os partidos políticos, foi melancolicamente convertido em diário oficial” (FRANCO, 2000, p. 129).

Ao se trabalhar com a análise do jornal *A Federação*, tem-se consciência de que ele representava um partido político dominante no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do regime republicano. E, permitindo obter mais informações de seus colaboradores.

Quadro 8 – Redatores/diretores/ administradores/proprietários do jornal *A Federação*

Redatores/Diretores /Administradores/ Proprietários	Formação Acadêmica	Profissão
Venâncio Aires ¹¹¹ (1841-1885)	Faculdade de Direito de São Paulo	Advogado e primeiro redator do jornal.
Julio de Castilhos ¹¹² (1860-1903)	Faculdade de Direito de São	Presidente do Estado do Rio Grande do Sul (1889-1898).

¹¹¹ FRANCO, 1992, p. 422.

¹¹² FRANCO, 1988, p. 8-14.

	Paulo (1881)	
Alfredo Augusto Varela de Vilares ¹¹³ (1864-1943)	Secundário na Escola de Guerra em Porto Alegre, iniciou Direito na Faculdade de São Paulo e terminou no Recife. Doutorado na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro	Diretor de <i>A Federação, Folha Nova</i> (Porto Alegre); Diário da Tarde (Curitiba); <i>Comércio do Brasil</i> (Rio de Janeiro). Foi deputado federal pelo RS, cônsul do Brasil na Espanha, Japão, Portugal, Itália, membro do IHGRS e coronel honorário do exército.
Demétrio Ribeiro ¹¹⁴ (1853-1931)	Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas pela Escola Central no Rio de Janeiro	Professor e diretor da Escola Normal. Foi ministro da Agricultura, deputado federal pelo RS. Diretor do jornal <i>O Rio Grande</i> e redator de <i>A Federação</i> .
João de Barros Cassal ¹¹⁵	Faculdade de Direito de São Paulo	Participou da Junta Governativa do RS (1891), chefe de polícia.
Antonio Vieira Pires ¹¹⁶ (-1948)	Bacharel pela Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre	Juiz distrital, promotor público, chefe de polícia e do sistema penitenciário (RS). Foi também desembargador da Corte de Apelação, procurador-geral do Estado, catedrático de Direito Penal.
Carlos Barbosa Gonçalves ¹¹⁷ (-1933)		Médico, deputado provincial e Presidente do Estado.
Antonio Augusto Borges de Medeiros ¹¹⁸ (1863-1961)	Iniciou os estudos na Faculdade de Direito de São Paulo e concluiu no Recife	Presidente do Estado.
Fernando Abbott ¹¹⁹ (1857-1924)	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Médico. Foi deputado à constituinte federal (1891) e participou da junta governativa de 1891 (RS). Em 1907 rompe com o PRR.
Arthur Toscano Barbosa ¹²⁰ (1861-1952)		Inspetor da Instrução Pública, oficial de Registro Civil e jornalista.
Ernesto Alves de Oliveira ¹²¹ (1862-1891)	Colégio Gomes e Faculdade de Direito de São Paulo (1883)	Redator de <i>A Federação</i> e em 1889 foi nomeado diretor da Instrução Pública.
Ramiro Barcelos ¹²² (1852-1916)	Estudou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Médico. Foi provedor da Santa Casa de Misericórdia. Foi deputado provincial, senador na República.
Pedro Gonçalves Moacyr ¹²³ (1871-1919)	Faculdade de Direito de São Paulo (1891)	Deputado federal e jornalista.
Arthur Pinto da	Fez os estudos	Promotor em Rio Grande e Porto Alegre, deputado estadual

¹¹³ MARTINS, 1978, p. 616-617.

¹¹⁴ MARTINS, 1978, p. 484.

¹¹⁵ PORTO ALEGRE, 1917, p. 162.

¹¹⁶ Sítio do Ministério Público. <http://www.mp.rs.gov.br/memorial/exprocurador?id=15>

¹¹⁷ FRANCO, 1992, p. 99.

¹¹⁸ MARTINS, 1978, p. 357.

¹¹⁹ MARTINS, 1978, p. 17.

¹²⁰ MARTINS, 1978, p. 63

¹²¹ PORTO ALEGRE, 1917, p. 142.

¹²² PORTO ALEGRE, 1917, p. 207.

¹²³ FRANCO, 2004, p. 18.

Rocha ¹²⁴ (1860-1930)	preparatórios no Rio de Janeiro e o Curso de Leis em Coimbra	no RS, deputado federal pelo RS, professor da Faculdade de Direito do RJ e fundador da Faculdade de Direito de Porto Alegre. Redator dos jornais: <i>A Federação</i> , <i>Gazeta do Comércio</i> (Porto Alegre) e <i>Diário de Notícias</i> (RJ). Foi Ministro do Tribunal Militar.
Olavo Godoy ¹²⁵	Faculdade de Direito de São Paulo (1894)	Deputado estadual (1905/08).
Felicíssimo Manoel de Azevedo ¹²⁶ (1823-1905)	Estudou com professor Coruja e no Rio de Janeiro	Ourives. Foi eleito o primeiro vereador do PRR em Porto Alegre. Colaborou também com o <i>Correio do Povo</i> .
Augusto Uflacker ¹²⁷ (1847-1923)	Direito	Promotor em várias cidades do RS. Diretor- gerente de <i>A Federação</i> e Diretor da <i>Revista Forense</i> .
Evaristo do Amaral		
Fábio de Barros ¹²⁸ (1881-1952)	Estudos primários no Colégio Corseiul e secundário no Ginásio S. Pedro. Iniciou Medicina em Porto Alegre e concluiu no Rio de Janeiro	Funcionário público, diretor da Higiene, médico neurologista e catedrático da Faculdade de Medicina. Esteve ligado a várias revistas e jornais como a <i>Máscara</i> , <i>A Manhã</i> , <i>Correio do Povo</i> , <i>O Diário</i> e <i>A Federação</i> .
Gonçalves de Almeida		
Octavio Rocha ¹²⁹ (1877-1928)	Fez estudos primários em Pelotas, secundários em São Leopoldo, fez curso preparatório da Escola Militar do RS e transferiu-se para Escola Militar de Praia Vermelha (RJ) onde cursou Engenharia	Ficou no magistério militar até 1909, quando foi eleito deputado estadual e deputado federal (1914 e 1918). Dirigiu <i>A Federação</i> , lecionou no Ginásio Julio de Castilhos. Intendente municipal em Porto Alegre.
Manoelito de Ornellas ¹³⁰ (1903-1969)	Direito	Advogado em Santa Maria, Diretor da Biblioteca Estadual, do Arquivo Público do Estado, da Imprensa Oficial do Estado e do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. Também foi professor da Faculdade de Filosofia da UFRGS e de Florianópolis, adido cultural da embaixada do Brasil no Uruguai. Redator de <i>O Gaúcho</i> , do <i>Jornal da Manhã</i> e de <i>A Federação</i> .
Ildefonso Pinto ¹³¹ (1881-1925)	Estudos na Escola Militar de Porto Alegre, de onde saiu com engenheiro militar. Fez Direito na Faculdade de Direito de Porto	Foi ferroviário em Cacequi, telegrafista da VFRGS em Rio Pardo, redator e diretor de <i>A Federação</i> , deputado estadual e federal pelo RS. Também foi Secretário de Obras Públicas do RS, Diretor da VFRGS, lente do Colégio Militar de Porto Alegre e da Escola de Engenharia.

¹²⁴ MARTINS, 1978, p. 493.

¹²⁵ FRANCO, 2004, p. 18.

¹²⁶ PORTO ALEGRE, 1917, p. 227.

¹²⁷ MARTINS, 1978, p. 596.

¹²⁸ MARTINS, 1978, p. 70.

¹²⁹ FRANCO, 1992, p. 356.

¹³⁰ MARTINS, 1978, p. 410.

¹³¹ MARTINS, 1978, p. 443.

	Alegre.	
Antonio Carlos Penafiel ¹³² (1883-1960)	Estudou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Exerceu a medicina e a cátedra em Porto Alegre. Diretor de A Federação e do Diário. Foi deputado da assembleia de representantes e à Câmara Federal. Tornou-se tabelião no Rio de Janeiro.
Lindolfo Collor ¹³³ (1892-1942)	Fez secundário com o professor Emílio Meyer e diplomado em Farmácia pela Faculdade de Porto Alegre e pela Academia de Altos Estudos Sociais e Jurídicos no RJ	Como jornalista dirigiu o <i>Correio da Tarde</i> (Bagé), <i>A Tribuna</i> (RJ) e <i>O Paíz</i> (RJ) e <i>A Federação</i> . Deputado a Assembleia Legislativa e federal (RS). Foi Ministro do Trabalho (1930-32), Secretário da Fazenda do RS, Diretor da Cia de Seguros Sul América (RJ).
Décio Coimbra ¹³⁴ (1896-1959)	Faculdade de Direito de Porto Alegre	Secretário do consulado do Brasil em Pasos de los Libres, adido da Legião Brasileira em Buenos Aires, Cônsul em São Tomé, adido da embaixada em Montevideú e Budapeste e também foi oficial da Casa Civil da Presidência da República
Othelo Rosa ¹³⁵ (1889-1956)	Autodidata orientado nos estudos primários com prof. Inácio de Oliveira Cabral	Foi Conselheiro Municipal em Taquari, Secretario particular de Borges de Medeiros, Subprocurador geral do Estado do RS, Juiz em Santa Cruz do Sul, oficial de Registro Especial em Porto Alegre, professor da Escola Normal, deputado à Assembleia Legislativa do RS, Secretário da Educação do RS no governo de Flores da Cunha e membro da Comissão Gaúcha de Folclore.
João Carlos Machado		
Pedro Vergara ¹³⁶ (1895-)	Estudou no Ginásio Julio de Castilhos e na Faculdade de Direito de Porto Alegre	Promotor público em Camaquã, Santo Antonio da Patrulha e São Lourenço. Foi inpetor federal de ensino e Secretário Geral do Partido Republicano Liberal do RS, Procurador geral adjunto da República e diretor de vários jornais.
Celestino Prunes ¹³⁷ (1897-)	Estudou no Instituto Ginásial Julio de Castilhos e na Faculdade de Medicina de Porto Alegre	Catedrático de medicina legal da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, Diretor Técnico do Instituto Médico Legal do RS.
Candido Pacheco		
Moisés Vellinho ¹³⁸ (1902-1980)	Estudou no Ginásio Anchieta e no Instituto Ginásial Julio de Castilhos. Diplomou-se na Faculdade de Direito de Porto Alegre	Foi promotor em Caxias do Sul e Jaguarão, inspetor estadual de ensino, chefe de gabinete do Secretário de Interior do RS, oficial de gabinete do Ministério da Justiça, ministro do Tribunal do Contas do Estado. Além disso, foi crítico, ensaísta e redator de <i>A Federação</i> , entre outras coisas.

Se na Monarquia, esses nomes não figuravam entre os políticos mais influentes, na República a situação mudou. Pode-se identificar a maioria desses nomes nos cargos de grande

¹³² MARTINS, 1978, p. 427.

¹³³ MARTINS, 1978, p. 152.

¹³⁴ MARTINS, 1978, p. 151.

¹³⁵ MARTINS, 1978, p. 504.

¹³⁶ MARTINS, 1978, p. 608.

¹³⁷ MARTINS, 1978, p. 458.

¹³⁸ MARTINS, 1978, p. 605 e 606.

visibilidade política, como também na Escola Complementar/Normal e na direção da Instrução Pública. Ressalta-se que a maioria dos que fizeram sua formação, no século XIX, estudaram na Faculdade de Direito de São Paulo, assim como os redatores de *A Reforma*. Entretanto, quando começaram os cursos superiores em Porto Alegre, poucos saíram do Rio Grande do Sul para estudar.

IV. Análise dos periódicos partidários: a instrução pública, educação da mulher e a Escola Normal

Quando entrei no Curso Normal, entendi o que era ser padrão. Havia uma coisa de ordem interna da escola – laboratórios com equipamentos vindos da França, da Alemanha, balanças de precisão, hemisférios de Magdeburgo, máquinas pneumáticas, vasos comunicantes, materiais para estudo de magnetismo. Também o sentimento passava pela magnitude do prédio com suas colunas jônicas e por um auditório imponente onde se recebiam personalidades como Heitor Villa Lobos, Madalena Tagliaferro, Henriette Morineau e tantas outras pessoas marcantes.

Arlete¹³⁹

Neste capítulo, depois da apresentação de *A Reforma*, *O Conservador* e *A Federação* aborda-se a questão norteadora deste trabalho que é entender como foi construída a imagem de “escola modelo” para a Escola Normal, perpassando por questões relacionadas à Instrução Pública e a Educação da Mulher. Ao fazer a análise desses discursos jornalísticos,

não estamos pensando a história dos fatos, e sim o processo simbólico, no qual em grande medida, nem sempre é a razão que conta: inconsciente e ideologia aí significam. Não é a cultura ou a história factuais, mas das lendas, dos mitos, da relação com a linguagem e com os sentidos. É a memória histórica que não se faz pelo recurso à reflexão e às intenções, mas pela “filiação” (não aprendizagem). Aquela na qual, ao significar, nos significamos. Assim, nessa perspectiva, são outros os sentidos históricos, do cultural, do social. Mas que assim mesmo nos contrem um imaginário social que nos permite fazer parte de um país, de um Estado, de uma história e de uma formação social determinada (ORLANDI, 2001, p.13).

Procura-se nesses textos o *discurso fundador*¹⁴⁰, ou seja, aquele discurso de *escola modelo*, que chegou, nas décadas de 1920, 1930 e seguintes, sendo algo incontestável, como mostra a epígrafe. Embora, não seja o discurso atual, devido ao sucateamento da escola pública. Entretanto, esse foi o discurso que percorreu várias décadas do século XX. Associado a ideia de *discurso fundador* trabalha-se também com a ideia de *espetacularização* dos

¹³⁹ Arlete é o nome usado por Ávila (2011) para designar uma de suas entrevistadas para realização de sua tese de doutoramento, e, que foi ex-aluna do Instituto de Educação. O trecho da epígrafe é a transcrição literal da tese de ÁVILA, 2005, p. 111.

¹⁴⁰ Os enunciados como discursos fundadores “são aqueles que vão nos inventando um passado inequívoco empurrando um futuro pela frente e nos dão a sensação de estarmos dentro de uma história de um mundo conhecido (...). Ainda que nem sejam exatamente os que repetimos em nosso discurso social, diferentes já que encontramos nos documentos históricos. Não são os enunciados empíricos, são suas imagens enunciativas que funcionam. O que vale é a versão que ficou” (ORLANDI, 2001, p. 12).

eventos escolares (JINZENJI, 2010). O que se quer dizer que, junto com o discurso fundador de escola modelo, estava se dando notoriedade aos eventos escolares, a ponto de serem transformados em verdadeiros espetáculos públicos.

Como já foi informado anteriormente, o marco inicial deste trabalho é a fundação da Escola Normal. E, por isso, a análise das fontes começou em junho de 1869, coincidindo com a publicação do primeiro número do jornal *A Reforma*, e o término é 1937, quando a Escola foi transferida para o prédio da Avenida Osvaldo Aranha. Aqui a imprensa liberal estava representada pela *A Reforma* (1869-1912), a imprensa conservadora pelo *O Conservador* (1880-1888) e, os republicanos, que entraram no debate político a partir de 1884, pela *A Federação* (1884-1937).

Nessa análise segue-se uma ordem temática para melhor compreensão do texto:

- Notas e anúncios sobre a instrução pública e particular como “*invenção do espetáculo*”, dividindo-se em duas fases: Monarquia (1869-1889) e República (1889-1937);
- Discursos sobre a instrução pública nos debates político-partidários: Monarquia (1869-1889) e República (1889-1937);
- A educação da mulher nos periódicos partidários e nos escritos de Ana Aurora do Amaral Lisboa no jornal *A Reforma*;
- Notas e discursos sobre a Escola Normal/Colégio Distrital/Escola Complementar/Escola Normal General Flores da Cunha nos jornais partidários.

1. Notas e anúncios sobre a instrução pública e particular como “invenção do espetáculo”, na Monarquia (1869-1889) e na República (1889-1937)

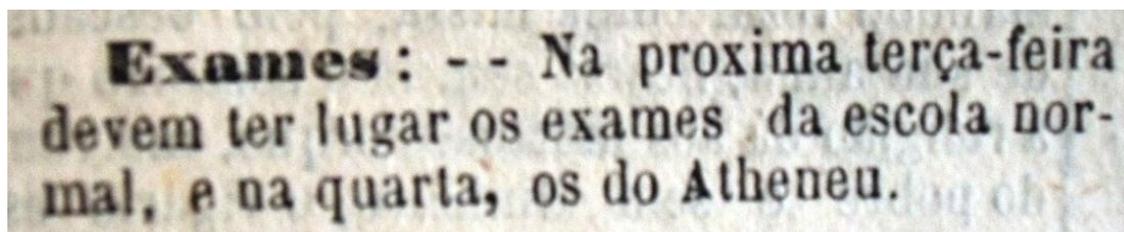
Analisa-se nos três periódicos as notas referentes e à Instrução pública e particular no Rio Grande do Sul. Os periódicos davam destaque para a Instrução Pública, mas de maneiras diferentes, dependendo do ano analisado e do contexto político. Notícias referentes à Instrução Pública em periódicos não eram novidade em meados do século XIX. Segundo Jinzenji (2010), na Província de Minas Gerais,

no processo de institucionalização da escola pública elementar, a imprensa fez circular, além das determinações legais que visavam a regulamentar as práticas escolares, notícias sobre alguns das atividades constituintes da rotina dessas instituições. Destaco aqui os exames públicos das escolas das primeiras letras de meninas, que ganhavam visibilidade nas páginas de *O Mentor das Brasileiras* e em outros periódicos mineiros, revelando ao mesmo tempo o controle exercido pela imprensa e pelos habitantes da Vila sobre a escolarização das meninas (e também dos meninos), e a transformação dessa prática escolar em “espetáculo” associado ao grupo político dos liberais moderados (JINZENJI, 2010, p.212).

No Rio Grande do Sul, assim como em Minas, os periódicos publicavam notas e artigos sobre a instrução pública. As notícias podiam ser notas de atividades cotidianas, como matrículas, exames, alterações de professores, festividades cívicas, anúncios, mas às vezes eram publicados artigos enormes, divididos em várias edições, tratando de assuntos relacionados à instrução desde apresentação ou crítica aos regulamentos até a atuação dos diretores ou professores da instrução pública e da escola normal.

1.1. Notas oficiais sobre a instrução pública na Monarquia (1869-1889)

São muitas as notas publicadas relacionadas com a instrução pública, por isso, para facilitar a análise estão agrupadas por temática: eventos oficiais (exames, matrículas, alterações de professores, editais, entre outros), festividades e instrução em outros países. Inicia-se pela análise das publicações oficiais, pois parecem ser as primeiras a ganharem destaque nas páginas dos periódicos, tais como: as notas sobre os exames, alterações de professores, matrículas e concursos. Como são muitos exemplos nos três periódicos selecionam-se alguns mais representativos para análise.



Exames: - - Na proxima terça-feira devem ter lugar os exames da escola normal, e na quarta, os do Atheneu.

Texto 21: Exames (*A Reforma*, 07/12/1872).

As notas sobre os exames variam de simples indicação de datas, como se observa acima, até lista com resultados de exames preparatórios¹⁴¹ (figura 30 e 31).

Exames de preparatorios
 Nos exames do hoje foram aprovados:
Portuguez :— João Carlos de Figueiredo, João Propicio Azambuja d'Avila, João Rodrigues Cardoso, José do Assumpção Fontoura, José Francisco de Castro, plenamente; João Cidade, João Landell Moura, Joaquim Lopes Gonçalves, simplesmente.
 Deixaram de comparecer á prova oral, 2.
Geographia :— Albertino de Sampaio Cidade, Antonio Pimentel, Francisco Jacintho Carneiro, Franklin Dias de Castro, Rodolpho Alfredo Lautert, Sergio Aurelio de Bittencourt, plenamente; Olegario de Andrade Vasconcellos, Pelagio Pereira de Almeida, Plinio de Oliveira Jobim, simplesmente.

Texto 22: Exames preparatórios
 (A Federação, 12/06/1884).

Editaes
Instrucção Publica
 Delegacia especial da inspeccão da instrucção publica da cõrte em Porto Alegre.
 Faço publico de ordem do Sr. Dr. delegado especial que amanhã, 15 do corrente, ás 9 horas do dia, continuarão os exames geraes de preparatorios, funcionando as bancas de portuguez, francez (ultima turma) e inglez.
 Outrosim que o resultado dos de hoje é o seguinte :

PORTUGUEZ
 Aprovados plenamente
 José Francisco Gomes Pires
 José Ignacio Mineiro
 José Luiz Feirreira
 Leopoldo Martins Penna
 Miguel Oliveira de Araujo
 Murillo Furtado
 Orestes Corrêa
 Raul C. Campello

Aprovados
 Miguel da Cunha Cavalheiro
 Octavio Dias da Costa

FRANCEZ
 Aprovados com distincção
 José Maria Moreira Filho
 Luiz do Nascimento Marques
 Sergio Ulrich de Oliveira

Aprovados plenamente
 José João Pires de Oliveira
 José Raphael Brusque
 Mathias Teixeira de Almeida Gutterres
 Manoel Gonçalves Duarte
 Olympio de Lemos Pinto

Aprovados
 José Augusto Falcão Villa
 Octavio Garcia de Oliveira
 Olegario Gonçalves dos Santos
 Theodoro Teixeira de Mello

INGLEZ
 Aprovados plenamente
 Emilio Wiltgen
 José Pinto da Fonseca Guimarães
 Francisco de Paula Costa
 Herodiano Alipio Camboim

Aprovados
 Lucio Jardim
 Dionysio Pinheiro da Cunha
 Francisco Antenor Jobin
 Francisco de Paula da Fontoura Galvão
 Frederico José da Silva Povoas Filho
 Heitor Carneiro
 Henrique José Ramos

Reprovado—1.
 Secretaria da Delegacia Especial em Porto Alegre, 15 de Novembro de 1887.
 O secretario,
 José Carlos Ferreira Gomes.
 1064—1—1

Texto 23: Editais
 (O Conservador, 16/11/1887).

Essas notas, na maioria das vezes, eram publicadas na seção *editaes*. A nota indicava o nome dos aprovados e ainda os selecionava por grau de aproveitamento no exame, que podia ser “aprovado com distincção, aprovado plenamente” e “aprovado” ou “aprovado simplesmente”. Não apareciam os reprovados, embora às vezes constasse o número de reprovações e daqueles que não compareceram. Nas listas selecionadas, por exemplo, não

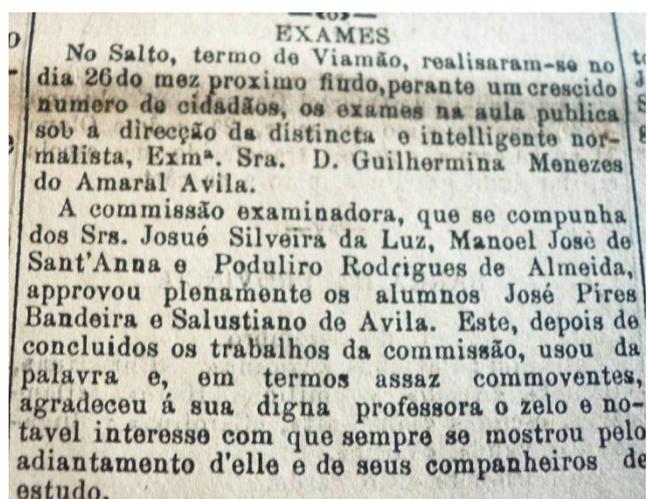
¹⁴¹ Exames preparatórios: “A Educação Brasileira utiliza os exames - orais e/ou escritos, em diferentes níveis e graus, tradição que remonta ao século XIX com os “épicos exames preparatórios” ou “exames parcelados” de estudos livres, desembocando nos exames de Estado, fora do processo, realizados somente no colégio Pedro II e, posteriormente, nos Liceus das Províncias, ao conseguirem equiparação com o colégio padrão. A função inicial dos exames preparatórios era a seleção para ingresso no ensino superior. Mais tarde, tais exames passaram a caracterizar-se como exame de conclusão de estudos secundários” (BASTOS; ERMEL, 2005).

constava o nome de mulheres, ou seja, todos os avaliados eram do sexo masculino, porém, nos exames preparatórios da Escola Normal, a situação começava a ser alterada.

Como era padrão no Brasil, no Rio Grande do Sul, o primeiro processo de discriminação sexual na escola era o físico-espacial. Havia aulas diferenciadas para os meninos e para as meninas. Este processo de segregação somente começou a diminuir em meados do século XIX. Neste sentido, observa-se um claro sentido machista no sistema educacional que se consubstanciou, principalmente, no maior número de escolas para os meninos e na maior frequência destes às aulas. [...] Assim, a análise deste período, no Rio Grande do Sul, não comprova a idéia de que aos meninos era cerceado o acesso à escola porque deviam ajudar em casa. Pelo menos em comparação às meninas, estes eram mais estimulados a frequentá-la. É claro que aqui perpassa também um viés sexista, no sentido de atribuir mais facilmente aos meninos a capacidade de andar quilômetros até a escola, de arrojo, de intrepidez, etc. Além disso, parece nítido que havia uma ideologia que encorajava mais o menino para a instrução formal, entendendo que à menina bastava uma boa formação em prendas domésticas, o que poderia ser adquirido no recinto do lar (TAMBARA, 1998, p.37).

Essa situação mudou aos poucos com a feminilização da profissão docente¹⁴², porém ainda era muito discrepante o número de meninos e meninas que frequentavam a escola. Entretanto, pretende-se ampliar um pouco mais adiante esse debate.

Os avaliadores eram escolhidos entre os professores de renome na comunidade, algumas vezes, o próprio diretor ou delegado especial da instrução pública se faziam presentes durante a aplicação dos exames, que em alguns lugares eram considerados verdadeiras solenidades. Na aula pública da professora Guilhermina Menezes do Amaral Avila, no Salto em Viamão, os exames eram mostrados como evento importante na localidade e com “crescido número de cidadãos”, embora o número de alunos aprovados fosse reduzido.



Texto 24: Exames (*O Conservador*, 04/12/1887).

¹⁴² Sobre o assunto, ver TAMBARA (1998).

Os exames preparatórios, exames das escolas da capital e em algumas escolas do interior da Província eram as notas mais frequentes e em maior número nos jornais. As listas com os resultados dos exames apareciam nos três periódicos *A Reforma*, *O Conservador* e *A Federação*, publicadas por vários dias. Em alguns casos, como nos exames preparatórios e exames na Escola Normal, eram publicados diariamente.

Havia uma estreita relação das notícias sobre a instrução pública, inclusive nas notas sobre os exames, com os partidos políticos. Quando o exame era em uma escola, na qual a diretora/professora, era do partido do periódico, os relatórios eram mais extensos, inclusive com elogios aos aplicadores e/ou aos professores/as. Assim, como os filhos dos correligionários, quando examinados mereciam nota de destaque.

A professora Joaquina da Natividade Cota mereceu elogios durante os exames no Colégio de Aplicação, do qual era diretora, em *A Reforma*.

Exames:— No domingo 15 do corrente tiveram lugar os exames do collegio — Applicaçào — do sexo feminino, e do qual é directora a Sra. D. Joaquina da Natividade Cota.

Pessoa que assistiu ao acto nos prestou algumas informações, que muito abonam o zêlo e intelligencia d'aquella professora pelo adiantamento que comprovaram as alumnas que fizeram exame.

O conselho examinador foi composto dos Srs. revd. arcediago Zeferino, Bibiano Francisco de Almeida, Appolinario Porto-Alegre e José Theodoro de Souza Lobo, que minuciosamente arguiram as examinandas; tendo estas respondido com muito desembaraço, e mostrado grande aproveitamento das lições que haviam recebido.

A vista das provas, que contentaram a todas as pessoas assistentes, foram approvadas plenamente as seguintes alumnas:

D. Francisca Angelica de Menezes Lara.
 D. Maria Josephina de Menezes.
 D. Maria Thereza de Macedo.
 D. Luiza Amalia da Silva.
 D. Izabel Albertina da Silva.

Fizeram exercicios, respondendo bem, e merecendo applausos pelo adiantamento que mostraram as seguintes meninas:

D. Amelia Maria da Silva.
 D. Francisca de Macedo Casado.
 D. Maria José de Macedo Netto.
 D. Idelvira Izolina de Moraes

Depois dos exames a joven D. Francisca Lara, que brilhantemente respondera e se distinguira por sua vivacidade e intelligencia, recitou um discurso de agradecimento á sua professora, e o pronunciou com tal accentuação, que encantou o auditorio, vendo uma menina em tão verdes annos comprehender perfeitamente o sentido das palavras que enunciava.

As pessoas que estiveram presentes são unanimes nos louvores que dirigem á distincta preceptora da nossa mocidade feminina, pela sua dedicação e capacidade para o magisterio.

Texto 25: Exames (A Reforma, 18/12/1872).

A filha do capitão Domingos de Souza Brito teve nota com o título *Uma estudante distincta*, no jornal *A Reforma*, por seu pai ser membro do Partido Liberal. Assim também como as filhas do Dr. Trajano Viriato Medeiros e de José Luiz Pereira, membros do Partido Conservador, mereceram nota em *O Conservador*, por serem aprovadas nos exames da Instrução Pública.

Uma estudante distincta: —
 Entre as alumnas da Escola Normal que acabam de concluir o 1º anno, salientou-se pelas brilhantes approvações que conseguiu, a Exma. Sra. D. Alzira Brito, estremecida tilha do nosso amigo e correligionario Sr. capitão Domingos de Souza Brito.

A tolosa moça que já no *Externato Normal*, havia dado provas de sua contracção ao estudo, confirmou naquelle estabelecimento o justo renome de que vinha precedida.

Apresentamos-lhe, bem como á seu digno pai, as nossas congratulações.

Texto 26: Uma estudante distina
 (*A Reforma*, 29/12/1886).

Approvações

Nos exames a que se está procedendo na Instrucção Publica, obtiveram mais uma vez honrosas distincções as distinctas jovens Exmas. Sras. D. Anna Saboia, Viriato de Medeiros, filha do nosso respeitavel amigo Dr Trajano Viriato de Medeiros, e Clemencia Pereira, filha do estimavel negociante Sr. José Luiz Pereira.

Parabens ás familias daquellas esperançosas e intelligentes rio-grandenses.

Texto 27: Approvações
 (*O Conservador*, 02/12/1888).

As notas sobre os eventos escolares não eram exclusividade das escolas públicas, pois as particulares e militares também tinham seu espaço nos periódicos. As escolas particulares podiam estar representadas tanto em notas como terem anúncios com endereço, nome dos professores, estrutura da escola e métodos de ensino¹⁴³. Como foi observado em notas dos jornais, os anúncios e editais eram pagos, mas as notas indicando esses anúncios e editais eram de responsabilidade dos articulistas.

Os exames no Colégio Gomes¹⁴⁴:

Exames: — Amanhã devem começar os exames do importante e acreditado collegio Gomes, cujo director convida não só os pais de seus alumnos como qualquer outra pessoa, a assistir aos exercicios, que terão lugar das 4 horas da tarde em diante.

Texto 28: Exames (*A Reforma*, 08/12/1872).

Os exames na Escola Militar do Rio Grande do Sul:

¹⁴³ Sobre os anúncios das escolas particulares adiante se fará um tópico específico.

¹⁴⁴ Colégio Gomes, dirigido por Fernando Gomes, o qual foi professor de Julio de Castilhos e das principais lideranças do PRR e do Partido Liberal. Sobre a História do Colégio Gomes, ver RIBEIRO (2007).

Escola Militar do Rio Grande do Sul
 De ordem do illm. sr. coronel comandante, declaro que os **exames** de agrimensores terão lugar no dia 29 do corrente, ás 10 horas da manhã. Porto Alegre, 20 do agosto de 1884. — *Pires Salgado*, major secretario. (759)

Texto 29: Escola Militar do Rio Grande do Sul (*A Federação*, 19/08/1884).

Como esses periódicos faziam por vezes de *diário oficial*, o governo provincial comunicava a situação de funcionários da instrução pública, tanto na capital quanto no interior, desde a nomeação ou demissão, de diretores, inspetores e funcionários da diretoria da Instrução Pública.

Lycêo D. Afonso :— Emquanto dura o impedimento do professor de francez do Lycêo D. Afonso, Dr. Velloso Perderneiras, que se acha na assembléa provinciil, deve substituil-o o Sr. Francisco de Paula Soares.

Texto 30: Liceu D. Afonso (*A Reforma*, 15/07/1869).

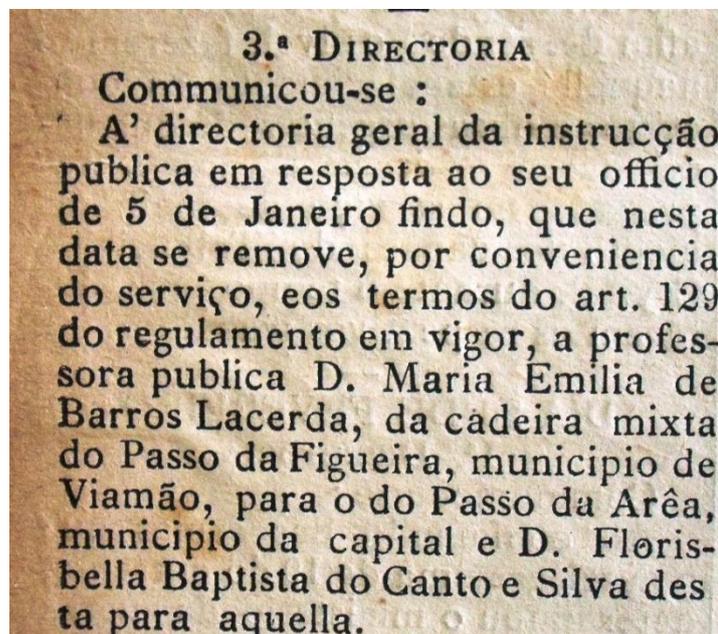
As notas sobre a situação dos funcionários apareciam em seções denominadas *expediente da instrucção publica, actos officiaes, actos da presidencia*, entre outros. Os assuntos tratados variavam desde aprovações de contratações de professores, recebimento de ofícios requerendo licenças, remoções, transferências ou até mesmo o pagamento de vencimentos dos professores.

No exemplo a seguir, mostra-se a aprovação de contrato feito com Anna Ribeiro Tobino para regência de aula na vila de Gravataí. E, na sequência, uma nota para prevenir o professor Demetrio Alves Pereira do prazo que tinha para fazer a remoção da cadeira de Butiá, no município de Gravataí, para Morro Pelado, no município de Santa Cristina.



Texto 31: Expediente da Instrução Pública (*A Federação*, 18/02/1886).

O Conservador, tal como *A Federação* e *A Reforma*, publicava as remoções, licenças, entre outros.



Texto 32: 3ª Diretoria (*O Conservador*, 05/03/1886).

As nomeações de professores eram comuns de serem publicadas, principalmente, quando eram normalistas. A palavra normalista gradativamente foi ganhando *status* de qualificação.

Instrucção publica. — Foi nomeada a normalista D. Maria Carlota Coelho da Cunha para reger interinamente a cadeira do sexo feminino da estação da Margem, município de Santo Amaro.

Texto 33: Instrução Pública
(*O Conservador*, 10/04/1886).

Instrucção publica. — Em 24 do mez findo assumio o exercicio das funcções de professora da cadeira mixta da Pedreira, municipio de S. Leopoldo, a Exma. Sra. D. Adelina da Fontoura Baccellar, normalista que, durante o curso que frequentou deu de sua applicação e intelligencia as melhores provas.

Texto 34: Instrução Pública
(*A Reforma*, 01/06/1886).

Além disso, ser normalista significava garantir emprego na instrução pública. Embora a filiação partidária pudesse facilitar ou complicar essa questão, estava garantida por lei.

Effectividade

O art. 1º da lei provincial n. 1537 de 4 deste mês, dispõe q' o professor normalista nomeado para reger qualquer cadeira de instrução pública primária nas comarcas de que trata o artigo 81 do regulamento da instrução pública, é considerado effectivo, independente de concurso (*O Conservador*, 23/05/1886).

Todas as nomeações, remoções, alterações na vida funcional eram publicadas nos periódicos. Cada vez que era nomeado um diretor, um inspetor da instrução pública também apareciam nas páginas dos periódicos, tal como, a nomeação do Dr. Fausto de Freitas e Castro.

Delegado da Instrucção publica. — Foi nomeado o Dr. Fausto de Freitas e Castro para o cargo de delegado especial do inspector geral da instrucção primaria e secundaria do municipio da côrte nos exames geraes de preparatorios desta capital.

Texto 35: Delegado da Instrução Pública (*A Reforma*, 23/12/1886).

O período de exames preparatórios parecia ser uma época de atenção redobrada para a diretoria geral da instrução pública, pois foi criado o cargo de “inspetor geral da instrucção primaria e secundaria do municipio da côrte nos exames geraes de preparatorios” desta capital. O que se via era a criação de um cargo específico para a orientação e a fiscalização durante a execução dos exames.

Embora a situação dos funcionários seja publicada como nota oficial, às vezes provocava artigos de conotação política nos periódicos. Por exemplo, a remoção de professores em *A Reforma* e *O Conservador*.

Suspensão de aula e demissão :— Em data de 23 de Fevereiro, o Sr. Lucena suspendeu o exercício da cadeira de *Guaritas*, no município de S. José do Norte, por falta de frequência, e demittio o respectivo professor Sr. Anselmo Gonçalves Chaves.

Este acto é uma prova, entre milhares, da falsidade do que escreveu o Sr. Lucena no seu relatório sobre a eleição.

Segundo o ultimo mappa enviado á repartição de instrução publica, tinha aquella aula 23 alumnos, conforme foi publicado em edital da mesma repartição, no *Conservador* de 4 do corrente.

Já se vê que é uma mentira o que disse o presidente no seu acto; e quem o desmente é a sua propria folha official, no numero que citamos.

Texto 36: Suspensão de aula e demissão.
(*A Reforma*, 03/03/1886).

REMOÇÕES DE PROFESSORES

Antes de termos lido a *Reforma* de hontem, nós já sabiamos que a resolução do Exm. Sr. Dr- Galdino Pimentel removendo, sob proposta do digno director da instrução publica, sete professores publicos, havia causado a mais desagradavel impressão na grey liberal; não porque não tivessem sido, nesse acto, attendidas conveniencias do ensino, mas porque pensavam, que a algasarra levantada na imprensa, e na tribuna da assemblêa, sustaria uma decisão necessaria e assim faria acreditar na influencia liberal junto á actual administração.

Em um dos nossos ultimos numeros produzimos uma justificação cabal desta medida que, ha muito se impunha á administração da provincia que, para realisal-a, só aguardava a occasião oportuna—o fim do anno lectivo.

Texto 37: Remoções de professores
(*O Conservador*, 18/12/1888).

O primeiro trecho foi referente aos editais publicados em o *Conservador* (1886), pois Henrique Lucena suspendeu aulas em São José do Norte. No mesmo artigo, o redator do periódico enfatizava a ilegalidade da demissão do referido professor, como se vê abaixo:

A ilegalidade do acto é também manifesta, como se vai ver:

O art. 45 é claro, e diz:

“Será suspenso o exercício da escola que não for freqüentada por 15 alumnos; o professor passará a reger outra, percebendo, entretanto, o ordenado enquanto não lhe for designada outra cadeira”.

Accresce que o professor demittio, o sr. Anselmo Gonçalves Chaves, tem 14 anos de serviço; notando-se que o exercício da aula não podia ser suspenso sem que fosse ouvido o conselho de instrução, como preceitua o § 5º do art. 9º do regulamento (**Suspensão de aula e demissão**. *A Reforma*, 09/03/1886).

Em artigo publicado também no dia 05 de março, *O Conservador* já justificava o fechamento das aulas e as demissões de professores pelo presidente da Província Henrique Lucena. Como se vê abaixo:

Todos reconhecem que com a instrução publica, despende a província avultados capitães, e com mal aproveitados resultados.

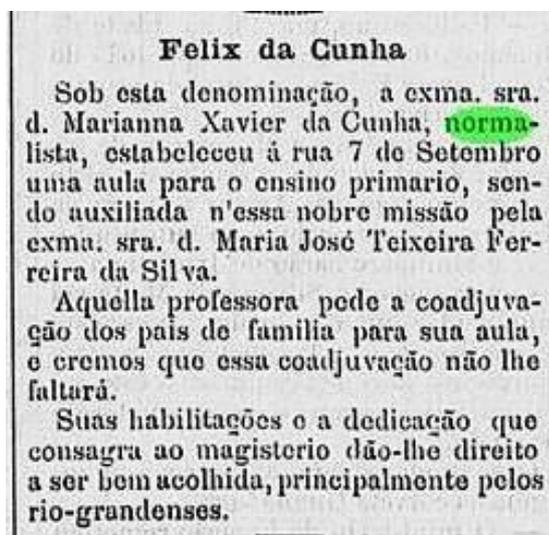
Queixam-se da falta de aulas, e entretanto, não é ahi que está o mal, o mal está na má distribuição das aulas, que se agglomeradas em certas zonas, e muitos dispersas em outras.

Para obviar esse inconveniente, tem procurado o zeloso e honrado Sr. Desembargador Lucena reduzir as aulas onde ellas são demasiadas, para a attender a outras que são urgentes, e que foram creadas pelo poder competente (**Thiumpo**. *O Conservador*, 05/03/1886).

Os trechos nas imagens anteriores não eram sequência um do outro, mas servem para mostrar que notas oficiais podiam provocar discussões políticas. Ambos eram respostas a artigos publicados pelo jornal da oposição. Coincidentemente, nessas situações de 1886 e 1888, o Partido Conservador estava à frente da presidência da província e, por consequência, determinava quem iria dirigir a Instrução Pública, e na oposição estavam o Partido Liberal e o Republicano. Entre 1886 e 1888, revezaram-se dez diferentes presidentes da Província¹⁴⁵, tanto do partido Liberal quanto do Conservador. Talvez pela grande instabilidade política do período, houvesse a necessidade de enfrentamentos diretos usando a instrução pública. Porém os debates políticos não se davam somente quanto as alterações no quadro funcional, outras questões como a qualidade e a quantidade das aulas públicas também eram debatidas.

Em 1888, *O Conservador*, respondeu aos artigos publicados em *A Reforma*, porém não fazem parte do conjunto de textos analisados. Mas, pelo sentido das palavras foi possível identificar que continuavam em discussão demissões realizadas pelos conservadores enquanto na direção da Instrução Pública.

Da mesma forma, que as anteriores, as notas de caráter oficial, quando reescritas pelos articulistas, ganhavam conotação partidária.

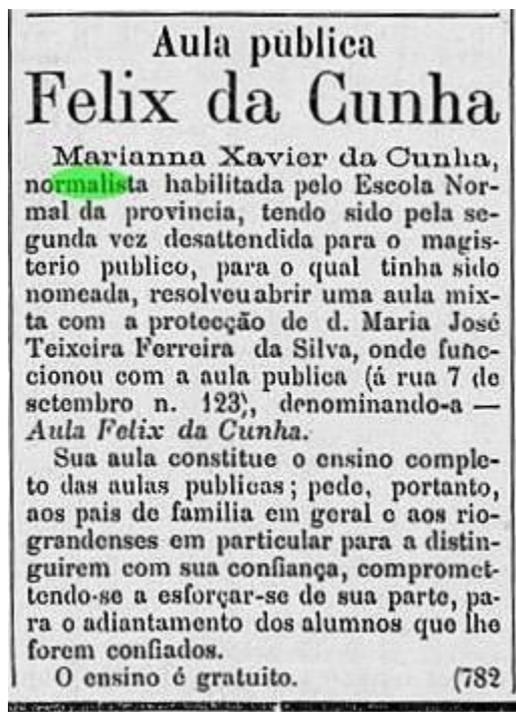


Texto 38: Félix da Cunha (*A Federação*, 25/08/1884).

A normalista Mariana Xavier da Cunha, que abriu a aula pública com nome de Félix da Cunha, colocou anúncio na *Federação*, pelo qual informava que era habilitada pela Escola Normal, mas não foi contratada pelo governo provincial e que suas aulas eram gratuitas. O

¹⁴⁵ Sobre o assunto, ver anexo II com Quadro sobre os Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul durante o II Reinado.

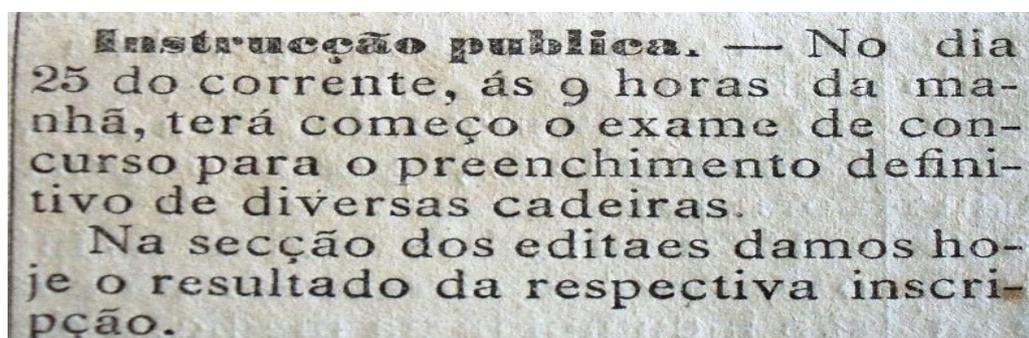
próprio anúncio apontava para a crítica política quando informava que estava desatendida pelo magistério público.



Texto 39: Aula Pública Félix da Cunha
(*A Federação*, 30/08/1884).

Até mesmo em notas oficiais ou anúncios foi possível observar pelo menos dois lados nesta análise, ou seja, reforça-se que os jornais eram partidários e, mesmo que não o fossem, não se acredita em neutralidade de discursos.

Os periódicos também eram um meio usado pelo governo provincial para divulgar informações sobre os concursos públicos através de notas e editais.



Texto 40: Instrução Pública (*O Conservador*, 20/01/1886).

As notas sobre os concursos informavam sobre as inscrições para cada uma das vagas, revelando o número de mulheres e homens inscritos para ocuparem as vagas no magistério

público. A nota em *O Conservador*, de 1886, revelou 11 vagas para cadeiras de várias localidades da Província, tendo 12 inscritos, dos quais 6 eram homens e 6 mulheres.

Instrução pública
 Faço publico, de ordem do Sr. Dr. director geral, que no dia 25 do corrente, as 9 horas, terá começo o exame do concurso para o preenchimento definitivo de diversas cadeiras; sendo o seguinte o resultado da inscrição:
 1º GRÃO
 Para a 10ª cadeira mixta do Morro de Sant'Anna, municipio da capital, DD. Laurinda Joaquina de Moraes e Antonieta de Borba e Costa; para a 1ª do sexo masculino da cidade do Rio Grande, Luiz Manoel da Silva Penafiel; para a 1ª do sexo feminino da villa de S. José do Norte, D. Uilina Abrilina Bento; para a 3ª do sexo masculino da cidade de Pelotas, D. Carolina Vieira Lima; para a 9ª mixta do Passo do Dornelles, municipio da capital, D. Josephia Paulina Machado Ourique; para a 5ª do sexo masculino do Mont'Alverne, municipio de Santa Cruz, Frederico Christiano Fensterseifer; para a 3ª mixta da Porteirainha, municipio de C.

S. Jeronymo, D. Izolina Pereira Maciel; para a 6ª do sexo masculino do Arroio Cadêa, municipio de S. Sebastião do Cahy, Vasco Raymundo da Silva Flôres, para a 1ª do sexo masculino da villa da Conceição do Arroio, José de Oliveira Castilho; para a 4ª mixta do Ypiranga, municipio de Gravatahy, D. Anna Thereza de Azambuja Villa Nova; para a 2ª mixta da séde da ex-colônia Silveira Martins, municipio de Santa Maria da Bocca do Monte, D. Adelaide Arouche Cidade.
 Secretaria da Directoria Geral da Instrução Publica em Porto Alegre, 18 de Janeiro de 1886.
 O secretario,
 93 José Carlos Ferreira Gomes.

Texto 41: Instrução Pública (*O Conservador*, 20/01/1886).

Diferente da situação citada anteriormente, na qual somente havia meninos inscritos para os exames preparatórios, aqui se pode perceber um número crescente de mulheres se candidatando a uma vaga na instrução pública. Segundo Tambara,

Este processo de feminização do magistério de instrução primária no Rio Grande do Sul intensificou-se com a instalação da escola normal quando se iniciou o processo de profissionalização da atividade de magistério e, concomitantemente, um processo de reserva de mercado desta atividade para a mulher. Este fenômeno ocorreu, principalmente, no magistério do ensino primário, uma vez que tanto no secundário como no nível superior a predominância masculina manteve-se por longo tempo (TAMBARA, 1998, p. 39).

Aos poucos as mulheres iam conquistando espaço no magistério, mas, como será analisado no item referente à Escola Normal, com ressalvas, pois ainda estava restrito ao ensino elementar.

A diretoria da instrução pública usava os periódicos como forma de se comunicar com os professores e inspetores que trabalhavam em locais distantes da capital. A nota a seguir referia-se ao recebimento dos mapas semestrais, enviados pela Câmara Municipal de Pelotas, dos professores/as que lá lecionavam. Revelava que o total de alunos na região era de 1.148 e, que o número variava muito de uma aula para outra, pois haviam professores com mais de 100 alunos, chegando a 171 e outros com menos de 30 alunos em sala. Além disso, cada professor tinha em sala alunos em diferentes níveis de conhecimento e aprendizagem.

Instrução pública

De ordem do Sr. Dr. director geral faço publico que foram recebidos nesta repartição, remetidos pela respectiva camara municipal, os mappas semestraes dos seguintes professores de Pelotas : D. Maria Antonia de Sá Mendes, com 81 alumnas ; João Antonio Mendes Ferreira, com 94 ; D. Genoveva Nympha de Miranda 87; Anna Eulina de Siqueira Rocha, com 117; D. Isabel Albertina da Silva, com 70; Antonio Luiz Martins de Araujo com 75; Heraclito João de Camargo, com 102; D. Olympia Celso de Oliveira, com 59; Mariano Joaquim de Siqueira, com 171; D. Ursula Gonçalves Ferreira, com 65; Alfredo Joaquim de Almeida, com 27; D. Bernarda Lopes Duro, com 38 ; Guilherme Kistermann, com 26; Elysio Francisco dos Santos, 41; D. America Soares de Abreu; com 40; Luiz Antonio Garrido, com 55.

Secretaria da Instrução Publica em Porto Alegre, 2 de Março de 1886.

O secretario,
José Carlos Ferreira Gomes.
290—1—1

Texto 42: Instrução Pública (*O Conservador*, 03/03/1886).

Todos publicavam as notas oficiais da Diretoria de Instrução Pública e Escola Normal, mesmo em tempos de oposição. O teor dos artigos poderia variar, entretanto, as notas oficiais eram idênticas em todos os três periódicos estudados. Inicialmente, pensava-se que quando um dos partidos – liberal, conservador ou republicano – estivesse no poder, o jornal, órgão do partido da situação, servia como espécie de *Diário Oficial* e publicava as notícias, avisos e notas sobre questões administrativas. Porém, observa-se que independentemente do partido que estava na presidência da Província (Monarquia) ou do Estado (República), as notas eram publicadas com a mesma frequência. As notas oficiais tanto sobre a Escola quanto sobre a Instrução Pública, eram pagas pelo governo.

Autorizado pagamento à empresa da *Reforma* a quantia de 655\$000, importância da publicação de editaes da diretoria da Instrução Publica da Escola Normal e de 793\$080 a Joaquim Alves Leite sucessor de fornecimento de livros a biblioteca publica (*A Federação*, 11/06/1884).

Assim como, paga-se para *A Reforma*, paga-se para *A Federação*. Veja-se a solicitação para Governo do Estado: Secretaria do interior 2ª diretoria “requisitou-se o pagamento ao jornal *A Federação*, a quantia de 14\$400, proveniente da publicação de editais da Escola Normal durante o mês de fevereiro” (*A Federação*, 22/03/1899).

Embora não se tenha identificado nota sobre pagamentos ao *Conservador*, é possível pensar que este também recebia pagamento pelas notas e editais publicados, pois estes, algumas vezes, eram idênticos ou muito semelhantes nos três periódicos, ou estavam publicados em seções denominadas *Editaes*, *Noticiário*, *Várias*, bem próximas aos *Anúncios* quando não nessa seção.

No período monárquico, foi crescente o número de notas oficiais sobre a instrução pública, neste texto somente ressaltam-se algumas destas notas como: exames, situações de funcionários, concursos públicos, nomeações de professores, mapas semestrais. A maioria dessas notas oficiais tinham o mesmo tratamento em todos os periódicos analisados. Mas, às vezes, eram seguidas de comentários ou até mesmo artigos questionando-as, como apareciam opiniões sobre pessoas e escolas de acordo com a filiação partidária.

De qualquer forma, havia destaque para as atividades e rituais escolares, evidenciando assim a cultura escolar de uma época. Essas publicações transformaram, as atividades cotidianas da escola em eventos sociais de grande repercussão, ou seja, transformaram-lhes em *espetáculo*¹⁴⁶. A instrução começou a ter uma importância cada vez maior, ao longo do século, que, obviamente, refletiu, mesmo que devagar, no aumento de escolas e instrução de mulheres. Além disso, se percebe o número crescente de professoras ocupando as vagas na instrução primária.

Com o advento da República, essas publicações tenderam a aumentar, pois faziam parte do discurso de consolidação do regime.

1.2. Notas oficiais sobre a instrução pública na República (1889-1937)

Nos primeiros anos da República, as notas oficiais eram as mais publicadas nos jornais partidários da oposição, tal como apareciam em *A Reforma*. Observa-se também que era maior o número de notas sobre a instrução pública que passaram a ser publicadas em *A Federação*, por ser o jornal do partido da situação. Como neste trabalho tem-se o intuito de mostrar somente alguns exemplos, faz-se a opção por trazer uma nota de cada periódico.

¹⁴⁶ Referência ao termo usado por JINZENJI (2010).

Opta-se por seguir a mesma linha de análise que se usou nos textos referentes aos tempos de Monarquia, E, por ser um período mais longo, analisa-se inicialmente os textos do século XIX, e depois os do século XX, porém não se seguiu uma linha cronológica, mas sim temática.

Tal como na Monarquia, observa-se que os resultados dos exames continuavam a ser notas importantes nos periódicos, respeitando a classificação *aprovados com distinção*, *aprovados plenamente* e *aprovados*.

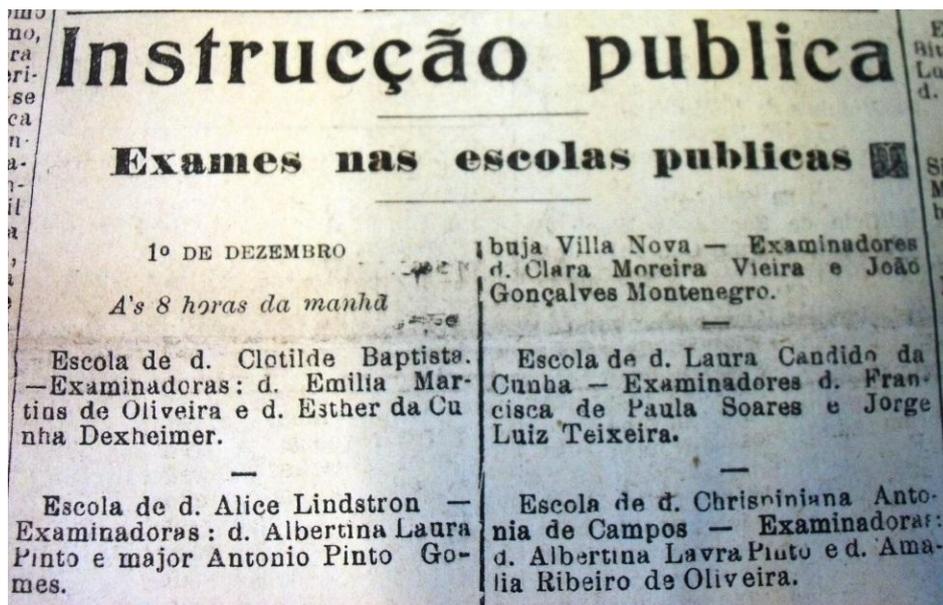
Exames de preparatorios
 Faço publico que amanhã funcionarão as bancas de exames de portuguez, francez e geographia, e bem assim que o resultado dos exames effectuados hoje é o seguinte:
PORTUGUEZ
Approvado com distincção
 Antonio Lopes Quintella Junior.
Approvados plenamente
 Antonio de Lima Bueno.
 Raphael Virissimo Vianna.
Approvados
 Augusto Frederico Allgayer.
 Theophilo de Azevedo Junior.
 Inhabilitado na prova escripta—1.
 —
GEOMETRIA E TRIGONOMETRIA
Approvados plenamente
 Horacio Luiz de Faria.
 Carlos Frederico Rheingantz.
 Porto Alegre, 4 de janeiro de 1893.
 O secretario,
José Carlos Ferreira Gomes.
 1—1

Texto 43: Exames preparatórios
 (A Federação, 31/01/1893).

Resultado dos exames de preparatorios realizados hontem, perante o commissario fiscal do governo federal:
Portuguez.—(1ª turma).—Approvados plenamente, Gustavo Riedel, Edmundo Kroeff, Edmundo Pereira Paiva, Adolpho Tavares Penha, Eurico Laranj; approvados, Frederico de Abreu Dahne, Euribiades Cardoso Gonçalves, Euclides Cicero de Carvalho, Caetano Nettu Gottuzzo, Braz Cavalcanti Teixeira, Carlos Oliveira Duro e Carlos Augusto Menet;
2ª turma.—Approvados plenamente, Henrique E. Schnor, João de Oliveira Leite, José Vieira do Amaral, Henrique Maya de Castilhe Netto, Geraldino Gonçalves Marques; approvados: João José Lúvas, José Baptista Soares da Silveira e Souza Filho, Hugo Teixeira, Miguel Chnislawski, Luiz Hebart, Jeronymo Xavier de Azambuja; reprovado, 1.

Texto 44: Resultados Exames
 (A Reforma, 26/11/1900).

Nem só das escolas da capital eram publicadas as notas sobre exames. As escolas do interior também tinham espaço. Na verdade, esse era um espaço concedido à Diretoria da instrução pública que como já se sabe, era um serviço pago.



Texto 45: Instrução Pública (A Federação, 22/11/1915).

As notas sobre os exames eram publicadas até 1937, mas para não ficar repetindo e sempre dando exemplos similares, opta-se por mostrar outras notas. Além das escolas públicas estaduais, eram publicadas as listas de aprovados nos exames na Faculdade de Medicina e Farmácia, no Ginásio Júlio de Castilhos, na Faculdade de Direito, na Faculdade de Engenharia e no Instituto Técnico Parobé.

Na seção *Actos Officiaes*, encontravam-se notas referentes às nomeações de professores/as, transferências de cadeiras de uma localidade para outra, remoção de professores/as, ordem de pagamento dos vencimentos dos professores e funcionários da instrução pública, suspensão de aulas públicas, entre outros.

Actos officiaes

Em 5 do corrente:
 Foi nomeado o normalista Celestino Corrêa de Mello para interinamente reger a 2ª cadeira do sexo masculino da villa das Lavras.

— Foi declarada sem effeito a nomeação de Izaias Brasileiro de Araujo, para reger interinamente a cadeira do sexo masculino do 1º districto de Sant'Anna do Livramento, sendo nomeado para substituil-o o cidadão José Antonio Dias.

— Foi transferida a cadeira do sexo masculino do Cerrito do Ouro, municipio de S. Sepé, para o logar denominado Coqueirão, no mesmo municipio.

Texto 46: Atos Officiais (A Reforma, 22/08/1891)

ACTOS OFFICIAES

Em 7:
 Foram expedidas as ordens para que a professora publica d. Isaura Baptista de Oliveira, com exercicio na cadeira do sexo feminino da cidade de Taquary, possa receber seus vencimentos pela collectoria ali existente, conforme requereu.

— Foi convertida para o sexo masculino a aula mixta da séde da colonia Teutonia, na Estrella, sendo para ella removido, a pedido, o professor normalista José Stoll, que está regendo a cadeira do Padre Eterno, municipio de S. Leopoldo.

— Concedeu-se ás professoras dd. Anna da Fonseca Soares e Francisca de Paula Soares, esta da aula mixta do Parthenon e aquella da 2ª cadeira do sexo feminino do 1º districto d'esta capital, licença por dois mezes para tratarem da saude, conforme requereram.

— Foi nomeado o cidadão João Luiz dos Santos Ferreira para o cargo de inspector escolar do districto da villa de Santo Amaro.

— Concedeu-se á professora publica d. Belmira Lobo, da cadeira mixta da Piedade, municipio do Triumpho, licença por tres mezes, em prorogação da de dois que obteve, para tratar de sua saude.

Texto 47: Atos Officiais (A Federação, 09/02/1893)

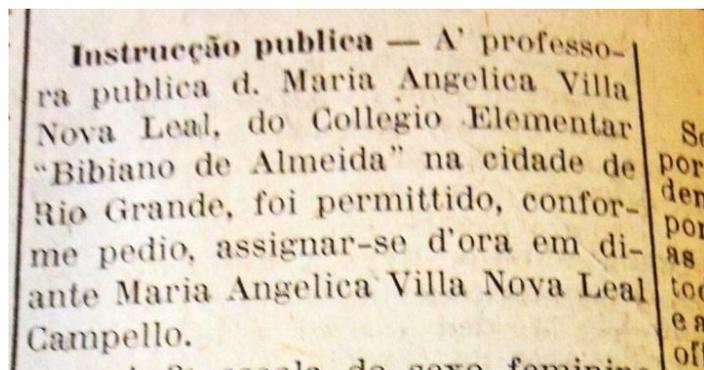
Essas notas mostravam que o governo estadual transferia, nomeava e removia professores de acordo com suas preferências, ou como citado, em alguns casos, a pedido dos professores. Havia uma movimentação dos professores do interior do Estado, a qual não tinha fixação do docente e de um trabalho mais sistemático. Além disso, quando havia nomeação de um professor normalista era reforçado o *status* de *normalista*.

Em 1929, por exemplo, com o título Magistério Estadual, foi publicada a nota com as nomeações feitas no magistério estadual, no decorrer da 1º quinzena de fevereiro, na qual constava a lista dos nomeados para collegios elementares; a lista dos nomeados para grupos escolares e a lista dos nomeados para aulas isoladas (A Federação, 20/02/1929).

As notas mostravam o surgimento de uma cultura escolar em que o ano letivo começava no final de fevereiro e ia até final de novembro. Inicialmente, na análise dos periódicos do século XIX, percebe-se que não havia regularidade no início das aulas em todas as escolas, pois algumas iniciavam em janeiro, outras em fevereiro ou março. No decorrer do século XX, os exames eram sempre entre novembro e dezembro. Começava uma regularidade nas inscrições de matrículas entre janeiro e fevereiro e as aulas iniciavam em fevereiro ou março. Obviamente, deve-se considerar algumas exceções. Uma delas, dizia respeito a Escola Normal ou Complementar, pois cada vez que seu regulamento foi alterado essas datas não

foram respeitadas. Porém, se quer mostrar que a regularidade no início e no fim do ano letivo começou a ser mais frequente no período republicano.

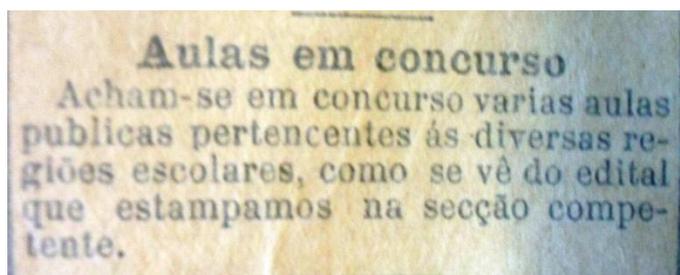
Como os periódicos serviam para dar notas oficiais, até mesmo a mudança de sobrenome, pós-casamento de muitas professoras era publicado.



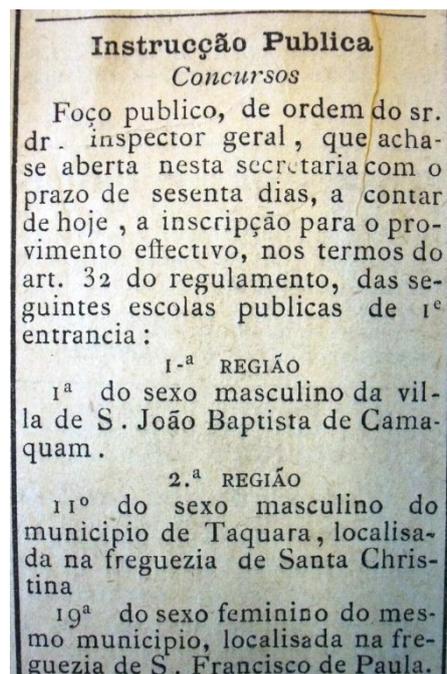
Texto 48: Instrução Pública (A Federação, 24/07/1915).

Esse é um assunto que merece reflexão, pois no século XIX “criou-se um estigma da professora assexuada, o protótipo da solteirona que, por muito tempo, acompanhou o perfil da professora primária” (TAMBARA, 1998, p.43). Porém, algumas professoras começaram a casarem-se, todavia o estigma de solteirona e do celibato pedagógico permaneceria até as primeiras décadas do século XX.

Com a implantação da República, houve o aumento do número de escolas, de contratações de professores, como consequência, uma nova configuração da estrutura administrativa do Estado, aumentou a burocracia nos serviços. Para se contratar professores aumentaram os concursos, bem como para compras de materiais passou-se a utilizar o sistema do edital, os quais eram publicados por vários dias. Cita-se o exemplo de *A Federação*, em 1899, no qual o articulista em nota alertava sobre a existência de edital que estaria nas páginas seguintes:



Texto 49: Aulas em concurso
(*A Federação, 24/03/1899*).



Texto 50: Instrução Pública
(*A Federação, 24/03/1899*).

O Edital do exemplo foi publicado em vários dias e pretendia preencher vagas da 1ª à 7ª região. Distribuídas em: 1ª região: 1 aula (sexo masculino); 2ª região: 1 aula (sexo masculino), 1 aula (sexo feminino); 3ª região: 4 aulas (sexo masculino), 1 aula (mista); 4ª região: 1 aula (mista), 4 aulas (sexo masculino), 1 aula (sexo feminino); 5ª região: 1 aula (mista); 6ª região: 1 aula (mista), 2 aulas (sexo masculino), 2 aulas (sexo feminino); 7ª região: 1 aula (mista), 4 aulas (sexo masculino) e 2 aulas (sexo feminino). Eram 28 vagas pelo Rio Grande do Sul. O concurso ocorreria nas sedes das regiões escolares. O edital foi assinado por Fernando Gama (sub-diretor da Instrução Pública).

Neste contexto, verifica-se que houve um crescimento significativo no número de aulas públicas sendo abertas pelo Estado, a partir da proclamação da República. E aos poucos, as meninas começavam a ter espaço nos bancos escolares, já que as aulas mistas e femininas estavam sendo criadas, mas ainda alunas meninas continuavam sendo minoria. Para exemplificar isso recorre-se aos relatórios de Joaquim Silva Tavares, presidente da Província, em 1888, e de Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado, em 1901.

Estadística Escolar		
Existem creadas 560 aulas, que se dividem, quanto ao sexo, da seguinte forma :		
Sexo masculino		232
« feminino		118
Mixtas		160
		560
Estão preenchidas 370, sendo :		
Sexo masculino		169
« feminino		98
Mixtas		103
		370

Texto 51: Relatório do presidente da Província em 1888.

Graças a essa larga consignação, crearam-se mais algumas aulas, subindo a 880 o número das existentes e providas em sua quasi totalidade.

O ensino é ministrado em condições satisfactorias, quer no ponto de vista da idoneidade dos professores, quer no da frequência escolar sempre crescente.

E' assim que a matricula de alumnos, durante este anno, elevou-se a 42.000, dos quaes frequentaram as aulas 34.239, sendo 20.190 do sexo masculino e 14.049 do feminino.

Figura 52: Relatório do Presidente do Estado em 1901

Os concursos públicos para preenchimento de vagas de professores/as nas escolas públicas tornaram-se eventos da administração pública e das escolas com cada vez mais espaço nas páginas de *A Federação*, pois na década de 1920, o programa para o concurso ao magistério foi publicado em nota na primeira página.

GOVERNO DO ESTADO	
SECRETARIA DO INTERIOR	Eschema da litteratura brasileira.
Decreto n. 3975, de 28 de Dezembro de 1927.	Escola pernambucana. Escola bahiana. Escola mineira na poesia. Seculo XIX — Primeira phase. Seculo XIX — Segunda phase. Corrente naturalista.
Approva o programma para o concurso dos candidatos ao magisterio publico.	MATHEMATICA
O presidente do Estado do Rio Grande do Sul, no uso da attribuição que lhe confere o artigo 20 n. 4, da Constituição, resolve, de conformidade com o capitulo VII do Regulamento da Instrução Publica e § unico do art. 14 do Regulamento Geral dos funcionarios publico, approvar o programma que com este baixa, assignado pelo Secretario do Interior.	I
Palacio do Governo, em Porto Alegre, 28 de dezembro de 1927.	<i>Arithmetica (Theoria)</i>
A. A. Borges de Medeiros. <i>Protasio Alceas.</i>	1) As quatro operações de numeros inteiros.
PROGRAMMA PARA O CONCURSO DOS CANDIDATOS AO MAGISTERIO PUBLICO	2) Frações decimaes e ordinarias; propriedades; as 4 operações.
Os candidatos farão provas:	3) Frações periodicas; conversão da decimal periodica em ordinaria, e da ordinaria em decimal.
	4) Divisibilidade; Caracteres, geraes e particulares.
	5) Numeros primos; maximo commum divisor; menor multiplo commum.
	6) Raiz quadrada e cubica de inteiros, frações ordinarias e decimaes.
	7) Equidifferenças e proporções.

Texto 53: Governo do Estado (*A Federação*, 03/01/1928).

Os candidatos ao concurso deviam fazer uma prova escrita sobre uma tese de Pedagogia, ou algum episódio da História Pátria, para demonstrar conhecimentos em língua vernácula e de cultura geral; uma prova oral sobre um dos pontos do programa e dar uma lição sobre as matérias do programa. Destacavam-se neste programa os conhecimentos de história da Pátria, que tinha peso importante, ou seja, estava dentro da ideia de construção do Estado Nacional. O professor para ser aprovado neste concurso devia estar a par da história oficial do país.

O governo aumentou o aparelhamento burocrático do Estado e passou a prestar conta de seus gastos em obras e serviços. A compra de livros didáticos era feita através de editais publicados nos jornais.

Secretaria da fazenda

N'esta secretaria se receberão propos-
tas no dia 10 do corrente, ao meio dia
para o fornecimento de livros e mais
objectos necessarios ás aulas publicas do
Estado, durante o corrente anno, e bem
assim para o fornecimento dos objectos
necessarios ao expediente da secretaria
da **instrucção publica** e Escola Normal;
devendo as propostas serem organisadas
pelas relações existentes n'esta secreta-
ria e referirem-se ás amostras que serão
p'esentes aos que pretenderem propor
o fornecimento.

As propostas devem ser garantidas
com o deposito da quantia de 200\$000
no cofre do Estado até o dia anterior
ao designado para o recebimento de
propostas.

Secretaria da fazenda do Estado em
Porto Alegre, 5 de janeiro de 1891.

O director,
Francisco Silveira dos Santos Carvalho
d. até 9

Texto 54: Secretaria da Fazenda (*A Federação*, 09/01/1991).

A partir da década de 1920, foi criada uma comissão para escolher livros didáticos que deviam ser comprados para as escolas públicas. A comissão foi escolhida entre os professores da Escola Complementar.

“A comissão comporá dos professores do curso superior da Escola Complementar
sob a presidencia do respectivo director”
(...) a partir dos relatórios poderá o secretario do interior comprar ou não os livros.

A.A. Borges de Medeiros
Protasio Alves
(*A Federação*, 14/12/1921).

Já na primeira década do regime republicano, foi possível observar o aumento das notas oficiais informando sobre editais, nomeações, transferências, exames, matrículas, entre outros. Ou seja, os jornais eram meios de comunicar atos da instrução pública aos professores das localidades distantes, mas também para fazer propaganda. O próprio governo estadual,

que queria consolidar-se no poder e afirmar o regime republicano. Por isso, quanto mais notas sobre instrução pública, melhor a imagem que ia sendo construída na comunidade do próprio sistema republicano.

Ao longo das décadas de 1910, 1920 e 1930, as notificações sobre regulamentos, questões burocráticas e solicitações de documentos aos inspetores e professores continuavam representadas nos periódicos. A nota solicitava aos inspetores escolares os mapas das aulas públicas e reforçava as penalidades que poderiam ser aplicadas caso os mapas não fossem entregues no prazo indicado.

Instrução pública

A inspectoría geral da instrução pública fez baixar o seguinte aviso aos inspectores escolares :

« Pretende esta repartição, em cumprimento da disposição do art. 163 do regulamento, organizar um serviço completo de estatística escolar, fundado nos dados constantes dos mappas impressos, que junto.

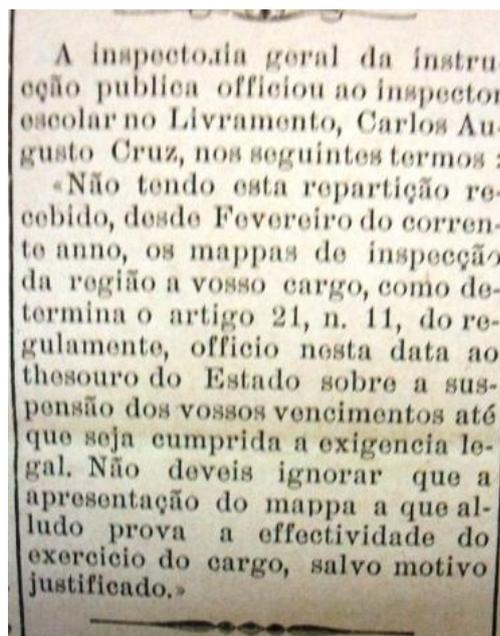
Estes deverão ser devolvidos a esta repartição, impreterivelmente, até o dia 30 de Novembro próximo, independentemente do relatório determinado pelo art. 21 do mesmo regulamento.

Os dados devem referir-se ao corrente anno, pela matrícula encerrada a 30 de Setembro, de conformidade com o art. 12 do regimento interno.

Tendo sido deficientes os esclarecimentos que prestastes por falta de cumprimento das observações insertas nos ditos mappas, chamo novamente a vossa atenção para as mesmas e declaro-vos que serão reenviados a essa inspectoría escolar outros mappas, si, por ventura, os actuaes não preencherem os fins a que se destinam.»

Texto 55: Instrução Pública (A Reforma, 20/10/1908).

Alguns dias, outra nota comunicava que, caso não fossem entregues os mapas, o inspetor podia ficar sem vencimentos.



Texto 56: Nota sobre Instrução Pública
 (A *Reforma*, 30/08/1908).

Assim, como o inspetor era alertado do prazo para cumprir suas obrigações, também era alertado sobre as penalidades que sofreria caso não cumprisse seus deveres. Esse tipo de serviço, por um lado, auxiliava a comunicação da diretoria da instrução pública, mas, por outro, poderia até provocar constrangimentos. Serviços como aluguel de prédios para as aulas e escolas públicas também começavam a ter editais publicados nos periódicos.

De ordem do sr. Dr. Inspector geral, faço publico que o governo do Estado recebe propostas para localizaçào de um predio apropriado para nelle funcionar a Escola Complementar recentemente instituida nesta capital.

As propostas devidamente selladas deverão ser entregues, em carta fechada, nesta repartiçào até o dia 31 do corrente para serem encaminhadas ao governo a quem compete decidir.

Os interessados poderão obter esclarecimentos nesta repartiçào.

Secretaria da Inspectoria Geral da Instrucção Publica em Porto Alegre, 19 de maio de 1906. Fernando Gama. O Secretário (A *Federaçào*, 19 de maio de 1906).

Parece que, quanto mais o Estado se organizava, mais fazia questão de mostrar isso para a sociedade, principalmente, através de *A Federaçào*, que era o jornal oficial do Partido Republicano Rio-grandense.

A situaçào de *A Reforma* não era a mesma de *A Federaçào*, entre 1908 e 1911. A maioria das notas eram de escolas pelotenses, como: Ginásio Gonzaga, Ginásio Pelotense, Liceu de Agronomia, entre outros, com os resultados de exames e eventos escolares. O Jornal estava sendo publicado naquela cidade, devido às perseguiçõe polítics. Mesmo a partir de 1912, quando *A Reforma* voltou a ser editada em Porto Alegre, não haviam muitas publicaçõe oficiais sobre a instrução pública no periódico. A maioria das notas, neste

período, se referiam ao Instituto de Engenharia, à Faculdade de Medicina e à Faculdade de Direito. A Federação permaneceu publicando a situação da instrução pública no Estado e na capital. Essas notas chegaram a ocupar páginas inteiras.

A FEDERAÇÃO — 10 DE DEZEMBRO DE 1926 — PÁGINA 3

OS QUE ESTUDARAM EM PORTO ALEGRE EM 1926

Comemorando a época do encerramento do ano lectivo e em homenagem aos que estudaram, resolvemos destacar em dois nossos reportagens, com o encargo de percorrer todos os estabelecimentos onde se ministra instrução, no município de Porto Alegre, a fim de obter os dados que a seguir publicamos.

Embora todo o esforço empregado pelo nosso companheiro de trabalho, é possível que alguma escola tenha escapado, na grande relação, que organizamos, mas, no interesse de fazer uma informação completa, solicitamos ao director de cada estabelecimento, que involuntariamente não figurar na relação, o obsequio de nos fornecer as respectivas notas, a fim de serem adicionadas.

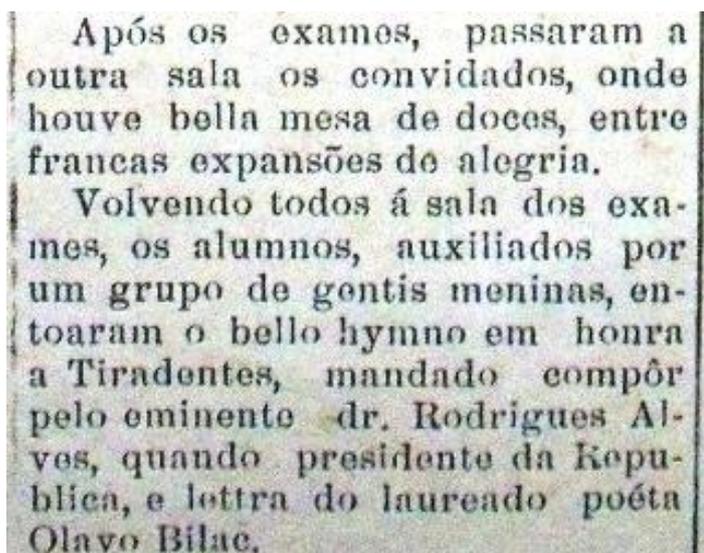
N.º	NOME DO ESTABELECIMENTO	ANO DE FUNDAC.º	NOME DO DIRECTOR	SEDE	CURSOS	SEXO	OPERAÇÕES
1	Agulha Preta	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	46 Internato
2	Associação Cultural de Santa	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Misto	47 Internato, semi e externo
3	Colégio Brasil	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	48 Internato
4	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	49 Internato, semi e externo
5	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	50 Internato
6	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	51 Internato, semi e externo
7	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	52 Internato
8	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	53 Internato, semi e externo
9	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	54 Internato
10	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	55 Internato, semi e externo
11	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	56 Internato
12	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	57 Internato, semi e externo
13	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	58 Internato
14	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	59 Internato, semi e externo
15	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	60 Internato
16	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	61 Internato, semi e externo
17	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	62 Internato
18	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	63 Internato, semi e externo
19	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	64 Internato
20	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	65 Internato, semi e externo
21	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	66 Internato
22	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	67 Internato, semi e externo
23	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	68 Internato
24	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	69 Internato, semi e externo
25	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	70 Internato
26	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	71 Internato, semi e externo
27	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	72 Internato
28	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	73 Internato, semi e externo
29	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	74 Internato
30	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	75 Internato, semi e externo
31	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	76 Internato
32	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	77 Internato, semi e externo
33	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	78 Internato
34	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	79 Internato, semi e externo
35	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	80 Internato
36	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	81 Internato, semi e externo
37	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	82 Internato
38	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	83 Internato, semi e externo
39	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	84 Internato
40	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	85 Internato, semi e externo
41	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	86 Internato
42	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	87 Internato, semi e externo
43	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	88 Internato
44	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	89 Internato, semi e externo
45	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	90 Internato
46	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	91 Internato, semi e externo
47	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	92 Internato
48	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	93 Internato, semi e externo
49	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	94 Internato
50	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	95 Internato, semi e externo
51	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	96 Internato
52	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	97 Internato, semi e externo
53	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	98 Internato
54	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	99 Internato, semi e externo
55	Colégio de S. Thome	1914	Helena Bentes	Paranhos 84	Primário e secundário	Feminino	100 Internato

Texto 57: Os que estudaram em Porto Alegre em 1926 (A Federação, 10/02/1926).

O texto acima era uma listagem das escolas de Porto Alegre, com nome do estabelecimento, ano de fundação, nome do diretor/diretora, endereço, distrito que se localizava, cursos, número de professores, matrículas de alunos separados por sexo (feminino/masculino) e observações (internato e externo). Chama-se a atenção para as Escolas Elementar e Complementar. Ambas fundadas em 1907, dirigidas pelo Dr. Alcidez

Flores Soares. A Escola Elementar¹⁴⁷ localizava-se na Rua General Auto e a Complementar na rua Duque de Caxias, a primeira com 35 professores e 2.103 alunos (misto), a segunda, com 14 professores e 567 alunos (misto) e ambas mantinham o regime de externato.

Os eventos escolares, tais como exames e encerramento do ano letivo, começavam a aparecer cada vez mais como grandes eventos sociais. Em uma nota sobre os exames do Colégio Tiradentes, de Porto Alegre, em 1910, mostrava como eram esses rituais¹⁴⁸.



Após os exames, passaram a outra sala os convidados, onde houve bella mesa de doces, entre francas expansões de alegria.

Volvendo todos á sala dos exames, os alumnos, auxiliados por um grupo de gentis meninas, entoaram o bello hymno em honra a Tiradentes, mandado compôr pelo eminente dr. Rodrigues Alves, quando presidente da Republica, e lettra do laureado poeta Olavo Bilac.

Texto 58: Colégio Tiradentes (*A Reforma*, 25/12/1908).

As atividades de encerramento no Instituto Técnico Profissional¹⁴⁹ da Escola de Engenharia também resultaram em uma festa, que mereceu nota em *A Reforma*, 1912.

¹⁴⁷ Em 1927, deixou de ser vinculada a Escola Complementar e passou a se chamar Paula Soares.

¹⁴⁸ O ritual das formaturas surgiu nas universidades da Idade Média como *um rito cerimonial de anúncio da passagem conquistada por um indivíduo após comprovado seu merecimento. Encenação na qual a sociedade participa, garantindo o registro dos movimentos realizados na cerimônia* (RIOS, 2010, p. 97).

¹⁴⁹ O **Instituto Parobé** foi criado como anexo à Escola de Engenharia. Caracterizava-se como Escola de Aprendizes Artífices do Rio Grande do Sul. O ensino era gratuito para meninos e meninas pobres, filhos e filhas de operários. O requerimento de matrícula devia ser encaminhado ao Engenheiro-chefe do Instituto de Engenharia, pelos pais ou tutores com os seguintes documentos: I – certidão de nascimento para provar idade do candidato – meninos (10 a 18 anos) e meninas (8 a 11 anos); II – atestado de pobreza fornecido pela autoridade municipal. Informava que a seção feminina teria somente 50 vagas. Nas aulas noturnas o ensino era gratuito para os meninos pobres e aperfeiçoamento de operários. Secretário: A. Hilário Travassos Alves (*A Federação*, 09/02/1920).



Texto 59: Festa Escolar (A Reforma, 22/01/1912).

Embora, na Monarquia, o ritual público dos exames acontecesse, foi na República que começou a ter mais visibilidade. E, logo após os exames, as cerimônias de formaturas passaram a ser relatadas nos periódicos.

A partir de 1912, o único periódico analisado nesta pesquisa foi *A Federação*, lembrando que era o jornal do Partido Republicano Riograndense que estava na presidência do Estado, desde a proclamação da República. Além de representar o próprio partido, o jornal ainda tinha a missão de inculcar nas pessoas os feitos do Estado, que estava tentando consolidar o regime republicano e buscando firmar uma identidade regional e nacionalista.

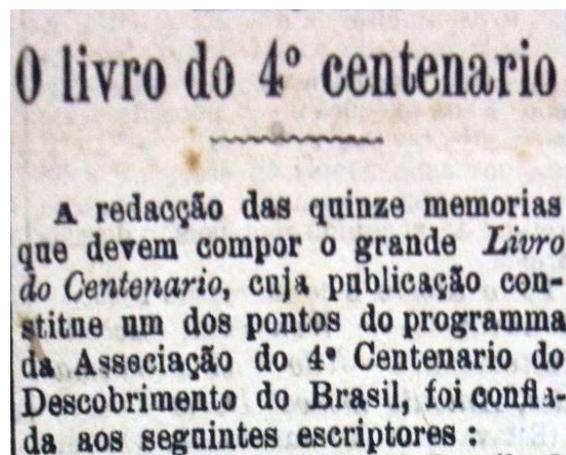
Neste contexto, os eventos escolares, além de expressarem significados simbólicos próprios, também estavam contribuindo para a formação de uma identidade regional e nacional. As datas e os símbolos nacionais passavam a ser cada vez mais representativos e a constituírem o universo escolar. Pelas publicações analisadas, desde o final do século XIX, algumas datas passaram a ser cultuadas, como: 13 de maio (Abolição da Escravidão no Brasil), 7 de setembro (Independência do Brasil), 15 de novembro (Proclamação da República) e 20 de setembro (referência à Revolução Farroupilha/RS). Foi a partir da década de 1910, que ganharam conotação de espetáculo pela imprensa¹⁵⁰.

¹⁵⁰ Sobre o assunto, ver CARVALHO (2006).

Nessa relação das festas cívicas com os eventos escolares, em 1899, ocorreu um concurso para realização de um hino sobre o 4º Centenário de Descobrimento do Brasil. O concurso tinha caráter nacional e seu regulamento foi publicado em periódicos de todo país.



Texto 60: Concurso para o hino.
(*A Reforma*, 11/03/1899)



Texto 61: O livro do Centenário
(*A Reforma*, 22 de março de 1899)

O concurso do Hino do Centenário tinha como objetivo o lançamento das festas do 4º Centenário do Descobrimento, em abril de 1900. A Associação do Club Naval foi a responsável por receber as poesias e escolher entre os *homens de letras* os julgadores do concurso. O vencedor teria direito *ao prêmio de 1:000\$000*. O texto foi originalmente publicado na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro. O livro sobre o 4º Centenário, deveria seguir os pontos do programa da Associação do 4º Centenário do Descobrimento do Brasil e seria confiado à alguns escritores ilustres: João Capistrano de Abreu, José Verissimo, H. Coelho Neto, Silvio Romero, João da Costa Lima Drummond, Barão de Rio Branco, entre outros. Em ambos regulamentos seguiam-se as regras e prazos para as publicações.

Ana Aurora do Amaral Lisboa, professora de Rio Pardo, embora não referendasse os ideais positivistas também era adepta das festas cívicas. Como se sabe, o positivismo era uma ideologia que enaltecia as datas e as festas cívicas, bem como cultuava heróis. Porém, acredita-se que na construção de processos identidade nacional vários intelectuais e professores recorriam às comemorações cívicas para despertar o *amor à pátria*, independente de ideologia. Nesse contexto, tanto positivistas quanto liberais recorriam aos símbolos nacionais para construir a *identidade nacional*. É bom lembrar, já que na década 1930, os

governos brasileiros, independente de orientação partidária ou ideológica procuravam afirmação do país como nação. Em alguns momentos tentando-se construir uma identidade nacional¹⁵¹.

Os liberais, assim com Ana Aurora do Amaral Lisboa, questionavam as festividades do dia da Proclamação da República.

A necessidade das festas e comemorações cívicas como um meio de desenvolver no povo o sentimento de amor da Pátria, é indiscutível. [...]

É cedo, muito cedo ainda, para se fazerem nas escolas primárias apologias a República e glorificações aos seus grandes homens porque taes apologias e glorificações não podem ainda ser escoimadas do sentimento de partidarismo politico.

[...]

Escolhamos de preferência para as festas escolares os factos do passado; aquelles em cuja commemoração ninguém possa enxergar a sombra de allusões políticas de actualidade; façamos o mesmo com os heróes que desejamos apontar a infancia como modelos (GAMA, F. *A Reforma*, 09/06/1899).

Viam a festa da proclamação da República como um culto a Júlio de Castilhos, inimigo político dos federalistas agora representados pela *Reforma*, por isso, achavam que era uma apologia ao partidarismo republicano, o que provavelmente era de fato.

As festas cívicas entraram no calendário escolar e ganharam espaço, como, por exemplo, as comemorações de 12 de outubro, Descobrimto da América, realizadas pela Escola Normal e Colégio Voluntários da Pátria. A Escola Normal promoveu um evento no estádio dos Eucaliptos, cedido pelo Esporte Clube Internacional. Foram realizadas apresentações de ginástica e todo espaço estava decorado com bandeiras nacionais. Entre as autoridades presentes estavam: o interventor federal, General Flores da Cunha; o secretário do interior, Sinval Saldanha; o secretário da fazenda, Francisco Antunes Maciel. Na apresentação final, as alunas da escola desfilaram com bandeiras de vários países, a banda da Brigada Militar tocou o hino nacional. O evento do Colégio Voluntários da Pátria ocorreu no Teatro Coliseu e foi em benefício da Caixa Escolar. Nas apresentações as professoras mostraram os mais modernos métodos pedagógicos com atividades musicadas.

¹⁵¹ Ações referentes a construção da identidade nacional chegaram ao ápice na Campanha de Nacionalização. Sobre o assunto, ver Bastos (2005).



Texto 62: 12 de Outubro (A Federação, 13/10/1931).

Com o breve resumo sobre o artigo publicado em *A Federação*, procurou-se destacar como esses eventos foram realizados, sempre dando ênfase ao nacionalismo e aos programas pedagógicos. E serviam para reforçar ações governamentais, pois contavam com a presença das maiores autoridades estaduais.

A Semana da Raça também era um grande acontecimento na capital, vários artigos de capa foram publicados em *A Federação*. A grande festa cívica, contou com a participação de muitas escolas da capital.

Federação —
— Unidade

Director: Pedro Viegas
Gerente: Nabor Moura de Azevedo

ANO L

DIARIO OFICIAL DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ORGAO DO PARTIDO REPUBLICANO LIBERAL

PORTO ALEGRE — SEXTA-FEIRA, 13 DE OUTUBRO DE 1933

Centralização
— Desembaramento

Relação, Administração e Offimas:
RUA DOS ANDARAES No. 859 e 863
NUM. 237

Pelo aperfeiçoamento e vigor da raça

Eugenia e Raça

A ideia de Flores da Cunha, logo executada, de dedicar uma semana do ano ao culto prático da Raça, a mais nobre iniciativa que a humanidade já teve, não é apenas uma ideia, mas um programa.

Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática. A ideia de Flores da Cunha, logo executada, de dedicar uma semana do ano ao culto prático da Raça, a mais nobre iniciativa que a humanidade já teve, não é apenas uma ideia, mas um programa.

Diferes (diferes e sociologia tem sentido, em outros aspectos, não apenas filosóficos, mas também históricos, e nem sempre, necessariamente, a mesma linha, de que Wilko Frank.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de um programa. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de um programa. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de uma doutrina. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de uma doutrina. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de uma doutrina. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de uma doutrina. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de uma doutrina. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de uma doutrina. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de uma doutrina. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

A Semana da Raça

Apesar das precauções militares tomadas na noite de 13 de outubro, a população de Porto Alegre, em geral, não se deixou intimidar e participou com entusiasmo da Semana da Raça.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de uma doutrina. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de uma doutrina. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de uma doutrina. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de uma doutrina. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de uma doutrina. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de uma doutrina. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de uma doutrina. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de uma doutrina. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de uma doutrina. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de uma doutrina. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

CULTURA FISICA

A cultura física do povo, tal qual a propõe Flores da Cunha, não é apenas uma ideia, mas um programa.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de uma doutrina. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de uma doutrina. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de uma doutrina. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de uma doutrina. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de uma doutrina. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de uma doutrina. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de uma doutrina. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de uma doutrina. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de uma doutrina. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de uma doutrina. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

A ginástica como fator de educação estética

Desde os tempos pré-históricos, a ginástica tem sido considerada uma das atividades mais importantes para o desenvolvimento físico e mental do ser humano.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de uma doutrina. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de uma doutrina. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de uma doutrina. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de uma doutrina. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de uma doutrina. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de uma doutrina. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de uma doutrina. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de uma doutrina. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de uma doutrina. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

Na verdade, não se trata apenas de uma ideia, mas de uma doutrina. Trata-se, aliás, no mesmo tempo, de uma doutrina e de uma prática.

Texto 63: Pelo aperfeiçoamento e vigor da raça (A Federação, 13/10/1933).

No início da década de 1930, já se percebia alguns elementos de “ação nacionalizadora”¹⁵², tal como a “Semana da Raça” tão festejada em Porto Alegre, em 1933. O pensamento eugênico difundido na classe médica foi divulgado nas páginas de *A Federação* e em eventos cívicos. Era uma política de governo muito elogiada no periódico. No texto, *Eugenia e Raça* o articulista elogiou Flores da Cunha pela iniciativa “a ideia de Flores da Cunha, logo executada, de dedicar uma semana do ano, ao culto prático da Raça é uma das

¹⁵² Termo usado por GERTZ (2005, p.146).

iniciativas governamentais mais felizes e mais oportunas” (*A Federação*, 13 de outubro de 1933). A eugenia estava presente nas práticas pedagógicas,

[...] a necessidade de viver com mais beleza e, os educadores, os sábios, os homens de cultura e os próprios estadistas, procuram conduzir às novas gerações a interessar-se pelo seu aperfeiçoamento físico, a fim de que a raça futura seja tão formosa no seu corpo como na sua alma (*A Federação*, 13 de outubro de 1933).

As fotos mostravam uma grande quantidade de alunos uniformizados e perfilados. Tanto os fotógrafos quanto os articulistas quiseram valorizar o evento. A ideia de eugenia e valorização da raça estavam presentes também na Europa e no restante da América.

1.3. Notas e anúncios sobre a instrução particular na Monarquia (1869-1889)

Outro tema interessante de se analisar são os anúncios das escolas particulares. Embora não seja o foco desta pesquisa, pode-se observar alguns dados importantes que se cruzaram com a diretoria de Instrução Pública e/ou com a Escola Normal. Tais anúncios, por exemplo, indicavam que a maioria dessas escolas tinha localização próxima, ao que hoje, conhecemos como centro histórico de Porto Alegre¹⁵³, ou seja, eram bem centralizadas e com alguma proximidade das escolas públicas mais conhecidas. Além disso, na maioria das vezes, seus diretores eram membros do professorado público e, muitos deles, da Escola Normal.

Além da localização e do nome dos professores, estes anúncios também forneciam informações, tais como datas e resultados de exames, períodos de inscrições para matrículas, abertura das aulas, entregas de diplomas e festividades cívicas. Muitas vezes havia uma nota sobre determinada escola e, em seguida, nas últimas páginas, encontrava-se o anúncio da respectiva escola.

¹⁵³ Ver mapa em Anexo III, mostrando as principais ruas do centro de Porto Alegre.

Estabelecimento de instrução.— Mais um instituto de educação para a infancia desta capital; funciona à rua da Independencia n. 11, sob a direcção da intelligente professora D. Anna Amalia Furtado.

Temos a maior satisfação em dar aos leitores a presente noticia; a professora de que se trata está nos casos de prestar grandes serviços á santa causa da instrucção publica: intelligente, estudiosa, com decidida vocação para a nobre profissão que abraçou, a distincta moça já tem dado occasião de revelar a sua notavel aptidão como preceptora da infancia.

Na Escola Normal, onde foi diplomada, fazendo parte de uma das melhores turmas que tem sahido daquelle estabelecimento, foi sempre considerada como uma das mais distinctas alumnas.

Noticiando a abertura do novo curso de instrucção, pedimos para elle a attenção dos senhores pais de familia.

Texto 64: Estabelecimento de Instrução
(*A Reforma*, 22/05/1886)

Esternato Normal Filial

RUA DA INDEPENDENCIA N. 11

A professora Anna Amalia Furtado, habilitada com carta pela Escola Normal da Provincia, ex-alumna do Internato Normal, onde adquirio, como professora adjunta a necessaria pratica, funda um estabelecimento com o titulo acima.

Recebe tambem meninos até a idade de 9 annos.

Esperando merecer a confiança dos senhores paes de familia, desde já empenha para isto todo o zelo de que for capaz.

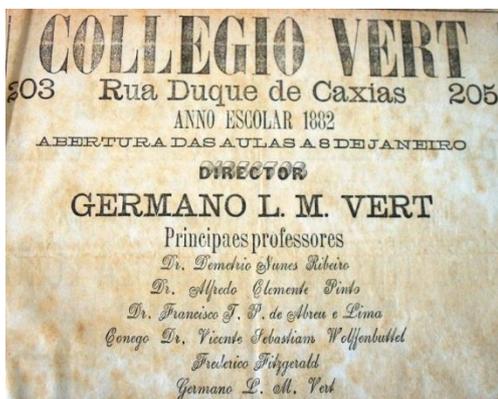
A inscripção já está aberta, funcionando o estabelecimento, com qualquer numero de alumnos.

609 (10) 31 Julho

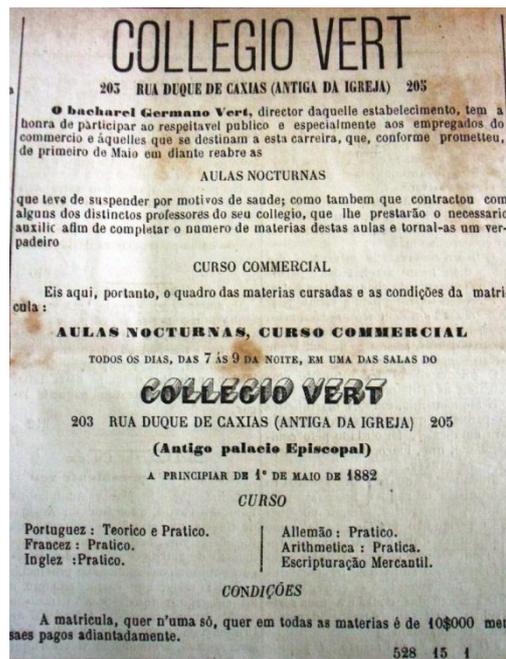
Texto 65: Esternato Normal Filial
(*A Reforma*, 09 de junho de 1886)

Tanto pela nota quanto pelo anúncio podia-se perceber que ter estudado na Escola Normal era sinônimo de qualificação para ser professora. Além disso, eram destacadas as virtudes necessárias para uma “distinta professora”, “inteligente, estudiosa com decidida vocação para nobre profissão que abraçou”. O anúncio indicava o endereço e o nome da professora. Porém, mais relevante que o endereço das escolas, era a identificação nestes anúncios os nomes dos professores/diretores. A seguir faz-se um breve resumo dos anúncios encontrados nos três periódicos, durante o período monárquico.

Colégio Vert- Em 1880, abertura das aulas em 8 de janeiro. Os professores eram: Demétrio Nunes Ribeiro, Alfredo Clemente Pinto, Francisco de Abreu e Lima, Conego Vicente Sebastian Wolffembuttel, Frederico Fritzgerald e a direção de Germano Vert (*O Conservador*, 1880).



Texto 66: Colégio Vert
(*O Conservador*, 05/01/1880)



Texto 67: Colégio Vert
(*O Conservador*, 11/03/1882).

A partir de 1882, o anúncio dava destaque aos cursos no Colégio Vert, privilegiando a nova organização, com aulas no turno da noite, curso comercial, cursos de português: teórico e prático; francês: teórico; inglês: prático; alemão: prático; aritmética: prática e escrituração mercantil. O currículo do diretor merecia destaque pelo título de bacharel. De acordo com Coelho, isto se devia as diferenças entre os advogados no período monárquico.

Havia em primeiro lugar, o bacharel em direito formado em Coimbra e, a partir de 1827, nas escolas de São Paulo e Olinda (depois, Recife). O diploma era suficiente para o exercício da advocacia, dispensando exames e licenças e podendo o bacharel procurar em qualquer dos tribunais. Vinham em seguida os advogados provisionados, aqueles que, não tendo graus acadêmicos das escolas de direito, submetiam-se a exames teóricos e práticos de jurisprudência pelos presidentes dos tribunais da Relação. Podiam procurar apenas nos tribunais de 1ª instância e nos lugares onde não houvesse advogado formado ou os houvesse em número insuficiente para o bom andamento da justiça. Finalmente, havia solicitadores, sem diploma como os provisionados que submetiam-se pelos juízes de direito a exames apenas sobre a prática do processo. Tanto estes quanto os advogados provisionados necessitavam requerer renovação de suas licenças ou provisões no prazo de dois a quatro anos (COELHO, 1999, p.167).

Desta forma, o título de bacharel conferia *status* social ao indivíduo, por isso, era destaque em anúncios, principalmente, em escolas particulares para conquistar mais alunos.

Além das escolas particulares instituídas, muitos professores se ofereciam para dar aulas particulares, em suas residências ou nas dos alunos.

Professor
 Uma pessoa habilitada a leccionar primeiras letras aceita contrato para qualquer lugar perto da capital. Informações n'esta typographia.

Texto 68: Professor
 (A Federação, 05/04/1884).

O professor SOUZA LOBO
 offerece-se para leccionar, em casas particulares, as materias do curso primario, bem como portuguez, francez e geographia.
 Depois de concluidos os exames na delegacia da Instrucção publica da côrte, terá, em sua casa, um cnrso particular de mathematica, para o qual, desde já se acha aberta a matricula. (651)

Texto 69: Professor Souza Lobo
 (A Federação, 16/07/1884).

Nestes anúncios, a palavra *normalista* tinha um sentido importante, mostrando que a Escola Normal estava crescendo no conceito dos porto-alegrenses e qualificava os formados por ela. Guardadas as devidas proporções, assim como o título de bacharel era importante para o advogado, o título de normalista conferia *status* para o professor.

LIÇÕES PARTICULÁRES
 Alexandrina Mariante, profesora com o curso completo da Escola Normal, propõe-se leccionar as primeiras letras em casas particulares, a começar em janeiro de 1886.
 Recebe avisos para esse fim, no Caminho do Meio, chacara de Polidoro Mariante, immediata ao Instituto Brasileiro, ou no escriptorio da Federação.

Texto 70: Lições Particulares (A Federação, 22/12/1886).

Ressalta-se que alguns dos professores anunciantes, tantos os particulares como os das escolas, eram também professores da Escola Normal e que, em alguns momentos ocuparam

cargos públicos. De certa forma, o nome em destaque representava certo *status* do referido professor na vida pública da cidade. Entre esses nomes destacavam-se:

- Alfredo Clemente Pinto - lecionou no Colégio Vert¹⁵⁴, no Ginásio São Pedro¹⁵⁵, foi diretor da Escola Normal e diretor geral da Instrução Pública, em vários momentos. Dirigiu a Escola Normal de 1886 a 1889 e a Escola Complementar de 1906 a 1918.
- Henrique Duplan - lecionou no Ginásio São Pedro, lente da Escola Normal e diretor da Instrução Pública algumas vezes.
- João Von Franckenberg – além de ministrar aulas no Ginásio São Pedro e Escola Normal, dirigiu o Colégio União¹⁵⁶. Também foi redator do jornal *Deutsche Zeitung*¹⁵⁷, e por algumas publicações no periódico foi demitido da Escola Normal.
- Demétrio Nunes Ribeiro – lecionou no Colégio Vert, no Colégio Souza Lobo¹⁵⁸, na Escola Normal, da qual foi diretor interino algumas vezes, como também da diretoria da Instrução Pública.
- Francisco Carlos Peixoto de Abreu Lima – lecionou no Colégio Vert, no Ginásio São Pedro, na Escola Normal e foi diretor do Internato Normal¹⁵⁹
- Frederico Fritzgerald – lecionou no Colégio Vert, no Instituto Porto Alegrense, no Ginásio São Pedro; Instituto Brasileiro e na Escola Normal.
- Frederico Bieri¹⁶⁰ – lecionou no Ginásio São Pedro e na Escola Normal.
- Francisco Laurent – lecionou no Ginásio São Pedro e na Escola Normal.
- Apolinário Porto Alegre – lecionou no Instituto Brasileiro, na Escola Normal, da qual também foi diretor interino e assumiu a diretoria da Instrução Pública.
- Apeles Porto Alegre – lecionou no Instituto Brasileiro, no Instituto Porto Alegrense, Colégio Riograndense, do qual foi diretor e na Escola Normal.

¹⁵⁴ Colégio Vert

¹⁵⁵ Ginásio São Pedro

¹⁵⁶ Colégio União

¹⁵⁷ *Deutsche Zeitung*

¹⁵⁸ Colégio Lobo

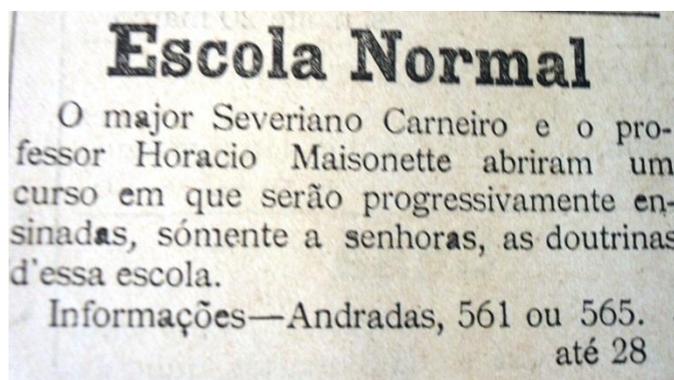
¹⁵⁹ Internato Normal

¹⁶⁰ Segundo seu biógrafo, Leandro Telles, Frederico Bieri nasceu na Suíça, em 1844, onde em 1871 recebeu o diploma de mestre-escola. Casou-se e veio para o Brasil, em 1871, para exercer a profissão de educador. O professor Bieri passou a lecionar na Escola Paroquial Evangélica em São Leopoldo, na qual foi o primeiro professor não teólogo. Em 1877, Bieri abandona a escola paroquial e funda o “Colégio Esperança”, em São Leopoldo. Porém, em 1880 deixou o Colégio com Hans von Franckenberg e mudou-se para Porto Alegre, onde fundou uma nova escola. A partir de 1889, Frederico Bieri passou a lecionar na Escola Normal de Porto Alegre até 1917 quando se aposentou. Frederico Bieri lecionou na Escola Normal e particularmente: desenho, alemão, aritmética e canto orfeônico (TELLES, 1976, p. 115-120).

- Luiz Kraemer Walter – lecionou e dirigiu o Instituto Porto Alegre e lecionou na Escola Normal.
- Theodoro de Souza Lobo – lecionou no Instituto Porto Alegre, no Colégio Souza Lobo (fundador e diretor) e na Escola Normal, inclusive sendo diretor em alguns períodos de domínio liberal.
- Horácio Maisonte – Curso de estudos em Rio Pardo e em Porto Alegre; professor da Escola Normal.

1.4. Notas e anúncios sobre a instrução particular na República (1889-1937)

Os anúncios do período republicano tiveram mudanças significativas. Entretanto, a Escola Normal, continuava no foco dos anunciantes. Todos que, de alguma forma, passaram pela escola faziam questão de anunciar como, por exemplo, os professores Severiano Carneiro e Horacio Maisonete, que abriram um curso para ensinar as doutrinas da Escola Normal somente para senhoras.



Texto 71: Escola Normal (A Federação, 20/02/1893).

Outras práticas que persistiram, nos primeiros anos da República, foram as aulas domiciliares e, algumas vezes, ministradas por professores da mesma família, como o professor Anastácio Lopes Torres e sua filha Ursulina. Nestes anúncios, transpareciam mais as virtudes paternas “professor de importantes estabelecimentos de educação no Rio e São Paulo, apresentando as melhores referências às suas habilitações”, enquanto a filha era descrita “com alguma prática do magistério sob direção paterna”. As questões de gênero e qualificação estavam presentes nos anúncios.

Professor

Anastacio Lopes Torres, professor de humanidades, com 19 annos de pratica, ex-director e professor de importantes estabelecimentos de educação no Rio e em S. Paulo, apresentando as melhores referencias ás suas habilitações, tendo tido muitos alumnos approvados no „Gymnasio Nacional“, do Rio, no extinto „Curso Anexo“, e no „Gymnasio de S. Paulo“, tendo vindo fixar sua residencia nesta capital, presta-se a leccionar algumas linguas e sciencias, em collegios, em casas particulares e em sua residencia, á rua da Igreja, 223.

236 10—7

Texto 72: Professor (*A Reforma*, 22/04/1899).

Professora

Ursulina Lopes Torres, com alguma pratica do magisterio sob a direcção paterna, accete algumas alumnas para instrucção primaria e secundaria.

Rua da Igreja, 223.
287 quart. e sab. 10—6

Texto 73: Professora (*A Reforma*, 22/04/1899).

O maior número de anunciantes de aulas particulares domiciliares ainda parecia ser de mulheres que estudaram na Escola Normal, como se vê nos vários exemplos a seguir.

A PROFESSORA normalista Anna Amalia Furtado propõe-se a leccionar em casas particulares. Quem precisar de seus prestimos dirija-se á rua da Independencia n. 21, para as informações necessarias.

Porto Alegre, 29 de Dezembro de 1898.

11 3 v. s. 4

Texto 74: Professora (*A Reforma*, 17/02/1899).

NORMALISTA

▲ professora normalista Francisca Augusta de Moraes reabre seu collegio particular á rua Riachuelo n. 318 no dia 10 de Fevereiro. Lecciona as seguintes materias: portuguez, francez, historia, arithmetica, geographia e diversos trabalhos de agulha, e as mesmas materias propõe-se a leccionar em casas de familia.

109 2ª ord.

Texto 75: Normalista (*A Reforma*, 28/02/1899)

Professora

Alexandrina Marian'e, professora diplomada pela Escola Normal. continúa a leccionar particularmente, do dia 4 de fevereiro em diante, as diversas materias que constituem o curso elementar.

Póde ser procurada na chacara do Polydoro, ou em casa de Honorio Mariante, á rua General Floriano n. 149.

2^{as} e 5^{as}—6—1

Texto 76: Professora
(*A Federação*, 17/01/1901).

Collegio particular

O collegio particular mixto, á rua da Olaria, n. 140 C, dirigido pela professora normalista Adelina F. Barcellos, reabriu-se no dia 5 do corrente.

Nesse estabelecimento de ensino accitam-se alumnos pensionistas e meios pensionistas.

Texto 77: Colégio Particular
(*A Reforma*, 13/02/1912).

Destacou-se o anúncio da professora Maria da Gloria de Oliveira, que se oferecia para lecionar e que teria direção da professora Josephina de Barros Luz. O motivo para destacar o nome da professora Josephina, era o fato de ela ter sido uma das primeiras alunas formadas pela Escola Normal, além de asilada no Colégio Santa Tereza. Josephina adotava o sobrenome Barros, que era o mesmo sobrenome do Padre Cacique. Além disso, foi uma das primeiras mulheres a lecionar na aula elementar anexa à Escola Normal. Embora, esses dados não constassem no anúncio, subentende-se que o nome da professora Josephina Barros Luz tinha *status* de qualidade para a instrução.



Texto 78: Maria da Glória de Oliveira (*A Federação*, 28/02/1899).

Não foram só as mulheres que associaram seus nomes à extinta Escola Normal (de 1901 a 1906 chamava-se Colégio Distrital). O professor Antero Gonçalves de Almeida fez uso dessa estratégia discursiva para anunciar.

Ensino particular

Antero Gonçalves de Almeida, habilitado pela extinta Escola Normal do Estado e com longa prática de ensino, lecciona particularmente, das 2 horas da tarde em diante, materias de instrução primaria e secundaria em sua residencia á rua Voluntarios da Patria 485, e em casas de familia.

Prepara candidatos ao magisterio publico e a empregos nas repartições publicas, etc.

Acceita alumnos de ambos os sexos e tambem pensionistas.

Preços convencionaes.

quint. e sab. até 2º ord.

Texto 79: Ensino Particular (A Federação, 12/02/1906).

Assim como também anunciava o professor Henrique Emilio Meyer, que lecionava Matemática na Escola Complementar, também ministrava aulas particulares, juntamente com Juvenal Octaviano Miller. Os professores usaram a escola como referência na localização de seu curso.

CURSO

de mathematica e sciências phisicas e naturaes, conforme o programma dos exames de preparatorios.

Lições diarias de arithmetica e algebra, geometria e trigonometria, phisica e chimica e historia natural.

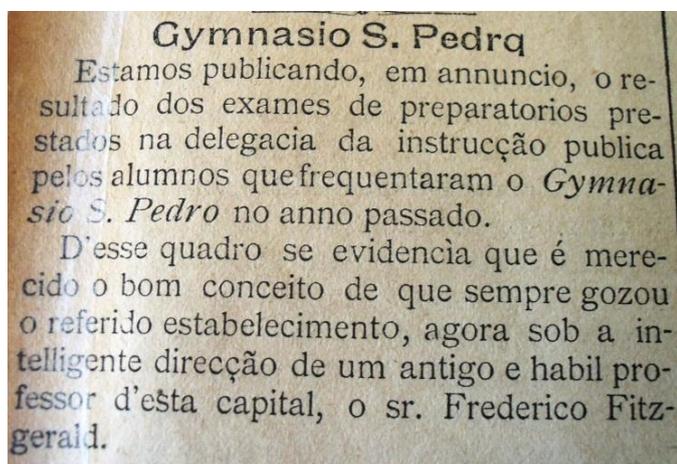
O ensino principia a 1º de março, na casa n. 264, na rua Duque de Caxias (em frente á Escola Normal).

Os professores,
Henrique Emilio Meyer
Juvenal Octaviano Miller
 s. n. até 28 fev.

Texto 80: Curso (A Federação, 30/01/1899).

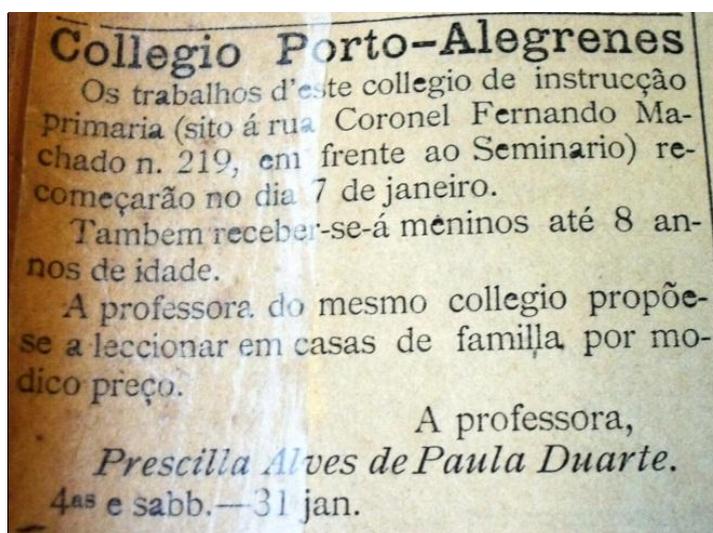
Escolas que abriram suas portas durante a Monarquia continuavam anunciando nos primeiros anos de Republica. Também os professores continuavam prestigiados, pois seus

nomes não saíam dos anúncios, como o professor Frederico Fitzgerald, que passou a dirigir o Ginásio São Pedro¹⁶¹.



Texto 81: Ginásio São Pedro (*A Federação*, 20/02/1893).

Abriu, em 1891, o Colégio Porto Alegre, localizado na rua Fernando Machado (antiga rua do Arvoredo), 217, com curso completo de instrução primária sob a direção da normalista Prescilla Alves de Paula Duarte¹⁶².

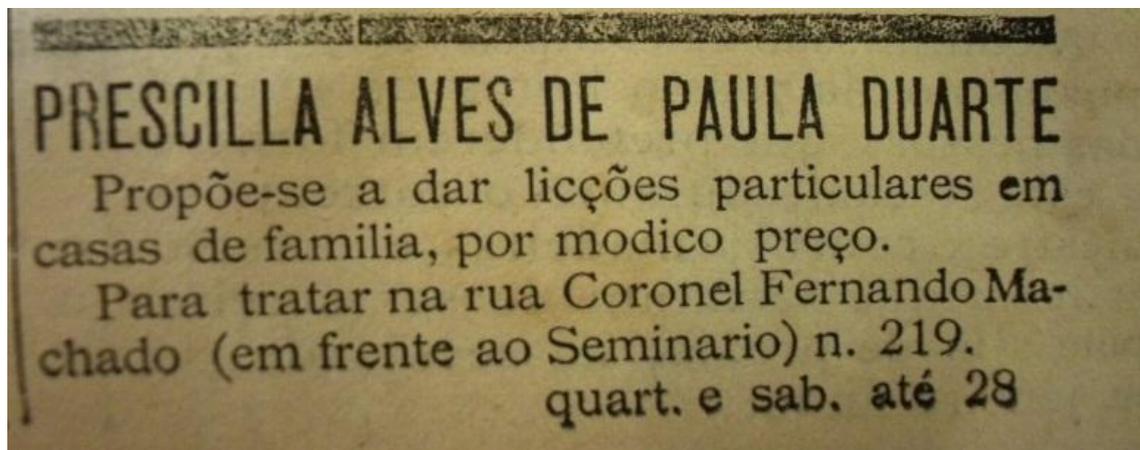


Texto 82: Colégio Porto-Alegrenes (*A Federação*, 21/01/1893).

¹⁶¹ Houve mudanças no Ginásio São Pedro, como a mudança de diretor. Os anúncios continuaram em *A Reforma* até 1899 e em *A Federação* até, pelo menos, 1901.

¹⁶² Além, das matérias da instrução primária, ensinava-se desenho, música, canto e francês (que será pago separadamente – facultativo). A diretora terá especial atenção na redação de cartas, requerimentos, etc, no ensino de cálculo especialmente de pesos e medidas e no ensino de geometria prática. Ensinar-se-á bordados, trabalhos de lã, crochet, etc. Aceitam-se meninos até 9 anos. O colégio fornece tinta, caneta, lápis, penas, livros, cadernos, ardosias, fazendas, linhas que ficarão a cargo dos senhores pais das alunas e dos alunos. O pagamento será adiantado e por trimestre pela tabela: uma aluna 15\$000; duas alunas da mesma casa 27\$000 e mais de três alunas conforme for convencionado. A diretora informará mensalmente por escrito sobre a conduta e aplicação de alunas e alunos. Os exames serão no dia 07 de dezembro, no fim dos quais se fará a distribuição dos prêmios (*A Reforma*, 1891),

Em seguida, em fevereiro de 1893, a professora Prescilla Alves de Paula Duarte se oferecia para lecionar a domicílio.



Texto 83: Prescila Alves de Paula Duarte (A Federação, 25/02/1893).

O anúncio da Escola Brasileira, em 1891, informava que preparava os alunos para Exames Preparatórios, inclusive para a Escola de Engenharia e era dirigida pelos professores normalistas: externato - Ignacio Montanha; internato - Ivo Corseuil Du Pasquier. Em anúncios de 1899, o diretor do internato era André Leão Puente (*A Reforma*, 1899 e 1901). Interessante no anúncio desta escola era a publicação, da lista dos resultados nos exames preparatórios de 1899, em que aparecia o nome de Getúlio Vargas, político gaúcho que se tornou presidente da República em 1930¹⁶³.

¹⁶³ Sobre o assunto, ver LIRA NETO (2012).

Escola Brasileira

(CURSOS COMPLETOS)
INTERNATO E EXTERNATO

Exames de preparatorios para admissão nas academias da Republica, feitos pelos alumnos da **Escola Brasileira** perante a Delegacia especial da Instrucção Publica e Escola de Engenharia da capital, em 1898.

PORTUGUEZ

Approveds plenamente — Alvaro Leitão, Adolpho Pena, Adolpho Vianna, Getulio Vargas e Miguel Travassos.

Approveds — Alberto Leyraud, Carlos Duro, Francisco Chagas, Gabriel Azambuja, José Borges de Medeiros, Joaquim Amaral, Severino Victorino, Thomaz Collares e Ulysses Rodrigues.

Reprovados—4.

FRANCEZ

Approveds com distincção — Alexandre Alcaraz e Mario Bittencourt.

Approveds plenamente — Octaviano Leão, Abilio Fuão, Sebastião Guimarães e Mario Fernandes.

Approveds — Alvaro Leitão, Adolpho Pena, Adolpho B. Vianna, Alberto Leyraud, Francisco Chagas, Fructuoso Fontoura Filho, Henrique Pereira Netto, Getulio Vargas, Thomaz Collares e Waldmar Silveira.

Reprovados—0.

INGLEZ

Approveds plenamente — Alexandre Alcaraz, Alfredo Torres, Alcides F. Soares, Alípio Canteiro, Ernani Lopes, Fernando Lartigau, Helio Torres e Waldomiro Couto d'Araujo.

Approveds — Augusto Viegas da Silva, Arsenio Marques, Henrique Pereira Netto, Julio Hecker, Mario Torres, Mario Bittencourt, Octavio Job, Pedro Barros e Umbelino C. Barros.

Reprovado—1.

LATIM

Approveds plenamente — Alfredo Torres, Alcides F. Soares, Dionysio Cabeda Silveira e Israel Baptista S. S. Souza.

Approveds — Umbelino C. de Barros.

Reprovados—0.

GEOGRAPHIA

Approveds plenamente — Alvaro Leitão, Adolpho Pena, Gabriel Azambuja, Getulio Vargas, Fructuoso Fontoura Filho, Julio Hecker, Francisco Chagas e Thomaz Collares.

Approveds — Abilio Fuão, Mario Bittencourt, Severino Victorino e Ulysses Rodrigues.

Reprovados—6.

HISTORIA GERAL

Approveds plenamente — Alexandre Alcaraz, Alvaro Leitão, Helio Torres e Thomaz Collares.

Approveds — Arsenio D. Marques, Augusto Viéras, Alípio Canteiro, Fructuoso F. Filho, Julio Hecker, Henrique Pereira Netto, Mario Bittencourt e Sebastião Guimarães.

Reprovados—2.

ARITHMETICA E ALGEBRA

Approveds plenamente — Alexandre Alcaraz, João Baptista Marques Pereira e Pedro Barros.

Approveds — Arsenio Marques.

Reprovado—1.

GEOMETRIA E TRIGONOMETRIA

Approveds plenamente — Antonio C. Penafiel, Alexandre Alcaraz, Dionysio Cabeda e Pedro Barros.

Approveds — Alcides F. Soares, Arsenio D. Marques, João B. Marques Pereira e Mario Torres.

PHYSICA E CHIMICA

Approveds com distincção — Antonio C. Penafiel.

Approveds — Alcides Soares, Arsenio D. Marques, Dionysio Cabeda, João B. M. Pereira, Mario Torres e Pedro Barros.

Reprovados—0.

HISTORIA NATURAL

Approveds com distincção — João Baptista Marques Pereira.

Approveds plenamente — Antonio C. Penafiel, Alcides F. Soares e Dionysio Cabeda.

Approveds — Arsenio D. Marques, Mario Torres e Pedro Barros.

Reprovados—0.

Concluíram o curso de preparatorios e acham-se habilitados para se matricularem em qualquer das **Academias do Brazil**, os alumnos: Antonio C. Penafiel, Alcides F. Soares, Arsenio D. Marques, Mario Torres, Pedro Barros, João Baptista Marques Pereira e Dionysio Cabeda Silveiro.

Na **Escola de Engenharia**—Alvaro Leitão e Thomaz Collares.

A matricula achar-se-á aberta do dia 9 em diante, das 9 ás 8 horas da tarde, na sede da **Escola Brasileira**, rua Duque de Caxias, 229.

Reabertura das aulas no dia 12.

Os directores:

DO EXTERNATO	DO INTERNATO
Ignacio Montanha.	André Leão Puenle.
	2 d. 30—1

Escola Brasileira

A reabertura e o local do I curso d'esta Escola, dirigido pelo professor Ignacio Montanha, serão annunciados mais tarde.

Este curso não funcionará mais no prédio da maçonaria á rua Jeronymo Coelho, d'onde já mudou-se.

O I curso, dirigido pelo professor Ivo Afonso Corseuil, continua a funcionar á rua Silva Tavares n. 196 e reabre se no dia 9 do corrente.

A Escola acceta alumnos externos, semi-pensionistas e pensionistas menores de 14 annos. d. até 31

Cecilia Corseuil Du Pasquier

reabre a sua Escola de meninas, annexa á Escola Brasileira, no dia 9 do corrente.

Mais informações poder-se-ão obter no estabelecimento á rua Silva Tavares n. 182 A. Até 31

Texto 85: Escola Brasileira (A Federação, 27/01/1893).

Enquanto o professor Ivo Corseuil Du Pasquier esteve na direção da Escola Brasileira, o nome de sua esposa Cecilia Corseuil Du Pasquier também esteve ligado a escola. A escola de meninas da professora Cecília existiu por muitos anos, encontraram-se anúncios pelo menos até 1912¹⁶⁴. Depois de deixar a Escola Brasileira, professor Ivo Corseuil oferecia aulas a domicílio.

¹⁶⁴ No século XX, a escola para meninas foi ampliada. Localizava-se na rua Marechal Floriano, 125, esquina com a Jerônimo Coelho. A diretora e 14 professores ministravam o ensino, que compreendia curso primário e secundário com desenvolvimento das disciplinas: português, francês, alemão, inglês, geografia, elementos de cosmografia, história geral e ciências físicas e naturais. Mantinham aulas de música (violino, piano e cítara), solfejo e canto, desenho e pintura, costura e corte e variedade de trabalhos de agulha (A Federação, 1901).



Texto 86: Ivo Afonso Corseuil (A Federação, 04/07/1901).

Como as escolas particulares não são o foco desta pesquisa, e sim as relações de seus professores com a diretoria da instrução pública e da escola, não se seguiu adiante com a pesquisa sobre estas escolas. A preocupação foi somente com os anúncios, de como se apresentavam as escolas particulares em relação à instrução pública e à Escola Normal. Por isso, embora não se tenham encontrado anúncios sobre o Colégio Vert, o Colégio Souza Lobo, o Colégio União, o Colégio Rio Branco, o Instituto Porto-alegrense, o Internato Normal e o Instituto Brasileiro não houve a preocupação de verificar se a proclamação da República provocou o fechamento destes estabelecimentos.

Nos primeiros anos da República, a Escola Normal contava já com um bom prestígio, pois os professores/as particulares como: Francisca Augusta de Moraes, Alexandrina Mariante, Antero Gonçalves de Almeida, Maria da Glória de Oliveira, Prescila Alves de Paula Duarte, Ana Amalia Furtado, Camila Nunes Furtado, Horacio Maisonete, Severiano Carneiro, Ignácia Chaves (Fialho), entre outros, fizeram questão de colocar em seus anúncios que eram normalistas formados. Também os que eram lente da Escola Normal e/ou do Ginásio, tais como: João Mauricio von Frankberg, Frederico Bieri, Francisco Laurent, Apeles Porto Alegre, Achyles Porto Alegre, Henrique Emilio Meyer, Ignácio Montanha, André Leão Puente, entre outros.

A análise desses anúncios, permitiu perceber, que, na Monarquia e nos primeiros anos da República, muitos professores de escolas públicas e particulares atuavam em ambas instituições. Entretanto, nas décadas de 1920 e 1930, essa relação não ficava evidente.

Outro dado interessante era o grande número de escolas de meninas informando que ministravam trabalhos manuais, como no anúncio da professora Cecilia Corseuil Du Pasquier que “pelas suas múltiplas aplicações nos usos domésticos, torna-se uma prenda preciosa às moças” (A Federação, 1901).

Os anúncios das escolas particulares serviram para elucidar algumas questões:

- A maioria das escolas estava localizada no centro da capital, principalmente na Rua Duque de Caxias.
- Pela análise dos anúncios destas escolas particulares, tanto na Monarquia quanto na República, percebe-se, por exemplo, que havia uma grande circularidade desses homens professores nas diferentes escolas. A proximidade das escolas talvez tenha facilitado essa circulação.
- Muitos dos professores lecionaram na Escola Normal e/ou em outras escolas públicas.
- Alguns professores também chegaram a ocupar cargos na Diretoria da Instrução Pública e, até mesmo, na presidência da Província, ou seja, ocuparam cargos públicos de relevância, tais como Alfredo Clemente Pinto, Demétrio Ribeiro, Henrique Duplan, entre outros.
- Havia circulação entre os professores “homens” nas escolas públicas e particulares. Entretanto, entre as professoras a situação era diferente, as mulheres dedicavam-se a uma escola, pois no outro turno tinham os afazeres domésticos.
- A palavra normalista foi muito utilizada nos anúncios de professores particulares, o que de alguma forma demonstrava o *status* que a escola passava a ocupar na sociedade porto-alegrense. Essa situação pode ser explicada porque,
 - o curso normal, paulatinamente, passava a ser ocupado por uma clientela predominantemente feminina. E, na medida em que as normalistas detinham preferência no preenchimento de vagas, e alguns privilégios nos eventuais concursos, as professoras "naturalmente" passavam a ser vistas como as pessoas adequadas para o exercício docente neste grau de ensino (TAMBARA, 1998, p.46).
- Embora o número de alunas na Escola Normal fosse crescente, nas escolas particulares da capital, durante a Monarquia, o número de professoras ainda era muito reduzido, a não ser em aulas particulares. Porém, na República, foi crescente o número de professoras na instrução elementar em todo o Rio Grande do Sul. Chegou-se a estas considerações depois de analisar também as notas oficiais da instrução pública.

No século XX, tornaram-se numerosos os editais e anúncios sobre a Escola de Engenharia, Ginásio Júlio de Castilhos, Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito, tanto no jornal *A Reforma* quanto em *A Federação*. Estas instituições, mesmo que inicialmente não o fossem, tornaram-se públicas e, por isso, alguns de seus lentes também tinham conexões com a diretoria da instrução pública e com a Escola Normal.

2. A instrução pública nos debates político-partidários: Monarquia (1869-1889) e República (1889-1937)

Ao pesquisar artigos sobre a Escola Normal nos jornais partidários, percebe-se que muitos destes envolviam também questões político-partidárias. A instrução pública e a Escola Normal estavam envolvidas nessas questões. Além disso, muitos dos redatores/diretores dos periódicos tinham cargos políticos ligados à instrução pública e à Escola Normal, por isso não era de se estranhar que, os embates entre eles acontecesse, através das páginas dos jornais, os quais dirigiam.

Para facilitar a análise agrupa-se os textos em Monarquia (1869-1889) e República (1889-1937)

2.1 A instrução pública nos debates político-partidários na Monarquia (1869-1889)

Logo nos primeiros textos pesquisados em *A Reforma* chamava a atenção as disputas políticas envolvendo a diretoria da Instrução Pública e a recém-criada Escola Normal. Apareceram as críticas a José Bernardino da Cunha Bittencourt, inspetor geral da instrução pública, membro do Partido Conservador. O artigo informava que Bittencourt teria sido nomeado em substituição ao Dr. Luiz da Silva Flores¹⁶⁵.

No dia 19 de junho de 1869, havia sido publicada uma nota avisando que o jornal iria fazer uma *análise severa* do novo regulamento, o qual consideravam mal elaborado e acusavam que a instrução pública estava nas mãos do clero,

Não deixamos escapar de exame e censura a tendencia que há de entregar-se a instrucção da mocidade ao clero e a padres ignorantes.
O que justifica a escolha de padres ignorantes para occuparem logares que deviam ser occupados pela intelligencia e illustração?
Estaremos acaso na Polonia aonde a Russia entrega a instrucção da mocidade ao clero para transformar os cidadãos da Polonia em bons servos da Russia? (*A Reforma*. Instrucção publica. 19/06/1869).

No dia seguinte, começou uma série de artigos intitulados *A Reforma da Instrucção Publica*, pelos quais o novo regulamento foi questionado por ter influência da Igreja. O

¹⁶⁵ Foi Diretor Geral da Instrução Pública de 18 de abril de 1847 até 30 de maio de 1851. Posteriormente, quando mudou o nome do cargo, foi nomeado Inspetor Geral da Instrução Publica, em 1º de junho de 1857 e permaneceu até 13 de agosto de 1868, quando foi demitido pelo dr. Israel Rodrigues Barcelos, sob a alegação de fazer reinar a dissídia entre os professores. Sobre isso ver SCHNEIDER, 1993. Sobre os diretores da Instrução Pública, ver em anexos 4, quadro 1 e 2.

primeiro artigo da série foi uma crítica política ao inspetor geral, que elaborou e assinou os regulamentos da instrução pública que deveriam ter sido elaborados e assinados por Antonio da Costa Pinto¹⁶⁶ (presidente da província). O redator chama as reformas da instrução pública de *regressista e ultramontano*¹⁶⁷:

Essa reforma bastarda e falseada em todos os seus principios, só tem um pensamento, um só fim, - entregar a direcção suprema do ensino publico e particular, primario e secundario, em todos os ramos, ao clero, que é composto e sua maior parte dos padres estrangeiros que estrangulam a lingua de Camoões, e de sacerdotes nacionaes, muitos dos quaes primão pela sua ignorância (*A Reforma. A reforma da instrucção publica I. 20/06/1869*).

Embora, o articulista tentasse disfarçar a disputa partidária discutindo os projetos, na verdade estava defendendo o programa de seu partido. Na continuação da série, criticando as reformas na Instrução Pública, seguiram os ataques, à participação do clero e ao ensino da doutrina católica nas escolas,

O art. 2º do regulamento n. 44 de 24 de janeiro de 1859, tratando do ensino religioso, diz:

“Nas escolas fundadas em povoações, compostas em parte ou no todo, de habitantes que não professem a religião catholica e apostolica romana, a instrucção religiosa será accomodada ás suas necessidades; não podendo jámais ser obrigatorio o ensino da doutrina, que contrarie o preceito de tolerancia religiosa garantido pelo constituição politica do Imperio”.

Pois bem, o novo regulamento omite completamente essa justissima disposição existente tanto na antiga lei, como no projecto substitutivo, e limita-se á impor “á todas” as escolas publicas o ensino do cathecismo da nossa doutrina, sem mais observação alguma (*A Reforma. A Reforma da Instrucção Publica. 24/06/1869*).

Na continuação do artigo, o articulista enfatizava que, em São Leopoldo havia 38 aulas particulares, sendo 26 destas acatólicas e 12 católicas. Na visão deste, os inspetores escolares anteriores faziam vista grossa para as questões religiosas, mas o novo regulamento traria problemas para esta comunidade. Ao final de cada artigo, o articulista já anunciava o assunto do próximo. No terceiro texto da série o tema debatido foi o artigo 33 do projeto substitutivo que tratava do ensino particular, do qual destacavam-se os seguintes aspectos:

¹⁶⁶ Sobre o presidentes da província, ver quadro em anexo II.

¹⁶⁷ Segundo Rambo, “ultramontanos” são os que defendem a infalibilidade do papa e o primado jurisdicional de Roma, de acordo com os princípios de Gregório VII e Inocêncio III. O termo torna-se sinônimo de “curial”, “hierocrático”, “jesuítico”, “inimigo da ilustração”. O “ultramontanismo” defende a oposição entre o trono de Roma e o trono da Igreja. Com a implantação do Projeto da Restauração Católica no início do século XIX, o conceito de “ultramontanismo” adquiriu novas conotações, como o retorno à ortodoxia do Concílio de Trento e do princípio de que toda a autoridade emana de Roma. Um dos visados principais foi o galicanismo na França, que pregava uma Igreja tutelada pelo Estado e com ele comprometida, e os nacionalismos que viam na Igreja uma força de ingerência na autonomia dos Estados, como aconteceu na Alemanha, principalmente durante o *Kulturkampf*, quando os jesuítas, acusados de agentes diretos a serviço de Roma, foram expulsos do país. Os princípios defendidos pela Restauração Católica negavam qualquer tipo de ingerência do Estado laico nos assuntos da Igreja e, por sua vez, a Igreja devia manter-se afastada do Estado arreligioso, agnóstico ou ateu. As primeiras evidências de que um projeto de renovação da Igreja estava em andamento no Rio Grande do Sul tornaram-se evidentes com a nomeação, em 1860, de D. Sebastião Dias Laranjeira, primeiro bispo desse Estado. O novo bispo formara-se em Roma e lá fora escolhido para bispo e sagrado por Pio IX. Imbuíra-se, durante a sua formação, no mais genuíno espírito ultramontano (RAMBO, 2002, p. 288-290).

pregava a liberdade de instrução; era uma crítica ao inspetor geral porque era muito amigo dos jesuítas; e, além disso, os professores para serem contratados, pelo novo regulamento, precisavam passar por uma prova de moralidade com os seguintes documentos: folha corrida de 3 anos; atestados de moralidade dos respectivos párocos.

Esse último documento, segundo o jornal, provocaria uma dependência dos professores particulares ao clero e ainda nas regiões onde o professor não era católico ficaria sujeito a má vontade do pároco católico. O artigo era irônico ao destacar que se for um membro do clero católico não precisa atestado de moralidade, “naturalmente porque esses em sua essência e natureza são sempre verdadeiros prototypos de “moralidade” (*A Reforma. A Reforma da instrução publica. III. 1º/07/1869*).

No quarto artigo, a temática discutida foi o ensino nas aulas particulares e a autorização para os professores que ficava atrelada a uma prova de capacidade pelo delegado da localidade, que no caso era o pároco.

Considerando-se, porém, que pela manhosa disposição do artigo 226 do novo regulamento, será o cargo de delegados de comarca em toda província exercido pelos parochos, comprehende-se o grande perigo que há nesse novo arranjo, que colloca o ensino particular em todo resto da província inteiramente a mercê do clero, não só pelos attestados de moralidade, como ainda pelo exame de capacidade. Só obterá pois licença para abrir aula particular ou collegio de ensino secundario, quem estiver nas boas graças respectivo parochio, delegado de comarca. O professor particular, que não professar a religião do Estado, por muito illustrado que seja, não obterá a autorisação para a abertura de um collegio, e as innumerables escolas particulares das colonias ficarão em virtude d’essa disposição inteiramente á mercê dos jesuitas, que ahi exercem o cargo de parochos (*A Reforma. A reforma da instrução publica IV. 04/07/1869*).

Além disso, o articulista questionava a interferência do Estado nos colégios particulares. Já que eram mantidos com os recursos dos proprietários não deveriam ter inspeção do Estado. Entende-se que o jornal defendia a liberdade de instrução apregoada pelo liberalismo.

E, no sexto artigo em sequência sobre *Instrução Pública*, ficava evidente a crítica à participação do clero na instrução; aos conteúdos referentes à história da Igreja, que deveria ser substituída por história universal; à doutrina cristã que era limitada ao catecismo; ao regulamento da instrução pública que não mudou muito a instrução primária e novamente enfatizava os objetivos do projeto liberal.

O projeto liberal queria educar futuros cidadãos que conhecessem as instituições do país, para que mais tarde soubessem apreciar os seus direitos e exercê-los com conhecimento e intelligencia; o sr. Bittencourt quer educar os meninos para padres ou monges, ensinando-lhes a história da igreja (*A Reforma, 13/07/1869*).

Numa sociedade em que a maioria da população era iletrada, não se pode esquecer que a opinião expressa nos jornais representava o que um grupo social bem definido socialmente pensava a respeito da educação. Desta forma,

[...] quando se fala em educação e imprensa como canais dirigidos ao “povo” (compreendido aqui como carente de conhecimento ou entendimento), não é difícil verificar quem são os educadores e redatores. Os construtores dessa opinião pública são, em outras palavras, os membros da chamada República das Letras, os letrados, os esclarecidos, ou seja, a opinião apontava como fruto da reflexão dos indivíduos ilustrados e se tornava pública na medida em que visava à propagação das luzes do progresso e da civilização – e, por isso, apresentava-se como defensora da ordem e da moderação (MOREL; BARROS, 2003, p. 29).

Embora a maioria da população fosse de iletrados, os liberais defendiam um conjunto de ideias que ficavam explícitas no jornal e pretendiam formar uma opinião pública, pois muitas vezes os textos eram lidos e discutidos em locais públicos, como bares e cafés da Rua dos Andradas.

Os textos sobre a reforma na instrução pública continuavam e o periódico publicou o artigo intitulado *Os progressos da instrução pública*, em 13 de julho de 1869, o qual registrava o nome de alguns professores que foram contratados. Entre eles constava um que não sabia escrever a ortografia correta, mas não indicava o nome. Nos dias seguintes, o artigo intitulado *A Assembleia e a instrução pública* fazia crítica à assembleia provincial, que não discutiu as reformas elaboradas pelo Sr. Bittencourt e mandadas vigorar pelo Sr. Costa Pinho. Segundo o texto, se a Assembleia tivesse analisado as reformas, o projeto não passaria, porque “a maioria dos senhores deputados é demasiadamente esclarecida, para prestar sua assignatura á uma lei que mata a colonização, que tolhe o progresso e põe a instrução pública e particular a mercê do clero” (*A Reforma. A Assembleia e a instrução pública. 29/08/1869*). Também não perdoa os deputados que fazem discursos dignos de serem apreciados na França e na Alemanha sem, no entanto, se preocuparem com a instrução pública na província. Para o articulista, o novo regulamento foi “elaborado no palácio episcopal em junta de jesuítas e leigos de casaca” (*A Reforma. A Assembleia e a instrução pública. 29/08/1869*).

Sobre este assunto também havia um artigo do próprio jornal defendendo o dr. Flores, assinada por A. E. de Camargo, que também questionava as atitudes dos governantes da província. O foco da discussão eram os atestados de moralidade que os professores precisavam para serem contratados e que deviam ser concedidos pelo clero. O que remete novamente ao programa do Partido Liberal, que defendia a total separação da Igreja e do Estado. No mesmo contexto desses artigos, ainda discutiam que os professores particulares também precisavam desse atestado de moralidade. Na opinião do jornal, é inadmissível que professores públicos e particulares tivessem o mesmo tratamento, já que estes não recebiam

salário do Estado. O alvo dessas críticas, na verdade, era o novo regulamento que obrigava aos professores serem católicos.

Em 1870, o foco da discussão continuava sendo o domínio da Igreja Católica sobre a instrução pública e a interferência do Estado nas escolas particulares. Além dos ataques pessoais aos articulistas e/ou membros da diretoria da Instrução Pública, havia também aquelas críticas relacionadas ao funcionalismo, como alterações, licenças, nomeações de professores. Um exemplo disso, foi a demissão de um professor, que foi julgado incapaz pela própria diretoria, mas que alguns dias depois foi readmitido em outra localidade, provocando assim ataques da oposição. A crítica do articulista de *A Reforma* se referia aos motivos da demissão do tal professor, “relaxamento e incapacidade”. O redator questionava como uma pessoa que foi demitida há pouco tempo por ser “incapaz e relaxado” poderia ter sido readmitido. Essa discussão perdurou por muito tempo, pois, na edição de 10 de março de 1870, ainda era citado o professor que foi readmitido na “localidade de Boqueirão para dar aulas aos meninos pobres”. A discussão continuou em 29 de março de 1870, quando, em novo artigo, voltava a crítica ao professor. Ironizando, o redator escreveu: “tudo isso é muito regular! Tudo é muito honesto!Praticando por este modo o sr. Bittencourt, a quem somente defende o “Rio-grandense”, só tem em vista o bem publico, o progresso da instrução [...]” (*A Reforma*, 29/03/1870).

Continuando em 1870, os embates aconteciam através das páginas de *A Reforma* e *O Rio Grandense*. Mesmo que o *Rio Grandense* não faça parte do corpus documental desta pesquisa, observa-se que, muitas vezes, os artigos publicados na *Reforma* eram respostas aos artigos publicados nele. Como uma briga entre Francisco Paula Soares e os redatores de *O Rio Grandense*. Na coluna *Chronica diária* havia uma resposta ao jornal *Rio Grandense* assinada por Francisco Paula Soares¹⁶⁸, na qual constavam diversos xingamentos aos redatores do *Rio Grandense*. Havia um desafio à pessoa que escreveu sobre ele: “é bom por isso, saber-se quem é esse escriptor; é bom que apresente-se de cara descoberta. Então conversaremos, e o publico avaliará o que deve pensar do que elle escreve” (SOARES, Francisco Paula. Resposta ao Rio Grandense, *A Reforma*, 13/02/1870). A discussão continuou em várias edições e, mesmo quando Francisco Paula Soares estava fora da cidade, o redator de *A Reforma*, sem se identificar, respondeu por ele,

[...] o sr. Eudoro Berlinck, no escripto que hontem publicou no Rio Grandense, envolveu em uma agressão que fez ao nosso amigo Sr. Soares, uma injustiça a redacção da Reforma: não concorreu d’ella por conselhos, ou por outro qualquer

¹⁶⁸ Eudoro Berlink (1842-1880) – professor, jornalista, membro do Partido Liberal e colaborador do jornal *A Reforma*.

meio para desforço que tomou o Sr. Soares, e o caracter independente do mesmo Sr. Protesta contra este juízo, o Sr. Soares escreveu de modo por que viu o publico, obedeceu unicamente impressões da sua consciência.

E havíamos nòs trancar nossas columnas aos escriptos em que um amigo e companheiro, sob sua assignatura defendia-se, e procurava rebater o ridículo que sobre elle lançavam (O Sr. Paula Soares e o Rio Grandense, *A Reforma*, 18/02/1870).

Esses debates se estenderam por vários dias. Embora não se tenha as crônicas políticas publicadas no *Rio Grandense*, subendente-se, que estes defendiam as atitudes do governo e, por isso, atacavam Francisco de Paula Soares, que na época representava o Partido Liberal.

O alvo mais frequente dos ataques em *A Reforma* era José Bernardino Bittencourt, porque teve o cargo de Inspetor-Geral da Instrução Pública em dois mandatos: o primeiro de 13/08/1868 até 24/08/1870, que coincidiu com a implantação da Escola Normal e a implantação de um novo regulamento para a Instrução Pública; e o segundo de 04/11/1871 até 17/04/1873. A partir de 1872, como em anos anteriores, o alvo das críticas em quase todos os artigos, voltou a ser José Bernardino da Cunha Bittencourt. Mas o foco mudou para as perseguições políticas representadas nas remoções dos professores.

No mês de novembro foram vários os artigos que citaram as perseguições políticas aos professores, tais como o exemplo a seguir: “e esse, mais do que todo criminoso proceder, de remover os professores Abreu (mulher e marido) do Herval para Boa Vista, e os desta localidade para Herval?” (Instrução Publica. *A Reforma*, 06/11/1872). Mas, no final de novembro de 1872, começava a mudar o tom dos artigos, pois dois liberais foram nomeados para trabalharem na instrução pública, os senhores Theodoro de Souza Lobo¹⁶⁹ e Luiz Kraemer Walter. *A Reforma* teceu elogios aos nomeados:

[...] a nomeação recahiu em dous cidadãos inteligentes, que muitos bons serviços podem prestar à instrucção publica.

Se a escolha para os cargos do conselho director se equiparasse sempre as duas, ultimamente feitas, possível seria, que tirássemos a instrucção publica do atrazo e desordem em que está (Instrução Publica. *A Reforma*, 17/11/1872).

A nomeação deles provocou artigos no *Rio Grandense*, que foram respondidos pela *A Reforma*, sempre defendendo-os, já que eram membros do Partido Liberal.

Os articulistas dos periódicos escreveram textos ou transcreveram-os de outros periódicos comparando a instrução pública do Brasil com outros países. Em artigo que tratava dos gastos com a instrução no mundo, comparava-os com o Brasil. Pela tabela demonstrada

¹⁶⁹ José Theodoro de Souza Lobo (1848-1913): engenheiro-geógrafo, foi professor da Escola Normal a partir de 1873, chegando a exercer sua vice-direção. Foi fundador e diretor do Colégio particular conhecido pelo seu nome. Salientou-se como autor de obras didáticas, especialmente de Aritmética, que alcançaram mais de 40 edições (FRANCO, 1998, p.250).

no jornal, os Estados Unidos, a França e a Inglaterra eram os países que mais gastaram com instrução.

Com a instrução pública: –
 A tabella seguinte da despeza total com
 instrução primaria em diversos estados
 um documento importante:

Estados-Unidos.	88,244:000
Prussia.	5,200:000
Suissa.	4,000:000
Hollanda.	4,680:000
França.	14,440:000
Inglaterra (sem contar as ta- xas)	16,000:000
Baviera.	4,540:000
Austria.	4,400:000
Italia.	3,500:000
Hespanha (em 1860)	3,200:000
Belgica (em 1863)	4,560:000
Portugal.	350:000
Brazil.	3,500:000

Texto 87: Instrução pública (A Reforma, 07/11/1872).

Como se pode perceber, os redatores dos três periódicos, *O Conservador*, *A Reforma* e *A Federação*, traziam informações de outros lugares, principalmente da Europa ou dos Estados Unidos. Outro artigo, que fazia essas comparações sobre a instrução pública, no qual *A Reforma* destacou o texto de Mr. Guizot¹⁷⁰, que mandou uma correspondência [presidente da Sociedade de Instrução Primária dos Protestantes]. No texto, se posicionava sobre a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino. Dizia que deveria ser obrigatório, mas não deveria ser gratuito para os ricos. Era a favor da separação entre instrução e religião. Defendia um

¹⁷⁰ François Guizot (1787-1874), de família protestante, após os estudos foi nomeado para a cadeira de História Moderna em Sorbonne (1829-1830). Foi Ministro do Interior (1830), Ministro de Relações Exteriores e Ministro da Instrução Pública (1832-1837) na França. No Brasil suas idéias foram bem aceitas entre o liberalismo conservador. Um dos principais seguidores das ideias de Guizot foi Paulino José Soares de Sousa. Os dois tinham em comum o conceito de ética pública. Sobre ainda quatro aspectos compartilhavam os dois autores: 1º) o imperativo categórico do governante consiste em transformar as instituições do país para garantir aos concidadãos o exercício da liberdade, do estudo diuturno das tradições da nação; 2º) o governante na sua ação não se perca na perspectiva individual, mas que enxergue sempre e sem vacilação o fundo que constituiu a essência da legitimidade política: vontade das massas; 3º) coube ao governante o compromisso pedagógico de formar, mediante a educação cívica, a consciência do bem público nos seus governados, de forma que reivindiquem seus direitos e acordem para seus deveres; 4º) O processo de luta de classes permanecerá como característica essencial à vida política. A luta pode ser civilizada pelo debate parlamentar e pela prática, cada vez mais aperfeiçoada, da representação. Sobre o assunto consultar: RODRIGUES, 1990; <http://www.academie-francaise.fr/immortels/base/academiciens/fiche.asp?param=372>; <http://www.fordham.edu/halsall/mod/1848guizot.html>; <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/249050/Francois-Guizot>

estado secular, pois a religião e a educação pertenciam à família e aos cultos, enquanto a instrução tinha que ser separada. As idéias de François Guizot eram bem semelhantes às defendidas no jornal pelo Partido Liberal e que estavam expressas na *Riqueza das Nações*, como se vê a seguir: “a educação das pessoas comuns talvez exija, em uma sociedade civilizada e comercial, mais atenção por parte do Estado que a de pessoas de alguma posição e fortuna” (SMITH, 1983, p.214). Com este artigo, além das críticas ao ensino gratuito para os mais “ricos” fundamentadas no pensamento de Smith, voltava a questionar a participação da Igreja na instrução pública.

Sobre a década de 1870, tem-se somente artigos do jornal *A Reforma*, que concentrava as críticas ao governo do Partido Conservador e refletia o pensamento liberal do período centrado na separação da Igreja e do Estado, principalmente na participação do clero na instrução pública. Mas, partir da década 1880, analisa-se também *O Conservador*, que também era um periódico que tinha uma postura partidária definida, ou seja, era um órgão do Partido Conservador.

Em 1880, só tem-se a publicação de um texto no *O Conservador* sobre a educação feminina e será analisado adiante. Em 1882, tem-se duas notas sobre Instrução Pública, uma sobre educação da mulher e alguns anúncios de escolas particulares.

Em 1884, conta-se também com a publicação de *A Federação* e, como os dois outros periódicos também deixava claro a sua filiação partidária ao Partido Republicano Rio-Grandense. Neste ano, a maioria das notas de *A Federação* em relação à Instrução pública e à Escola Normal são comunicações oficiais, mas não deixava de haver algumas críticas ao Partido Liberal, que tinha os principais cargos na Instrução Pública, e a Adriano Nunes Ribeiro.

O programa geral do ensino publico primário d’esta província, organizado pelo Sr. Dr. Adriano Nunes Ribeiro e aprovado pelo Sr. Presidente José Julio de Albuquerque Barros, trouxemos a par do absurdo e condemnado ensino do cathecismo, a divisão das escola primarias em primeiro, segundo e terceiro grao.

[...]

A divisão das escolas, como theoría não deixa de ser bella, tem seus encantos, porém como forma pratica de ensino está muito longe de corresponder as aspirações do povo e de realizar o ideal do Sr. Dr. Adriano Nunes Ribeiro

[...] chamamos a atenção da assembléa provincial para este momentoso assunto. A instrução do povo, na época em que vivemos, é a magna questão social que meude as atenções dos governos de todas as nações civilisadas (COSTA, Praxedes da. Cartas Jaguarenses de 18 de março. *A Federação*, 28/03/1884).

Nesse texto, foi possível observar que o *ensino do cathecismo* continuava nas escolas. Tema também discutido pelos articulistas de *A Reforma*. Assim, se percebe que mesmo quando os liberais assumiram a instrução pública, como foi o caso do diretor Adriano Nunes

Ribeiro, nem sempre faziam as reformas apresentadas nas páginas dos jornais. Só para lembrar, o Brasil, neste período, ainda vivia sob o regime de padroado. E, talvez, não querendo justificar que Adriano Nunes Ribeiro não conseguisse fazer as reformas desejadas devido à ligação do Imperador D. Pedro II com a Igreja Católica. Porém, a estrutura do ensino ministrado e os professores da Província também eram alvo dos republicanos.

Tratar d'esta questão com indiferença, obrigando o povo a sujeitar-se a um regulamento que não satisfaz a sua mais palpitante necessidade é proceder arbitrariamente, é violar nossos direitos inatos.

Quem tenta levantar óbices à onda luminosa do progresso, commette um crime de lesa-civilização.

[...]

Um povo ignorante não progride!

[...]

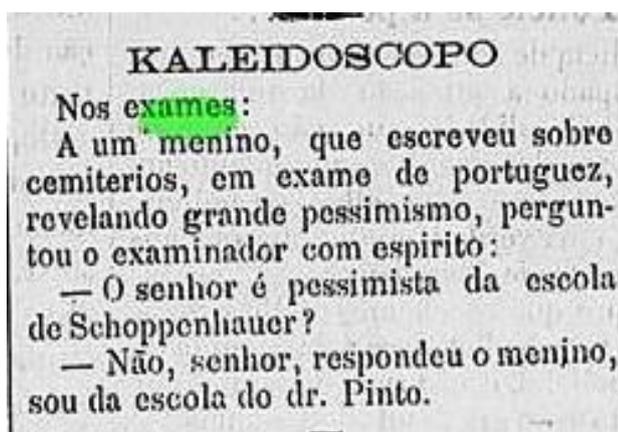
Qualquer cidadão ergue sobranceiramente as escolas em grãos?

Que vantagem trouxe-nos esta divisão?

[...]

O professor é um espelho para o alumno, se aquelle no aço de sua alma reflete raios negros, este inconscientemente recebe como em uma camara escura a impressão maléfica (Costa, Praxedes da. Cartas Jaguarenses de 18 de março. *A Federação*, 28/03/1884).

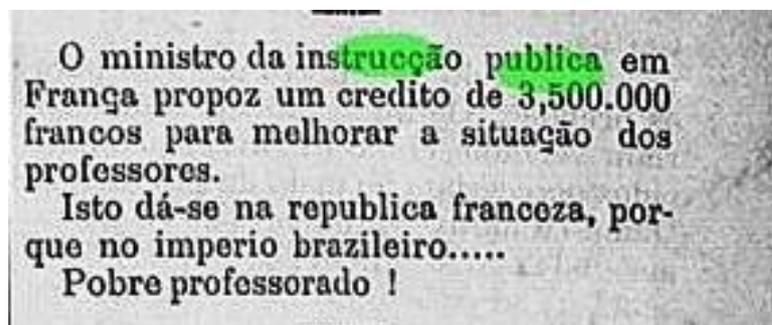
A instrução era vista pelos republicanos como uma forma de se alcançar o progresso e quem não contribuisse para isso estava cometendo um crime contra a população. Ou seja, a instrução tinha objetivo de resolver problemas sociais. Também compartilhavam com a ideia de que o professor era o exemplo, e quando não o era, poderia trazer *impressão maléfica*. Também os republicanos, que estavam em plena expansão do partido e das ideias abolicionistas e republicanas, transformaram a situação da instrução em piada.



Texto 88: Kaleidoscopo (A Federação, 12/07/1884).

O único personagem encontrado ligado à instrução pública e à Escola Normal, com sobrenome Pinto era Alfredo Clemente Pinto, professor da Escola Normal.

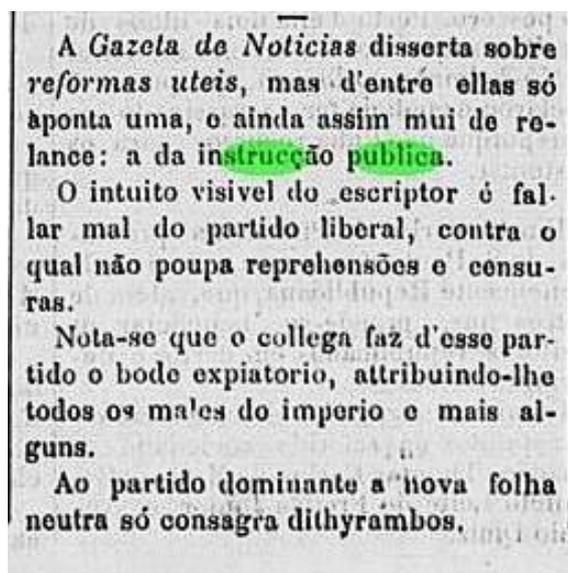
Tal como em *A Reforma*, os articulistas traziam números relacionados à instrução pública em outros países para fazer comparações com a situação brasileira. Nesse caso foi com a França a comparação.



O ministro da **instrução pública** em França propoz um credito de 3,500.000 francos para melhorar a situação dos professores.
Isto dá-se na republica franceza, porque no imperio brasileiro.....
Pobre professorado !

Texto 89: Crédito para melhor Instrução Pública na França
(*A Federação*, 28/07/1884).

Porém, em alguns momentos, *A Federação* parecia defender o Partido Liberal para atacar o Partido Conservador.



A *Gazeta de Notícias* disserta sobre reformas uteis, mas d'entre ellas só aponta uma, e ainda assim mui de relance: a da **instrução pública**.
O intuito visivel do escriptor é falar mal do partido liberal, contra o qual não poupa reprehensões e censuras.
Nota-se que o collega faz d'esse partido o bode expiatorio, attribuindo-lhe todos os males do imperio e mais alguns.
Ao partido dominante a nova folha neutra só consagra dithyrambos.

Texto 90: Nota sobre A Gazeta de Notícias
(*A Federação*, 05/02/1886).

Essa referência, talvez fosse porque liberais e republicanos, em alguns momentos, tiveram que se unir em defesa dos seus ideais. Os republicanos, Francisco Xavier da Cunha, Ramiro Barcelos e Wenceslau Escobar, elegeram-se para a Assembleia Legislativa pelo Partido Liberal, nos pleitos de 1877 e 1881, porque não conseguiram, naquele momento, fundar um partido republicano. Enquanto na oposição, talvez pudessem unir forças, em alguns momentos, contra os conservadores, e, em outros, fazerem oposição a ambos.

Os republicanos questionavam o liberal Karl von Koseritz, em relação à instrução pública em sessão na Assembleia Provincial,

Este ficou adiado por 48 horas a requerimento do Sr. Villa Nova, depois de terem sobre elle falado aos srs. Koseritz à Antero D'Avilla.

E o Sr. Koseritz propôs algumas emendas, entre outras uma acabando com as gradações nas escolas primarias e equiparando os ordenados de todos os professores normalistas, outra contrariando a idea da comissão de instrução de dar preferença as professoras em igualdade e circumstancias no provimento das escolas dos meninos.

Entende o Sr. Koseritz que a mulher é inferior ao homem, como professora de crianças, porque não lhes prepara uma caráter viril.

A tão falso conceito respondeu com grande vantagem o Sr. Antero D'Avilla, membro da comissão fazendo realçar as aptidões especiaes da mulher, como educadora, facto hoje reconhecido em todos os povos adiantados e principalmente nos Estados Unidos.

Não faltaram applausos ao Sr. Koseritz e contestações ao Sr. Antero, que foi julgado um perigo reformador subversivo.

Bem se vê que os nobres deputados não foram educados por mulheres (*A Federação*, 25/11/1885).

Nesse artigo, foi possível perceber que os republicanos defendiam a ideia de as mulheres serem professoras e como essa questão foi debatida na Província. A temática da feminilização da profissão estava em discussão no momento, porém transparecia um dilema entre os dirigentes da instrução pública, por um lado,

a apreensão de uma caracterização masculina de introjeção no menino de capacidades para "sustentar com energia a luta pela existência", obviamente questionando a capacidade da mulher professora de incutir nos meninos tais "capacidades".

Pragmaticamente, a sociedade vivia um dilema, pois ao mesmo tempo em que entendia como conveniente que os meninos fossem educados por professores homens, construía a idéia da mulher como educadora por excelência (TAMBARA, 1998, p.48).

O aumento do número de mulheres na Escola Normal foi reflexo dessas ambivalências. Ao chegarem ao governo, os republicanos ampliaram as escolas públicas mistas e femininas e as mulheres foram inseridas na instrução elementar.

O ano de 1886 foi rico em artigos em *O Conservador*, em *A Reforma* e em *A Federação*. *A Reforma* tinha muitos artigos criticando as administrações anteriores e brigas políticas, que tinha como foco jornal *O Conservador*. Os articulistas de *A Federação* não deixavam por menos, pois ainda estavam na oposição. Os embates políticos davam o tom dos artigos nesse ano.

Em *A Reforma*, Francisco Paula Soares, por exemplo, precisava se explicar sobre sua demissão e as críticas ao presidente da província Henrique Pereira de Lucena¹⁷¹ por ter nomeado Jayme Couto para diretor da Instrução Pública, entre outros.

¹⁷¹ Henrique Pereira de Lucena, Barão de Lucena (1835-1913). Bacharel em Letras, pelo Colégio Pedro II e Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito do Recife. Foi delegado no Recife; presidente das

O Conservador, por outro lado, publicava as notas e avisos do governo provincial em relação à Instrução Pública, ou seja, fazia partes de *Diário Oficial*, no entanto também fazia críticas aos textos publicados em *A Reforma* e respondia ou acusava os membros do Partido Liberal. Na seção *Chronica política*, intitulada *Instrução Publica*: “o nosso distinto amigo o Sr. Dr. Jayme Couto é hoje alvo dos ataques da “Reforma”, que não quer reconhecer naquelle distinto cavalheiro, esse poder de moderação e cabedal de illustração, que torna tão digno do lugar que occupa” (*O Conservador*, 05/03/1886). No mesmo artigo, além da defesa ao diretor-geral da Instrução Pública, Jayme Couto atacava Adriano Nunes Ribeiro.

Quando a instrução estava nas mãos de um Adriano, sujeito de má nota, em que nada pode se comparar com o illustre Dr. Jayme, então sim, as couzas ião muito bem!!

Pois Srs., se a perversão do senso moral vai ao ponto de acharem aquelle individuo bom, manda a lógica inexoravelmente que considerem máo a nosso amigo Dr. Jayme!” (*Instrução Publica. O Conservador*, 05/03/1886).

A Reforma não deixava essas acusações por menos e também rebatia,

O Sr. Jayme Couto já tem sobejamente demonstrado a sua completa incapacidade para elevado cargo que lhe foi confiado pelo Sr. Lucena.

Ignorante, não possuindo noção alguma das questões technicas de ensino, não podendo comprehender nem a letra nem o espirito da respectiva legislação [...] está dando diariamente as mais evidentes provas de subserviência, cumprindo religiosamente todas as ordens recebidas de seus patrões.

[...]

Cumprir reconhecer: não era possível ao partido conservador encontrar homem que melhor servisse aos seus fins, que não facilmente se acomodasse ás exigencias de um partidarismo desenfreado, e que tão depressa se esquecesse de seus deveres, e que não tivesse consciência da responsabilidade que acarretaria com a posição que lhe estava previamente determinada (*O ensino publico II. A Reforma*, 27/03/1886).

Nos dias que se seguiam, *A Reforma* publicou uma nota intitulada “*escândalo*”, em que tratava da exoneração do professor Raphael A. de Oliveira substituído pela professora D. Eupbrosina Porciúncula.

A folha official noticiou a exoneração do professor publico Raphael A. de Oliveira, que regia a 1ª cadeira do 2º grau do 1º distrito da capital.

Consta-nos que para essa cadeira concedeu se acesso a professora do 1º grão D. Eufrasina da Porciúncula.

E a propósito: porque foi demittido o professor Raphael? Não poderá dizer a folha official? (*Escândalo. A Reforma*, 27/03/1886).

O texto ainda citava os artigos 121, 123 e 124 do regulamento da instrução pública, pelos quais proibiria a ocupação de uma cadeira vaga antes de 60 dias, pois este era o prazo para a apresentação de requerimentos pedindo acesso à cadeira. Além disso, se tivesse mais de um requerimento, deveria ser aberto concurso público para preenchimento da vaga. Ainda no

províncias de Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Norte e do Rio Grande do Sul; desembargador; juiz do Supremo Tribunal Federal, deputado que presidia a Câmara no momento da aprovação da Lei Áurea em 13 de maio de 1888. Sobre o assunto ver:

<http://www.fundaj.gov.br>, <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=213>

mesmo tom, no dia 1º de abril de 1886, na primeira página, foi publicado um artigo sobre as perseguições aos professores públicos.

A instrução publica é campo neutral na luta dos partidos”, dizia o Sr. Lucena quando assumiu o governo da província! Assim pensava S. Ex. e no entanto nunca houve tão repetidos actos de partidarismo, nunca soffreram tantas perseguições, por causa do voto, os professores públicos do Rio Grande do Sul, como na sua curta administração (*A Reforma* – 01/04/1886).

Outra briga que teve bastante repercussão e que rendeu vários artigos e notas foi a de Adriano Nunes Ribeiro¹⁷², ex-diretor-geral da Instrução Pública e da Escola Normal. Escreveu um artigo para defender-se de acusações feitas por Henrique d’Ávila¹⁷³, que era o administrador da província e tinha sido professor interino de Pedagogia, “o qual antes, em situação conservadora, fora preterido em concurso effetuado para o lugar de lente francez”. Henrique d’Ávila teria tentado fazer reformas na Escola Normal, não só pelo programa de estudos, mas também pelo pessoal docente, “que S. Ex., como todos, julgava um obstáculo ao progresso, ao desenvolvimento da instituição”. Completou o artigo sobre as perseguições políticas:

Não fiz política na organização da Escola Normal, porque entendi então, como entendo ainda, que a instrução publica, mantida pelo Estado, deve estar fora da luta dos partidos, deve ser um campo neutro, no qual cessem as paixões e se harmonisem os que, por caminhos differentes, trabalham pela prosperidade da nação. De acordo com esse principio foram nomeados: Carlos Lobo, conservador, para o lugar de secretário; Alfredo Pinto, conservador, para o lente da 1ª cadeira¹⁷⁴; Souza Lobo, então Liberal dissidente, para 2ª cadeira; Duplan, sem cor política, para 3ª cadeira; Dr. Severino Prestes, liberal, para 4ª cadeira; Dr. Demetrio Ribeiro, republicano, para 5ª cadeira; João Carlos Moré, liberal, para 6ª cadeira; F. Bieri, conservador, para 7ª cadeira; Hilário Ribeiro, então liberal, para aula de desenho, Bastos, conservador para o de porteiro (já o era então) (*A Reforma* – 17/04/1886).

Era uma imprensa politicamente apaixonada, que queria divulgar uma posição ideológica do Partido Conservador, e que, embora defendesse a monarquia, em 1888, se dizia “abolicionista”. Quando as paixões políticas tomavam conta dos escritos foi interessante observar que alguns homens públicos adquiriam virtudes ou defeitos de acordo com o partido ao qual pertenciam.

¹⁷² Adriano Nunes Ribeiro, conhecido membro do Partido Liberal, foi redator de *A Reforma*; professor e diretor da Escola Normal e diretor da Instrução Pública em vários períodos. Sobre o assunto, ver Schneider, 1993.

¹⁷³ Henrique Francisco d’Ávila (1833-1903) estudou no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro e na Faculdade de Direito de São Paulo. Foi membro do Partido Liberal; deputado provincial e geral; ministro da agricultura; presidente das províncias do Rio Grande do Sul e do Ceará e colaborador do *Jornal do Commércio*. Sobre o assunto, ver SCHNEIDER, (1993).

¹⁷⁴ Pelo Regulamento da Escola Normal de 1872, as matérias das cadeiras da Escola Normal eram assim distribuídas: 1ª cadeira: Instrução Moral e religiosa, leitura, caligrafia, língua nacional e pedagogia; 2ª cadeira: Aritmética, álgebra até equações do 2º grau exclusivamente, geografia prática e escrituração mercantil; 3ª cadeira: Desenho; 4ª cadeira: elementos de geografia e história universal, história e geografia do Brasil, e especialmente da província; 5ª cadeira: noções gerais das ciências físicas e naturais aplicáveis aos usos da vida (SCHNEIDER, 1993, p. 297).

Em 1886, foi diretor da Instrução Pública, Jayme Couto, do Partido Conservador. Em consequência disso, a maioria dos artigos publicados nesse ano eram respostas aos publicados em *A Reforma*, que defendia os atos de Adriano Nunes Ribeiro, diretor anterior da Instrução Pública. Esses artigos, algumas vezes, também eram assinados pelo próprio Adriano Ribeiro em resposta a Jayme Couto.

No ano de 1887, tem-se apenas artigos referentes ao *O Conservador*. Sobre a Instrução Pública, as publicações restringiam-se aos anúncios oficiais na seção editais, tais como: concursos, avisos e listas de aprovados nos exames. A grande maioria das publicações deste ano no periódico eram referentes a Escola Normal, mas que serão abordados adiante.

Em 1886, *A Federação* tinha uma seção intitulada *Respigas*, na qual mostrava o que estava sendo debatido em outros periódicos, como *A Reforma*, *O Conservador*, *Gazeta de Notícias*, *O Jornal do Comércio*, *O Mercantil*, *Noticiário*, entre outros. Todavia, a maioria dos debates envolviam *A Reforma* e *O Conservador*.

Respigas

Na *Reforma* vem publicada a lei n. 1611 que alterou o regulamento da instrucção publica e que não foi sancionada pelo sr. Lucena.

Hoje mesmo a folha official dá publicidade ao acto que suspendeu a publicação não só d'essa lei, como da de orçamento provincial hontem publicada.

A assembléa perdeu o seu tempo, fica imperando com exclusivismo o poder proconsular.

São as harmonias do systema que o chefe do liberalismo não cessa de elogiar...

Ahi tem agora s. ex. algumas provas das grandes virtudes do engenhoso mechanismo.

Ao menos, si lhe servisse de experiencia...

O *Conservador* defende das censuras da *Reforma* a decisão em que o sr. Lucena firmou a interpretação de que não podem aproveitar dos favores da lei de 28 de setembro de 1885 os escravos de 65 annos libertos incondicionalmente antes d'esta data.

Defendendo essa decisão, o organ ordeiro faz honra ao seu titulo: sempre ao lado das doutrinas illiberaes e das interpretações restrictivas.

Como se tracta de liberdade, o *Conservador* combate *totis viribus* a applicabilidade do *favorabilia amplianda*...

E' indubitavel que a boa doutrina liberal está com a *Reforma*.

Havia uma tradução do *Petit Journal*, da França, assinado por Thomas Grimm sobre *As Caixas Escolares*, o qual mostrava as vantagens das caixas escolares recém criadas na França, Inglaterra e Alemanha, “compreende-se, pois, que os actuaes conselhos geraes sejam sympathicos a esta instituição moralisadora e civilisadora entre todas” (Grimm, Thomas. *A Federação*, 24/10/1884). No Brasil, as Caixas Escolares somente foram criadas em 1892, em São Paulo.

Por força da Lei Estadual (Lei nº 88 de 08/09/1892) tinham o objetivo principal de arrecadar e guardar fundos, sendo estes doados pela comunidade ou advindos do próprio governo, para que fossem utilizados em prol de crianças carentes financeiramente que almejavam a ascensão estudiantil (ANTONIO, 2008, p. 73).

A discussão sobre as Caixas Escolares ocorreu em vários momentos. Em 1885, por exemplo, o Padre Cacique criou uma Caixa Econômica Escolar para angariar fundos para o Colégio Santa Teresa. Até o final do século XIX, tornaram-se uma prática da cultura escolar.

2.2 A instrução pública nos debates político-partidários na República (1889-1912)

Na República, discussões políticas aconteciam entre os republicanos e os liberais, representados pela *A Federação* e *A Reforma*. Inicialmente, *A Reforma* representava o Partido Liberal até ser criado o Partido Federalista, assim como *A Federação* representava o PRR até a década de 1930, quando foi criado o Partido Republicano Liberal, sob a liderança do General José Antonio Flores da Cunha.

A análise dos debates partidários foi feita até 1912, porque foi extinto o jornal *A Reforma*. Como a pesquisa continuou somente com *A Federação* e não se usou outro periódico para contrapor, não houve como fazer essa mediação. A partir de 1912, concentrou-se nos discursos específicos sobre instrução pública, educação da mulher e Escola Complementar/Escola Normal em *A Federação*.

Em 1889, eram os poucos os textos em *A Reforma*, que fizessem enfrentamento com os republicanos. A exceção de uma nota questionando o presidente do Estado sobre vantagens no salário do diretor da instrução pública, que tinha um salário de 300\$000 e recebia um prolabore no valor de 150\$000 (*A Reforma*, 14/12/188). Os demais artigos e notas eram atos oficiais do governo como exames, nomeações, licenças, alterações de professores.

A partir de 1891, a situação mudou e os articulistas de *A Reforma* passaram a dirigir críticas mais duras ao novo governo republicano¹⁷⁵. Em 11 de julho, por exemplo, na primeira página, o artigo sobre *Instrução Pública* foi, na verdade, uma carta ao Redator de *A Reforma*. Tratava-se de uma resposta ao artigo publicado em *A Federação* por Felicíssimo de Azevedo¹⁷⁶, do qual, transcreve-se um trecho.

Quanto à parte do artigo do Sr. Felicíssimo, que se refere ao provimento das cadeiras primárias, estou de acordo S.S. e penso que antes de fazer a nomeação deve-se submeter o pretendente ao exame das matérias que constituem o curso da Escola Normal. Logo que o pretendente alcance a aprovação, deve ser nomeado e gosar de todos os direitos do professor normalista.

Diz que o Sr. Felicíssimo : - As matérias ensinadas nas escolas primárias devem ser somente as necessárias aos usos da vida prática.

Quem quer saber mais vá para os colégios particulares (*A Reforma*, 11/07/1891).

O redator da resposta questionava Felicíssimo de Azevedo e defendia o ensino na escola pública. Em seguida, uma série de artigos foram publicados pela *Reforma* sobre o fechamento da Escola Normal, tratado nos próximos tópicos. A qualificação dos professores foi tratada levando-se em conta o fechamento da Escola Normal. E, por isso, enfocava a situação dos professores mal qualificados, até analfabetos que eram contratados em troca de votos.

Resulta d'isso as nomeações dos analphabetos, muitos dos quaes foram nomeados para substituírem professores normalistas, com aptidões pedagógicas incontestáveis e com os melhores serviços a santa causa da educação pública”.

[...] diversos professores efectivos mediante concurso, tem sido removidos para lugares distantes d'aqueles onde residem e onde têm sido excellentes preceptorres da infância, para que em suas cadeiras se vão sentar os incompetentes, não só por serem supinamente ignorantes como por darem a mais completa demonstração de que não podem ensinar com o exemplo, alugando aos dominadores sua consciência (*A Reforma*, 13/08/1891).

No mesmo artigo, o articulista tratava também do fechamento de escolas e reforçava seu apoio ao professor removido. Na visão do articulista, ser professor era um sacerdócio, um dom, reflexo de um pensamento de época, que chegou ao século XX e permanece no XXI.

Embora, as críticas fossem mais frequentes, os articulistas chegavam a fazer elogios a atitudes do governo republicano, como na nomeação de Apolinário Porto Alegre para diretor da Instrução Pública.

Entrou hontem no exercicio do cargo de director geral da instrucção publica o nosso ilustrado amigo Apollinário Porto Alegre, o propecto educacionista, cujo nome é vantajosamente conhecido em nossa terra.

[...]

¹⁷⁵ Que ainda não estava consolidado e enfrentava dificuldades, mudando várias vezes de presidente no Estado. Foi um período de tanta instabilidade que culminou na Guerra Civil de 1893.

¹⁷⁶ Felicíssimo Manuel de Azevedo (1823-1905): ourives, dentista, jornalista, político e cronista de Porto Alegre. Escrevia em *A Federação* uma coluna sobre os problemas da cidade, assinando-a com pseudônimo de Fiscal Honorário. Foi primeiro vereador de Porto Alegre do PRR (FRANCO, 1998, p.52).

Falamos com a maior segurança, afirmando que a instrução publica, abatida, aviltada, nas últimas administrações, vae agora erguer-se sob a competente administração do nosso illustre patricio (*A Reforma*, 06/12/1891).

Apolinário Porto Alegre escreveu para *A Reforma*, inclusive compos o quadro de fundadores do periódico, e mesmo sendo um dos fundadores do Clube republicano, em Porto Alegre, deixou as fileiras do PRR por não concordar com a ideologia predominantemente positivista do partido. Talvez, por isso, tivesse a simpatia dos articulistas de *A Reforma*. Inclusive o periódico publicou um resumo da biografia, em agosto do mesmo ano, e algumas de suas poesias.

Em 1893, *A Reforma* não foi publicada devido à Guerra Civil, e as notas de *A Federação* eram todas de caráter oficial. Porém, foram feitas muitas exonerações, professores foram considerados avulsos do magistério, mas não se tem provas que fossem perseguições políticas, pois não se usou outro periódico para contrapor os dados.

Embora não fique claro a que estava se referindo o articulista de *A Federação*, eram publicadas algumas notas ofensivas *A Reforma*.

O campanologo phisophoide Alcidez Maya, a lombriga intellectual dos normicos, resolveu toda a bossa intestinal, digo cerebral, para dosar um clyster ou uma injeção de louvores ao sr. Apollinario. [...]
Figurando como redactor do jornaleco vigarista, o Cidoca falla dos despresiveis que ganham a vida aqui redigindo pasquins asquerosos (*A Federação*, 03/01/1899).

O articulista de *A Federação* inclusive colocava apelidos pejorativos em Alcides Maya e, na nota seguinte em Júlio Magalhães:

A Reforma, pelo dever, do alto da identidade, offereceu as suas columnas para os vademecumistas e vigaristas das ex-norma.
Aquillo comove!
É a scena do côxo e do paralytico theatralisada por artistas na altura do trocista e dos Asnalhões
Vae ser um sucesso, o primeiro artigo do João de Barros na Reforma.
O jornalzinho abre alas para deixar passar o prestito carnavalesco que acompanha o consorcio de perservejos e asnalhudos. (*A Federação*, 03/01/1899).

Mesmo não tendo identificado o motivo para as ofensas, percebe-se que a situação, bipartidária, era conflituosa. De um lado, os federalistas e, de outro, os castilhistas, pois, fazia pouco tempo que o Rio Grande do Sul havia passado por uma Guerra Civil, marcada por lutas sangrentas e degolas.

Ainda em 1899, foram publicadas poesias pejorativas *A Reforma*.

Na redacção da Reforma
Funciona um curso pratico
Conforme o Canudo informa
Para extrair deducções
Por meio d'um tubo elastico
Em vinte e cinco licções

Seguindo bem o conselho
Do mestre de conclusões
Por essa logica nova
Quem quer que metta o bedelho
Pode tirar deduções
De arrebentar uma óva (A Federação, 20/03/1899).

A poesia foi uma resposta a alguma crítica feita à instrução pública e à liberdade profissional instituída pela Constituição de 1891, não exigindo diplomas para o exercício de qualquer profissão.

Em 1900, o articulista de *A Reforma* escreveu um texto denunciando a situação de uma escola na rua Lima e Silva.

Collegio S. Joaquim, Escola de meninos pauperrimos!
Esse edificio ali assentado com modestia propria do caso, parece, no entretanto, ser um espantallo da miseria que assola o lar pobre e privado da escola pela defficiencia dos meios pecuniários, pel ingenita pobreza espirital do pae sem acção, privado d'essa vista pela fraqueza de animo e alheio ao futuro d'aqueles que lhe devem o ser e pelo qual é o único responsavel. [...]
É tempo de cuidarmos mais de perto da grandeza nacional, a patria precisa da ajuda de seus filhos, mas para isto, torna-se primeiro que tudo necessário, que os cidadãos de amanhã, desde já vão sabendo quaes os seus deveres civícos, aprendam desde a tenra idade a comprehend o seu papel perante a sociedade e não ignorem que á cada um de nós cabe a imposição de velar pelos destinos da terra que nos viu nascer defendel-a por todos os maios que a honra ensina. [...]
Seremos seus guias, trataremos de zelar por aquelles que amanhã vão receber os destinos do Brasil pelos quaes terão de velar e a que defenderão si soubermos desde já affastal-os desse caminho perigoso por avançam, como verdadeiros cegos!
A luz da instrucção á elles, o exemplo da moral que receberão na escola, e o amor ao trabalho que o professor lhes ensinará, eis do que se precisa!
Ponhamol-os ao alcance dos dictames sociaes por este meio e emos chegado ao nosso fim (A Reforma, 24/08/1900).

O articulista defendia a instrução pública e suas palavras assemelhavam-se as dos republicanos quando estavam na oposição. Depois desse artigo, outros foram publicados, nos quais o articulista defendeu o ensino público gratuito e obrigatório, pois somente assim se alcançaria o progresso.

As discussões políticas do jornal *A Reforma* com o governo, chegaram ao ápice em 07 de junho de 1901, quando este foi empastelado. Porém, até 1912, quando foi definitivamente fechado, o jornal voltou algumas vezes a ser publicado, inclusive sendo editado em Pelotas entre 1908 e 1911. Período do qual não se tem muitas notas ou textos referentes à instrução pública ou a Escola Complementar em Porto Alegre.

Nos textos analisados percebeu-se alguns pontos interessantes:

- Havia uma hierarquia e a distinção nos resultados dos exames, pois os filhos dos correligionários mereciam nota de destaque nos periódicos, enquanto outras pessoas não ligadas ao partido eram ignoradas. Desta forma, percebe-se que os “laços de amizade partidária” estavam representados. Não somente o destaque pela conquista,

pois se não fosse do partido a aprovação com distinção não mereceria destaque no periódico.

- Alguns concursos e nomeações de professores eram questionados de acordo com a filiação partidária dos candidatos aprovados e nomeados.
- A nomeação/contratação ou até mesmo a concessão de uma licença de saúde de uma normalista tinha nos jornais um teor diferenciado na sua publicação. A palavra normalista tinha destaque e sempre acompanhava aquele professor que tinha feito seus estudos na Escola Normal tanto nos noticiários oficiais como em anúncios de escolas particulares, bem com nos artigos dos periódicos.
- Faziam interlocução com outros jornais, pois, publicavam textos de jornais do centro do país como suporte e apoio às suas ideias e até mesmo de outros países.
- Nas críticas aos inimigos políticos, usavam trechos dos textos dos jornais de oposição para fazerem suas críticas, muitas vezes destacando até erros de grafia.
- Na seção “folhetins” quase sempre havia um livro de amplo conhecimento para a época. *A Federação*, por exemplo, publicava os livros e os vendia na sua redação. As traduções eram feitas pelos próprios redatores do periódico.
- Publicavam as leis e regulamentos da Instrução Pública na íntegra.

3. A educação da mulher nos jornais partidários e os escritos de Ana Aurora do Amaral Lisboa em *A Reforma*

Os textos sobre a educação da mulher analisados nesta tese foram os de autoria dos articulistas dos periódicos em sua maioria homens e alguns eram notícias de outros países. Os únicos textos no jornal *A Reforma* assinados por uma mulher foram os da autoria de Ana Aurora do Amaral Lisboa, publicados nos primeiros anos do século XX, a exceção de um texto assinado por Maria Amália Vaz de Carvalho, escritora e poetisa portuguesa.

Na primeira parte deste subcapítulo analisou-se os textos sobre a educação da mulher publicados nos três periódicos: *A Reforma*, *O Conservador* e *A Federação*. E, na segunda parte, fez-se um esboço biográfico de Ana Aurora do Amaral Lisboa e analisou-se seus escritos.

3.1. A educação da mulher

Num mundo masculino, como o da redação dos periódicos partidários, encontravam-se artigos referentes à educação da mulher. Obviamente, deparava-se com a visão dos homens de um determinado grupo social¹⁷⁷ sobre a mulher, e principalmente, de como deveria ser educada. Embora, os jornais tivessem orientação ideológica distinta, percebe-se algumas semelhanças de pensamento.

O teor dos textos mudava, à medida que o século XX avançava. E, para melhor compreensão do contexto de escrita desses artigos, dividiu-se a análise em dois períodos: Monarquia e República.

3.1.1. Na Monarquia

São poucos os textos referentes à mulher analisados no período monárquico. Em *A Reforma* analisa-se um único texto deste período.

Quadro 9 – A educação da mulher em *A Reforma* (Monarquia)

Ano	Data	Autor	Tipo/seção	Título	Assunto
1872	07/07	---	Editorial	<i>Trabalho da Mulher</i>	Vantagens do trabalho feminino que por ser mais barato era mais lucrativo, mais cuidadoso e por isso melhor.

O artigo sobre o *Trabalho da mulher* destacava vantagens de ser mais barato, mais lucrativo, mais cuidadoso e, por isso, melhor. O artigo tratava da valorização da instrução e de um início de inserção da mulher no mercado de trabalho:

O trabalho da mulher está inteiramente regularizado na Europa, [...] é importantíssimo a parte que toma o sexo feminino nos trabalhos de toda sorte de industria [...].

Nas fábricas de objectos de luxo e de outros que demandam paciência, gosto, delicadeza e habilidade, os seus trabalhos são mais perfeitos do que os dos homens, podendo além disso serem vendidos por mais baixo preço do que seriam no caso de emprego de outros operários.

O salário das mulheres, sendo mais barato, permite organizar a produção em maior escala, [...] e aumentando o seu consumo pelo abaixamento dos preços, resulta da

¹⁷⁷ Tinham formação intelectual, alguma relação com a instrução pública, através dos seus partidos políticos e/ou atuando na direção da Escola Normal ou em outras escolas.

diminuição das despesas com esse agente productivo (Trabalho da Mulher, *A Reforma*, 07/07/1872).

Embora o articulista afirmasse que “o trabalho da mulher está inteiramente regularizado na Europa”, somente ao longo do século XX, as leis trabalhistas iriam regularizar o trabalho feminino na maioria dos países europeus. Inclusive havia uma enorme resistência para que as mulheres pudessem exercer profissões liberais, como a medicina e a advocacia.

No mesmo período tem-se alguns textos sobre a temática em *O Conservador*.

Quadro 10 – A educação da mulher em *O Conservador* (Monarquia)

Ano	Data	Autor	Tipo/seção	Título	Assunto
1880	20/02	Sem autor	Nota	<i>Ensino</i>	Sobre o ensino feminino em Portugal para formar uma excelente mãe e boa dona de casa.
1882	10/01	Sem autor	Artigo (1ªp.)	<i>A missão da mulher</i>	Destacava a importância da educação da mulher e sobre a influência da mulher sobre os homens da família e sua participação política
1888	13/11	Sem autor	Artigo	<i>Clemência Pereira</i>	Elogios ao papel da mulher como filha, mãe, esposa e até como professora e a importância de ser instruída. Informa que D. Clemência estava prestando exames para a escola normal.
1888	30/12	Sem autor	Artigo	<i>A influência da mulher</i>	Tratava de várias mulheres que tiveram influência sobre os homens na história, que de alguma forma os venceram ou provocaram guerras.

O Conservador, em 1880, 1882 e 1888, publicou artigos que incentivavam a educação feminina. Em 1880, por exemplo, o artigo com o título *Ensino* destacava que o governo português estava aperfeiçoando o ensino feminino, tornando-o mais substancial através do alargamento da prática literária e elementos educativos de economia doméstica, tanto na escola primária como no curso complementar. Enfatizava que esses conhecimentos contribuíam para “formar a excelente mãe de família e a boa dona de casa” (*Ensino – O Conservador*, 20/02/1880).

Em 10 de janeiro de 1882, publicou outro artigo sobre a educação feminina, com o título *A missão da mulher*. Na verdade, era a tradução do discurso de Paul Bert¹⁷⁸, publicado no jornal francês *La femme*. O referido discurso teria sido proferido durante a distribuição de

¹⁷⁸ Paul Bert (1833-1866) foi cientista e ministro da educação francês. Escreveu várias obras sobre educação.

prêmios às alunas de escolas municipais de Auxerre. Neste, Paul Bert defendia a educação da mulher, para que ela pudesse ter uma efetiva participação política em um governo democrático e liberal. Segundo Bert, as mulheres já participavam da vida política, quando influenciavam seus pais, irmãos e maridos. Elas sentiam as alegrias e as dores da pátria tanto quanto os homens. Além disso, fez crítica o código civil francês que limitava a participação feminina na vida política, e nem menos as aceitava nas administrações de hospitais.

Os legitimos desejos de actividade externa e de prudente independencia, reprimidos pelo vosso codigo civil, elle os acoroçoava e s osatisfazia pelas suas mil associações e confrarias. Nem ao menos soubestes fazer entrar a mulher para a administração dos vossos hospitaes; elle entregou em suas mãos as suas sociedades de beneficencia e de politica, aproveitando com rara habilidade aquella admiravel e infatigavel bondade que constitue o fundo da sua natureza.

Elle as distingue, pelo menos nas manifestações publicas, por um particular, e principalmente quando escreve para os seus, não podeis imaginar com que espirito de ciume falla della.

Despresastes a mulher ! E dizeis ainda que ella faz má politica. E' preciso ensinar-lhes a boa politica. (Applausos).»

Texto 92: A missão da mulher (*O Conservador*, 10/01/1882).

O artigo *Influencia da mulher*, de 30 de dezembro de 1888, apresentou a mulher na história e na mitologia de uma forma dramática, já que elas teriam provocado guerras como em Tebas e Tróia. Também teriam feito homens importantes se ajoelharem perante suas amadas, tais como: Hércules, Sansão, David, Marco Antonio. O ápice foi o trecho em que afirmava que “Maria Antonieta foi em parte a causa da Revolução Francesa”. Os exemplos de homens que foram mortos por causa de suas mulheres seguem ao longo do texto.

Em 1888, o periódico publicou um artigo sobre D. Clemência Pereira, que, provalmente, pertencia à família de algum correligionário do Partido Conservador. Havia uma prática comum nesses periódicos partidários que era publicar elogios aos estudantes filhos de membros dos seus respectivos partidos. Porém, este artigo enfatizava também seus dotes

como mãe e esposa, além de estar prestando exames para Escola Normal. Mostrava que mesmo sendo casadas algumas mulheres cursavam a Escola Normal, a exemplo disso, cita-se Luciana de Abreu, que mesmo casada e já tendo uma filha fez os estudos normais (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p. 341).

Nesse conjunto de textos, percebe-se que ambos periódicos defendiam uma educação feminina, desde que fosse voltada às lides do lar e a ser uma boa mãe. As mulheres precisariam ser ensinadas para a “boa política” e quando não o fossem “adequadamente”, poderiam provocar guerras e “desgraça” dos homens. Na verdade, demonstravam um pensamento de época, independente da orientação ideológica do periódico, no qual a mulher até poderia exercer uma profissão, desde que relacionada aos seus dotes “naturais” de esposa e mãe, como professora ou enfermeira.

3.1.2. Na República

No período republicano, faz-se análise dos textos sobre a mulher em *A Reforma* e em *A Federação*. Inicialmente, a orientação dos textos parece não se diferenciar muito dos tempos de Monarquia, havia incentivo à instrução feminina, mas sempre relacionada ao casamento e à maternidade.

Na República, ainda no século XIX, os textos analisados em *A Reforma*, estão resumidos no quadro seguinte:

Quadro 11 – A educação da mulher em *A Reforma* (República)

Ano	Data	Autor	Tipo/seção	Título	Assunto
1899	31/01	---	Artigo	<i>Uma esposa fim de século</i>	Esposa inglesa entra na justiça porque o marido não fala com ela[irônico].
1899	11/02	Luis Guimaraes Filho	Poesia	<i>A mulher pobre</i>	Enaltece a beleza feminina.
1899	03/03		Artigo	<i>O casamento e o dinheiro</i>	Critica aos casamentos por dinheiro na França e cita alguns nomes.

1899	17/05	-	Nota	-	Protesto de estudantes na Universidade de Berlim porque não aceitam mulheres na Faculdade de Medicina.
1899	15/07		Nota	-	<i>A mulher casada honesta e fiel é perante a sociedade uma virgem.</i>
1899	27/07	-	Artigo	<i>Heroísmo feminino</i>	Mulher salvou jovem caçador de ser atacado por um tigre.
1899	16/08	-	Artigo	<i>Annita Garibaldi</i>	Lembrava os 50 anos da morte de Anita e ressaltava suas virtudes de esposa.
1899	16/08		Nota	<i>Reflexões</i>	Mulheres casadas e virtuosas.
1899	25/08	-	Artigo	<i>Um jornal de mulheres</i>	Foi criado um jornal feminista na França.
1900	09/02		Artigo	<i>Eva Canel</i>	Biografia da escritora e jornalista da Espanha. Cita suas atuações em Cuba, Argentina e Espanha. Fez conferência no salão de honra do Lyceu de Artes e Ofício sobre feminismo.
1900	16/02	-	Artigo	<i>A tia Joubert</i>	Mulher que acompanhava o marido, comandante da Guerra dos Boers.
1900	22/02	Maria Amália Vaz de Carvalho	Artigo	<i>Nos Estados Unidos impressões políticas e sociais de Oliveira Lima (continuação)</i>	Destacava a religiosidade expressa nos trechos do livro de Oliveira Lima e se posicionava; não é favorável à imigração, principalmente dos chineses, e também compara as mulheres americanas às brasileiras e portuguesas.
1900	13/03	Leitor (Gazeta de Notícias)	Artigo	<i>Salários e miserias de mulheres</i>	Sobre um livro do conde de Hanssommille sobre o feminismo com o título <i>Les non classées</i> , que trata dos baixos salários das mulheres na França. Como muitas mulheres têm instrução, embora bancos, lojas e empresas tenham empregado muitas, a instrução pública não dá conta de empregar todas.
1900	06/06	-	Artigo	<i>A criação da Mulher</i>	Sobre um mito de criação da mulher (pejorativo).
1900	10/08	-	Artigo	<i>Mulheres políticas</i>	Sobre um partido de oposição criado por mulheres em Cataguazes (MG).
1900	06/12		Artigo	<i>As mais formosas mulheres</i>	Sobre um escritor que viajou e escreveu sobre as mulheres de vários lugares.

Nesse conjunto de dezesseis textos publicados em *A Reforma*, na última década do século XIX, pode-se observar que haviam textos com diferentes posturas sobre a emancipação da mulher. Encontravam-se textos tanto com posturas mais conservadoras quanto mais liberais.

Alguns textos chegavam a ser pejorativos, como no caso de *Uma esposa fim de século*, no qual o articulista ironizava a situação de uma mulher inglesa que teria entrado na justiça porque o marido não falava com ela (*A Reforma*, 31/01/1899). Com o mesmo sentido o texto *A criação da mulher*, ficava explícito, através de uma “piada”, que o marido devolveu a mulher ao Criador, pois os homens não gostavam que as mulheres falassem muito.

O homem devolve a mulher a Twashtri:

“ – Senhor, a creatura de que me fizestes presente, envenena-me a existência. Está sempre a tagarellar, rouba-me o tempo todo, lamenando-se por qualquer coisa e está quase sempre doente. Venho entregal-a, pois não posso viver com ella”. [...]

Três dias depois o homem a requer de volta:

“ – Senhor, desde que vos entreguei essa creatura, a minha existência tornou-se completamente solitária. Recordo-me de que ella dansava na minha presença cantando. Lembro-me também de que olhava por mim com meiguice, que brincava commigo, que me abraçava”. [...]

Alguns dias depois tenta devolvê-la e Deus não a recebe:

“ – Ai de mim! Não posso viver com ella e também não posso viver sem ella!” (*A Reforma*, 06/06/1900).

Neste pequeno texto ficou explícito que os homens preferiam que as mulheres fossem *dóceis e meigas*, e que quando elas começavam a tagarelar ficavam incomodados, ou seja, implicitamente ficava evidente que não gostavam quando estas mostravam suas opiniões. Situação típica do processo da emancipação feminina.

Havia um enaltecimento da beleza feminina, pelo menos em dois textos: *A mulher pobre* e *As mais formosas mulheres*. Porém, se contrapõem, pois o mais importante não era o luxo, mas a singeleza da mulher. Esse pensamento era reforçado em *O casamento e o dinheiro*, no qual o articulista dava exemplos de pessoas que se casavam por dinheiro na França.

A virtuosidade da mulher casada aparecia no pequeno texto “a mulher casada honesta e fiel é perante a sociedade uma virgem” (*A Reforma*, 15/07/1899). E, em *Reflexões*:

Não há mulher casada, honesta ou impura, que não deseje ser amada pelos homens e não se sinta mesmo desvanecida e lisonjeada com isso.

A virtuosa, porém, só se sentiria honrada, si lh’o escondessem, e a pecadora si lh’o provassem (*A Reforma*, 16/08/1899).

Outro ponto que o periódico reforçava era o das mulheres heroínas, que destacava as virtudes necessárias para chegarem a essa condição. Em o *Heroísmo Feminino*, uma mulher salva um jovem caçador de ser atacado por um tigre (*A Reforma*, 27/07/1899). Ou seja, destacava a mulher salvadora, que fazia de tudo, inclusive arriscar sua vida, para salvar alguém. Exemplos de mulheres fortes e que fizeram de tudo para acompanhar seus maridos, inclusive em guerras, como *Annita Garibaldi*¹⁷⁹ e *A tia Joubert*¹⁸⁰. Ambas teriam sido exemplo de esposas que acompanharam seus maridos em tempos de guerras. No artigo sobre *Eva Canel*¹⁸¹, que faria conferência no Salão de Honra do Lyceu de Artes e Ofícios, o

¹⁷⁹ Ana Maria de Jesus Ribeiro (1821-1849)- nasceu em Laguna/SC e faleceu na Itália durante as lutas de unificação. Conheceu o Giuseppe Garibaldi, italiano que lutava ao lado dos farroupilhas na Guerra (1835-1845), em 1939, quando fugiu com ele. Anita lutou ao lado de Garibaldi na Guerra dos Farrapos e o acompanhou para a Europa, durante as lutas pela unificação da Itália (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p. 77-80).

¹⁸⁰ Como o próprio artigo indica, *Tia Joubert* foi esposa de Petrus Joubert, general que lutou pelos sulafricanos contra os ingleses nas guerras dos Boeres.

¹⁸¹ Eva Canel – nasceu na Espanha em 1857 e faleceu em Cuba em 1932. Acompanhou o marido, que teve que sair da Espanha por motivos políticos. Viveram em vários países da América, onde o marido escrevia em jornais.

articulista destacava o pensamento da escritora e jornalista espanhola sobre a emancipação feminina,

Eva Canel (...) entende a notavel escriptora que não é de pouca importancia o papel da mulher, que atraz das cortinas do leito conjugal, dirige o mundo. Ella é o motor impulsor, quando se diz maquina passiva.

Considera ante moraes e criminosas as idéas de emancipação, que levam a mulher a odiar e ter horror da maternidade, que consideram obstáculo aos seus progressos e aos seus prazeres (*A Reforma*, 09/02/1900).

Porém, o pensamento e a vida da escritora eram contraditórios. Em seus escritos e conferências, a escritora defendia a instrução da mulher, o seu direito ao trabalho e ao sustento dos filhos. Protestava sobre as condições em que viviam as mulheres em Cuba. Acreditava que a situação da mulher havia de começar a se modificar pelos sistemas escolares, pois a educação desta destoava muito das pautas modernas. Mas era contra o divórcio porque este poderia provocar problemas sociais. Ou seja, era defensora do casamento e da maternidade. A vida da própria Eva Canel era diferente de seus escritos, pois só conseguiu desenvolver sua vida profissional depois da morte do marido, que por sinal tinha um pensamento mais à esquerda, enquanto ela era mais conservadora (Zequeira, 2001, p. 243). Viajava sozinha por toda América fazendo conferências, situação não muito comum para as mulheres de sua época.

O único texto assinado por uma mulher, à exceção de Ana Aurora do Amaral Lisboa, era de Maria Amalia Vaz de Carvalho¹⁸², escritora portuguesa. A autora analisava o livro de Oliveira Lima fazia comparação das pioneiras americanas com as mulheres brasileiras e portuguesas.

É necessario pôr defronte dos olhos das mulheres brasileiras e portuguesas os milagres que à mulher americana deve ao mundo e a civilização.

Só à mulher compete o desbravar este rude chão que é a miseria e a desgraça. Só ella em um grande impulso de piedade e de intelligencia pôde crear associações que combatam energicamente todos os vicios da moderna organização social.

Amparar o velho, dar trabalho ao operario valido, educar o adolescente, salvar a criança, proteger as mãis, crear a nursey, o asylo, o albergue, a escola, a manufactura; distrahir, levantar, cultivar o espirito do povo, fazer os homens todos iguaes, não perante a sociedade, mas perante Deus e perante moral: eis a bella, a gigantesca, a difficil empreza em que a mulher americana está empenhada, e pela qual ella resgata os defeitos da criança mimosa, muito acostumada a reinar despoticamente sobre uma sociedade de elle é a suprema felicidade e o encanto inexhaurível.

A mulher brasileira, à mulher portugueza, compete conquistar esse papel superior, que a sua alta intuição da vida e da riqueza deu à mulher americana (*A Reforma*, 22/02/1900).

Depois da morte do marido em 1891, Eva Canel desenvolvia sua vida profissional como escritora e jornalista (ZEQUEIRA, 2001, p. 227-252).

¹⁸² Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921) – escritora portuguesa e foi a primeira mulher a ingressar na Academia das Ciências de Lisboa (1912). Atualmente em Portugal, existe um prêmio literário em sua homenagem.

Maria Amália, tal como os articulistas do periódico, enfatizava a mulher lutadora, detentora de qualidades e valores morais, capaz educar e salvar as crianças.

Embora, as questões relacionadas à instrução perpassassem por quase todos os artigos, em alguns ficavam explícitas, como na nota sem título sobre protesto de estudantes na Universidade de Berlim, que não aceitavam mulheres na Faculdade de Medicina, publicada em 15 de maio de 1899. O periódico não expressava opinião, somente publicou nota. A *Federação* também publicou nota sobre o assunto como se verá adiante.

A situação da instrução no Brasil era comparada com a de outros países. Talvez, por isso, um número significativo de artigos sobre a instrução em países europeus, principalmente, com a França. O periódico publicou um texto assinado por *Leitor*, da Gazeta de Notícias, no qual destacava que os baixos salários das mulheres era devido ao grande número de escolas de meninas, que depois de formadas não conseguiam ser absorvidas pela instrução pública e, por isso, procuravam empregos em bancos, lojas e empresas, que também não davam conta de empregá-las.

Depois que a nossa legislação escolar tornou-se obrigatória a criação de grande numero de nossas escolas de meninas, ao mesmo tempo que prescrevia para o futuro das escolas communaes todas as professoras congreganistas, abriu diante da ambição das raparigas educadas nas nossas escolas primarias em carreira que no começo ellas puderam julgar illimitada.

Precipitaram-se nella com ardor e arremessaram-se sobre os exames persuadidas de que o diploma levava a tudo e era um ganha pão (Salarios e miserias de mulheres. *A Reforma*, 13/03/1900).

Embora, a situação descrita pelo articulista seja na Europa, no Brasil não era muito diferente, as meninas estavam sendo instruídas, porém ainda o mercado de trabalho para elas era muito incipiente. E, a maioria era absorvida pela Instrução Pública que estava em pleno desenvolvimento.

No final do século XIX, as questões sobre a educação e o trabalho começavam a ser ampliadas em relação à sua participação política, e alguns textos passavam a defender esse ponto de vista como em nota de 25 de agosto de 1899, *Um jornal de mulheres*, que se refere à criação de um jornal feminista na França. E, em 10 de agosto de 1900, na nota *Mulheres políticas*, que tratava da criação de um partido político de oposição, em Cataguases, Minas Gerais.

Informaram à Gazeta de Leopoldina que as representantes do bello sexo do districto de Aracaty, município de Cataguazes, d'este Estado, formaram um partido político em franca opposição ao governo.

Trabalharam quanto puderam pela victoria das chapas da opposição que reputam a verdadeira manifestação dos sentimentos civicos (A Reforma, 10/08/1900).

O articulista defendia claramente a participação política feminina, que se acreditava ser uma manifestação recorrente no periódico, já que muitos textos publicados por Ana Aurora do Amaral Lisboa tinham essa temática.

Já no século XX, o teor dos textos sobre a mulher não foram alterados como se vê no quadro abaixo:

Quadro 12 – A educação da mulher em *A Reforma* (1901)

Ano	Data	Autor	Tipo/seção	Título	Assunto
1901	07/02	-	Artigo	<i>O que devemos na educação das filhas?</i>	Deve-se ensinar a mulher a cozinhar e a economizar.
1901	28/03	-	Artigo	<i>D. Julieta França</i>	Aluna da Academia de Belas Artes que ganhou viagem para Europa por tirar o 1º lugar no curso de piano.
1901	12/04			<i>As mulheres e a estatística</i>	Sobre a diferença o número de mulheres, em alguns países, ser superior ao nº de homens. Explicações sobre a taxa de mortalidade masculina ser maior. Exaltava a inteligência da mulher.
1901	06/05	-		<i>Bachelor Women</i>	Sobre as mulheres inglesas que ficam solteiras, porque nascem mais que homens e por serem mais instruídas que seus irmãos.

O jornal *A Reforma* exaltava a importância de se instruir as mulheres, mas que a instrução demais dificultava-lhes o casamento¹⁸³. Como no exemplo, um artigo sobre as mulheres inglesas, que, na concepção do articulista, não conseguiam casar por serem instruídas e, isso lhes parece um castigo, pois ao trabalharem por baixos salários não conseguiam manter um bom padrão de vida, que só lhes daria o casamento.

Muitas dellas entregam-se ao ensino; outras são dactylographas, sténographas ou jornalistas; ainda outras enfermeiras, medicas, conferentes ou empregadas nas instituições privadas de caridade; finalmente outras depois de terem estado em Pariz o desenho e a pintura, dedicam-se á illustração dos jornaes de modas ou dos magazines para senhoras, que enchem os livreiros de Londres.

Em quasi todas estas profissões ganham, sem dificuldade, meios para viver, os ordenados variam de dous contos e quatrocentos mil réis a doze contos de réis.

Mas depois do trabalho de um dia pouco tempo lhes resta para os cuidados do seu pequeno *menage*, e que as obriga a viver, no seu maior numero, em pensões ou *boudinghouses*.

¹⁸³ Recentemente (século XXI), em nota do jornal Zero Hora, foi publicada uma matéria que se baseava em dados estatísticos e afirmava que quanto mais as mulheres estudam, maior a probabilidade de ficarem solteiras.

[...]

As mais infelizes das *bachelor-women* instalam-se nas *artisan's flats*, pequenos alojamentos de operários, onde são ellas que cosinham com ajuda d'um fogão automatico que, mediante um penny, lhes fornece durante alguns minutos o gaz necessario ao grelhar de *steack*.

[...]

O numero augmenta cada dia em proporções que seriam assustadoras de muitas dentre dellas não se decidissem, entre os trinta a quarenta annos, a fazer, um pouco mais tarde, o que as outras fazem um pouco mais cedo... - o casamento! (*A Reforma*, 06/05/1901).

Os articulistas apregoavam a instrução feminina, mas acreditavam que a mulher não poderia ser tão instruída e que o casamento era a solução para uma vida confortável. A instrução poderia servir para facilitar a vida de casada, desde que fosse para ajudar a economizar, “convençei-as de que a felicidade no matrimonio não depende do luxo, nem da fortuna, mas de respeito e da confiança que os esposos devem ter um com o outro; pois isso envolve o prazer e o contentamento do lar” (*A Reforma*, 07/02/1901). O artigo que enaltecia a inteligência da mulher, afirmava que isso era enquanto estivesse apta à maternidade.

Na infancia as differenças que caracterizam ambos os sexos, relativamente à vida exterior, revestem pouca importância.

É na mocidade que ellas se estabelecem e são a favor da mulher, que obtem primeiro do que o homem, não somente o desenvolvimento intellectual.

Estas differenças características augmentam até a idade madura. A partir dessa idade, isto é, desde os 25 aos 30 annos ellas decrescem e immediatamente depois que a mulher deixou de se apta para a maternidade, ella se approxima geralmente cada vez mais ao homem por sua maneira de pensar, de julgar, de ver e de sentir (*As mulheres e a estatística. A Reforma*, 12/04/1901).

Os textos publicados em *A Reforma*, na virada do século XIX para o XX, eram favoráveis à instrução feminina desde que estivesse associada à maternidade, obviamente, devido às convenções sociais do período. Além disso, profissões liberais, no qual a mulher pudesse ter autonomia e algum poder, ainda eram priorizadas como masculinas.

Na primeira década da República, pelo que se observa nos discursos sobre a mulher em *A Federação* não se diferenciavam muito de *A Reforma*.

Quadro 13 – A educação da mulher em *A Federação* (1893-1900)

Ano	Data	Autor	Tipo/seção	Título	Assunto
1893	04/09	-	Artigo	Carta a uma senhora	Sobre a tradução do livro <i>A saúde pelo exercício</i> , do dr. Monin.
1893	18/09	-	Artigo	As mulheres	Sobre um estudo de Lombroso sobre a inferioridade intelectual das mulheres em relação aos homens.
1899	11/03		Artigo	Senhoras agentes do correio	O diretor geral do correio teria mandado um ofício ao ministro da

					viação e este artigo era a resposta. Era sobre o trabalho de mulheres na arrecadação da União.
1899	23/03	-	Artigo	As mulheres que fumam	Sobre a proibição das mulheres fumarem na corte Russa, no entanto o articulista citava uma lista de mulheres famosas que fumam.
1899	20/04	-	Artigo	Triste noite de nupcias	Um russo teria sido enganado por uma mulher, a qual, casou na noite de núpcias quando esta quis roubá-lo.
1899	02/05	-	Nota	-	Sobre um professor na faculdade de medicina de Chicago por ter ofendido as alunas dizendo: “a mulher é uma coruja dyspeptica”.
1899	05/05	-	Nota	-	Afixado no quadro na faculdade de Berlim um protesto dos estudantes de medicina contra a admissão de mulheres no ensino de medicina.
1899	02/08	Da Tribuna	Artigo	Mulheres escritoras	Sobre escritoras que usam pseudônimos masculinos.
1899	03/08		Artigo	Elpes Malaena	Sobre o falecimento da baronesa Esperança de Schwartz na Itália. Faz um relato da vida dela, inclusive de relações que teria tido com Garibaldi. Escreveu dois livros sobre Garibaldi e um sobre Creta e o domínio Otomano e Abelha Cretense, Viagem de uma senhora em África, Cento e um dias a cavalo, etc.
1899	11/08	-	Artigo	O congresso feminista internacional	Em 1888 aconteceu em Washington, sobre a presidência da sra. Henry Fecett, e, em 1889, aconteceu em Paris sob os auspícios do governo. E este é em Londres. Algumas delegadas presentes: presidência da condessa de Aberdeen; as duquesa de Sutherland, de Portland e de Bedford, a condessa de Baltersea, lady Stanley Welh, miss Clara Boston, May Wrigh Servall, o professor Charles Richet, sr. Buisson (diretor geral da instrução pública na França), Sara Monod, baronesa von Sattner, madame Ihen.
1899	11/08	-	Artigo	Dramas do adultério Triste lição	Artigo de O paiz – sobre as punhaladas que um major do corpo de bombeiros deu na mulher e no amante. A imprensa apoia o atitude do major.
1899	12/08	-	Artigo	Dramas do adultério Triste lição	Continuação do artigo anterior. Descrição dos depoimentos das testemunhas. Apoio ao major.
1899	12/08	-	Artigo	-	Sobre a briga de duas “cocotes” em Paris, por causa de dívidas com toilettes.
1899	14/08		Artigo	Dramas do adultério Triste lição	Continuação do artigo anterior. Apoio ao major e defesa de valores morais. Destaca que o irmão da mulher adultera teria visitado o major chorando. Mais depoimentos.
1899	02/08	-	Nota	-	O feminismo progride na Nova

					Zelândia. Crítica ao abuso de senhoras que não pagaram um trem no dia das eleições. Finalizam “o parlamento transformou o abuso em acto legal”.
1899	21/10	-	Artigo	Mulher jejuadora	Sobre uma mulher que fez jejum em Campinas por 15 dias
1899	14/12		Artigo	As mulheres advogadas - Póde ou não póde	Sobre artigo publicado na Gazeta de Notícias em que a doutora Maria Coelho foi proibida pelo juiz de advogar numa causa que a mulher teria matado o marido.
1900	27/07	-	Artigo	-	Situação de trabalho das mulheres em indústrias de artigos femininos –França

Na última década do século XIX, foram analisados 17 textos que foram divididos em cinco temáticas relacionadas à mulher: estudos científicos, instrução/trabalho, comportamento ideal, casamento/maternidade, estética/beleza e feminismo.

Os dois primeiros textos analisados de 1893 estavam relacionados aos estudos científicos. O primeiro deles era sobre um livro do Dr. Monin, que ensinava as mulheres como educar as crianças para serem saudáveis através de exercícios físicos.

A saúde pelo exercício, que um tão bello entusiasmo despertou à minha amiga, é um trabalho de hygiene, facil e sabio-scienca diluída para propaganda, e, como se diz nos reclamos dos manuaes, ao alcance de todos.

É um livro pequenino e ligeiro, fino e delicadamente escripto, com umas subtilezas do verve embrulhadas n’uma preciosa unção de prédica de velho prelado amável.

Uma alta, forte theoria ministrada em pílulas de capitulosinhos manipulados com escrupulosa dosagem.

[...]

São bons conselhos, receitas singelas, praticas, para desenvolver, fortificar o homem animal, fazel-o d’ aço, resistente ao tempo, apetrechado e prompto para vitoriosamente emphender essa arriscada steeplechase da vida.

[...]

Comece por casa a minha amiga a execução d’esses princípios salutareis.

Eduque esse tão querido Paulo, que ainda brinca camisolinha branca sobre o pello de tigre com guizos e prata do chocalho, sob o regimen systematico da água fria matinalmente despejada pelo longo da columna vertebral, desenvolva-o com uma gymnastica inteligente e, em vez de vermouh com bitter, banal aperitivo, abra-lhe o appetite com longos passeios pelo grande ar dos campos, a cata de perdizes ou borboletas azues.

É isto, no fundo, a excelência do saudável rigor da educação britannica.

Essa apologia moderna pelo amplo desenvolvimento physico que faz brotar n’uma doce e risonha exuberância a Saude, a Energia e o Brio, atemoriza e assusta o brasileiro madraço (*A Federação*, 04/09/1893).

Fazia uma comparação sobre a educação na Inglaterra e no Brasil. Mostrava os problemas do Brasil e, ainda, comparava os meninos ingleses saudáveis com os meninos brasileiros.

Compare a minha amiga uma criança ingleza, rosada, com o seu corpo proporcional de pequeno athleta envolto n’umas flannels simples, com o nosso Chiquinho ou com nosso Candoquinha, pálidos de cera, que se alimentam de doces, sem banhos, sem roupa branca, que dormem ainda nos doze anos de lamparina no quarto, ridículos typinhos d’ouistiti, exóticas figurinhas de Kioto no terceiro livro de Abilio

e que se exibem pelas ruas, mollemente em caminho da missa domingueira, vestidos de escassez, com complicações trabalhosas e fofos, fitas e fochas, coroados por um gorro a marinheiro, onde se lê com letras douradas o nome d'algum calhambeque da carreira ao Rio.

Vergonhoso contraste!

Mas nós não temos collegios, gymnasios, internatos, qualquer espécie de estabelecimentos de educação.

Temos, é verdade, algumas salas escuras, quase sempre por varrer, com uma talha de barro e uma caneca de ferro presa por uma corrente, como nas cadeias, onde um desclassificado qualquer arvorado em professor vai fumar em descanço e dizer mais ou menos isto: - seu Fulano, sua lição! O senhor há oito dias que esta com esta lição e ainda não sabe, seu vadio! Traga para amanhã mil linhas!! (*A Federação*, 04/09/1893).

O artigo, além de criticar a estrutura das escolas, também depreciava o professor e o tipo de instrução que dava aos alunos. A comparação entre os sistemas de educação e a situação das escolas brasileiras com outros países, parece ter sido comum nos periódicos. Isso se devia, provalvemente, à situação incipiente da educação no Brasil no século XIX e início do XX.

O cunho positivista do periódico também podia ser observado na valorização que dava aos artigos científicos. Em setembro de 1893, por exemplo, *A Federação* publicou um estudo de Lombroso¹⁸⁴ sobre a inteligência das mulheres.

Na Revue des Révues há um estudo de Lombroso, digno de apreciação. Trata o illustre homem de sciencia do talento nas mulheres, procurando provar que as facultades intellectuaes nas mulheres nunca chegam, salvo raríssimas excepções, ao elevado grau de constituírem o que chamamos de gênio.

[...]

Distinguem-se as mulheres na assimilação, imitação ou propagação de ideas. É invencível então.

Em tudo aquillo, em que não for essencial a originalidade de ideas, tornam-se salientes as mulheres.

Podemos resumir tudo com um apello ao bom senso das mulheres. O lar domestico é o scenario, onde é mais brilhante e admirável (*A Federação*, 18/09/1893).

O estudo de Lombroso servia para confirmar o que pensava a maioria dos homens sobre as mulheres, de que não tinham inteligência para assuntos da Ciência, pois nunca chegariam a serem gênios e era no lar onde eram “mais brilhantes e admiráveis”. Ou seja, o artigo não trazia novidades para a situação da mulher, já que logo no início trazia muitos elogios ao cientista.

¹⁸⁴ Cesare Lombroso (1835-1909), criminalista italiano, que procurou correlacionar aparência física com tendência para comportamentos criminosos. Por mais absurda que nos possa parecer, a teoria de Lombroso encontrou grande receptividade popular e, até recentemente, era ministrada em alguns cursos de direito como verdade científica. Em nossos dias o mau uso da sociobiologia tem exercido o mesmo papel. E muito contribuiu para afirmações do tipo “meu filho tem muito jeito para música, pois herdou esta qualidade de seu avô” (LARAIA, 2007, p. 44).

Entretanto, alguns anos mais tarde, os articulistas do periódico pareciam estar se rendendo à participação da mulher no mercado de trabalho, inclusive publicaram um artigo sobre a participação delas como funcionárias dos correios: “vos declaro que nenhuma duvida há em que as senhoras nomeadas para as agencias dos correios devem continuar enquanto bem servirem nos seus cargos, assim como duvida não há em que, na forma do regulamento, ellas continuam aptas para serem nomeadas em vagas que ocorrerem” (*A Federação*, 11/03/1899).

Em 1900, *A Federação* publicou artigo elogioso ao trabalho da mulher. Porém, como em outros, esse artigo ressaltava o trabalho em outro país. Além disso, era um trabalho relacionado à indústria ou à moda, dificilmente incentivava o trabalho intelectual.



Texto 93: Trabalho feminino nas indústrias europeias
(*A Federação*, 27/07/1900).

Neste sentido, já haviam sido publicadas duas notas sobre mulheres estudantes de medicina que não eram muito favoráveis. A nota de 02 de maio de 1899 era sobre um professor da Faculdade de Medicina, em Chicago, que teria ofendido uma aluna, quando se referiu à mulher em termos pejorativos, dizendo: *a mulher é uma coruja dyspeptica* (*A Federação*, 02/05/1899). Embora o articulista não tenha mostrado sua posição sobre o assunto, três dias depois, publicava uma nota sobre estudantes de Medicina, em Berlim, que

faziam um protesto para que não se aceitasse mulheres na Faculdade de Medicina e usavam o seguinte argumento:

N'esse dominio, a emancipação da mulher é uma calamidade. Ella está em conflicto com os bons costumes; é preciso oppôr-lhe uma barreira. Pedimos que as mulheres sejam excluidas do ensino clinico: a experiencia demonstrou-nos que o ensino clinico em commum para os estudantes masculinos e femininos é também pouco conciliavel com os estudos scientificos profundos e com os principios da decencia moral (A Federação, 05/05/1899).

Subentendia-se que os redatores do periódico não eram favoráveis às mulheres cursando medicina. Mesmo não tendo posicionado-se claramente, a ideia estava nas entrelinhas. No mesmo sentido, pareciam não ser favoráveis as mulheres escritoras, mesmo que, o periódico fosse de orientação positivista e o próprio Augusto Comte tenha tido relações de amizade com a escritora brasileira Nísia Floresta¹⁸⁵. Parece que os articulistas de *A Federação* viam com parcialidade as mulheres que escreviam. Por isso, não olhavam com bons olhos os pseudônimos usados por elas e nem mesmo a qualidade de seus escritos.

Acontece que, sob o pseudonymo, não se vê a mulher, e as controversas que caem sobre ella são algumas vezes bastante fortes.

Aliás seu genero de talento, á procura sempre da palavra jocosa, não se dá bem com a satyra a grandes golpes.

Seu lado comico, que não convida á alegria, mas que faz sorrir em muitas ocasiões, tem necessidade de uma extrema descreção e perde-se logo que essa discreção lhe faz falta. [...] (A Federação, 02/08/1899).

Os artigos publicados em *A Federação* tinham a intenção de regulação do comportamento feminino. Havia uma sequência de artigos, nos dias 11, 12 e 14 de agosto de 1899, sobre um major que deu facadas na esposa e no amante. Os textos foram de apoio ao major, até mesmo com os relatos das testemunhas. Quando foi a mulher que matou o marido que a traiu, até mesmo o exercício da advocacia, por uma mulher, foi questionado,

Quanto a doutora Maria Coelho não o fazia por entender que, perante a nossa legislação, a mulher, embora diplomada, estava interdicta para o exercicio da advocacia” (...). (...) “estas conclusões e outras estabelecidas da natureza e da conveniencia publica indicativas de imperfeição juridica da mulher em razão da fragilidade, delicadeza e sensibilidade do seu sexo, são manifestações incompatíveis com o exercicio da advocacia em que se requer independencia

¹⁸⁵ Dionísia Gonçalves Pinto- nasceu em 1810 no sítio Floresta, em Papari (RN). Casou-se aos 13 anos, contra sua vontade, com Manuel Alexandre Seabra de Melo. A união durou pouco e ela voltou para a casa dos pais. Depois de se envolver em divergências políticas, seu pai foi assassinado. Dionísia passou a residir com Manuel Augusto de Faria Rocha, jovem acadêmico da Faculdade de Direito de Olinda. O primeiro marido ainda a ameaçava e acusava-a de adultério. Em 1830 nasceu a primeira filha. Ainda em Recife começou a publicar seus textos e quando começou a adotar o nome Nísia Floresta Brasileira Augusta. Em 1833, mudou-se com a família para Porto Alegre e aí iniciou a atividade de preceptora de moças. Depois da repentina morte do marido aos 25 anos, dedicou-se ao magistério. Em 1837, mudou para o Rio de Janeiro, onde fundou o Colégio Augusto, no qual usou métodos pedagógicos pouco ortodoxos. Em 1849, viajou para a Europa com os filhos e fez contato com Augusto Comte. Retornou ao Brasil em 1852, voltando a escrever para os jornais brasileiros. Em 1856, retornou à Europa, onde ficou até 1872, quando manteve contato constante com Augusto Comte. Escreveu várias obras sobre emancipação da mulher, abolicionismo, liberdade de culto e a federação da província com o sistema republicano. Faleceu em 1885, na França (SCHUMACHER; BRAZIL, 2000, p. 451-452).

completa, e sobretudo auctoridade e força moral para sustentar as luctas agitadas e ás vezes extremas do fôro [...] (*A Federação*, 14/12/1899).

O texto se refere ao debate da época, quando as mulheres, mesmo autorizadas a cursar a Faculdade de Direito, ainda não podiam exercer a advocacia. Não podiam, na verdade, exercer nenhuma profissão liberal, como o Direito e a Medicina.

O feminismo começava a entrar na pauta jornalística de *A Federação* em 1899. Eram publicados artigos sobre congressos feministas em Washington e na Nova Zelândia. Entretanto, nos anos de 1920 essa foi a principal pauta relacionada aos assuntos femininos.

No decorrer do século XX, as pautas foram alteradas, a emancipação feminina, o divórcio e os congressos feministas tomaram as páginas do periódico. Mas, até meados da década de 1910, os artigos sobre a mulher, em *A Federação* ainda eram muito similares com os publicados no século XIX e continuavam a tratar sobre estudos científicos, instrução/trabalho, comportamento ideal, casamento/maternidade, estética/beleza e feminismo.

Quadro 14 – Textos sobre a mulher em *A Federação* (1901-1914)

Ano	Data	Autor	Tipo/seção	Título	Assunto
1901	Jan.	-	Artigo	Oração das Creadas	Oração pronunciada por Jules Lemaitre, na entrega dos premios à virtude na Academia Francesa.
1901	09/03	-	Artigo	Na exposição - Representação feminina	Destacava os trabalhos das alunas dos colégios de S. Leopoldo e d. Cecilia Pasquier, na Exposição da Escola de Engenharia, com elogios à decoração e aos bordados das senhoras.
1901	14/03	-	Artigo	Na exposição - Representação feminina	Novamente destacavam os trabalhos femininos da exposição.
1901	20/03	-	Artigo	Mulher decidida	Mulher russa que atirou por engano no pai do presidente do Parlamento.
1901	08/05	-	Nota	Liga dos maridos	Maridos criam uma liga em Bruxelas contra a toilette luxosa das mulheres.
1901	08/05	-	Nota	Caprichos femininos	Moças que tatuam o nome dos amados que iam para os combates de Transvaal.
1901	08/05	-	Nota	As solteironas inglesas	Mulheres que abdicam ao casamento/ celibatárias.
1901	09/08	Manoel Vitorino	Artigo	Mme. Krüger	Comparava o sofrimento da Escritora, que tinha os filhos e o marido na guerra, com mulheres da Bíblia.
1901	10/08		Artigo	Marido-mulher História verdadeira que	Duas mulheres que se casaram na Espanha.

				parece novella	
1901	28/08	-	Artigo	A morte de mme. Kruger	Morte de Mme. Kruger
1904	15/06	-	Artigo	As japonesas	Publicado na revista britânica Ladies Field sobre as mulheres japonesas.
1906	17/01	-	Artigo	Mulher assassina	Mulher matou o marido em Portugal.
1906	06/03	-	Anedota	-	Sobre a violência contra a mulher.
1906	21/03	-	Nota	Mulheres milionarias	Sobre mulheres milionárias nos EUA.
1906	23/03	-	Artigo	Um alferes... feminino	Mulher que lutou no exercito francês depois da morte de familiares.
1906	24/03	-	Artigo	23 filhos	Mulher pobre que teve 23 filhos na França. Foi elogiada por ser mãe.
1906	18/04		Artigo	Como deve ser educada a mulher?	Questionamentos sobre a educação da Mulher.
1906	30/04	-	Artigo	-	Vitória do feminismo nos EUA.
1906	11/05	-	Artigo	Com as leitoras	A preocupação das moças – o casamento.
1906	12/05	Manuel Duarte	Artigo	A Flor das noivas	Noiva morreu depois da morte do noivo.
1906	03/10		Artigo	Fuga de esposas	Esposas fugiram de seus maridos com os amantes. Uma delas fugiu com o sogro.
1906	09/10	-	Artigo	Annita Garibaldi	Homenagens a Annita Garibaldi em Budapeste por ter sido “valorosa companheira do general nas luctas e nas suas dores”.
1906	20/12		Nota	Mulheres Advogadas	Duas mulheres que formaram-se advogadas em Paris.
1906	24/12		Artigo	Jornalista alemã	Visita na capital da jornalista alemã Elisa Schmidt, que fez elogios ao Brasil
1906	26/12		Anedota	-	Sobre a emancipação das mulheres.
1907	11/02	-	Artigo	Phenologia e matrimonio	Estudos de James Webb sobre com quem se deve casar.
1907	11/02	Vailant (D' A Tribuna do Rio)	Artigo	Das galerias As pernas das moças	Sobre os olhares que os homens dão as pernas das moças, porque é bem comum vê-las. Que as brasileiras podem mostrar os decotes, mas não costumam mostrar as pernas.
1907	23/02		Artigo	Mulher extraordinaria	Sobre a imperatriz chinesa e sua maneira de viver.
1907	06/03	-	Nota	Voto das Mulheres	Artigo em jornal francês sobre feminismo em Londres. Uma das feministas resolveu casar e as outras prometeram fazer uma manifestação no dia do casamento.
1907	23/03		Artigo	O que mais admira o homem na mulher	Sobre os atrativos que as mulheres teriam para os homens. Destaque para a cútis.
1907	26/03	C. Castelo Branco	Artigo	Amor de mãe	O dom da maternidade na mulher.
1907	26/03	-	Artigo	Casamento e amor	Um sábio italiano faz uma pesquisa por que as mulheres se casavam?
1907	06/04	Visconde de S. Boaventura	Artigo	Educação feminina da Russia	Criticas que as mulheres na Russia não podiam estudar até Catharina II mudar essa situação.
1907	09/04	-	Artigo	Trabalho das mulheres	Trabalho das mulheres na Europa e seus baixos salarios.

1907	09/04	-	Artigo	Direito eleitoral feminino	Três professoras normalistas se alistaram em Minas Gerais: Clotilde de Oliveira, Alzira Reis e Candida dos Santos. O artigo discute a possibilidade das mulheres votarem. O articulista parece simpático ao voto feminino, mas não se posiciona muito.
1907	09/04	-	Artigo	Excentricidades feministas	Atriz americana que coloca nas unhas foto de dois rapazes.
1907	10/04	-	Anedota	-	O que pensam os homens sobre as mulheres.
1907	17/04	-	Artigo	A creança	Mulher que não conseguiu sustentar o filho de 3 meses e doou a criança no hospital e voltou pra casa desolada.
1907	13/06	-	Artigo	-	Doutora Ana Fischer, na Alemanha, que lançou um livro “A mulher médica da sua casa”. Aclamada na Alemanha, obra foi premiada na exposição de Leipzig.
1908	27/03	Coelho Netto	Artigo	Patria	Artigo sobre patriotismo.
1908	01/06	Fernando Carthago	Artigo	Aspectos: o casamento	Como feminismo teria acabado com a felicidade no casamento.
1910	11/07	Tradução A Federação	Artigo	A diplomacia de Helena (Jules Lemaitre)	Ciúmes que Andromaca teria ressentido Helena, mas que a conquistou com presentes
1910	02/08		Artigo	Mulheres eleitoras	De acordo com lord Asquith, o parlamento britânico vai votar a permissão do voto para as mulheres que pagam aluguel.
1910	15/08		Nota	-	Comemoração dos positivistas á festa da Mulher.
1910	16/08		Artigo	Festa da mulher	Festa que aconteceu no dia anterior.
1910	25/08		Artigo	Vingança de mulher	Mulher esfaqueou o marido que a traiu em Paris.
1912	29/02		Várias	-	A conferência do sr. Silva Freire, sobre a Alma da mulher, no Club Caixeiral.
1912	21/05		Várias	-	Cientista uruguaia.
1912	28/06		Artigo	Escola de enfermeiras	Escola criada na Santa Casa (SP).
1912	29/06	Opinião do dr. Carvalho de Mendonça	Artigo	O divorcio e a liberdade de testar	Resposta ao senador Sá Freire que se posiciona contra o divórcio.
1912	22/07		Artigo	Congresso feminino	Congresso nacional de mães de família americanas que ocorreu em Chicago.
1912	30/07		Artigo	Olga Fossati	Aluna do conservatório de Bruxelas. “Nossa patrícia” que ganhou a viagem através de um concurso. Elogios.
1912	09/08		Artigo	Infanticídio Mãe desnaturada	Mulher (solteira) que teve filho numa pensão e jogou a criança em um poço.
1914	21/05		Artigo	Mulheres votantes	Mulheres que tentavam votar.

Sobre a instrução da mulher, a opinião retratada nos artigos de *A Federação* não eram tão diferentes daqueles publicados em *A Reforma*, no mesmo período. *A Federação*, por

exemplo, incentivava a instrução da mulher, mas que não chegasse ao ponto de competir com os homens.

No começo as mulheres eram ineducadas e assim é que melhor ellas viviam. Depois foram se educando e reivindicando paulatinamente os seus direitos até a igualdade perfeita com o homem. Agora pretendem sobrepassal-os quando possam. E, de facto, negou-se á mulher collocações sociaes, administrativas, scientificas ou quaesquer outras n'uma época em que se educam mulheres para dirigir povos e nações, com preterição das eminicencias masculinas, sabios e grandes homens, é verdadeiramente uma monstruosa incongruencia, uma falta de senso que cega, irrita e attinge as vaías “dementes” do estúpido. [...]
O lar, nem por esse facto soffreria mais do que hoje. Em todo o caso o lar será a victima ou antes, a victima incruenta será o homem. – Este soffrerá todas as consequencias do afastamento da sua companheira de quietude do lar pois as causas hão de forçadamente hir aos extremos. Os filhos e o homem, o marido, a vencerem as mulheres, se hão de abster e nem substituirá mais como antes o carinho e a dedicação (CARTAGO, Fernando. **Aspectos do Casamento**. *A Federação*, 01/06/1908).

Também fazia críticas quando a mulher não era instruída como, por exemplo, na Rússia antes de Catarina II.

Catharina II, mulher instruida, desejosa de modificar semelhante atrazo intellectual, fundou institutos para meninas nobres, os quaes tambem as filhas da burguezia podiam frequentar, fazendo, porém, cursos superiores, - em que, além de varios trabalhos manuaes se ensinava francez. Nestes institutos, os programmas adoptados visavam com preferencia a formar bonecas de sala do que a ministrar boa e solida instrucção. [...] Essa instrucção superficial dava um certo verniz de educação, permittindo ás filhas de fidalgos arruinados contrair matrimonio vantajoso. [a libertação dos servos embobreceu os proprietarios de terras]. [...]
A energia da mulher slava revelou-se então de modo assombroso; as meninas, que dantes não passavam de bonecas interessantes, sentiram o nobre desejo de se instruirem e de se tornarem uteis á familia e á sociedade. [...]
As meninas que saem dos actuaes institutos entram na cathegoria das noivas, não por o serem realmente, mas porque se tornam candidatas ao casamento. Os paes desenvolveram então as maiores diligencias com o fim de conseguirem para suas filhas alguem que lhes possa garantir um futuro prospero e uma felicidade relativa (*A Federação*, 06/04/1907).

A educação da mulher tinha que ser “útil à família e à sociedade”, ou seja, apregoavam uma educação voltada para o casamento. Destacavam que essa educação era idêntica para meninos e meninas, situação poucas vezes defendida no Brasil, no mesmo período.

O governo auxiliou generosamente, esta ambição, fundando numerosos collegios para meninas, com programmas identicos aos rapazes. Tornou-se costume geral mandar as meninas aos collegios e raros são mesmo as ricas herdeiras, que não possuem diploma de professora (*A Federação*, 06/04/1907).

A situação da Rússia na época mereceu atenção do articulista, porque as meninas que não se casavam, continuavam os estudos.

O curso é de 9 annos e nelle merece especial cuidado o ensino das linguas estrangeiras, ministrado por professores das respectivas nações. [...] [O mesmo não acontece na França, Alemanha, Espanha e Portugal, onde os professores de línguas só tem conhecimento teórico].

[...]

Servindo de professoras, espalham-se pelas provincias, disseminando solida instrucção, combatendo preconceitos e procurando em toda a parte elevar o nivel moral e intellectual daquelles a quem se dirigem (*A Federação*, 06/04/1907).

Entretanto os valores defendidos na Rússia pareciam ser os mesmos defendidos no Brasil, instrução para o casamento/maternidade e para ser professora. O artigo de Fernando Carthago reforçava que a mulher poderia e deveria ser educada, mas sem a pretensão de competir com os homens. Além disso, ela só deveria trabalhar se não tivesse alguém que a sustentasse, pois a mulher casada e com filhos não poderia atender com carinho e dedicação ao marido e aos filhos. Nesse sentido, para os articulistas de *A Federação*, o principal “dom” da mulher deveria ser a maternidade.

O amor de mãe é o raio mais ardente que se irradia daquelle fogo de amor de familia.

Ao seu calor leve dão-se no coração do filho sentimentos brandos, que não soubera a meiguice dum pae lá germinal-os.

As lagrimas são raras no homem e essas poucas estimuladas pelos affectos do coração e pelas paixões violentas da alma, não seriam bom exemplo para filhos.

Mas a mulher, anjo das lagrimas, quanto o é da sensibilidade, essa chora sempre, e faz chorar os que a contemplam com os olhos innocentes e vendados ainda para as impurezas que endurecem o coração e atrophiam a sensibilidade (...) (BRANCO, C. Castelo. Amor de mãe. *A Federação*. 26/03/1907).

A mulher era que transmitia a sensibilidade e até mesmo o amor à pátria aos seus filhos, por isso, era importante que fosse instruída.

E á mulher, minha filha, o ser fraco, cabe a responsabilidade maior nesse trabalho porque, como o senhor, no dizer dos livros fez a alma do homem, infundindo-lhe no corpo o seu halito divino, a mulher mãe deve filtrar no coração do filho o bom exemplo, que é o da perfeição.

Por isso convém que a educação da mulher seja guiada com todo o escrupulo, porque o seu destino na terra é continuar a vida perpetuando o amor. Sorris á palavra amor? É um sentimento que estabeleceu entre os homens a mesma mysteriosa solidariedade que há entre o céo e a terra (NETTO, Coelho. A Patria. *A Federação*, 27/03/1908).

Desta forma, a mulher deveria ser instruída para ser boa mãe, deveria transmitir valores como patriotismo aos seus filhos, por isso sua educação deveria ser “controlada”, “observada” e “vigiada” pelos homens. Nesse sentido, haviam também publicações condenando o adultério, ou mesmo a negligência em ser mãe.

Quando era a mulher que era a adúltera, era normal e corriqueiro que o marido “limpasse sua honra”, eliminando o problema, ou seja, matando a mulher e o amante, como nos artigos publicados em 1899, citados anteriormente. Entretanto, quando a situação era

inversa, era vista como uma vingança e a mulher era chamada de “assassina” (*A Federação*, 17/01/1906).

Como o *dom* da mulher era a maternidade, quando não conseguisse dar conta dos filhos, seus atos poderiam ser julgados pela sociedade. Duas situações foram abordadas no periódico. Em uma delas, a mulher não tinha como sustentar o filho de três anos e deixara-o no hospital, porém voltou para casa desolada (*A Federação*, 17/04/1907). Na outra situação, a mulher, que era solteira, teve o parto no meio da noite em uma pensão, jogou a criança em um poço (Infanticídio. Mãe desnaturada. *A Federação*, 09/08/1912). As duas mães foram tratadas pelos articulistas de forma diferente. A que entregou o filho para adoção, colocou a vida do mesmo e suas condições de sustentá-lo em primeiro lugar; a segunda, foi vista como assassina por ter colocado o filho no poço, e reforçava ainda que era solteira, condição que não devia ser condizente com a maternidade. Sem querer defendê-las ou julgá-las, ambas deviam estar passando por constrangimento social, a situação não era ideal para nenhuma das duas. A maternidade era vista como algo *sagrado*, desde que relacionada ao casamento.

Os articulistas destacavam as mulheres que tiveram sucesso na profissão, desde que suas profissões estivessem ligadas às atitudes de “cuidadoras”, como enfermeiras ou professoras ou que fossem exemplos de esposas zelosas, tal como na morte de Mme. Kruger, escritora cujo marido e filhos foram para a guerra,

Sobre a lapide que vae cobrir teu ultimo leito, mulher forte e digna, como o alvo linho em que se envolveram os teus ternos affectos de mãe e de esposa; [...].
Mães, esposas, filhas de todas as regiões do globo, cercae o feretro desta admiravel heroína, cobri de lyrios e saudades os restos immortaes dessa creatura, que foi mais do que a alma, o coração, as virtudes do seu povo, foi a mais bela, a mais eloquente, a mais elevada expressão da grandeza humana, na coragem e no sofrimento (Vitorino, Manuel. Mme. Kruger. *A Federação*, 09/08/1901).

Por outro lado, criticavam os salários baixos pagos às operárias europeias,

Pelo que publica um jornal de economia social, o trabalho da mulher na Europa continua a ser muito mal pago. As mulheres operarias ganham muitas vezes a metade das soldadas dos homens, sendo o trabalho o mesmo.

[...]

As mulheres acceitam essa exploração do seu trabalho porque não o podem fazer de outro modo, pois a miseria as leva a ganhar alguma cousa para comer (Trabalho das Mulheres. *A Federação*, 09/04/1907).

Havia um incentivo às mulheres para serem instruídas, pois isso as manteria casadas e com a admiração do marido. Em dois artigos havia manifestações a favor da instrução feminina. Um deles sobre a instrução na Rússia e o outro sobre o papel das japonesas no casamento. Em ambos, o articulista fazia uma crítica porque as mulheres não podiam estudar, nesses países.

E no conjunto não oferece duvida que a mulher japonesa é mais feliz, comquanto sob uma mais exígua e mais quieta, do que a sua febril e obulliente irmão européa, que deseja tanta cousa que não pôde obter.

[...]

Infelizmente para a japonesa a educação que recebe priva-a de todas as seduções de caracter intelectual, isto é do único atractivo que pôde encandear a fidelidade de um homem atravez de longos annos de união matrimonial.

A pobre creatura pouco ou nada aprende, pouco ou nada sabe. É boa e meiga, mas nulla. O resultado é que seu marido não tarda em assumir com ella a attitude de um desdem meio inconsciente e egoísta (*As japonesas. A Federação*, 15/06/1904).

Porém, não deixava de dar uma alfinetada nas mulheres europeias devido aos seus gastos com produtos de *toilette*. Em vários artigos, os articulistas criticavam as mulheres que gastam muito com produtos relacionados à higiene e beleza. A boa esposa e mãe seria aquela que fosse instruída, economizasse o dinheiro do marido e vivesse com simplicidade.

A partir da metade da década de 1910, o feminismo passou a ocupar maior espaço, principalmente, no debate sobre a possibilidade de as mulheres votarem ou não, por isso, dividiu-se os textos para facilitar a análise.

Quadro 15 – A mulher em *A Federação* (1916-1934)

Ano	Data	Autor	Tipo/seção	Título	Assunto
1916	03/11	-	Nota	Sr. Hughes é favoravel ao sufragio das mulheres	O voto feminino
1918	29/05	-	Nota	O sufragio feminino nos países da Europa em 1917	O voto feminino na Europa demonstrava quais os países que o estão adotando.
1918	06/01		Artigo	O livro de uma mulher sobre feminismo	Dados sobre o livro de Mrs. Olive Schreiner (poetiza).
1919	02/12	Carlos Penafiel	Discurso	O trabalho das mulheres: o voto em separado do deputado Carlos Penafiel	O regulamento de horas do trabalho feminino nas fábricas, minas, oficinas, etc.. Deputado justifica voto separado, defendia o direito de a mulher trabalhar como em outros países.
1920	02/02		Artigo	Os arranjos caseiros	Arranjos e abajours, para decorar a casa, de crochê.
1920	25/03	-	Nota	O voto feminino nos Estados Unidos da América	Ressaltava que falta apenas um voto para as mulheres poderem votar nos EUA.
1922	25/10		Nota	Congresso juridico	Discussão sobre o voto feminino, quase unanimamente favorável ao voto das mulheres.
1923	05/12	Alvaro Sergio Masera	Artigo	A mulher rio-grandense	Exemplos de mulheres fortes e lutadoras no Rio Grande do Sul. Descreve as lutas feministas pelo sufrágio na América e na França. Defende que a mulher não pode lutar com rudeza de um gladiador, que não

					deve perder a suavidade e a bondade.
1925	05/05		Nota	Argentina	Deputado Bard, apresentava um projecto concedendo o voto às mulheres.
1926	04/02	Ramalho Ortigão	Artigo	Educação feminina	Criticava o tipo de educação que as mulheres recebiam. [Bem positivista].
1926	10/08	Carneiro Leão - Director geral da instrução pública no Distrito Federal	Artigo	Introdução ao programma de ensino do Distrito Federal	Programa das disciplinas da instrução pública; Aritmética, Geografia, História, Educação moral e cívica, higiene e ciências físicas e naturais e economia doméstica. [Transcreve-se programa de “Trabalhos manuaes e economia doméstica”].
1927	07/11		Nota	Voto feminino	Manifestação pelo reconhecimento do voto feminino no Rio Grande do Norte.
1927	01/12		Nota	O voto feminino na Finlândia	O progresso dos ideais feministas e do voto das mulheres.
1927	15/12		Artigo	O voto feminino	Esther Rego Barros, esposa do presidente da Câmara ao Correio da Manhã, se posiciona contra o voto feminino.
1927	16/12	-	Artigo	Memorandum	Exercício do voto das mulheres.
1928	08/03		Artigo	Pronunciamento da magistratura sobre constitucionalidade do voto feminino	Juiz deu direito à srta. Maria de Lourdes Lamartine de votar (RN).
1928	14/03	Geraldino Silveira.	Assuntos ruraes	VI	O trabalho das mulheres no campo.
1928	04/05		Nota	O voto feminino	A comissão deu parecer favorável ao voto feminino no Chile.
1928	28/05		Nota	-	O voto feminino no RN
1928	31/05		Artigo	O voto feminino	Um parecer do dr. Levi Carneiro.
1928	04/08	-	Artigo	Memorandum	Voto feminino.
1929	01/01		Artigos e notas	A PAGINA DE FEMINA	Página 11 inteira com artigos e notas para as mulheres.
1929	31/05	Victor Russomanno	Chronica política – Especial para A Federação	O voto da mulher	O autor fez referência à eleição inglesa que as mulheres vão votar. Questiona sobre a questão do voto na França. Mas a posição sobre o voto da mulher na América Latina é contraditória.
1929	21/06		Artigo	A reforma eleitoral e a Constituição política do Chile	Condições de elegibilidade e o direito ao voto à mulher.
1931	08/04		Artigo	Uma aristocrata espanhola aconselha as mulheres de seu paiz a trabalharem pelo voto feminino	Viscondesa de San Henrique publicou um manifesto dirigido às mulhres espanholas, animando-as a fazer campanha em todo país para obterem o direito ao sufrágio feminino.
1931	23/05	-	Artigo	O trabalho da mulher e o segundo congresso feminista no Brasil	Teses que seriam discutidas no congresso feminista em julho. Prefeitos mandariam representantes. Da Inglaterra chegaria miss Allem, chefe de policia de mulheres, em Londres.
1931	18/08	-	Artigo	A mulher na agricultura	Conferência no congresso feminino sobre o trabalho das mulheres na agricultura.
1931	07/10	Celestino	Artigo	Questão de discos	A favor do voto feminino e do

		Prunes			divórcio.
1931	28/10	Entrevista com Borges de Medeiros	Artigo	O pensamento do grande chefe republicano Dr. Borges de Medeiros relativamente ao projecto de Reforma eleitoral.	[entrevista concedida ao Correio Mercantil, de Pelotas e publicada na Federação]. Borges de Medeiros se posicionava sobre o voto feminino.
1932	18/03	Dr. Augusto Matuk ¹⁸⁶	Artigo	Formação e trabalho da mulher	Orientações do professor sobre o trabalho da mulher.
1932	13/01		Artigo	As feministas querem colaborar na reconstrução nacional	Entrevista com as dras Elvira Kommel e Natercia Silveira, que adquiriram o direito ao voto no RN.
1932	03/02	-	Artigo	Gilka Machado e o direito de voto à mulher	Gilka Machado se posicionou contrária ao voto feminino.
1932	01/10		Artigo	O feminismo avança	Trabalho de Bertha Luz e Natercia Silveira para implantarem “igualdade de direitos da mulher aquelles desfructados pelos representantes do sexo oposto”
1933	17/03	-	Artigo	O voto feminino	Defendia o voto feminino.
1933	15/04	-	Nota	-	Grande número de mulheres rio-grandenses que estavam se alistando.
1934	08/01		Artigo	O 2º Concilio da Igreja Metodista no Brasil. Continuam animados os trabalhos desse importante conclave – A mulher metodista no campo do serviço social e religioso.	Defendia a participação da mulher na assistência social
1934	26/11	-	Artigo	O magistral discurso proferido pelo presidente Getulio Vargas no banquete que lhe foi oferecida, sabbado pelo governo do Estado.	Mencionava o direito de as mulheres votarem.

Nas décadas de 1920 e 1930, a educação da mulher não saiu da pauta do periódico.

Alguns artigos discutiam essa questão,

Nas altas classes as meninas são em geral, mais intruídas do que os homens. Sabem musica, sabem linguas, falam inglez, o francez, o italiano, escrevem adoravelmente, mais bello e cursivo inglez.

[...]

Infelizmente, porém, como ellas são educadas, em vista mais do exito e do aplauso na sociedade do que do logar que têm de occupar na familia e na sua casa, faltam-lhe conhecimentos prácticos, noções positivas e claras, principios solidos que sejam a base do ponto de partida, do seu criterio.

¹⁸⁶ Professor da Faculdade de Farmácia, Odontologia e obstetrícia de São Paulo.

Os conhecimentos literários que recebem, aliás, imperfeitos e superficiais, não constituem habilitação doméstica, uma utilidade na família.

A missão das mulheres modernas é muito complexa. A vida democrata das sociedades actuais exige da esposa os conhecimentos mais práticos.

É preciso, além disso, que tenha cultura indispensável para se poder entreter a si mesma, para exercer a actividade intelectual, para se não aborrecer quando estiver sozinha, para poder acompanhar o seu marido, para qualquer parte do mundo e estar habilitada para reorganizar, em qualquer sítio que seja, um forte centro moral de que seu espírito deve ser foco (Ortigão, Ramalho. Educação feminina. *A Federação*, 04/02/1926).

Ainda prezando pela educação que facilitasse sua vida no casamento, com conhecimentos práticos sobre o assunto. A instrução deveria servir também para que pudesse acompanhar o marido a qualquer lugar do mundo. A posição de Ramalho Ortigão estava em plena conformidade com o pensamento positivista sobre a mulher no período.

O trabalho da mulher continuou sendo discutido. Mas o foco foi o trabalho agrícola, tendo a mulher como colaboradora do homem nesta atividade.

Porque, em regra, a actividade da mulher, como colaboradora do homem, nos varios ramos de serviços nacionaes, tem sido estudada (...). Já não é novidade a mulher no exercicio das profissões liberaes, até pouco monopolizadas pelo homem: na advocacia, na medicina, na engenharia, na industria e no comercio.

O que faltava era (...) desenvolver o trabalho da mulher na agricultura, tarefa que condiz muito com as suas possibilidades e em cujo desempenho poderá ella, como cooperadora do homem, tirar grandes vantagens (*A Federação*, 18/08/1931).

O articulista colocava a participação da mulher nas profissões liberais como algo já dado, ou superado, mas se sabe que a situação ainda era difícil e a inserção plena da mulher nessas atividades se deu somente nas décadas finais do século XX. A participação da mulher no trabalho agrícola sempre aconteceu, desde os primórdios da civilização, porém sem reconhecimento e remuneração. Somente a partir dos anos 2000 que as mulheres passaram a conquistar espaço como gestoras das atividades e das propriedades agrícolas.

Como se pode observar pelo quadro, a partir de 1916, os textos encontrados na *A Federação* são sobre feminismo, dando ênfase ao voto das mulheres. Karawejczyk (2008) encontrou, em sua pesquisa sobre a representação do voto feminino no *Correio do Povo*, as matérias de cunho opinativo as quais eram as responsáveis pelo maior número de matérias, porém havia artigos com argumentação contrária à participação das mulheres e os argumentos favoráveis e os neutros. Era possível ver que, grande parte desses artigos, eram sobre o direito ao voto das mulheres em outros países. Outro número razoável sobre o Rio Grande do Norte, onde duas mulheres haviam conquistado judicialmente o direito ao voto. O periódico divulgava que, em 08 de março de 1928, um magistrado concedeu esse direito à senhorita Maria de Lourdes Lamartine, ou seja, antes de o voto feminino ser constitucionalmente instituído no Brasil.

O periódico mostrava a opinião, sobre o papel da mulher, de duas lideranças importantes do Partido Republicano Riograndense, Carlos Penafiel e Antonio Augusto Borges de Medeiros. O primeiro justificava voto em separado sobre o trabalho da mulher, defendendo que esta podia trabalhar sem ter regulado o tempo de trabalho nas fábricas.

Na plenitude dos seus direitos individuais, procedendo de sua dignidade, de sua natureza, a mulher adulta, como o homem, não devia ser coagida pela lei a um afastamento, afinal, da fábrica, para ser talvez, explorada muito mais vilmente pelos *sweating system*, o desumano regimen do suor na industria a domicilio.

De resto, o Estado não parece ter o direito de sacrificar a mulher num direito de sacrificar a mulher num direito natural, inalienavel e sagrado, constantemente presente a todos membros do corpo social, principios simples e incontestaveis, sob o pretexto de lhe proteger, marcando a duração do trabalho, quando não lhe da nenhuma garantia quanto à “intensidade” do trabalho, que affecta-o muito mais o organismo delicado da mulher, não fixo o salario minimo, sem o qual o patrão procurará outras compensações á redução de horas (PENAFIEL, Carlos. In: *A Federação*, 02/12/1919).

Embora o deputado defenda a liberdade de a mulher trabalhar, ainda a considerava tendo um “organismo delicado”, por isso deveria-se limitar a intensidade do trabalho e não as horas de trabalho. Alguns anos mais tarde, quando a pauta da vez não é o trabalho, mas o voto das mulheres, Borges de Medeiros defendeu o voto familiar. Ou seja, não concedeu autonomia à mulher, sendo ela capaz de votar somente no contexto familiar, junto ao marido.

O Sr. Borges de Medeiros preferiria o voto familiar, isto é, a criação dos chamados “Conselhos de Família”, onde a mulher tivesse voto deliberativo nas questões de assistência social, instrução publica e hygiene, acrescentando que não lhe parece razoavel na situação actual da nossa revolução cultural que a mulher continue alheia a esses revelantes problemas sociaes (MEDEIROS, Borges. In: *A Federação*, 28/10/1931).

Quando era presidente do Estado, Borges de Medeiros já havia deixado claro, em mensagem à Assembleia dos Representantes (1900), qual o tipo de educação que ele pensava para o sexo feminino.

Convem agora que outra medida complementar se estabeleça em relação às escolas do sexo feminino.

A exemplo da Suissa, que mantem as chamadas Escolas de Trabalho para as meninas, devem fazer parte do nosso ensino as obras proprias do sexo, taes como: *artefactos de ponto, costura, concertos de confecção de vestimentas simples*, procedendo-se, porém, de modo que as alumnas se habituem logo à ordem, à propriedade e à economia (...).

Desta forma completar-se-á, no meu apocado entender, a missão social reservada á escola primaria, fundando-se, outrosim, sobre as bases racionaes, a instrução profissional, despida inteiramente do aparato pedancratico com que costuma revestir-se (MEDEIROS, A. A. Borges de. Mensagem à Assembléa dos Representantes. 20/09/1900).

Embora os tempos fossem outros, Borges de Medeiros defendeu uma participação da mulher em assuntos relacionados à instrução pública, à assistência social e à hygiene pública, ou seja, estava de acordo com o lugar que a Escola Complementar ocupou no seu governo e

com o pensamento da época, o qual a mulher poderia trabalhar em ofícios relacionados à maternidade como professora e a enfermagem.

3.2. Os escritos de Ana Aurora do Amaral Lisboa no jornal *A Reforma*

Neste capítulo sobre as representações da educação da mulher aborda-se brevemente a biografia de Ana Aurora do Amaral Lisboa que, além de professora formada pela Escola Normal de Porto Alegre, escreveu vários artigos no jornal *A Reforma*. O que não era muito comum na época, pois poucas mulheres escreviam nos jornais analisados. Os temas abordados por Ana Aurora estavam relacionados à educação e ao papel da mulher na política, por isso a importância da análise de seus textos. A exemplo de outras professoras, que escreviam no *Mentor das Brasileiras*, conforme Jinzenji, Ana Aurora raramente usava pseudônimos em seus artigos. Jinzenji destacou que “a figura da professora era associada ao patriotismo feminino e ao discurso liberal em prol da defesa da instrução das mulheres” [...] (2010, p. 37). A trajetória de Ana Aurora estava inserida plenamente neste discurso liberal.

Ana Aurora do Amaral Lisboa nasceu em Rio Pardo, filha de Maria Carlota do Amaral e Joaquim da Silva Lisboa, em 24 de setembro de 1860. Era a décima filha do casal de um total de catorze. As irmãs mais velhas, Zamira (1858) e Carlota (1859), sempre a acompanharam na carreira do magistério e nos escritos sobre política.

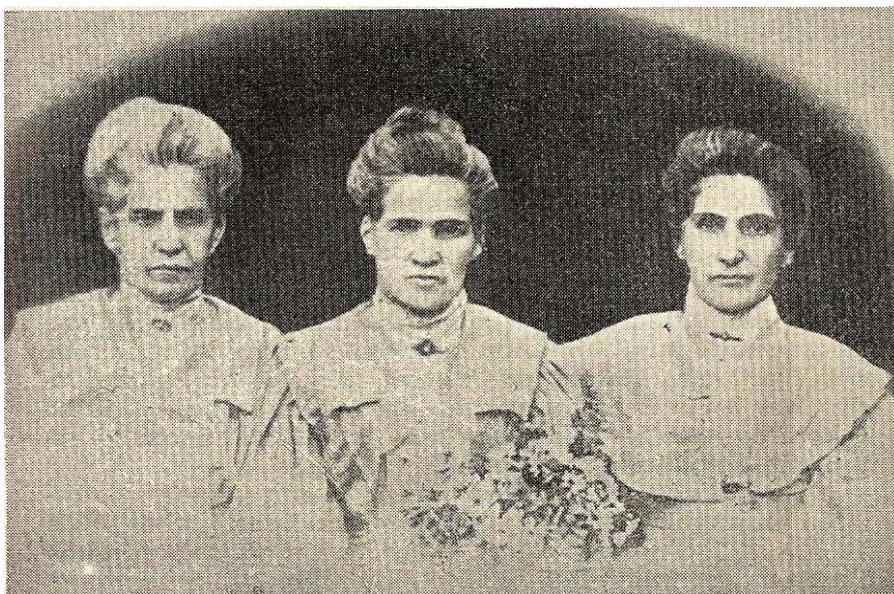


Figura 9 – Foto de 1910 de Ana Aurora entre as irmãs Zamira e Carlota do Amaral Lisboa (SPALDING, 1953, p.28)

Ainda em tenra idade, seu pai parecia ter tido sempre a preocupação em manter os filhos informados dos acontecimentos políticos e aspectos da vida prática. Segundo Spalding,

os serões da família! Neles, outrora, principalmente pelo interior do Rio Grande do Sul, se assentava a base da educação familiar. Educação social e moral. E muitas vezes seu pai leitor, acrescentava comentários explicativos procurando, por esse meio, chamar atenção dos filhos para certos pontos mais delicados ou de maior proveito para a vida prática. E, no geral, os que assim procediam nem sequer possuíam cultura apreciável, pois não passavam de alfabetizados apenas, ou simples alunos que haviam sido de cursos particulares primários (SPALDING, 1953, p. 23).

O pai era comerciante, Comandante da Guarda Nacional e Agente dos Correios e dava aos filhos a educação corrente no período. Percebe-se que havia uma preocupação familiar com a instrução dos filhos, inclusive das meninas. Além dos ensinamentos do pai, Ana Aurora e suas irmãs tinham contato com os tios maternos Francisco de Paula do Amaral Sarmiento Mena, Antonio Manuel do Amaral Sarmiento Mena, Sebastião Xavier do Amaral Sarmiento Mena (poeta) e Frederico Augusto do Amaral Sarmiento Mena, todos membros do exército farroupilha que apregoavam as ideias liberais (SPALDING, 1953, p. 22).

No entanto, a educação de Ana Aurora não se restringiu à instrução familiar. Em 1879, seu pai levou-a para Porto Alegre para completar os estudos na Escola Normal. Para poder estudar, Ana Aurora ficou hospedada na casa de parentes. Cursou Escola Normal até 1881, quando se diplomou recebendo o 1º prêmio (SCHNEIDER, 1993, p. 453). Recebeu a premiação do diretor da Escola Normal e da Instrução Pública, que na época era Adriano Nunes Ribeiro. Foi no ano em que Ana concluiu os estudos, que o “educandário instituiu o prêmio nota distinção, desde então concedido a alunas laureadas¹⁸⁷” (FLORES, 1993, p. 39). Sobre esse dia, ela escreveu em *A Reforma* anos depois:

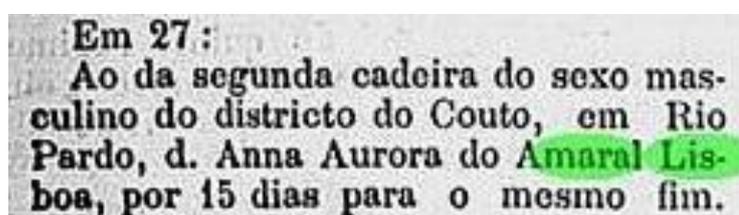
Encarando o magisterio como um verdadeiro sacerdocio, ninguem poderia descrever a emoção que senti, recebendo das mãos do director geral da instrucção publica, o diploma que me dava o direito de exercer esse sacerdocio: elevava-me aos meus próprios olhos, mas esmagava-me ao mesmo tempo a grandeza da missão que me propunha desempenhar. [...].

Uma ideia, mais do que todas as que me despertava áquelle diploma, assoberbava meu espirito e enchia-me de orgulho: a de vir a prestar um serviço, muito pequeno, muito mesquinho para o meu amor, é certo, mas em todo caso um serviço á minha Patria. Inocular no coração da infancia o sentimento do amor à Patria de par com os do bem e da justiça, tornou-se o meu pensamento constante no intuito de realizar aquelle desideratum que tantto me engrandecia ante meus proprios olhos (*A Reforma* – 21/11/1900).

Depois de diplomada, Ana Aurora retornou a Rio Pardo, onde recebeu homenagens pelas conquistas, pois foi a primeira mulher rio-pardense formada pela Escola Normal (SPALDING, 1953, p. 26-30). Ter sido aprovada com distinção traria outras vantagens, já que

¹⁸⁷ O primeiro prêmio recebido por Ana foi o livro *Os Luzíadas*, de Camões, uma edição de luxo com versão também em francês.

pelo regulamento da Instrução Pública poderia ser nomeada sem concurso para qualquer cadeira vaga. No entanto, seu pai não a deixou usar esse privilégio. Por isso, só pode assumir o magistério estadual em 1883, numa cadeira distante de sua residência, no distrito de Couto, na zona rural de Rio Pardo, onde teve que residir sozinha. Segundo Spalding, “seu título de nomeação, datado do Palácio do Governo, em Porto Alegre, 28 de junho de 1883, e assinado pelo vice-presidente em exercício, Dr. Menandro Rodrigues Fontes, estabelecia os vencimentos em 1:500\$000 anuais” (1953, p. 30). Em 1884, segundo o jornal *A Federação*, Ana Aurora esteve de licença, por motivos de saúde, durante 15 dias, e mais 4 dias em outubro de 1885.



Em 27 :
Ao da segunda cadeira do sexo masculino do districto do Couto, em Rio Pardo, d. Anna Aurora do Amaral Lisboa, por 15 dias para o mesmo fim.

Texto 94: Nota sobre Ana Aurora (*A Federação*, 04/03/1884).

Lecionou no distrito de Couto até 1888, quando recebeu a promoção para a 1ª cadeira do segundo grau, do sexo masculino da cidade de Rio Pardo, tendo um aumento de vencimentos para 200\$000. A nomeação foi realizada pelo Barão de Santa Tecla, que era o presidente da Província em 8 de novembro de 1888. Em 1891, Ana Aurora do Amaral Lisboa conseguiu passar para a cadeira do sexo feminino (SPALDING, 1953, p. 30).

A situação política no Rio Grande do Sul interferiu diretamente na carreira de Ana Aurora. Neste sentido, lembra-se que o domínio político partidário, enquanto estudava na Escola Normal, era do Partido Liberal. Sabe-se também que sua família defendia os ideais liberais, já que alguns de seus tios tinham lutado na Guerra dos Farrapos e defendido o ideal farroupilha. Além disso, sua nomeação como professora pública deu-se nos anos derradeiros do domínio liberal da Monarquia.

No entanto a situação mudou, veio a República e sua família era contrária ao exílio de D. Pedro II. Embora não concordasse com o Golpe dado na presidência em 1891¹⁸⁸, Ana Aurora pouco se manifestou no período conturbado, entre 1889 e 1893, quando o Rio Grande do Sul teve 16 presidentes. Na guerra de 1893, a sua irmã Carlota escreveu versos contra os

¹⁸⁸ Floriano Peixoto, então vice-presidente, assumiu a presidência da República e não convocou eleições como era de se esperar. Este fato provocou muitas reações contra os republicanos.

republicanos, elevando a personalidade de Gomercindo Saraiva¹⁸⁹. Mesmo não publicando os versos, estes tornaram-se públicos, pois um comerciante conhecido como “Alemão Neuman”, prometeu traduzi-los para o alemão, porém jamais entregou de volta os originais. Através dele, a poesia teria chegado as mãos dos republicanos, o que teria provocado as divergências,

Salve!
Ao General Gomercindo Saraiva.

Salve! Chefe denodado!
Salve! Valente soldado!
Salve! Herói nobre e sublime!
Ó tu, que neste momento
Inspiras um sentimento
Que em palavras não se exprime!

O que o povo por ti sente,
Ao ver teus feitos, valente,
É mais admiração;
Teu braço ousado não cansa;
És do Rio Grande a esperança,
És do Rio Grande a esperança,
És a sua salvação.

Ao ver a Pátria ameaçada,
Sobre o abismo debruçada
Que em breve a iria tragar,
Tu foste, herói dos primeiros
A incitar teus companheiros
A vir a Pátria salvar.

(...)
Quanta nobreza e civismo!
Que imenso patriotismo
Se abriga no peito teu!
És leal, teu braço forte
Só busca ferir de morte
Aquele que hoje ofendeu
(...)

Cada teu feito é uma glória,
Que nas páginas da História
Um dia fulgará.
E teu nome em letras d'ouro
Será, Saraiva, um tesouro que a Pátria venerará.

(Carlota do Amaral Lisboa apud SPALDING, 1953, p. 44).

Ao tentarem recuperar os originais da poesia, os irmãos de Ana Aurora usaram de violência. Em seguida, foram presos em retaliação ao conteúdo dos versos e ao uso da força com Neumann. Esses acontecimentos fizeram Julio de Castilhos transferir Ana Aurora, sem qualquer explicação, para Vila Rica, terra natal do Presidente do Estado (SPALDING, 1953, p. 32). Embora não estivesse envolvida nem se manifestado publicamente contra os

¹⁸⁹ Um dos líderes maragatos que lutou através da prática de guerrilhas contra os castilhistas na Guerra Civil de 1893.

republicanos, as atuações familiares respingaram na sua carreira no magistério. Então, em 1893, Ana Aurora demitiu-se do magistério estadual e dedicou-se ao Colégio Amaral Lisboa, mantido por sua irmã Zamira do Amaral Lisboa.



Figura 10 – Prédio onde funcionou o Colégio Amaral Lisboa até 1912 (SPALDING, 1953, p.63).

A partir daí, as divergências de Ana Aurora com os republicanos tornaram-se públicas. Enviou, então, uma carta a Julio de Castilhos, explicando os motivos de seu pedido de demissão:

Cidadão Presidente. – Ana Aurora do Amaral do Lisboa, professora da 1ª cadeira do sexo feminino, da cidade de Rio Pardo, vem declarar-vos que não aceita a sua remoção para Vila Rica e que nesta data vos apresenta a sua demissão, considerando-se desde este momento exonerada do cargo que exerceu.

Não conhecendo a falta por si cometida, que justifique tal remoção que considera disciplinar, visto como não requereu, a demissionária é levada a deduzir dos fatos, que não atendestes a informações particulares de algum desafeto seu, e não às autoridades competentes, como é de lei, como vos cumpria fazer.

Conscia de jamais ter faltado ao rigoroso, exato e escrupuloso cumprimento de seus deveres, não receia a demissionária os atestados que de sua conduta possam ministrar-vos os seus superiores, está portanto convencida de que não foi a conveniência do ensino que motivou a sua remoção. Se a falta da demissionária é de ter promovido, nesta cidade, uma subscrição em favor dos feridos do EXÉRCITO LIBERTADOR, declara-vos a mesma que se orgulha de ser punida pelo vosso governo, por falta que considera uma ação meritória. Como educadora da mocidade, cumpria-lhe inspirar a esta os sentimentos de amor á Pátria e á Liberdade, e, nas circunstâncias atuais considera a referida subscrição não só como ato de verdadeira caridade, mas também como um significativo protesto contra a tirania que obrigou a lançarem-se numa luta armada aqueles que representam hoje a última esperança de salvação para o infeliz Rio Grande.

Se pensando assim e procedendo de acôrdo com o seu modo de pensar, não vos apresentou a demissionária há mais tempo a sua demissão, foi por julgar que, exercendo o cargo que exercia, prestava um serviço ao seu país e não a vós, ou ao

partido que vos sustenta; vós porém, entendeis o contrário, e punís com uma remoção injusta aquela que teve a audácia de não contar com esta punição; em tal caso prefere a demissionária exonerar-se do emprego, a servir de alvo a intrigas daqueles que, certos de achar em vós quem os atenda solícito, fazem dos verdadeiros interesses do povo um brinco para seus caprichos e vinganças mesquinhas.

Quando o Rio Grande voltar ao regime da Lei, voltará também a demissionária a ocupar o honroso posto de que é hoje arrancada, com a violação da Lei.

Deus vos guarde, cidadão Dr. Julio Prates de Castilhos.

Rio Pardo, 10 de julho de 1893. –

Ana Aurora do Amaral Lisboa (apud SPALDING, 1953, p.).

Com esta carta Ana Aurora tomou posição política contrária ao governo estadual publicamente. Os republicanos, em Rio Pardo, revidaram as poesias escritas pelas irmãs do Amaral Lisboa. Logo após a prisão dos irmãos, da transferência e do consequente pedido de demissão, Ana Aurora recebeu uma carta anônima, na qual ficava explícita a posição do autor em relação à participação política das mulheres.

[...] É para admirar que talentos raros como o vosso não dê para pensar, que essa não é a missão da mulher, principalmente a solteira, e sem pai não deve arrojarse a vir provocar os homens? Não pensais que a mulher deve em todo o tempo dar-se ao respeito? Para ser respeitada? E desde que se dispa do recato de uma senhora para vir provocar os homens, principalmente que nunca lhes ofendeu, deixa de ser uma senhora, é uma mulher qualquer? (apud SPALDING, 1953, p.47).

Obviamente, Ana Aurora revidou, escrevendo outra poesia exaltando Gumerindo Saraiva e a participação política da mulher. Embora não a tenha publicado em *A Reforma*, pois o periódico foi fechado neste período turbulento, transcreve-se poesia *Avante*, publicada por Spalding.

AVANTE!

Eia, patricios, avante!
Um passo além, para diante!
Ide aos bravos vos juntar!
Ide engrossar as fileiras,
fortes, nobres, altaneiras,
que a liberdade hão de alçar.

Sujeitar-se um brasileiro
aos ferros do cativoiro!...
Oh! Por Deus!... por caridade!
De livres tornar-se escravos!...
Oh! Ide ajudar os bravos
alcançar a liberdade.

Não vos curve o despotismo
de um govêrno sem civismo
que quer o povo aviltar!
Gomercindo além vos chama,
cheio de ardor que o inflama,
A ir com ele lutar!

Ana Aurora do Amaral Lisboa (apud SPALDING, 1953, p.48).

A resposta de Ana Aurora ao seu caluniador não se restringiu simplesmente às poesias, o enfrentou frente a frente. No dia 24 de setembro de 1894, armada de um revólver, dirigiu-se

à casa do comerciante Antero Fontoura, a fim de obrigá-lo a pedir-lhe desculpas em público. A seguir as palavras escritas no diário de Ana Aurora.

Tirei, então o revólver de debaixo da capa e apontei-lho à altura da cabeça. A cena que então se passou merecia ser descrita por outra pena que não a minha. Com o terror no semblante, o denotado insultador de mulheres indefesas recuou alguns passos: em seguida, abaixando-se para evitar o tiro, com as mãos na cabeça, como que para preservá-la, correu sempre abaixado, para o fundo da loja, e acorrou-se atrás do balcão, entre uns caixões que havia com peças de fazenda. [...] Confesso que um sentimento mixto de compaixão e de desgosto me assaltou naquele momento e que me envergonhei do que fizera, pensando na humilhante situação daquele homem. Convenci-me, mais tarde, de que em de tal sentimento era ele digno. Foi quando eu fingi querer descobrir no seu esconderijo aquele que muito bem estava vendo, que um dos presentes, que soube depois chamar-se Antonio Manuel Simões Pires, correu e segurou-me pelo pulso, no intuito de desarmar-me (LISBOA apud SPADING, 1953, p.51).

A atitude de Ana Aurora não era comum para uma mulher, muito menos para uma professora que deveria ser amável e meiga. Mesmo tendo uma educação dentro dos padrões do século XIX, no qual a mulher deveria ser recatada e de preferência só dar sua opinião quando solicitada, Ana participou ativamente da política partidária em Rio Pardo.

Antero Fontoura respondeu-lhe as acusações em *A Federação* em dois artigos intitulados *Ao publico de Rio Pardo*, dos quais se transcreve alguns trechos.

[...]

Ora, eu com meu cultivo intelectual tão acanhado, com minha profissão tão diversa, sobretudo o nenhum DESEJO DE APARECER, vim obrigado somente repellar os ataques insultuosos que me ativa a GRANDE HEROÍNA da época, a exma. Sra. D. Anna Aurora do Amaral Lisboa, a qual se constituiu minha gratuita inimiga. Depois de se cobrir com o manto de MARTIR, de tão verdadeira esta eloquentissima senhora deixa cair de quando em quando uma ponta e apareceu a contradição e suas innocentes mentirinhas. Está tão de dominio publico o que se tem passado commigo e essa sra. que se tornaria por demais fastioso, tornar com explicações novas. Como disse, so combaterei suas inventivas.

[...]

Nunca tive desavenças com vossos irmãos para os perseguir por terem idéas contrarias as minhas.

[...]

Vossa trama não está bem urdida aqui, é puramente falta de verdade, que no entretanto prometteste dal a simplesmente. Não me desejava prolongar sobre este ponto, comtudo, como me criminaes a ponto de me attribuirdes as prisões de vossos irmãos, é razão porque prossiga.

[...] Quando se deu o fato que acima fica narrado, de seus irmãos agredirem Neuma, na estação do Couto, estava com a delegacia o vosso irmão o digno Adolpho Lisboa, conhecendo o erro dos seus irmãos tinha comettido e não querendo como era justo, effectuar a prisão d'elles, pediu ao cidadão intendente para fazel-a, o que este effectuou, em termos commedidos e sem a menor violencia, no entretanto, a exma. afirma que seus irmãos vieram maltratados, humilhados, debaixo de insultos!

[...]

Para combater essas contradições e falta de verdade, ainda fácil do ponto que já devia mencionar, o qual é o da poesia [...]. Estando a conversar em uma casa de negocio com alguns amigos, entre os quaes os cidadãos Eduardo Laranja, o capitão Perciliano e Bello, chegou o dito Neuma e disse: “Querem ver a poesia que vim mostrar ao sr. Intendente?

Uma poesia dedicada a Gumercindo Saraiva. – De quem? Perguntamos. – Foi o Alfredo Lisboa que deu-me para traduzir para o allemão, afim de ser distribuidos nas

colonias, e eu vim consultar o sr. Intendente se haverá pra mim alguma responsabilidade, respondendo-me elle que sim, eu vou levar para o Alfredo”. Então pedimos para tirar cópia da tal poesia. Porque mesmo era uma HONRA, cada um possuir. Se o allemão quando foi atacado por vosso irmão e Fabrion, para desculpar-se prevaleceu de meu nome, não me justifico, apenas limito-em ao que já disse, porque homens honrados como eu me considero felizmente não se baixam a deffender-se de accusações d’essas que só poderiam vir da compositora d. Anna Aurora.

[...]

Sobre a carta anonyma que recebestes e que persistis que seja minha, apresentando a razão, que vosso irmão Alfredo tinha atirado para dentro da minha casa a poesia, acompanhada de uma nota e da qual dei resposta a dita anonyma.

Rio Pardo, 9 de abril de 1895

Antero Fontoura

(A Federação, 27/04/1895)

Este trecho foi somente uma parte da resposta de Antero Fontoura a Ana Aurora, no qual ele explicava o episódio da prisão de seus irmãos, de como a poesia teria chegado as mãos do intendente e sobre a autoria da carta “anônima”. Em 29 de abril foi publicada a continuação do artigo, no qual se defendia das acusações, principalmente da “Carta”, mas também sobre o episódio da arma.

[...]

Boa moralisadora educanda de meninas! Tinheis este elevado cargo para salientar-vos, não precisaveis empunhar uma arma assassina!

Sois muito ridicula! Muito mesquinho é vosso pensamento! Ainda vos ufanaes de representar aquella scena em desempenhastes papel de loucaa, que tendo eu, a imperdoavel tolerancia por ser mulher, o que não devia fazer; visto o baixo procedimento, retirei-me, é verdade, para dentro do balcão, mas não sai abaixado e humilhado, como mentiu a heroína; retirei-me, sim, como já disse, para não vos darnos com o metro, única defesa ao alcance da mão ou jogar-vos a rua, como se faz com um cão quando entra inesperadamente para morder. Si eu fizesse isso, hoje reconheço que era o que devia, porque não era uma senhora sensata que fosse me pedir explicações ou exprobar-me, mesmo do que me julgava culpado, e sim desvairada, de revolver em punho, ameaçando-me a vida, que não effetuou seu premeditado intento, foi pela presteza de ser arrebatado logo o revólver.

E agora dizeis que fostes somente assustar-me.

[...]

Minha única vingança é o vosso desprestigio publico! Torno a desmentil-a célebre d. Anna Aurora; ainda sobre a entrada em minha casa no que dia em que fostes de revólver em punho para BRINCAR E ASSUSTAR-ME.

[...]

Não me envergonho nem me arrependo do que fiz, porque considero o meu acto não só uma legitima defeza, mas também como fecundo em beneficio resultados para a sociedade, etc, etc.

Rio Pardo, 9 de abril de 1895

Antero Fontoura

(A Federação, 29/04/1895).

Antero Fontoura procurou se defender das acusações de Ana Aurora, tal como ela o fez. A ideia não era mostrar qual a versão mais verossímil, mas deixar claro que as ações de Ana Aurora tiveram reflexo em sua comunidade, a ponto de o “caluniado” se defender num jornal de grande circulação na capital do Estado.

A maioria dos artigos e poesias de Ana Aurora, analisados neste trabalho são de cunho político, principalmente exaltando a participação da mulher. Entretanto, Ana Aurora não escrevia somente para *A Reforma*, em 1894. Também publicava artigo com o título *Cartas Anônimas*, no jornal *O Patriota*, como resposta aos acontecimentos anteriores.

Os conflitos de 1893 foram muito marcantes na vida de Ana Aurora, pois anos mais tarde, mesmo não sendo uma defensora do presidente da República Prudente de Moraes, escreveu um artigo elogiando-o pela assinatura do tratado de paz, em agosto de 1895. Este artigo foi publicado em *O Canabarro*, recebendo comentários do articulista de *A Reforma*, em 14 de janeiro de 1899. No artigo *Homenagem a Ana Aurora*, o autor não identificado ressaltava o papel da mulher na política e a importância de Ana Aurora neste contexto.

A mulher, bem o disse Anna Aurora, não pode e não deve ser indiferente á marcha dos negócios de sua Patria.

Há de necessariamente interessar-se pela felicidade do paiz em que nasceu, alegrar-se com a sua prosperidade, orgulhar-se com as suas glórias, sofrer com as suas desgraças.

[...]

A illustre rio-grandense se tem o apurado sentimentalismo do seu sexo, tem ao mesmo tempo desmonstrado, nas luctas ardentes pela liberdade-as condições viris de um espírito não só culto – mas ainda inquenbrantavel.

Quando instruída, a mulher não se mostra inferior ao homem intellectualmente, supera-o até, ensinando-lhe o caminho do dever pela magia da palavra – e pelo poder convincente do raciocínio e da lógica (*A Reforma*, 14/01/1899).

O artigo foi marca de um pensamento do século XIX, no qual a mulher poderia e deveria ser instruída. Jinzenji (2010) destacou esse pensamento na sociedade mineira e que parecia não ser muito diferente no Rio Grande do Sul.

A mulher passaria a ter um papel fundamental de guardiã e gestora da intimidade familiar, conjugal, e educadora das novas gerações. Nesse interim, acompanhada da necessidade de distinção de comportamento entre os sexos, se encontrava a ideia de que a mulher “não somente era educavel, como deveria ser educada” (Jinzenji, 2010, p. 24).

Em agosto do mesmo ano, outro artigo reforçava a data de 23 de agosto¹⁹⁰, com mais elogios a Prudente de Moraes e a importância que as mulheres rio-grandenses deram para o final dos conflitos.

Salve, data que sôas aos ouvidos da mulher rio-grandense como notas suaves de uma musica divina e despertas na au'lma as gratas recordações de um dos mais felizes dias de sua vida!

A's palavras maltidas – sangue, morte extermínio – vieste substituir a sacrosanta palavra – Paz! – anhelos fremente de seu coração, desde o momento em que a noticia do primeiro choque de armas empunhadas por irmãos o fez estremecer de dôr!

Qual a mulher brasileira, qual a rio-grandense que pode ver-te chegar, dia abençoado, sem lembrar o nome do grande patriota que, cõnduido da Patria, tudo arrostou para attender aos seus reclamos e poupar-lhe o sangue e a vida de tantos filhos?

¹⁹⁰ O dia 23 de agosto de 1895 é a data que marca o fim do conflito começado em 1893.

[...] Nenhuma, porque ó nome do benemerito paulista, vinculado para sempre na história patria ao glorioso facto de pacificação do Rio Grande do Sul, mais vinculado ainda se acha no coração da mulher á lembrança dos beneficios que a ella trouxe a cessação da luta armada entre seus irmãos.

Salve, pois, dia 23 de Agosto!

Bem haja o Dr. Prudente de Moraes! (*A Reforma*, 23/08/1899).

Em seus artigos, constantemente Ana Aurora exaltava o amor à Pátria, contudo sem deixar de criticar o governo republicano. Mesmo não tendo citado o nome de Júlio de Castilhos, Ana Aurora não apoiava o regime republicano devido às divergências com o líder do PRR. Desta forma, a autora destacava os problemas do regime republicano em relação à instrução pública e a liberdade de imprensa,

A Patria acima da monarchia e da republica: eis a divisa de todo patriota.

[...] Dizer-se que num paralelo entre o passado regimen e o presente motivou a conversão de um monarchista à republica, quando o povo vê se a braços com a miseria e a fome; falar-se no progresso da republica, quando a instrução está reduzida ao que disse há pouco tempo ainda o proprio organ do governo; quando as attentados a liberdade de pensamento, concretizados nos empastelamentos de jornaes e ataques aos jornalistas da opposição, se produzem todos os dias [...] (*A Reforma*, 16/02/1901).

Mas seu pensamento sobre a mulher, embora estivesse à frente, em relação às questões políticas, ressaltava que a escolha de ser professora tinha mudado a sua vida. Associava essa decisão ao fato de se considerar muito feia, até defeituosa, desconfiada e retraída. Para Louro:

possivelmente para Ana Aurora, como para muitas outras moças, o magistério se apresentava como a alternativa mais viável ao casamento. Provalvemente para ela, como para muitas pessoas, a professora estava associada à imagem da mulher pouco graciosa, da solteirona retraída (LOURO, 2004, p.464).

Desta forma, como tantos nos séculos XIX e XX, Ana Aurora via a profissão de professora como um sacerdócio e o associava à maternidade. Considera-se esse pensamento não como uma exclusividade dos liberais, mas como um pensamento de época, já que até mesmo os jornais conservadores defendiam essa ideia.

Além de liberal, Ana Aurora também era católica, ponto no qual discordava veementemente dos positivistas. Em seus escritos, fez ataques diretos ao governo estadual, principalmente no que se referia ao positivismo e à maçonaria, defendendo o catolicismo.

Parece ser hoje uma verdade universalmente reconhecida a influencia da mulher no destino das sociedades: d'ahi o vermos, actualmente, a maçonaria e o positivismo no afan de attrahir, cada qual para suas doutrinas, as sympathias do coração feminino. Pobre mulher, ente fraco de espirito, cuja razão tão facilmente se deixava vencer pela piedade, pelo sentimentalismo, que será de teu pobre coração, se não achares na tua crença em Deus, na tua fé em suas promessas, a bussula segura que te escondem sob tão seductoras miragens?

[...] Hypocritas, não se atrevem a dizer francamente que desejam derrocar por completo a religião catholica, para implantarem sobre as suas ruinas a que ellas professam: e pretendem fazer da mulher o instrumento domiciliar que os auxiliará na destruição da obra d' Aquelle que faz eterno jús á gratidão da mulher, levantando-a

da abjecção em que jazia a collocando-a ao lado do homem a quem disse: - “Eis a tua igual, não a tua escrava”.

[...]

O que nos repugna é a falta de lealdade com uma e outro falam á mulher, quando appellam para seu concurso, procurando mover em seu favor a sensibilidade feminina.

Mascaras abaixo, viseira cahida, senhores maçons e senhores positivistas: o que pretendes é o aniquilamento da religião catholica e o triumpho dos vossos principios sobre ella; dizei o então á mulher, claramente, sem sophismas, sem embustes, para que ella saiba nitidamente para que fim caminha filiando-se a uns ou a outros de vós.

[...]

Não; a mulher não tem necessidade de filiar-se á maçonaria nem ao positivismo, para cumprir a sua missão de anjo tutelar da humanidade: ella encontrará no Evangelho os ensinamentos necessarios para o bom desempenho dessa sublime missão.

[...]

Mães catholicas, mães brasileiras; cautela contra o canto das sereias dos sectarios das novas religiões! Quereis concorrer para o engrandecimento de nossa Patria, quereis collaborar efficazmente para reforma e regeneração dos costumes? Educai vossos filhos nos sublimes principios de amor e de justiça ensinados pelo martyr do Golgotha: nada mais será preciso (*A Reforma*, 19/11/1900).

Embora atacasse veementemente o positivismo, para Flores, Ana Aurora em sua prática pedagógica seguia alguns preceitos que de certa forma agradariam aos positivistas, tais como o amor à pátria, reforçado pelos festejos nas datas comemorativas.

Ana explica a metodologia de ensino que usava. Identificava pelas trovas populares e patrióticas que aprendera com a mãe, robustecidas com as lições paternas e com o estudo de história nacional utilizava o ensino de História para desenvolver o sentimento de amor à Pátria e despertar nos alunos a admiração pelas coisas e vultos de nossa História (FLORES, 1994, p.146).

Ana Aurora usava os eventos nacionais para alfabetização, através de ditados ou cópias de trechos alusivos, como para formação de hábitos cívicos, muito a gosto do discurso positivista, “para quem os heróis nacionais devem servir de exemplo, pois conforme Comte os vivos serão sempre e cada vez mais governados pelos mortos” (FLORES, 1994, p.146). Mas havia uma data que Ana Aurora jamais comemorava, o 15 de novembro. Na visão da professora Ana, a data era símbolo do positivismo. Sobre esta data escreveu em *A Reforma*.

Não seria eu, pois, quem levaria a mal que os republicanos se lembrassem de comemorar a data da proclamação da república com uma festa civica escolar, comquanto ninguem possa negar que as comemorações a esta data têm tido sempre mais character irritante de manifestações de partidarismo politico do que o de festas nacionaes, o que tem sua explicação natural no facto de ser ainda muito recente o acontecimento que se celebra e não estarem ainda cicatrizadas de todo as feridas que elle fez.

Não sou, pois, infensa às festas escolares, mas impossivel seria calar minha indignação ante a maneira que alguns professores e professoras publicas julgaram-se obrigadas a corresponder ao convite do Sr. Inspector da 1ª região, para a festa escolar por elle promovida e realizada no último dia 15 deste mez, no advento da república!

[...]

[...] não posso deixar de achar justas, naturaes; explicaveis; obrigatorias até como dever, ás saudações levadas ao Sr. Desembargador presidente do Estado pelas escolas públicas de Porto Alegre; por ocasião das festas escolares de 15 de

Novembro, iniciadas pelo Sr. Toscano; mas, por Deus, que significam as homenagens prestadas ao Dr. Julio de Castilhos?!

O Dr. Julio de Castilhos nada mais é hoje do que um cidadão como outro qualquer, e, como chefe do partido republicano, devia ser mais do que nenhum outro, excluído das homenagens das escolas republicanas. Por ventura são as nossas escolas publicas e as crianças que as frequentam corporações políticas, como o Centro Republicano e outras semelhantes?

[...]

Sou também educadora da infancia e como tal era de meu dever protestar contra as homenagens das escolas ao Dr. Julio de Castilhos, facto deprimente para a dignidade do magisterio, e um crime, um verdadeiro crime para com a infancia.

Rio Pardo, 19-11-1900. Anna Aurora (*A Reforma*. Pela Infancia. 21/11/1900).

Ana Aurora não questionava as festas cívicas, mas as homenagens a Julio de Castilhos. Na sua opinião, estas davam carácter partidário às comemorações de 15 de novembro. Em vários momentos, reforçava as datas 13 de maio e o 7 de setembro, escrevendo artigos e festejando na sua Escola, em Rio Pardo, até mesmo com desfiles e apresentações na praça. No entanto, quando necessário, fazia elogios ao presidente da República, como no artigo intitulado *23 de agosto*, sobre o fim do conflito de 1893.

De alguma maneira, embora defendesse a participação política das mulheres, as colocava como boas esposas, mães e filhas, que deveriam zelar pelo bem da família. Neste sentido, desde que “família passa a ser uma sociedade em miniatura, a mulher torna-se um ser político” (Jinzenji, 2010, p.35).

Ana Aurora tinha uma representação importante, a ponto de ser nomeada como chefe de seu partido em Rio Pardo,

Em 11 de março de 1901, Ana Aurora recebeu uma homenagem em *A Reforma* na primeira página do periódico. Foram publicados vários artigos sobre a sua participação política e sua carreira como professora devota à educação. Os textos que a homenagearam foram assinados por Victor Brau, Edgar de Souza, G. Senior, Gregório e Cyro Gama.



Figura 11 – Imagem de Ana Aurora (capa de *A Reforma*, 11/03/1901).

Nas homenagens, os autores reforçaram sua participação política, sem deixar de mostrar o ideal feminino para a época.

Ella trouxe ás nossas denotadas fileiras, stoicamente resistentes, o poderoso amparo da alma feminina, sempre carinhosa e consoladora, sempre voltada para o bem (sem autor. Justa homenagem. *A Reforma*, 11/03/1901).

[...]

Ana Aurora, dotada de uma altivez não comum, de um caracter resistente, impolluto, de sentimentos generosos verdadeiramente patrióticos, não desanima, pelo contrário, sente-se cada vez mais energica, com mais calma, superior á calumnia e á irrogadas. O seu coração dotado de sentimento da ternura que é própria do seu sexo, inflamma se no amor da patria: ama tudo que é bello desta natureza tropical.

Dispondo de uma educação esmerada, de uma instrução superior, de uma intelligencia lucida, a illustre patricia dedicou-se ao magisterio publico, onde prestou relevantes serviços á causa da instrução da infancia, dando os mais assignalados exemplos de sua competencia profissional (sem autor. Cumprimento do Dever. *A Reforma*, 11/03/1901).

Destacavam a sua profissão de professora, mas também a associavam à docilidade e a feminilidade.

Como professora, como educadora dessas gentis crianças que lhe são confiadas para dar-lhes luz aos cerebros, ainda immersos nas densas trevas da ignorancia, o que ella tem sido, que o digam essas mesmas crianças, mimosas flores ainda no desabrochar da vida, corações puros e sãos, que ainda não sabem mentir, e seus progenitores que, com certeza, têm gravado nos seus corações, com profunda gratidão, o nome da mestra de seus filhos (Brau, Vitor. Homenagem. *A Reforma*, 11/03/1901).

Nos textos sobre Ana Aurora, os autores explicitaram que ela despertou amor e ódio. Tanto *A Reforma* quanto *A Federação* mostraram em seus artigos que estavam embuídos das paixões partidárias.

Transcrevemos, a seguir, o artigo de Anna Aurora, resalvando os pontos em que divergimos do programma político da sua auctora: “Quizeramos appellar em nome do passado da *A Reforma*; em honra da memoria de Silveira Martins cujo nome figura no cabeço da mesma Reforma como o de seu fundador; cujas sentenças sublimes ladeiam-lhe o titulo como divisas gloriosas em escudos heralticos; quizeramos appellar, em nome de tudo quanto restar de nobre e justo na consciencia de quem pudesse deferir a nossa supplica, que esse alguém ou mudasse o titulo da *A Reforma*, o expulsasse da sua redacção aquelles que estão enxovalhando o seu passado, conspurcando-lhe as columnas, outr’ora guaridas da altivez e do brio gaúcho, hoje tristes receptaculos de humildes supplicas e de humilhantes bajulações aos poderosos do dia!

Para quem appellar, porém, nesta triste situação, si aquelles que são responsáveis pela direcção do orgão-chefe do partido com a sua attitude?

[...]

Quando é que a *A Reforma*, interpretando licitamente o federalismo, daria ao mundo este triste espetaculo de disputar aos adversarios a gloria de merecer um serviço do marechal Hermes; de tripudiar sobre todo o seu passado, nos éstos de seu contentamento por imaginarias concessões obtidas á força de arditos processos?

A Reforma representando legitimamente o federalismo guardaria a mais decente; continuaria a manter perante o marechal Hermes e todos os militares a nobre altivez que Silveira Martins nos ensinou, quando inscreveu no programma federalista que os militares em exercicio não poderiam votar nem exercer cargos electivos sem prévia reforma dos serviço do exercito.

[...]

A guarda velha não reconheça a Reforma como orgam do partido! (GAMA, F. Pra quem apellar? *A Federação*, 25/03/1912).

O autor F. Gama pediu para que os antigos membros do Partido Liberal retomassem a direção do jornal, e não esquecessem a memória de Silveira Martins e Hermes da Fonseca, os quais defendiam o federalismo. Como se sabe, *A Federação* combateu sempre o federalismo e, principalmente, Silveira Martins, que foi um dos líderes do conflito de 1893 contra Júlio de Castilhos. Mas, ao atacar Ana Aurora do Amaral Lisboa, retomaram um assunto caro ao Partido Federalista, que era o seu principal mentor, Gaspar Silveira Martins, ou seja, tem sentido provocativo.

A resposta ao artigo de Ana Aurora era uma prática comum nos periódicos partidários, tanto em *A Reforma* como no jornal *A Federação*, que era dar respostas aos artigos publicados pelo seu opositor.

A Federação não publicou somente debates político-partidários de Ana Aurora, a partir de 1917, as notas eram elogiosas à professora. Geralmente, são notas sobre as festividades do Dia da Independência e do 13 de Maio, realizadas pelo Colégio do Amaral Lisboa. As notas estavam dentro de um contexto de publicações sobre o 13 de maio em várias cidades do Rio Grande do Sul, como o exemplo de Bagé, que aparece na imagem a seguir.

Entretanto, a nota sobre Rio Pardo ressaltava as festividades oficiais da cidade e entre elas estavam as do Colégio do Amaral Lisboa, com adjetivos elogiando as atividades,

13 de Maio
BAGE' 14 — O Club 13 de Maio festejou, hontem a memoravel data, realizando uma sessão solemne e uma passeata precedido de banda de musica e saudando as autoridades civis e militares.
 Foi inaugurado o retrato de José do Patrocínio.
 A sociedade de tiro effectuou uma formatura, realizando outros festejos patrioticos.
 O 18º grupo de artilharia deu as salvas regulamentares.
 —
RIO PARDO, 14 — Commemorando o 13 de Maio a banda de musica tocou alvorada; os edificios publicos hastearam bandeiras, o Colégio Amaral Lisboa realizou, no Coliseu, brilhante festa, que constou do hymno Nacional e de recitativos, fazendo o sr. Lauro Lisboa uma conferencia sobre a raça uegra.

Texto 95: 13 de maio
 (A Federação, 14/04/1923).

As notas não se restringiam às festividades do Colégio Amaral Lisboa, mas também a própria Ana Aurora. Em nota sobre uma conferência de Ana Aurora na Liga Eleitoral Católica, a professora teria sido favorável à participação da mulher na política, posição que defendeu durante toda sua vida e foi elogiada pelo articulista de *A Federação*.

Uma conferencia sobre a L. E. C. de d. Ana Lisboa
 —
RIO PARDO, 14 — A. exma. sra. d. Ana Aurora Amaral Lisboa, festejada literata e provela educacionista, realizou ontem, no Coliseu, brilhante conferencia pela Liga Eleitoral Catolica, proponando pelo voto feminino e defendendo com elevação os itens que condemn as aspirações dos catholicos brasileiros.
 Compareceram á conferencia as autoridades locais.
 Os assistentes aplaudiram calorosamente.

Texto 96: Uma conferência sobre a L.E.C. de d. Ana Lisboa
 (A Federação, 15/03/1933).

A Liga Eleitoral Católica não era a favorável a autonomia da mulher e o seu direito ao voto, mas mesmo fazendo parte da mesma, Ana Aurora defendeu a participação da mulher em pleitos eleitorais. A postura do articulista também era em favor do voto, já que não se constrangeu em elogiar Ana Aurora. Deve-se considerar que as principais lideranças do antigo Partido Liberal e do PRR já haviam falecido e a opinião do articulista não entrava em atrito com a posição de Ana Aurora. A inimiga política se tornou reconhecida não só pelas disputas partidárias e pela luta pelo direito à participação das mulheres na política-partidária, mas pela sua obra como educadora e poeta. Inclusive, o periódico publicou nota quando esta esteve hospitalizada em 1936 e a identificou como “illustre escritora e educacionista riopardensense” (*A Federação*, 03/07/1936).

Ana Aurora do Amaral Lisboa faleceu em Rio Pardo, a 22 de março de 1951 com 96 anos de idade, depois de uma vida inteira em luta pelos direitos da mulher e pela educação dos menos favorecidos econômica e socialmente.

4. As representações sobre a Escola Normal: a origem da “Escola Modelo” nos periódicos partidários.

A Escola Normal de Porto Alegre foi criada em 1869, tendo como principal objetivo formar professores para uma instrução pública ainda incipiente na Província. Ao longo do tempo foi sendo construída uma imagem para essa instituição como “modelo” de instrução e formação de professores para todo Rio Grande do Sul. Neste capítulo, analisa-se como foi sendo construída essa imagem nos jornais partidários. Como já foi citado, essa construção esteve relacionada às disputas partidárias. E, por isso, faz-se uma análise, com uma sequência mais ou menos cronológica, seguindo as mudanças de nome que aconteceram na escola.

Na primeira parte, faz-se uma análise dos jornais desde a fundação da Escola Normal (1869-1901) até a mudança para Colégio Distrital (1901- 1906), quando começa a segunda parte até 1906, quando é transformada em Escola Complementar (1906-1929); em 1929, volta a ser chamada de Escola Normal (1929-1935); e, finalmente, análise vai de 1935, quando mudou o nome para Escola Normal General Flores da Cunha, até 1937 quando ocorreu a mudança para o prédio na rua Osvaldo Aranha, 527.

4.1 A Escola Normal de Porto Alegre no século XIX (1869-1901)

As primeiras notícias que se tem da Escola Normal pelo jornal *A Reforma*, não eram muito animadoras e estavam relacionadas às disputas político-partidárias entre o Partido Liberal e o Partido Conservador. Era uma crítica ao novo regulamento da instrução pública que, pela visão do articulista, iria gastar muito dinheiro, pois as matérias e os cursos estavam mal distribuídos e organizados.

A criação da “escola normal”, é também uma inovação, - mas que inovação, santo nome de Deus!

Em vez de uma escola normal, creou o novo regulamento uma triste caricatura d’ella, que custará á província rios de dinheiro, sem d’ella a instrução aufera o menor beneficio, tão mal destribuidas as materias e com tão pouco tino foram organisados os cursos (*A Reforma da Instrucção Publica, A Reforma, 20/06/1869*).

Mas as críticas não paravam por aí. O mesmo texto ainda seguia depreciando a criação da escola normal. Para os liberais, “a chamada escola normal não passa de um aborto do bom senso e das regras pedagógicas” (sem autor, *A Reforma, 20/06/1869*).

Mesmo que a Escola Normal fosse uma aspiração dos moradores da Província, lembra-se de que em 05 de abril de 1869, quando foi criada havia o domínio dos conservadores no Rio Grande do Sul e, embora fossem minoria, eram ligados ao governo central e, por isso, dominavam os cargos administrativos mais importantes. Neste contexto político, “os presidentes de todas as províncias eram indicados pelo Rio de Janeiro, tendo por missão exclusiva representar os interesses do governo central e impor projetos deste sobre o restante do país” (CARNEIRO, 2006, p. 132). Logo que a Escola foi fundada, houve a nomeação para diretor do Padre Joaquim Cacique de Barros, também do Partido Conservador.

O periódico que estava fazendo as críticas, *A Reforma*, defendia os interesses do Partido Liberal, que, além de uma postura ideológica diferente dos conservadores aspirava obter os cargos públicos ocupados por estes.

O principal alvo das críticas, entretanto, não era a Escola Normal propriamente dita, mas o diretor da Instrução Publica, José Bernardino da Cunha Bittencourt. Os temas abordados nos ataques eram desde o novo regulamento da instrução pública, a participação do clero na instrução, a intolerância religiosa, o atestado de moralidade exigido aos professores públicos e particulares (dado pelos padres das paróquias) e até mesmo à escrita do inspetor no relatório que fez à Assembleia da Província. Eram tão irônicos que chegavam a mandar José Bernardino da Cunha Bittencourt frequentar o primário, como se vê no trecho a seguir: (...) “é sobretudo necessário que o Sr. Bittencourt freqüente alguma aula primaria e estude n’ella

grammatica; ao contrario não conseguirá jamais fazer um presidente illustrado formar juízo favorável da instrucção na provincia” (O Relatório do Sr. Inspector Geral da Instrucção Publica IV, *A Reforma*, 27/11/1869).

Para criticar a participação do clero na Escola Normal, usaram da ironia para atacar o padre Cacique.

Mas esta salva a coisa, a instrucção se levanta do seu abatimento, o coração do Sr. Bittencourt já não se confrange de dor, os males já não cantam victória, o impossível desapareceu, as difficuldades estão vencidas, - porque o Sr. Padre Cacique é director da escola normal (*A Reforma*, 23/11/1869).

A ironia, usada no trecho anterior, ainda continuava, pois “os alunos da escola normal estudam a história da igreja”. No mesmo texto, chamam José Bernardino da Cunha Bittencourt de “Messias” que iria salvar a instrução pública, e seus apóstolos eram o diretor do Liceu e da Escola Normal. Continuavam ironicamente tratando a educação na escola normal: “Daqui em diante não há perigo que os professores públicos estropiem a Salve Rainha e o Padre Nosso (...). Está salva a pátria, e o Sr. Bittencourt está certo que a escola normal há de inaugurar uma nova era para a instrução” (*A Reforma*, 13/11/1869). Este trecho era referente ao relatório de Bittencourt que havia reclamado que dois professores erraram nas orações, Salve Rainha e Pai Nosso.

Tanto nos artigos de críticas diretas ao inspetor geral da instrução pública quanto à Escola Normal, defendiam o projeto político do Partido Liberal. Para entender melhor é importante analisar o programa defendido pelo Partido Liberal sul-rio-grandense em maio de 1869, o qual representava as ideias do Partido, mas, principalmente as de Gaspar Silveira Martins: de descentralização administrativa, de defesa do Ato Adicional de 1834, da revitalização municipal, da liberdade religiosa, do abolicionismo gradual, da posição contrária ao poder pessoal ou da defesa máxima: o rei reina, mas não governa – além da defesa da liberdade comercial e industrial (PICCOLO, 1974, p. 72-73). Na análise, ficaram evidentes os ideais defendidos pelo Partido Liberal, pois, ao criticar as posturas conservadoras, estavam afirmando uma atitude de grupo que estava dentro da perspectiva apontada por Luca:

[...] jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos por agregarem pessoas em torno de idéias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita (LUCA, 2005, p. 140).

Por isso, quando criticavam a presença do Padre Cacique na direção da Escola Normal estavam defendendo a liberdade de religião, principalmente, a separação da Igreja e do Estado. Quando atacavam o diretor geral da instrução pública, o Partido Liberal “admitia que o presidente da província fosse ligado a um partido político, mas uma vez escolhido como

chefe do poder executivo provincial, cabia-lhe deixar de ser político, para ser apenas administrador” (PICCOLO, 1974, p. 43). Embora as críticas fossem ferrenhas e até mesmo ofensivas, quando chegavam ao poder os liberais tiveram atitudes bem parecidas com as dos conservadores, como se observa logo adiante. Além disso, os redatores do jornal faziam parte de uma elite intelectual que realmente tinha ideias sobre educação.

A historia da igreja pertence aos seminários, onde se querem formar padres, mas não às aulas publicas; ella nem sequer póde ou deve figurar no programma da escola normal, e tão pouco nos programmas dos estabelecimentos do ensino secundário, senão como parte da historia universal [...].

Mas o Sr. Bittencourt não é de meio termos; assim como “felicitou” os pobres alumnos das escolas publicas com a historia da igreja, lastro tão inútil quão pezado, teve o cuidado de riscar de seu programma de estudos, a explicação das instituições políticas do império na parte política da historia da pátria, expressamente recommendada e ordenada pelo §2º do artigo 2º do substitutivo liberal de 1867 (A Reforma da Instrução Publica IV, *A Reforma*, 13/07/1869).

Nos primeiros anos após a criação da Escola Normal, ou seja, enquanto houve o domínio conservador na presidência e na Assembleia provincial, os ataques ofensivos aos governantes continuaram, a instrução pública e a Escola Normal também estiveram no foco dessas disputas.

Se esta instituição tem por missão preparar aquelles que se destinam ao magistério publico; se o pessoal d’este acha-se no estado lamentável que sabemos, pois é summamente impossível, encontrar aptidões que se queiram sujeitar a um ramo de serviço tão pouco generosamente gratificado; porque razão não athrair, pela gratuidade, é a escola normal, a maior somma de intelligencias, que por sua escassez de meios, não podendo se dedicar a outros ramos de serviço, venham formar-lhe um pessoal abundante e moralizado? (Oliveira, A. Corrêa. *A Reforma*, 20/02/1870).

Através desse artigo, que foi assinado por A. Corrêa de Oliveira, percebe-se que não havia interesse das pessoas em fazerem o curso normal, pois a situação da instrução pública era muito precária e a profissão docente não era atrativa devido aos baixos salários e às dificuldades que tinham que ser enfrentadas. Além disso, Pesavento reforçou que os salários dos professores eram tão baixos que mal dava para sobreviverem. Neste contexto, não era difícil de entender porque pouquíssimas pessoas queriam se dedicar à profissão docente. Nesses primeiros anos, a Escola Normal parecia não ter muito prestígio,

[...] a grande questão discutida era da responsabilidade do Estado na administração do ensino público. A obrigação do governo de manter escolas de ensino primário era uma questão definida. Todavia, o que se questionava era a qualidade desse ensino, muito mais voltado para a religião do que a vida prática [...]. Da mesma forma, denunciava-se o excessivo número de matérias a serem lecionadas [...]. Considerava-se absurdo o remanejamento de professores para localidades distantes daquelas onde prestavam os seus serviços, em zonas de difícil acesso, carecendo de transporte adequado e sem nenhum incentivo por parte do governo [...] (PESAVENTO, 1990, p. 80).

Entre as muitas críticas que os articulistas fizeram à Escola Normal e à Instrução Pública, destacavam-se aquelas voltadas para o regulamento da Instrução Pública, comentado

no início do texto, em que as normalistas poderiam ser nomeadas como professoras efetivas sem prestarem concurso público. Os liberais consideravam essa atitude como abuso dos conservadores.

É interessante observar que a direção da Escola Normal estava intimamente ligada ao partido que estivesse no poder. E o padre Cacique conseguiu manter-se na direção da Escola até 1873, pois podia contar com certa estabilidade política, já que no poder central estava um gabinete conservador. Além disso, também podia contar com o presidente da Província do Partido Conservador, Israel Rodrigues Barcellos¹⁹¹, bem como com a Assembleia Provincial, pois havia somente um deputado do Partido Liberal, enquanto os demais todos eram conservadores. Embora a província tenha trocado seis vezes de presidente, todos eram ligados ao Partido Conservador. Com isto, o padre Cacique se manteve até 1873 na direção da Escola. No entanto, nas eleições de 1872, o Partido Liberal conseguiu maioria na Assembleia provincial, mas ainda se mantinha um presidente conservador. Só que o resultado das eleições refletiu na presidência da província e por isso os conservadores trocaram o presidente que era o Jerônimo Martiniano Figueira de Mello para José Fernandes da Costa Pereira Junior que, mesmo tendo apoio dos conservadores, não se manteve muito tempo no cargo. Quando o padre Cacique deixou a direção da Escola Normal, o presidente da Província era o conservador João Pedro Carvalho de Moraes¹⁹².

Embora a situação política tivesse se modificado e o Partido Liberal estivesse conquistando mais espaços políticos, em 1872, a maioria dos artigos de *A Reforma* atacavam o diretor-geral da instrução, José Bernardino Bittencourt, que era também candidato à Assembleia Provincial. Neste ano, vários artigos acusavam a contratação de professores sem vocação e sem instrução para tal. Além disso, a principal acusação de *A Reforma* era a perseguição do diretor da instrução aos professores que não o ajudaram na campanha eleitoral. Um exemplo foi o artigo publicado na primeira página, na seção *Chronica*. Era uma reivindicação e uma crítica a José Fernandes da Costa Pereira Junior – presidente da Província e ao seu relatório para a Assembleia. Reclamava que a instrução estava nas mãos do sr. Bittencourt “que a transforma em arma para suas pretensões, seus caprichos e, o que é mais para as suas vinganças!” Chamava a atenção do Presidente sobre as vinganças de Bittencourt [...] “vamos hoje chamar a atenção de S. Ex^a. para uma vingança que projecta exercer o sr.

¹⁹¹ Israel Rodrigues de Barcellos (1817-1890) foi líder do Partido Conservador, foi deputado provincial e geral em muitas legislaturas e exerceu interinamente a presidência da província em agosto/setembro de 1868 e maio/junho de 1869 (FRANCO, 1998, p.59).

¹⁹² Sobre os presidentes da província durante os últimos 20 anos do Segundo Reinado e os diretores da Escola Normal, ver quadros nos anexos II e III.

Bittencout contra uma professora, que deve expiar o crime de ser casada com um distinto cidadão, dedicado membro do Partido Liberal” (*A Reforma* – 07/11/1872).

A maioria dos artigos tinha tom acusativo tanto em relação à instrução, como sobre a Escola Normal. Chegava-se a ironizar até mesmo a criação da Escola Normal:

O facto que se acaba de praticar, não tem precedentes na nossa província, pois o antigo regulamento da instrução pública não autorisava; infelizmente, porém, a recente lei que creou a escola normal, lançou n’um dos artigos que este funesto princípio, que attenta directamente contra a independência dos professores, que a lei quis tornar independentes, fazendo-os vitalícios (*A Reforma* – 21/07/1872).

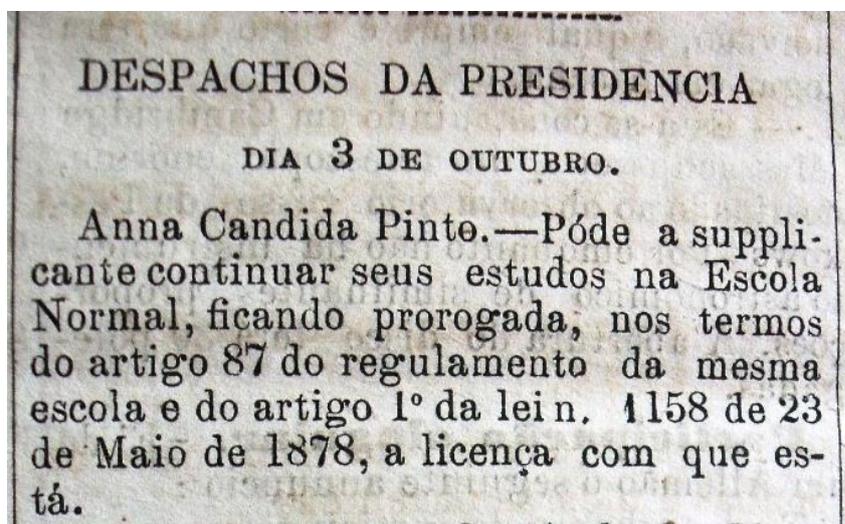
A partir de dezembro de 1872, *A Reforma* começou a publicar as datas dos exames na Escola Normal e no Atheneu Rio-Grandense. Percebe-se que a situação política mudou e o periódico passou a dar notas oficiais. Pois, enquanto os conservadores tinham sido os grandes vencedores da eleição de 1868 na Província, em 1872, os liberais venceram as eleições para a Assembleia Provincial. O Partido Liberal tornou-se, desde então e até o fim da monarquia, majoritário na Assembleia, provando que era realmente a mais forte agremiação política na Província. Mas tiveram que conviver com o domínio conservador na presidência da Província e permanecer assim até 1878 (PICCOLO, 1974, p. 54).

Entre 1873 e 1878 não se analisou nenhum exemplar do jornal *A Reforma*, por isso existe uma lacuna na análise. O próximo ano a ser analisado foi 1879. Nesse período, os liberais, já haviam conquistado mais espaço político, e como o Partido Liberal tinha passado a dominar o gabinete central no Rio de Janeiro, na província conquistaram a presidência. O Partido Liberal sul-rio-grandense tinha maioria na Assembleia Provincial desde 1872, por isso, o tom das notícias em *A Reforma* mudou.

No ano de 1879, não havia muitas publicações sobre a Escola Normal e a instrução pública. Estas se restringiam aos concursos, nomeações, exames. E, como dito anteriormente, elogios para algumas normalistas, filhas de conhecidos correligionários.

Outro tipo de nota interessante de analisar, são as solicitações de pais para que as filhas cursem a Escola Normal, como “Agostinho de Vilhena Cardoso – remetido a diretoria da escola normal a fim de que seja a filha suplicante admitida ao exame, devendo, porém, mais tarde, o requerente apresentar uma justificação da idade da mesma, sob pena de não expedir-se o respectivo diploma de normalista” (*A Reforma*, 03/12/1889). Essa nota era condizente com o regulamento da Escola Normal, porque só poderia matricular-se a candidata que comprovasse com “Certidão de batismo ou justificação pelo juízo competente, provando ter nunca menos de 16 anos de idade” (SCHNEIDER, 1993, p. 234-235).

As professoras que eram alunas da Escola Normal também faziam solicitações semelhantes, tal como prorrogação de licenças.



Texto 97: Despachos da Presidência (A Reforma, 16/10/1879).

Entende-se que nesta nota a aluna da Escola Normal, que estava suplicando para continuar seus estudos, fosse também professora, embora não se tenha encontrado a Lei a qual se referia, porém ela identificou que estava de licença. Com isso, foi possível pensar que alguns professores e professoras conseguiam se licenciar para fazer os estudos normais e continuavam a receber seus vencimentos, porém tinham que pagar a professora a substituta.

— Concedeu-se licença, com todos os vencimentos, á professora interina d. Maria Joaquina Martins Calçada, da cadeira mixta do 5º quartirão de Taquary, para cursar a Escola Normal, deixando substituta idonea paga á sua custa.

Texto 98: Nota sobre licença para professora cursar Escola Normal (A Federação, 10/01/1893).

Parece que, o governo provincial tinha a intenção de qualificar um pouco melhor seus professores, autorizando alguns a cursarem a Escola Normal, embora não se tenha noção de quantos professores conseguiram o benefício e qual critério escolhido para a concessão dessas licenças, mas mediante a incumbência de arcar com o salário do substituto.

Se inicialmente, logo na fundação, os debates políticos envolvendo a administração da Escola Normal eram pela qualidade do ensino, posteriormente, passaram para a qualidade do

corpo docente e da administração da escola. Como quando foi demitido Adriano Nunes Ribeiro.

Foi hontem despedido da Escola Normal o individuo Adriano Nunes Ribeiro, que lá figurava como lente da cadeira de grammatica portugueza, em substituição ao ilustrado Sr. Dr. Pinto, que actualmente desempenha o cargo de director da referida Escola.

Elogia a escola:

(...) um homem que só tem trazido graves prejuízos aquela utilissima instituição. Parabéns aos lentes da Escola Normal! Parabéns á Província! (*O Conservador*, 11/06/1886).

Adriano Nunes Ribeiro e Alfredo Clemente Pinto eram adversários políticos e, em vários momentos, se envolveram em debates pelos jornais. Como no caso da compra de livros realizada por Ribeiro e nas críticas que fez ao livro *Seleta em proza e verso*, de Alfredo Clemente Pinto.

Entre 1886 e 1889, Alfredo Clemente Pinto¹⁹³, embora conservador, se manteve com certa estabilidade na direção da Escola Normal, mesmo com o domínio liberal na Assembleia e na Presidência da província em alguns momentos.

Neste contexto, os informes sobre os concursos para as cadeiras da Escola Normal, às vezes, eram seguidos de artigos e/ou notas sobre a contratação e idoneidade dos aprovados e reprovados. Ao que tudo indica dependia muito das relações partidárias e da direção da Escola Normal para ser “competente” ou não. *O Conservador* transcreveu artigo publicado no *Deutsche Zeitung*, no qual comunicava que estava preenchida a vaga da 4ª cadeira, de história da Escola Normal, na qual foram classificados em 1º lugar os srs. Laurent e Maisonete e em 2º os Drs. Argemyro e Lacerda. Em seguida, passou a criticar o resultado do concurso questionando a parcialidade da congregação da Escola Normal. O redator relatou que os dois primeiros, realmente, sabiam mais fatos e datas, enquanto os outros dois sabiam mais perspectivas científicas,

Já era notada mesmo durante o concurso a parcialidade da maioria da congregação em favor dos dous ex-alunos da Escola Normal, o que ocasionou censurar e por tanto não era de esperar outro resultado.

[...]

Aos primeiros, que se mostraram habilitados para o ensino de escolares; trata-se porém de uma cadeira na qual se vai ensinar a professores, e que por isso deve quem ocupar encarar as respectivas sciências de um ponto de vista mais elevado, em que é indispensável uma escola philosophica a par de uma critica dos factos históricos, cousas que de certo não tem dous primeiros candidatos.

[...]

¹⁹³ Alfredo Clemente Pinto (1854-1938) foi lente da cadeira de Gramática e diretor da Escola Normal e diretor da Instrução Pública em vários períodos, tanto no império quanto na primeira república. Também foi deputado estadual na primeira legislatura republicana (1891-1892). Autor da obra *Seleta em Prosa e Verso*, traduziu para o português *Os Muckers* – episódio histórico ocorrido nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul, de Ambrosio Schupp. Sobre o assunto, ver SCHNEIDER (1993); TRINDADE & NOLL (2005) e FRANCO (1998).

Por outro lado é esta falta insuprível, porque philosophia da historia não se aprende, Ella é o resultado de uma geral intuição philosophica e da applicação dos correspondentes processos críticos ao seu objeto – a história.

[...]

De balde se procurará no interesse da Escola e da instrucção, a razão de semelhante proceder, mas só no propósito em que está a congregação de não receber em seu seio pessoas que difficilmente se prestem ao papel de instrumentos de suas determinações.

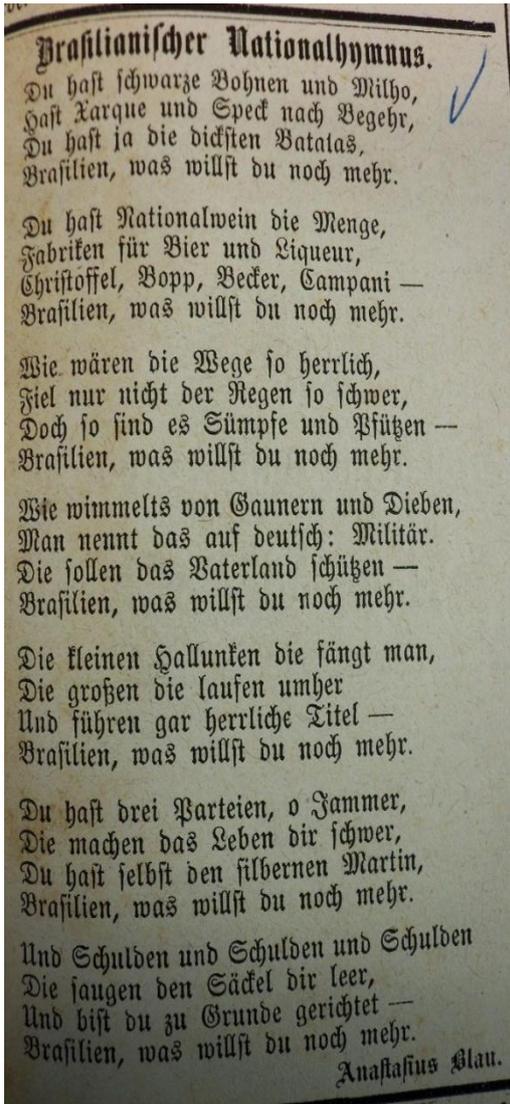
Aqui é parece estar o gato encerrado, e só isto explica o procedimento de congregação que tanta censura há merecido (*O Conservador*, 19/08/1887).

Lembra-se que Karl von Koseritz, redator do *Deutsche Zeitung*, do Partido Liberal, não parecia satisfeito com a nomeação dos professores. E, ao traduzir do alemão para o português e publicá-lo, o articulista de *O Conservador* discordava logo na introdução. Em 1887, o diretor da Escola Normal era Alfredo Clemente Pinto e o presidente da Província era Rodrigo de Azambuja Vilanova, ambos do Partido Conservador.

Houve um outro episódio que envolveu o *Deutsche Zeitung* e a Escola Normal. A suspensão do lente da Escola Normal João Mauricio Von Frankenberg, por uma publicação injuriosa à nação no jornal *Deutsche Zeitung*,¹⁹⁴ na qual o catedrático era o redator do jornal e, como tal, responsável pelo escrito. Na verdade, o autor do texto foi Anastácio, no qual fez uma paródia do Hino nacional brasileiro. Transcreve-se o hino como foi publicado no periódico e a sua tradução. Mas, como o jornal é do século XIX, a tradução literal¹⁹⁵ foi dificultada e nem todas as palavras foram traduzidas.

¹⁹⁴ O periódico foi fundado em agosto de 1861 e publicado até 1917. Foi administrado por comerciantes germânicos residentes em Porto Alegre. Entre os seus principais redatores encontrou-se Karl Von Koseritz. No entanto, no ano da publicação do *Hino Nacional Brasileiro*, 1886, o redator chefe era João Mauricio Von Frankenberg e o gerente era César Reinhard. Sobre o assunto ver: Franco, 2006, Schupp, 2004, Becker, 1956.

¹⁹⁵ A tradução foi realizada por Rodrigo Severo Rodembuch que é jornalista formado pelo UFRGS, mestre pelo International Media Studies pela Deutsche Welle Akademie, Universität zu Bonn e Fachhochschule Bonn Rhein Sieg e foi repórter, produtor, redator, apresentador e chefe de reportagem da Rádio Guaíba 720 AM até o início do mestrado na Alemanha em 2009. Atualmente é professor da Faculdade de Comunicação Social da UNIRIT



Texto 99 – Hino Nacional Brasileiro
 (Deutsche Zeitung. 27/08/1886).

Hino Nacional Brasileiro

*tens feijão preto e leite,
 charque (...) e bacon quando quiser
 Tu tens sim as batatas mais pesadas,
 Brasil, o que mais tu quer?*

*Tu tens vinho nacional à vontade,
 Fabricas para cerveja e licor,
 Christstofel (...)
 Brasil, o que mais tu quer?*

*Como os caminhos seriam bonitos,
Muito não é somente a chuva forte
 Encontram-se pântanos e (...)
 Brasil, o que mais tu quer?*

*Quão abundante de trapaceiros e ladrões
 Em alemão, eles se chamam: militares!
 Eles devem proteger a pátria —
 Brasil, o que mais tu quer?*

*Os pequenos (...) a gente caça,
 Os grandes, estão soltos por aí
 E têm belos títulos
 Brasil, o que mais tu quer?*

*Tu tens três partidos, oh reclamão.
 Eles fazem tua vida complicada,
 Tu mesmo tens o **MARTIN** prateado
 Brasil, o que mais tu quer?*

*E dívidas e dívidas e dívidas,
 Elas te sugam até te deixarem vazio
 E você vai destruir isso?
 Brasil, o que mais tu quer?*

Anastácio

ANASTÁCIO. Hino Nacional brasileiro.
 Deutsche Zeitung. 27/08/1886.

O texto do *Deutsche Zeitung* foi considerado ofensivo à nação brasileira, pois o autor ressaltou as riquezas do Brasil, mas também a precariedade das estradas, a corrupção dos militares, as desigualdades econômicas e as disputas políticas que complicavam a vida dos imigrantes. Como se sabe, a situação das colônias não era muito diferente do exposto por Anastácio, mas nem sempre as verdades poderiam ser ditas. E por isso, o jornal e alguns documentos eram mandados para o promotor para que fosse processado o professor João Mauricio Von Frankenberg. Nos dias seguintes, continuavam as notícias sobre o caso em resposta à suspensão do professor da Escola Normal e, na seção Chronica Política, “Declaração,” Cezar Reinhardt, proprietário do jornal *Deutsche Zeitung*, declarou que J. Von

Frankenbert era o redator da folha, bem como revisor e, por isso, foi demitido ao ignorar a publicação do “*hymno nacional brasileiro*”.

Em nota, chamada *Immoralidade*, questionavam os colegas da Escola Normal, por pedirem aos alunos para assinarem uma abaixo-assinado pedindo para ficar sem efeito o ato que suspendeu o sr. Frankenberg. *A Reforma* noticiou que o autor da poesia publicada no *Deutsche Zeitung* e que provocou a demissão de Frankenberg, voltou a S. Leopoldo e se candidatou a presidente de uma sociedade e foi eleito. O jornal chamava-o de “Caluniador” e “criminoso”. Em nota *Declaração*, *A Reforma* registrou que o único lente da Escola Normal que não participou do abaixo-assinado foi o reverendo João Pereira da Silva Lima. *A Reforma* achou essa atitude uma imoralidade e uma afronta à opinião pública. Pela opinião emitida pelo jornal pode-se perceber aí um princípio de nacionalismo, que deveria ser melhor refletido no contexto liberal.

O articulista de *A Federação* também se manifestou sobre a questão de Frankenberg, porém de maneira diferente de *A Reforma*. O título do artigo era *O incidente Deutsche Zeitung*, no qual o articulista considerava ilegal a demissão de Frankenberg,

A esse acto faltava character perfeitamente legal, á vista da disposição do regulamento da Escola Normal no art. 22:

“*Os lentes efectivos são vitalícios, não podendo perder seus lugares sinão na forma de leis penaes*”

(...)

Além disso, as ilegalidades por parte do poder publico, dictadas por motivos frívolos ou inconfessaveis, são entre nós tão frequentes, que já chegam a merecer, sinão louvores, pelo menos tolerancia, os actos illegaes inspirados por motivos nobres e honrosos.

Ainda mais: acreditamos muito naturalmente que o sr. General Deodoro, que ainda há pouco demittira sem processo um lente da mesma Escola, tinha consciencia do character illegal, da segunda demissão, mas que não hesitára em assumir no caso occorrente, como no caso anterior, a responsabilidade do acto allegando poderosos motivos de ordem excepcional (*A Federação*, 02/09/1886).

Além de questionar a ilegalidade da demissão de Frankenberg, o articulista questionava outra demissão de lente da Escola Normal, que havia sido realizada sem processo, tal como esta. Acredita-se que a demissão que o articulista referia-se era a de Adriano Nunes, como citado anteriormente.

No período em que os conservadores estavam na presidência da Província, *A Reforma* só mudou o tom quando se tratava das normalistas distintas, “se forem do partido liberal” e nas notas sobre acontecimentos na Escola Normal: concursos, nomeações, exames, entre outros. Como nas notas: *Uma estudante distinta*, que dava destaque para aprovação na Escola Normal no 1º ano de Alzira Brito, pois era filha do correligionário Capitão Domingos de Souza Brito; e na nota *Uma normalista*, dava destaque para a aprovação na Escola Normal da

Sra. Adelina Lydia de Bittencourt, filha do correligionário Capitão Aurelio Viríssimo de Bittencourt, redator do Jornal do Commércio (*A Reforma* – 29/12/1886).

Em 1889, analisa-se um volume encadernado somente com os meses de novembro e dezembro, logo após a proclamação da República. Em todos os dias, o jornal usava quase toda edição para tratar de questões políticas. Nesse período, notificava os concursos, exames e resultados de exames. Não havia artigos específicos sobre instrução pública e a Escola Normal. Somente no final do ano, em dezembro, que teciam alguns elogios à separação da Igreja e do Estado.

Em 1891, nos artigos sobre a Escola Normal, *A Reforma* defendia a escola e questionava a maneira de como o novo governo estava encaminhando a instrução pública. E, principalmente, sobre anúncio em *A Federação*, que tratava do fechamento da Escola Normal,

A folha do governo não desconhece os reaes serviços prestados pela Escola Normal à causa do ensino publico, mas, achando que este estabelecimento é insufficiente para preparar tantos professores quantos necessite o desenvolvimento da instrucção, opta pela extinção da Escola. É em verdade, este é um raciocínio ultra pyramidal![...]

Vamos despir a argumentação, cuja fraqueza, ou melhor, sophisticaria, tentou a Federação velar com o emprego de palavras vacias de sentido.

A possante lógica do órgão do governo reduz-se a isto: é necessário fazer-se todo o bem, mas não se pode praticar todo o bem; logo, façamos o mal. E nós, acceitando as premissas postas pela folha do Sr. Castilhos, chegamos a conclusão bem diversa, e que vem a ser: “façamos todo o bem possível”. [...] Com toda a semcerimonia avança esse jornal que a Escola Normal só serviria para formar pedantes, jamais conseguindo preparar professores!

Protestamos contra essa afirmação gratuita e pérfida, e parece-nos já estarmos vendo a digna classe normalista sahir pressurosa em defeza de sua honorabilidade, tão injustamente abocanhada pelo órgão do Sr. Presidente do Estado[...]

Que a Escola Normal, tem prestado bom serviços à causa da instrução, não pode em consciência negal-o a folha governista.

As razeos em que se estriba a Federação para justificar mais este acto de prepotência do presidente Castilhos, as que não são fraquíssimas, são puramente sophisticas (*A Reforma* – 13/10/1891).

O articulista não se cansava de fazer elogios aos bons serviços prestados pela Escola Normal. Ou seja, era um discurso bem diferente daquele do início da década de 1870, quando do domínio conservador. Embora a direção da Escola e a presidência do Estado estivessem nas mãos dos republicanos, mesmo os de última hora, como Alfredo Clemente Pinto, o discurso em relação à escola era outro. Pois, os liberais, agora a maioria federalistas, já haviam passado pela direção da Escola Normal e também construíram um discurso de valorização da mesma.

O artigo, portanto, criticava o governo de Julio de Castilhos – através da suposta extinção da Escola Normal. No mesmo dia, o jornal deu destaque na seção “Comunicado” –

com subtítulo Escola Normal, em que explica o que estava escrito na *Federação* e era assinado por Lelis.

A Federação de 27 do corrente tentou defender o acto da supressão da Escola Normal, e em falta de justificação para elle falla em liberdade profissional, pedantismo etc. etc.

Ninguém poderá negar os benefícios que a escola tem prestado a este Estado, habilitando pessoal para o magistério e para outros cargos sociaes, porque entre nós não se encontra outro estabelecimento de ensino superior.

Uma escola, que desde sua criação tem correspondido a seu fim, não pode ser fechada, só porque os modernos Lycurgos vêm nella um foco de pedantismo, um ultrage a nossa liberdade profissional.

Esta tão decantada liberdade, posta em pratica pelos actuaes reformistas, para accomodar afilhados, e um grande mal para o Estado, porque dispende-se dinheiro com professores que nada sabendo, nada podem ensinar, e demite-se o pessoal habilitado para arrumar-se algum afilhado, ainda que seja qualquer carroceiro ou colono analphabeto (*A Reforma* – 13/10/1891).

A crítica era ferrenha a Julio de Castilhos. Ironizavando, comparavam-no a Maomé e ao anjo Gabriel. As críticas iam além da pessoa de Julio de Castilhos, pois condenavam o projeto político do PRR, quando ironizavam a questão da liberdade profissional, pois defendiam o uso do diploma para a conquista de cargos públicos. Criticavam o pedantismo usado pela *A Federação* ao referir-se aos professores rio-grandenses. Mas a questão não estava resolvida. No 31 de outubro de 1891, havia mais uma nota sobre a extinção da Escola Normal: “Está extinta a Escola Normal do Estado. O facto tem despertado commentarios diversos, uns applaudindo o acto, outros o condemnando formalmente” (*A Reforma* - 31/10/1891). À exceção de *A Federação*, eram poucos os periódicos porto-alegrenses que não criticavam o governo da cidade e do estado.

No ano de 1891, pode-se perceber que a maioria dos artigos de *A Reforma* eram respostas a artigos publicados em *A Federação*; defendiam o ensino público (PRR era situação e defendia a liberdade de ensino); faziam ataques ferrenhos à instrução pública.

Entretanto, havia a seção *Atos Officiaes*, na qual, continuavam a publicar notas sobre remoções e dispensas de professores, além de licenças. Percebe-se que, embora o jornal fizesse críticas ao governo, também publicava as notícias de utilidade para este, pois mantém várias notas e anúncios sobre concursos, datas de exames, lista dos resultados dos exames e datas de distribuição de diplomas e prêmios para os alunos da Escola Normal.

Em 1893, tem-se somente exemplares de *A Federação*, mas adianta-se que algumas notas se pareciam com aquelas publicadas no período monárquico. Eram notas sobre eventos oficiais na Escola, como exames, editais, matrículas, entrega de diplomas, etc.. Dentre estas, destacavam-se as condições e regras para a matrícula na Escola Normal, que pouco foram alteradas, em relação ao Regulamento do Curso de Estudos Normais (1869).

A idade para ingresso mudou de 16, para 15 anos para os meninos e 13 anos para as meninas; continuava sendo necessário o atestado médico comprovando ser vacinado; deixava de ser necessário o atestado do pároco, mas continuava sendo obrigatória apresentação do atestado de boa conduta moral expedido por uma autoridade civil; não era mais necessário apresentação de documento comprobatório de ter curso em escola anterior, devido à lei que dava liberdade profissional; porém, era preciso autorização dos pais para os candidatos menores de idade.

ESCOLA NORMAL
Matriculas

Faço publico, de ordem do sr. dr. director geral da instrucção publica, que até o dia 24 do corrente mez está aberta n'esta secretaria a inscripção para o exame de admissão no curso preparatorio, devendo os candidatos que quizerem matricular-se no referido curso instruirem as suas petições com os documentos seguintes:

- Certidão de idade, em que prove ter 15 annos sendo homem e 13 sendo senhora;
- Attestado medico, que prove ter sido vaccinado, ou ter tido variola, e que não padece enfermidade ou vicio de conformação que o torne inapto para o ensino;
- Attestado de auctoridade civil provando boa conducta moral;
- Sendo menor, auctorisação competentemente legalisada de seus pais ou tutores.

— Igualmente estará aberta até o dia 27 a matricula para os cursos preparatorio e normal.

Secretaria da instrucção publica em Porto Alegre, 10 de fevereiro de 1893.

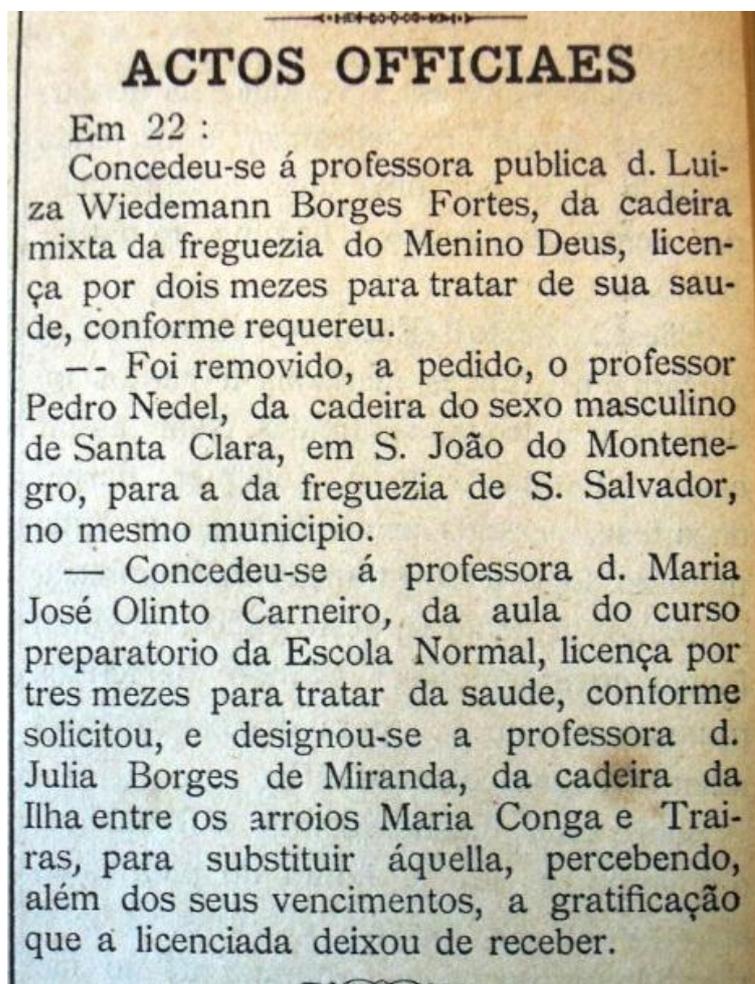
O secretario,
José Carlos Ferreira Gomes.

Até 26

Texto 100: Escola Normal – Matrículas
(*A Federação*, 15/02/1893).

O atestado de boa conduta moral continuava a ser exigido, porque o(o) professor(a) primário tinha que ser modelo de comportamento social, principalmente as mulheres.

Na República, as solicitações de licenças dos professores da Escola Normal eram as mesmas que os demais funcionários públicos, se eram privilegiados ou não, não ficava claro nas notas oficiais.



Texto 101: Atos oficiais (A Federação, 23/03/1893).



Texto 102: Nota sobre licença de Clemente Pinto (A Federação, 07 /03/1899).

Durante os anos de 1899, 1900 e 1901, *A Reforma* publicou poucos artigos relacionados à Escola Normal. A maioria deles se restringia a notícias sobre normalistas que abriram escolas ou foram nomeadas para escolas públicas. Com exceção de um artigo que criticava a situação da Escola Normal e o regulamento da instrução pública, que não exigia diploma de normalista para contratação de professores.

A decadencia da instrucção publica no Estado do Rio Grande do Sul é um facto constatado com verdadeiro sentimento de pegar por todos aquelles que encaram a instrucção popular como base essencial do verdadeiro progresso de uma nação.

Quem não acompanhou dia a dia a decadencia da Escola Normal, esse admiravel instituto de ensino, de onde saham todos os annos tantos professores habilitados para exercer a nobre missão do magisterio primario?

[...] é claro que a instrucção só poderia melhorar, melhorando-se a fiscalizaçào, os processos de ensino e, mais que tudo, o pessoal do professorado que houvesse de ser substituído: mas isso não se tem dado. Fiscalizaçào e reformas no ensino... ainda não deixaram apreciar seus resultados.

Quanto ao melhoramento do pessoal do professorado, cremos que ninguém nos contestará se dissermos que o governo parece ter cogitado justamente do desideratum contrario (*A Reforma*, 18/10/1900).

O articulista argumentava que decorria do facto de não ser mais necessário diploma para realizar concurso público devido à Lei que determinou a liberdade profissional. Relacionava o ingresso no magistério público não mais ao diploma de normalista, mas sim aos bons padrinhos.

No mesmo período, *A Federação* se restringia a publicar notas officiais sobre a Escola Normal, como resultados de exames, datas de matrículas, entrega de prêmios e diplomas, pedidos de exames. Analisa-se neste período vários artigos sobre instrucção pública e educação da mulher em ambos periódicos, já citados anteriormente.

Na seção *Atos Officiais*, publicavam-se os gastos da Diretoria da Instrucção Pública. Destacavam-se os gastos com a Escola Normal, com a Inspeçào Geral e com os Inspectores Regionais.

Escola Normal		
7 lentes a	3:480\$	24:360\$
1 professor de desenho		2:040\$
1 dito de musica		1:440\$
1 dito de preparatorios.....		2:880\$
1 porteiro-continuo		1:600\$
1 servente.....		720\$

(Decreto n. 190 de 29 de setembro de 1898. *A Federação*, 18/01/1899)

Se comparado com os salários do quadro de funcionários da Escola Normal, o salário de lente, que era o professor efetivo, era razoável, principalmente se comparado ao porteiro e ao servente. Entretanto, se a análise levar em conta, os salários dos funcionários da Inspeçào Geral da Instrucção Pública a situaçào se modificava. Um lente da Escola Normal ganhava menos que um auxiliar da inspeçào e menos da metade do salário do Inspector Geral.

Inspectoria Geral		
1 inspector geral.....		9:600\$
1 director de secretaria		6:000\$
1 sub-director.....		4:800\$
1 primeiro auxiliar		4:200\$
1 segundos auxiliar.....		3:600\$
1 almoxarife archivista		4:200\$
1 porteiro.....		2:000\$
1 continuo-servente.....		1:200\$

1 servente..... 600\$
 (Decreto n. 190 de 29 de setembro de 1898. A Federação, 18/01/1899)

Se os salários dos lentes fossem comparados com os dos inspetores regionais da Instrução Pública, a situação também seria diferente, estes recebiam mais que o dobro do que um lente da Escola Normal.

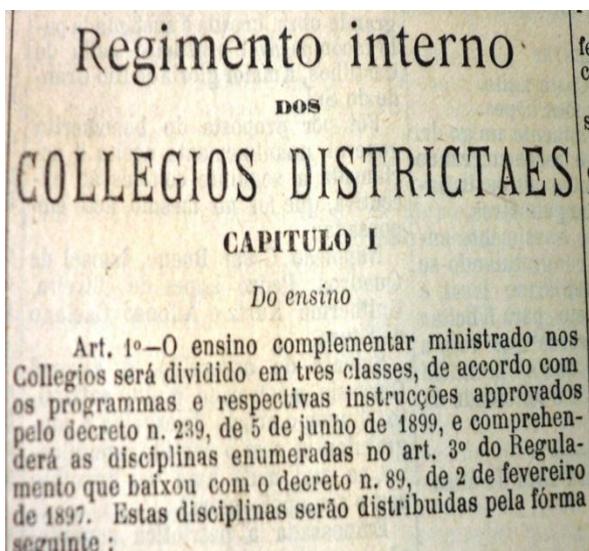
Inspectores regionais
 1 inspetor regional a7:200\$
 Auxílio para expediente a cada um inspetor na razão1:000\$
 Viagens.....3:000\$
 (Decreto n.190 de 29 de setembro de 1898. A Federação, 18/01/1899)

A análise desses dados fez pensar que o *status* de ser lente da Escola Normal não estava relacionado com o salário que recebia, mas sim ao significado simbólico que tinha na sociedade rio-grandense a escola. Situação que pode ser comprovada através dos textos publicados nas décadas de 1920 e 1930, pois eram cada vez mais representativos da *espetacularização* dos eventos escolares.

4.2 O Colégio Distrital de Porto Alegre (1901-1906)

O projeto do Colégio Distrital tão questionado em 1891, pela *A Reforma* que determinava o fim da Escola Normal, foi implantado a 16 de maio de 1901. À exceção da nominata de professores, já citados no primeiro capítulo, eram poucas as notas sobre o Colégio Distrital em *A Reforma*. Porém, eram muitos os artigos sobre a Instrução Pública e a Educação da Mulher, publicados no periódico no mesmo ano.

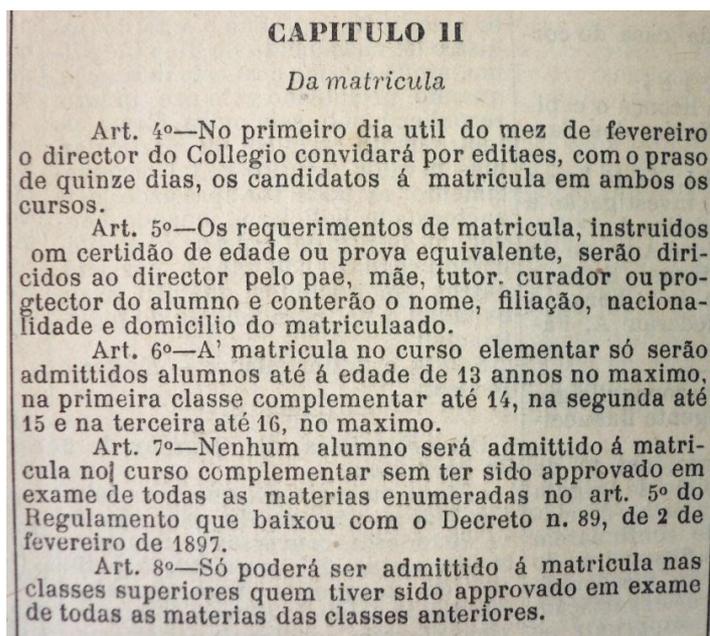
A Federação, como fazia vezes de jornal oficial do governo, publicou o regulamento do novo Colégio Distrital.



1ª CLASSE			
	Seis	horas por semana	
Portuguez	Seis	«	«
Francez	Tres	«	«
Mathematica	Seis	«	«
Geographia	Quatro	«	«
Historia	Tres	«	«
Calligraphia	Duas	«	«
Desenho	Duas	«	«
Musica	Uma	«	«
Gymnastica	Uma	«	«
Vinte e oito horas por semana			
2ª CLASSE			
	Seis	horas por semana	
Portuguez	Seis	«	«
Francez	Tres	«	«
Mathematica	Quatro	«	«
Geographia	Tres	«	«
Historia	Tres	«	«
Physica e chimica	Tres	«	«
Calligraphia	Duas	«	«
Desenho	Duas	«	«
Musica	Uma	«	«
Gymnastica	Uma	«	«
Vinte e oito horas por semana			
3ª CLASSE			
	Seis	horas por semana	
Portuguez	Seis	«	«
Mathematica	Seis	«	«
Cosmographia	Duas	«	«
Historia	Tres	«	«
Historia natural	Tres	«	«
Direito patrio	Duas	«	«
Desenho	Duas	«	«
Calligraphia	Duas	«	«
Musica	Uma	«	«
Gymnastica	Uma	«	«
Vinte e oito horas por semana			

Texto 103: Regulamento dos Colégios Distritais (A Federação, 16/05/1901).

No trecho acima, pode-se observar a importância das disciplinas de Português e Matemática, pois eram as duas com maior carga horária, em todas as classes. O programa estava inserido na prática escolar da época, quando o importante para as classes populares era ler, escrever e contar. As exigências para a matrícula passaram a ter menos rigor, atestados de moralidade e conduta não eram mais necessários. As condições para matrícula estavam relacionadas à aprovação nas disciplinas nas classes anteriores.



Texto 104: Colégio Distrital – Matrículas (A Federação, 16/05/1901).

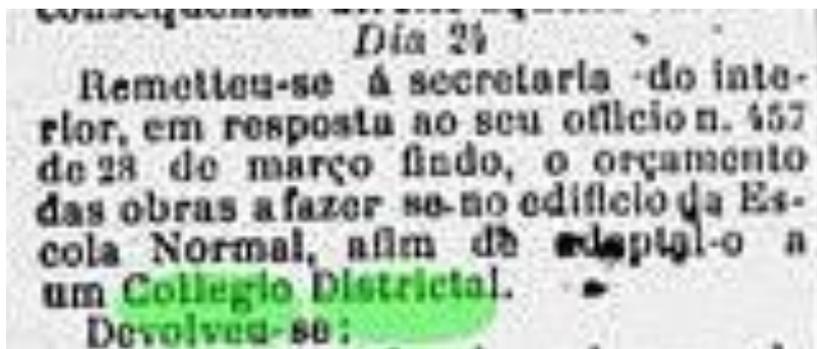
Do Regulamento dos Colégios Distritais, ainda constava como deveriam ser os exames, as atribuições do diretor, dos professores e dos alunos e as disposições gerais. O regulamento era assinado por Manuel Pacheco Prates, que era inspetor geral da instrução pública e nomeado diretor do Colégio Distrital.

Mesmo tendo sido instituído no início de março, e nomeados, o diretor e seus professores o Colégio Distrital não tinha ainda sala em 30 de março de 1901.



Texto 105: Borges visita a sala do Colégio Distrital
(*A Federação*, 30/03/1901).

No final de abril, estavam fazendo reparos no edificio da Escola Normal para adaptá-lo a sua nova condição de Colégio Distrital.



Texto 106: Reformas no Colégio Distrital (*A Federação*, 27/04/1901).

Ao que parece, as obras públicas não seguiam o mesmo ritmo dos regulamentos elaborados pela inspetoria da Instrução Pública. E, por isso, a escola ainda não funcionava. Somente a partir de maio foram abertas as inscrições para as matrículas. A seguir, vê-se a nota publicada pelo periódico e o anúncio pago pelo governo,

Collegio Districtal
Até 8 do corrente, estará aberta a inscripção para a matricula nas classes elementares e complementares do Collegio Districtal.

Collegio Districtal
Faço publico que até o dia 8 do corrente mez acha-se aberta a inscripção para a matricula nas classes elementares e complementares do Collegio Districtal, dependendo a matricula n'estas ultimas classes, dos exames respectivos.
Directoria do Collegio Districtal, em Porto Alegre, 1º de maio de 1901.
M. Pacheco Prates.
1, 4 e 7 maio

Texto 107: Nota e anúncio sobre matrículas no Colégio Distrital
(A Federação, 01/05/1901).

Todas as etapas, desde a publicação do Regulamento até o início das aulas podiam ser observadas, em notas e anúncios publicados no periódico, incluindo os exames de admissão que foram marcados para dia 14 de maio.

Collegio Districtal
Faço publico que no dia 14 do corrente, ao meio dia, se effectuarão os exames de admissão dos candidatos que requereram matricula nas classes complementares do Collegio Districtal.
Até o dia 18 do mez vigente recebem-se requerimentos para matricula no collegio.
De accôrdo com os arts. 5º e 6º do regimento interno, oses requerimentos deverão ser instruidos com a certidão de idade e indicarão o domicilio do matriculando.
A matricula nas classes elementares só serão admittidos alumnos de 7 a 13 annos, á classe complementar até a idade de 14, á 2ª até 15 e á 3ª até 16 annos, no maximo.
A matricula nas classes elementares é feita independente de exame.
O director,
M. Pacheco Prates.
d. 3—2

Texto 108: Exames de admissão no Colégio Distrital
(A Federação, 15/05/1901).

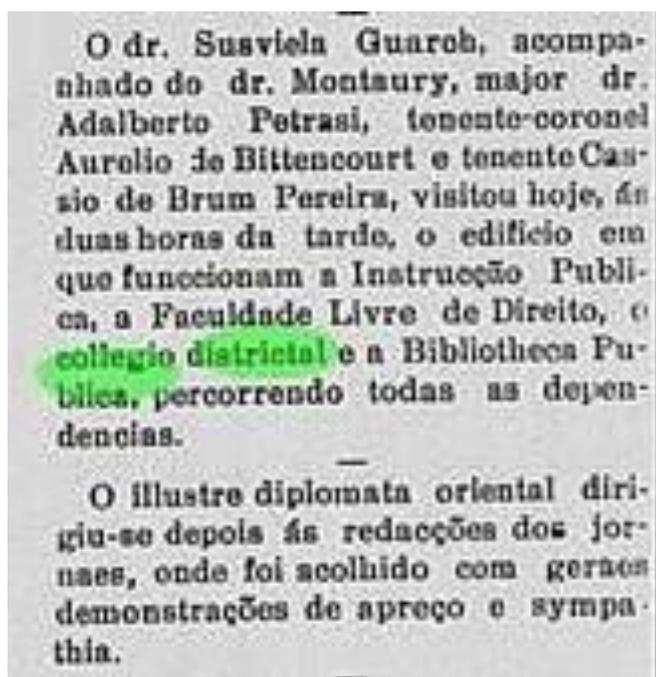
Em 1901, segundo nota em *A Federação*, aconteceu a inauguração do Colégio Distrital:

Estão matriculados 25 alumnos nas aulas elementares e 21 nas complementares, funcionando nellas os professores Achylles Porto Alegre, d. Maria José Carneiro e Frederico Bieri.

Inaugurado os trabalhos do collegio, o nosso amigo dr. Pacheco Prates seu director, pronunciou algumas palavras allusivas ao acto, concitando, calorosamente, os alumnos ao trabalho e congratulando-se com fundação do utilissimo estabelecimento.

Os alumnos que pediram matrícula no curso elementar, deverão apresentar-se na segunda-feira da semana entrante, ás 9 horas da manhã, no edificio do Collegio (*A Federação*, 24/05/1901).

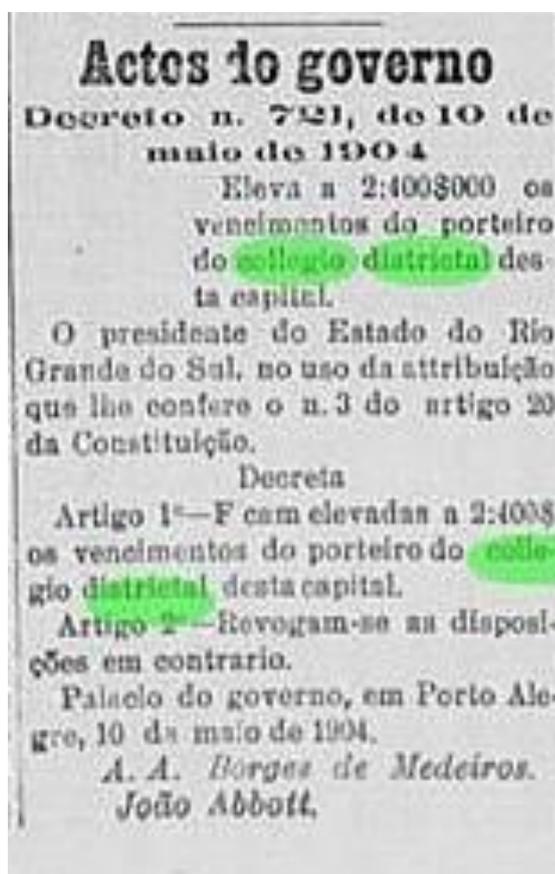
Observando essa sequência de anúncios, pode-se perceber que todos os eventos escolares foram representados nas publicações, tanto como notas jornalísticas como anúncios pagos, e às vezes, por ambos. No decorrer do ano, muitas foram as notas em *A Federação* relacionadas ao Colégio, inclusive quando pessoas de outros países visitavam ou faziam conferências na Escola, a exemplo de um professor uruguaio.



Texto 109: Visitas no Colégio Distrital
(*A Federação*, 16/05/1904).

A nota, além de relatar a visita do ilustre professor uruguaio, dr. Susviela Guareb, também indicava que, no prédio da Instrução Pública, funcionavam a Faculdade Livre de Direito, o Colégio Distrital e a Biblioteca Pública. Ou seja, a centralidade do prédio novamente mostrava o grau de importância que o governo dava ao estabelecimento de ensino. O que pode ser comprovado, pois qualquer ato do governo em relação ao Colégio era

publicado nos periódicos, inclusive o aumento do salário do porteiro ou mesmo dos professores.



Texto 110: Decreto 721, maio de 1904
(*A Federação*, 18/05/1904).

Embora *A Reforma* não mostrasse um artigo específico sobre a criação do Colégio Distrital, já o havia feito desde 1891, quando anunciava a extinção da Escola Normal. Relatou a situação da Escola durante todo tempo que esteve prevista a implantação do Colégio. Porém, imediatamente a criação do Colégio, o articulista publicou um artigo comparando a instrução primária em São Paulo com a do Rio Grande do Sul, deixando explícito o descontentamento dos federalistas com a situação da Escola, “ocupando-nos somente da instrução primaria, mesmo porque em materia de instrucção secundaria e superior, sustentados a expensas dos cofres publicos, temos apenas o Gymnasio Rio Grandense em que se converteu a nossa antiga Escola Normal” (Trechos da Mensagem de Rodrigues Alves ao Congresso. *A Reforma*, 30/04/1901).

Em 1901, *A Reforma* foi fechada, segundo nota em *A Federação*, sem condições de se manter e a pagar o aluguel do prédio onde estava instalada. Voltava a ser publicada em 1908, em Pelotas. Por isso, a maioria dos textos analisados sobre a Escola Complementar eram de *A Federação*.

4.3 A Escola Complementar de Porto Alegre (1906-1929)

Em 1906, o Colégio Distrital deixou de existir dando lugar à Escola Complementar, a qual tomou as páginas de *A Federação*. Logo aos primeiros dias, após a implantação da Escola (abordado no Capítulo I), foram nomeados os professores.

Dr. Alfredo Clemente Pinto para a secção de potuguez e allemão e director da mesma Escola.

Henrique Emilio Meyer para mathematica e mechanica.

André Leão Puente para a de sciencias, francez e pedagogia.

Franco Borges de Freitas para de geographia e direito patrio.

Frederico Bieri para desenho e musica.

Eulalia de Oliveira e Avila para a classe mixta annexa.

O diretor e a maioria dos professores nomeados já trabalhavam no Colégio Distrital ou tinham seus nomes vinculados às escolas particulares da capital. Ou seja, esses professores já tinham experiência reconhecida na comunidade.

O regulamento da Instrução Pública instituído em 1906, assim como determinava o funcionamento, a estrutura da escola, as funções do diretor e dos professores da Escola Normal, também determinava quem podereria exercer o magistério público,

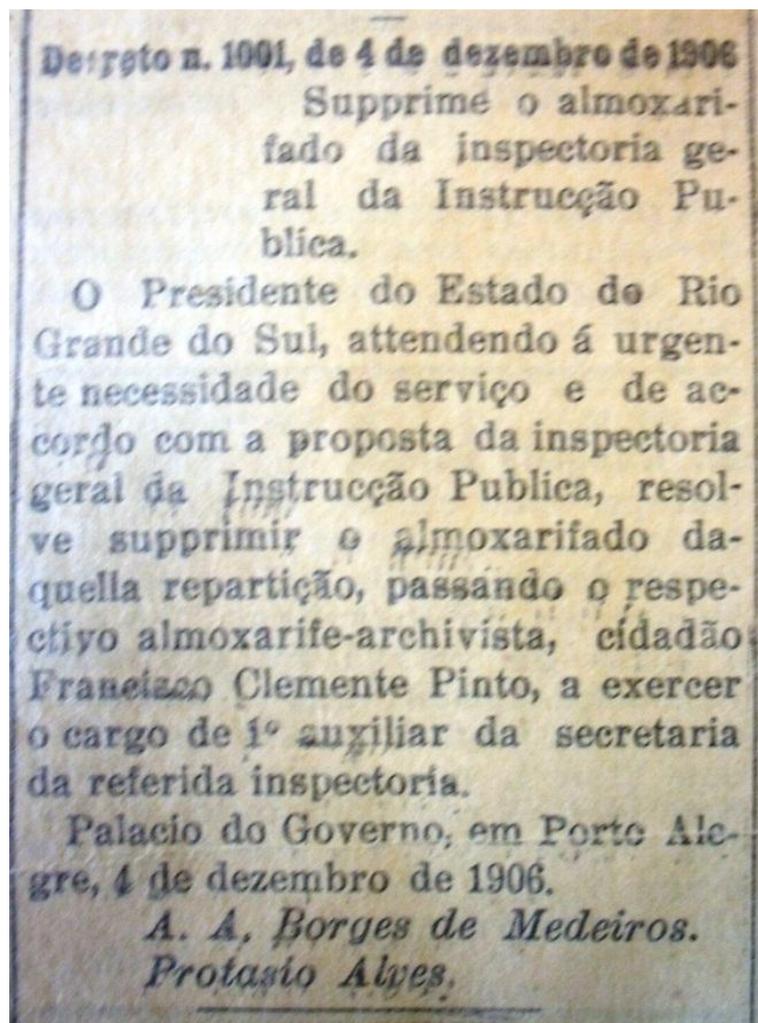
Artigo 46 – Os candidatos ao magisterio publico exhibirão com o requerimento de inscripção para o concurso:

a) Documento que prove ter 18 annos completos;

b) Folha corrida pelas autoridades policiaes ou judicarias do logar de sua residencia;

c) Attestado medico que prove não ter defeito physico ou enfermidade que o inhiba de, por qualquer forma, exercer o magisterio (*A Federação*, 08/03/1906).

Alfredo Clemente Pinto, por exemplo, havia sido diretor da Escola Normal, no período monárquico, porque era ligado ao Partido Conservador e, nos primeiros anos da República, logo aderiu ao PRR e continuou a dirigir a Escola. As ligações políticas e a experiência adquirida talvez o tenham ajudado a permanecer na direção da Escola Complementar até 1918, sendo substituído interinamente algumas vezes. Parentes do diretor da Escola Normal também parecem ter sido favorecidos pelo governo do PRR,



Texto 111: Decreto 1001, de dezembro de 1906
(*A Federação*, 05/12/1906).

Francisco Clemente Pinto¹⁹⁶, poucos meses depois de Alfredo Clemente Pinto ser nomeado diretor da Escola Complementar, foi promovido a primeiro auxiliar da secretaria da Inspeção Geral da Instrução Pública. Havia outros casos similares, como o do professor José Theodoro de Souza Lobo, lente e Carlos Augusto de Souza Lobo, secretário da Escola Normal; e dos irmãos Demétrio Nunes Ribeiro e Adriano Nunes Ribeiro, ambos estiveram na direção da Escola Normal e na Inspeção da Instrução Pública (período monárquico).

Certamente, ter-se-ia inúmeros casos de parentesco entre membros do funcionalismo público estadual. Mas o que se quer ressaltar era que mesmo que, o PRR tenha construído um discurso de moralidade no serviço público, instituindo os concursos e abolindo o “privilegio do diploma”, houveram situações em que o moralismo ficou somente na “retórica”.

¹⁹⁶ Embora não tenha encontrado qual seu parentesco com Alfredo Clemente Pinto, acredita-se seja seu irmão, já que sua família era bastante numerosa e os seus nomes eram semelhantes.

Retomando as notas oficiais, efetivamente em fevereiro de 1907 abriram-se as inscrições para matrícula na Escola Complementar como constava no edital, “até o dia 15 do corrente se acha aberta matricula dos candidatos aos cursos complementar e elementar desta Escola. Os candidatos deverão satisfazer as condições exigidas pelo art. 187 do regulamento da instrução publica de 28/02/1906” (A *Federação*, 04/02/1907). No regulamento, a que se referia o edital era que,

Não podem inscrever-se como candidatos:

I – Os menores de 18 annos;

II – Os que soffrem de moléstia contagiosa, bem como os que tiverem defeito physico que os inhabilite para o exercicio do magisterio;

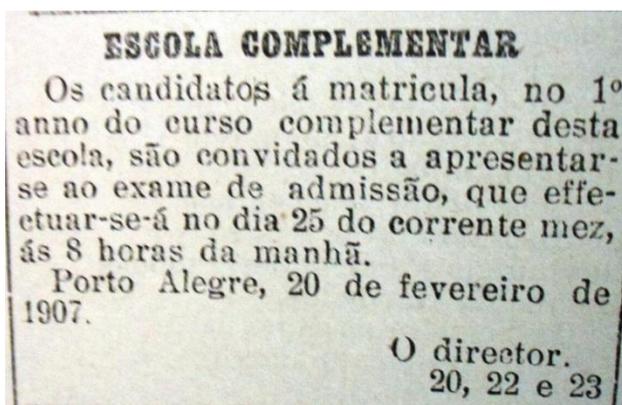
III – Os que tiverem sido punido com expulsão de estabelecimento de ensino;

IV – Os que tiverem sido condemnados á pena de perda de emprego;

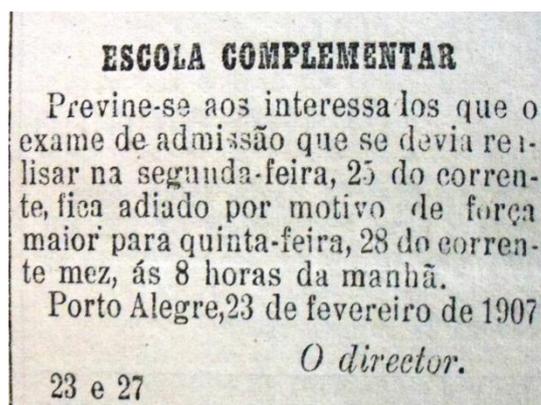
V – Os que houverem sido condemnados por sentença passada em julgado em processo por crime offensivo á moral e as leis da Republica (A *Federação*, 08/03/1906).

Embora o atestado de moralidade emitido pelo pároco, tão questionado no final da Monarquia, não fosse mais exigido, as questões morais permaneciam sendo consideradas importantes para ingresso na Escola Complementar.

A partir de 1907, começou a ser exigido também o exame de admissão para ingresso na Escola Complementar. Nesse ano, o exame que estava marcado para o dia 25 de fevereiro foi transferido para o dia 28, no entanto, não há explicação sobre o motivo, “que fica adiado por motivo de força maior” (A *Federação*, 23/02/1907).



Texto 112: Matrícula
(A *Federação*, 22/12/1907).



Texto 113: Exames de admissão
(A *Federação*, 23/02/ 1907).

Sendo o exame de ingresso, relativamente rigoroso, gradativamente também contribuiu para a sacralização da imagem de “escola modelo”. As atividades escolares pareciam cada vez ganhar mais importância para as autoridades relacionadas com a intrução pública e mais espaço nos periódicos.

Em dezembro havia uma nota sobre o encerramento dos exames na Escola, com a presença de Protásio Alves¹⁹⁷, Secretário do Interior (*A Federação*, 30/11/1907). Para agradecer a nota anterior, o diretor Alfredo Clemente Pinto, e os professores André Leão Puente, Francisco Borges de Freitas e Emilio Meyer visitaram a redação de *A Federação* (*A Federação*, 02/12/1907).

Até 1915, o governo continuava sem exigir o diploma de normalista para ingresso no magistério estadual. Mas, isso não significava que o diploma tenha perdido importância nesse contexto. As solenidades de entrega de diplomas e prêmios aos concluintes da Escola Complementar ganhavam expressão nas páginas do periódico, em 1909,

A Escola Complementar expediu o diploma de mestras para as alumnas: Senhoritas Florinda Tubino, Maria Cecilia Corseuil, Marieta Vasconcellos Chaves, Marina Bertolacci, Marieta Chaves de Castro, Alyra Vinhas, Alnia Maria Lucena, Cecilia Bruck, Carmella d' Aloya, Helena Pilmann, Lydia da Silva Oliveira, Maria Soledade Granilso, Maria Virginia Trentine, Maria Augusta Haag, Ubaldina dos Santos, Dinah Assumpção e Guilhermina Lopes Moraes (*A Federação*, 27/12/1909).

A Lei Rivadávia Corrêa, que instituía a liberdade profissional foi revogada em 1915, sendo substituída pela Lei Carlos Maximiliano que reorganizou os cursos secundário e superior. Reforçava a importância do diploma secundário para ingressar em cursos superiores e instituiu o vestibular. Neste contexto, em que a entrega de diplomas na Escola Complementar já era um evento social, só tendeu a aumentar e se transformou em grande evento social. Por exemplo, o convite para paraninfo das turmas de 4º ano era uma verdadeira solenidade, merecedora de notas e artigos no periódico.

Na sala onde funciona o 4º ano de Escola Complementar, realizou-se hoje, a cerimonia de convite de paranynpha daquela turma, sendo escolhida a distincta professora de mythologia senhorita Olga Acauan, tendo assistido a cerimonia o director da referida Escola.

Falou em nome da turma a 4ª annistia Cecilia A. De Lavra Pinto, convidando officialmente a senhorita Olga Acauan para paranynphar o acto de entrega dos diplomas (*A Federação*, 11/10/1921).

Ou ainda, a solenidade de colação de grau, da turma de 1927, no salão do Clube Caixerai, que mereceu grande destaque no periódico e com muitas autoridades presentes.

Compareceram a cerimônia familiares, altas autoridades, membros da Congregação da Escola, estavam presentes o sr. Oldemar Rohrig, official do gabinete da presidência, representando o dr. Getulio Dornelles Vargas, presidente do Estado; os drs. Osvaldo Aranha e João Fernandes Moreira, secretarios respectivamente, do Interior e das Obras Públicas; dr. Alcidez Flores Soares, director do Archivo Publico e ex-director da Escola Complementar, os professores dr. Raul de Bittencourt, Affonso Guerreiro Lima, dr. Alcides Cunha, d. Florinda Tubino Sampaio, d. Corina Canuto e muitas pessoas de destaque social.

¹⁹⁷ Protásio Alves: nasceu em Rio Pardo, em 1858 e faleceu, em Porto Alegre, em 1933. Médico formado pela Faculdade do Rio de Janeiro. Além de ter sido Secretário do Interior, foi por duas vezes vice-presidente do Estado do Rio Grande do Sul. Foi um dos fundadores e o primeiro diretor da Faculdade de Medicina, em Porto Alegre (1898) (FRANCO, 1992, p. 339).

[...] o dr. Emilio Kemp, diretor da Escola Complementar, declarou instalada a sessão, convidando o dr. Osvaldo Aranha, secretario do Interior, para ocupar a presidencia da mesma.

Tomaram também assento á mesa que presidio a sessão o dr. João Fernandes Moreira, secretario das Obras Publicas; o dr. Emilio Kemp, director da Escola Complementar; Capitão Paulo Bidan, redator desta folha e paranympho da turma, e os membros do corpo docente da referida Escola.

[...] Falou a senhorita Nair Pires que, em nome das diplomadas de 1927, proferiu bello discurso de saudação ao paranympho, o nosso prezado companheiro de redacção Paulo Bidan, lente de francez daquelle acreditado estabelecimento de ensino (*A Federação*, 19/03/1928).

Pode-se perceber o aumento no tamanho dos artigos e notas sobre as solenidades de formatura, entretanto, deve-se considerar que *A Federação* já apresentava uma estrutura mais elaborada e algumas edições, como as de 1º de janeiro (aniversário do periódico), chegavam a ter mais de 60 páginas.

Retomando o Regulamento da Escola Complementar, percebe-se que, mesmo que a educação mista estivesse adquirindo mais espaço nas escolas públicas, a Escola, em 1906, ainda fazia a divisão das turmas por sexo em sala de aula ou em salas separadas.

Titulo V

Do regimen e provimento das escolas complementares

Capitulo II

Artigo 171 – O regimen das escolas complementares será o de externato.

Artigo 172 – Nos cursos complementares o ensino será mixto, havendo para alumnos e alumnas logares separados no recinto e sendo privativas a cada sexo as portas de entrada e sahida.

[...]

Artigo 175 – Para os exercicios de pratica do ensino haverá annexa a cada escola complementar duas elementares, sendo uma para cada sexo.

Estas escolas servirão de modelo ás demais do Estado e nellas se exercitarão os alumnos do curso complementar que se destinarem ao magisterio.

§ único. Dirigirá estes exercicios o professor que ensinar Pedagogia.

Artigo 176 – Os professores das escolas complementares serão nomeados pelo Presidente do Estado sob proposta do Inspector Geral d’entre os professores effectivos de melhor nota e de bons serviços no magisterio (*A Federação*, 08/03/1906).

Mereceu atenção neste regulamento, a nomeação de professores de “melhor nota e de bons serviços no magisterio” para trabalhar na Escola Complementar. Ou seja, se consolidava um discurso de qualidade para a escola, inclusive através de seu Regulamento. Essa premiação as melhores alunas também contribuiu para a constituição de um perfil de excelência para a Escola Normal.

No ano de 1908, foi mandado construir um novo prédio para a Escola Complementar, na rua Duque de Caxias esquina General Auto¹⁹⁸. O início da construção e a colocação da pedra fundamental foram eventos considerados muito importantes, a ponto de a planta do

¹⁹⁸ Ata da inauguração da pedra fundamental transcrita no capítulo I.

prédio ficar em exposição na vitrina da Livraria do Globo (nota em *A Federação*, 18/06/1908). A estrutura do prédio estava detalhada.

Constará o edificio de tres pavimentos.
 O primeiro é destinado a portaria, salões para o director, professores, bibliotheca, secretaria e aulas.
 Estas terão tres salões com capacidade para cincoenta alumnos cada uma.
 No andar superior ficarão os salões de honra, laboratorio de physica e chimica, museu, conselho escolar, toilette e tres para aulas, devendo conter, cada um, cincoenta alumnas.
 O ingresso aos salões de aulas, etc., é dado por uma galeria ladrilhada, com venezianas.
 No pavimento do rez do chão, há ainda, salões destinados aos exercicios de gymnastica, etc., bem como moradia do guarda do edificio e depositos.
 Um largo pateo para o recreio completa o conjunto.
 Todos pavimentos receberam ar e luz em profusão por grande numero de janellas para rua e pelas galerias interiores e são servidos por latrinas patente.
 Do vestibulo central parte a escadaria que dá acesso ao pavimento superior, estando áquelle directamente ligados todos os compartimentos do edificio.
 Este bem de frente, á rua Duque de Caxias, vinte metros e de fundo, á General Auto, 32”45.
 A cobertura do predio será feita com telhas de cimento e terá ventiladores, de modo a poderem ser aproveitados os sotãos ou mansardas (*A Federação*, 16/03/1908).

A construção de um prédio para esta escola pública estava dentro do contexto de monumentalidade, como sinônimo de modernização da cidade e engrandecimento do Estado¹⁹⁹. Novamente, enfatiza-se que não só a monumentalidade do prédio era representativa da importância que se dava à Escola, mas também a sua localização, ao lado dos prédios mais importantes para o Executivo e para o Legislativo (Palácio Piratini e Assembleia Legislativa).

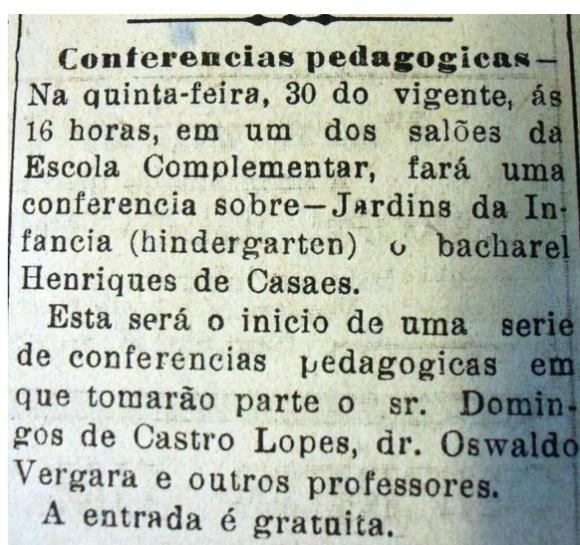
As notas oficiais e editais, ao longo das décadas de 1910 e 1920, permaneceram dando destaque no periódico, tais como as alterações no quadro funcional da Escola Complementar,

Para desempenhar as funções de director da Escola Complementar, durante a ausencia do dr. Alfredo Clemente Pinto, foi designado o professor Henrique Emilio Meyer (*A Federação*, 13/08/1915).
 [...]
 Foi nomeado director da Escola Complementar o Dr. Alcidez Flores Soares (*A Federação*, 18/06/1920).
 [...]
 Governo do Estado: Decreto nº 2998, de 27 de julho de 1922.
 Cria o lugar de director do curso elementar da Escola Complementar subordinado ao director da Escola Complementar (*A Federação*, 27/07/1922).

O cargo de diretor da Escola tinha conotação política e social de prestígio na sociedade porto-alegrense. Por isso, muitas das atividades públicas realizadas pelo diretor da Escola eram notificadas pelo periódico.

¹⁹⁹ Sobre o assunto, ver ERMEL (2010) e POSSAMAI (2005).

As atividades da Escola ganhavam repercussão na imprensa, principalmente, as que demonstravam inovação nas práticas de ensino, tais como as conferências pedagógicas²⁰⁰, que eram ministradas por eminentes intelectuais e assistidas pelas autoridades ligadas à Instrução Pública. Segundo Bastos (2002), as conferências pedagógicas que versavam sobre métodos de ensino e sobre ciências matemáticas, física, história natural, cujo conhecimento era indispensável aos professores, para o perfeito desempenho dos programas escolares modernos. Com ênfase no conhecimento científico refletiam a modernidade republicana (BASTOS, 2002, p. 281).

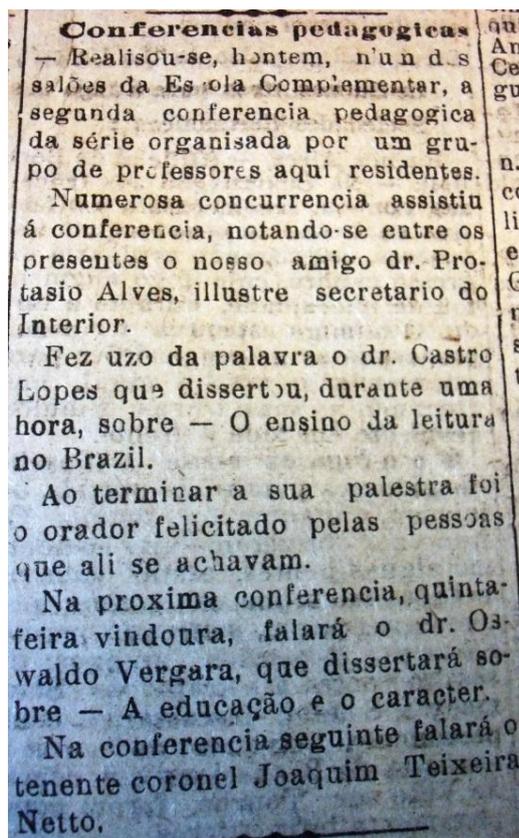


Texto 114: Conferências Pedagógicas
(A Federação, 28/09/1915).

O Jardim de Infância²⁰¹ foi criado em 1929, com a mudança de regulamento para a Escola Normal, entretanto a temática já vinha sendo discutida desde 1915, como se viu na conferência do bacharel Henrique Casaes.

²⁰⁰ Desde o “século XIX, os congressos pedagógicos ou de instrução, junto com as conferências pedagógicas; conferências literárias, públicas ou populares, foram uma das estratégias adotadas para a vulgarização do conhecimento, com a intenção de *difundir as luzes da instrução* e as modernidades educacionais vinculadas a um projeto republicano de educação, conforme as iniciativas da IIIª República Francesa. São considerados como fator relevante para o progresso e melhoramento da instrução primária, com o objetivo de reunir professores e pessoas *ilustradas* com o fim de discutirem questões de educação e ensino, vinculadas as modernas práticas educativas, visando sua difusão e aplicação” (BASTOS, 2005, p. 1).

²⁰¹ A implantação pioneira dos *Jardins de Infância* no Brasil, foi creditada a Menezes Vieira e sua esposa (1875). O Jardim de Infância foi instalado no Colégio Menezes Vieira, com ótimas instalações – um pavilhão hexagonal, contruído no centro de um jardim, com ar e luz por quatro janelas. Tinha por objetivo servir uma clientela de elite, atendendo crianças do sexo masculino, de 3 a 6 anos, que se iniciavam em atividades relacionadas à ginástica, à pintura, ao desenho, aos exercícios de linguagem e de cálculo, à escrita, à história, à geografia e à religião (BASTOS, 2002, p. 107).



Texto 115: Conferências Pedagógicas
(*A Federação*, 08/12/1915).

As conferências também eram organizadas pelo Grêmio de Alunos da Escola Complementar, ou seja, a prática não dependia somente da direção.

Realizou-se, hoje, à tarde em uma das salas da Escola Complementar, a primeira das conferencias promovidas pelo Gremio de Estudantes daquele estabelecimento do ensino. Às 15 horas, perante numerosa assistência, entre a qual se achavam os professores e alumnos da Escola, foi dado início á conferencia pelo capitão Cesar de Castro, para tal convidado. Dissertou elle longamente sobre o thema anteriormente escolhido, sendo, ao terminar, muito applaudido (*A Federação*, 20/06/1922).

Na década de 1910, as viagens de alunas e professores da Escola Complementar ao Uruguai²⁰² tiveram muita repercussão. Pode-se perceber que, na década de 1920, a viagem ao Uruguai ainda era lembrada como importante instrumento para a qualificação dos professores da Escola Complementar e de aumento de acervo de obras didáticas.

As professoras, senhoritas Olga Acauan e Branca Diva Pereira de Souza que ao terminar o curso da Escola Complementar estiveram no Uruguai, por determinação do governo do Estado, afim de estudar os methodos de ensino ali adaptados, adaptaram a língua portugueza o primeiro Livro de Leitura – Escripta do professor uruguaio José Henrique Figueira, obra fundada na sciencia mental e no estudo da creança.

O novo livro está em experimentação no Collegio Elementar Souza Lobo, desta cidade.

Agradecemos o exemplar que nos foi oferecido (*A Federação*, 04/09/1920).

²⁰² Sobre o assunto, ver BEISER (1996).

O livro, ao qual o articulista se referiu era a cartilha *Queres Ler*²⁰³, que foi amplamente utilizada nos processos de alfabetização em todo o Rio Grande do Sul até a década de 1950. Ou seja, outra referência didático-pedagógica originada nos quadros da Escola Complementar.

Fato que contribuiu para a imagem de “escola modelo” foi que os professores da Escola Complementar faziam parte de órgãos do governo, ocupavam papel de destaque entre a intelectualidade porto-alegrense e gaúcha. A exemplo disso, na primeira página da Cartilha consta “obra aprovada, em 1924, pela Comissão de Obras Pedagógicas e adotada em inúmeros estabelecimentos de ensino público e particular” (GAYER; SOUZA, 28ª edição, p. 1). A Comissão Permanente de Obras Pedagógicas, criada pelo presidente do Estado Antonio A. Borges de Medeiros, em 1921, era composta por professores do Curso Superior da Escola Complementar e presidida pelo diretor da mesma. Lembra-se de que Olga Acauan Gayer fazia parte do corpo docente da Escola Complementar. Não vale aqui questionar a qualidade da obra, entretanto, uma das autoras, provavelmente, também fazia parte da Comissão avaliadora ou era bem próxima de seus membros.

²⁰³ Sobre o assunto, ver TRINDADE (2001).

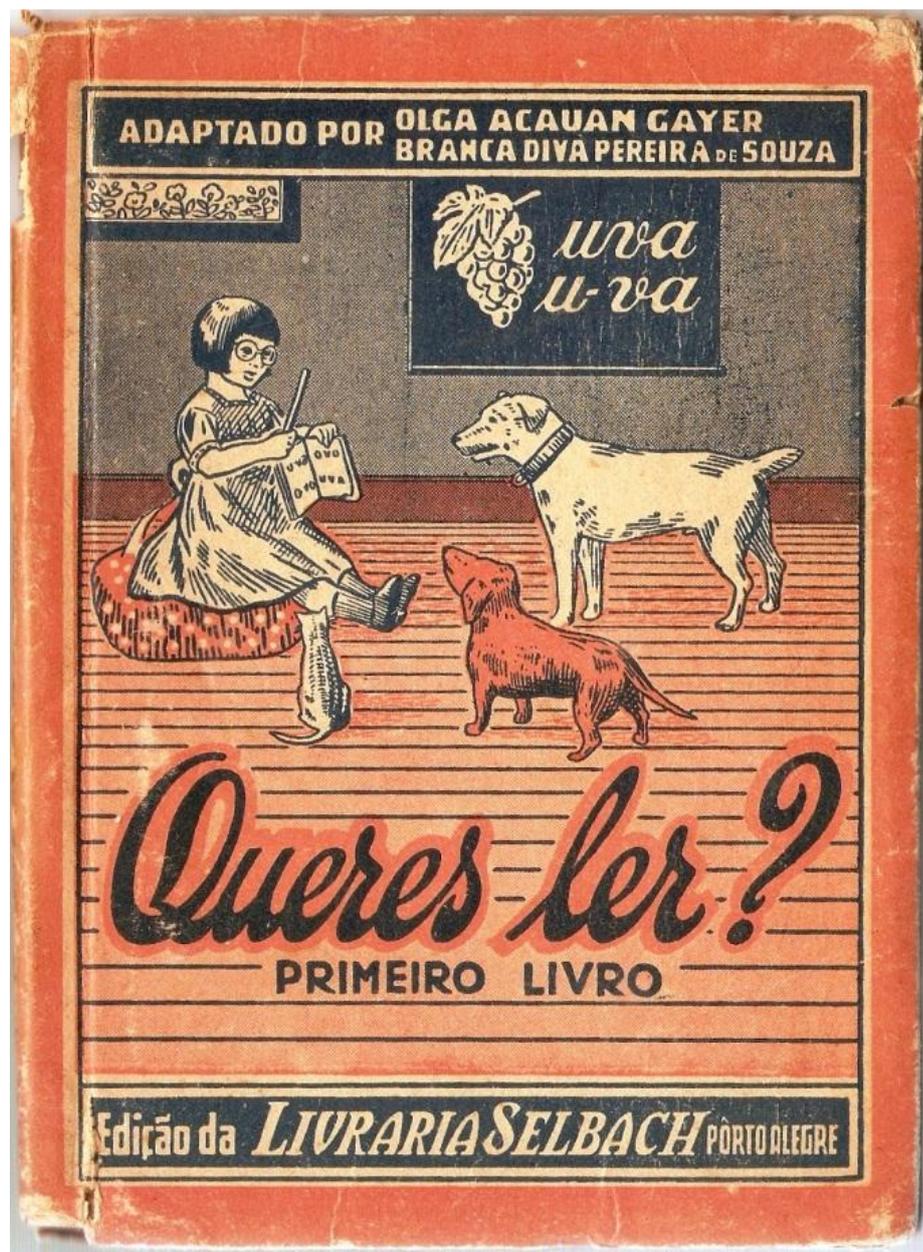


Figura 12: Capa da Cartilha *Queres ler?* 28ª edição (1ª Edição -1919)

A cada ano, os textos sobre a Escola Complementar enalteciam cada vez mais o ensino de qualidade ministrado pela Escola, as inovações pedagógicas e os avanços da Instrução Pública, davam destaque para os eventos e festividades escolares. Como a “colação de grau das alunas mestras de 1927” que foi noticiada como grande evento festivo no Clube Caixerai, com a presença de várias autoridades estaduais. Momento em que, Osvaldo Aranha, Secretário do Interior, “proferiu eloquente discurso, no qual enalteceu a missão das jovens diplomadas” (*A Federação*, 19/03/1928).



Texto 116: Alunas mestras 1927 (A Federação, 19/03/1928).

Em muitas solenidades alusivas às festas cívicas com a presença das normalistas, além do Hino Nacional, era entoado o Hino da Escola Complementar. O enaltecimento da Escola Complementar associado a valorização da Pátria, estava presente na letra do hino, de Henrique Casaes.

Hino da Escola Complementar

Música de Murilo Furtado
Letra de Henrique de Casaes

I

Sejam sons de triunfo êstes hinos.

Ao trabalho que bênçãos conduz.
 Cantem mestres, celebrem meninos.
 Êste templo do anor de da luz.
 E vitórias que sangue contêm?
 O progresso e a paz suas armas
 Da oficina da escola provêm

Estrilho

Onde o mestre acha paz e agasalho,
 Onde a escola floresce e é feliz,
 Há ciência, há virtude, há trabalho,
 E o progresso ilumina o país.

II

Do bom mestre a palavra divina
 Ensinando a pensar e a sentir
 Vivifica, transforma e ilumina,
 Abre a estrada que leva ao porvir.
 Aqui dentro , estejamos seguros,
 Frutifica a semente do bem.
 É colmeia dos mestres futuros,
 É da infância colmeia também.

III

Entre as jóias da Pátria adorada,
 Sob um céu do mais límpido azul,
 Não há jóia mais bela e sagrada
 Que esta terra do pampa do sul.
 Pelo orgulho sublime de amá-la,
 De ser nossa, bem nossa, possuí-la,
 Aprendendo busquemos honrá-la,
 Ensinando busquemos servi-la.

(Revista IE, 1969, p. 22)

A Escola Complementar teve uma duração maior que o Colégio Distrital e, as notícias que giraram em torno dela estavam voltadas ao *espetáculo* das atividades escolares. Mas, em 1929 a escola voltou a ter seu nome original e foi instituído um novo regulamento.

4.4 A Escola Normal (1929-1935)

A partir de 1929, no governo de Getúlio Dorneles Vargas, a escola voltou a se chamar Escola Normal, pelo Decreto nº 4.277, que, também instituiu o Curso de Aperfeiçoamento e o Jardim de Infância. Tal como a escola primária, iria servir como Colégio de Aplicação para as alunas normalistas.

As solenidades e eventos festivos envolvendo as normalistas ganharam espaço nas seções de *A Federação* reservadas a “vida social” e aos “esportes”. Como na festa promovida pelos acadêmicos de Medicina para as normalistas no Estádio dos Eucalyptos:

FOOTBALL

O TORNEIO ACADEMICO

**Essa festa, dedicada às normalistas, se realizará,
hoje, no Estadio dos Eucalyptos**

Transferido do sábado ultimo, devido ao máo tempo, deve-se realizar hoje, o grande torneio de foot-ball, promovido pelo Centro de Academicos de Medicina, tomando parte seis teams, com elementos de todas as séries.

O certamen terá lugar no Estadio dos Eucalyptos.

Embora o tempo continue instavel, a festa dos estudantes de medicina, promete alcançar muito brilho.

Essa festa desportiva foi dedicada ás alumnas das **Escola Normal e Complementar**.

O carnet

O carnet, sortido é o seguinte:

1.º jogo — 1.ª serie x 6.ª serie.
Juiz, Honorio Alves.

2.º jogo — 3.ª serie x 4.ª serie.
Juiz, Paulo Kessler.

3.º jogo — 5.ª serie x 2.ª serie.
Juiz, Bonifacio Corrêa.

4.º jogo — Vencedor 1.º x Vencedor do 2.º, Juiz, escolhido na hora.

5.º jogo — Vencedor 3.º x Vencedor 4.º, Juiz, escolhido no acto.

O chronometrista

A convite dos academicos, servirá de chronometrista o distincto desportista dr. Aurelio Py.

As madrinhãs do teams

Atendendo a gentil convite feito pelos organizadores da festa, accederam para servirem de madrinhãs dos quadros disputantes, as seguintes senhoritas:

Da 6.ª serie — senhorita Lygia Las Casas.

Da 5.ª serie — senhorita Carmen Annes Dias.

Da 4.ª serie — senhorita Zulmira Guimarães.

Da 3.ª serie — senhorita Moema Miranda e Silva.

Da 2.ª serie — senhorita Maria Milano.

Da 1.ª serie — senhorita Sylvia Peixoto.

Os quadros

Os diversos teams estão assim formados:

6.ª serie — Del Arroyo; Cabeda e Aramy; Athanasio, Camillo e Salvador; Leal, Albino, Bonifacio (cap.), Virgilio e Turi.

5.ª serie — Galileu; Moneyr e Aleixo; Petit, Homero e Lund; Olavo, Pereira, Paulo (cap.), Ademar e Franco.

4.ª serie — Emilio; Antunes e Queiroz; Hoffmann, Julio e Prates (cap.); Lauro, Danesi, Dino, David e Vampa.

3.ª serie — Nilo; Orlando (cap.) e Acylino; Antonio, Aragon e Moraes; Raul, Ayrton, Paulo, Léo e Garini.

2.ª Serie — Belisario; Nogueira e Rosalvo; Virgilio, Real e Helio; Eurico, Newton, Honorio (cap.), Degruzia e Hermes.

1.ª serie — Fausto; Benjamin e Pedroso; Ruy Miguel e Cesar; Sadi, Antonio (cap.), Gleero, Darcy e Homero.

As vencedoras classificadas em 1.º e 2.º lugar, serão oferecidas pelas conceituadas casas Junheira Ibanez e Pio Contreiras, respectivamente, medallias de ouro e prata.

A Casa Sport offereceu uma bola.

Texto 117: Torneio acadêmico (*A Federação*, 03/05/1932).

Mas, não só as festividades tinham espaço no periódico, as reuniões da “Congregação de professores”, bem como suas propostas pedagógicas eram divulgadas,

Reunião para rever os programas da escola, sob a presidência do dr. Emilio Kemp, diretor. [...] foram lidos os relatórios das comissões, professoras d. Florinda Tubino, Affonso Guerreiro Lima, d. Olga Acauan e dr. Marques Pereira. [...] Assim, propunha que fossem creados na Escola Normal cursos livres de varias sciencias para professores, do magisterio publico e particular, assim como para alunos que tendo certo preparo gynasial ou qualquer outro secundário quizer ingressar nas suas aulas.

Esses cursos seriam de biologia, philosophia, sociologia, historia natural, hygiene geral e hygiene mental, etc... obdecendo a uma organização que não passasse de 5 cadeiras lecionadas cada uma com duas aulas por semana (*A Federação*, 12/05/1932).

Durante a visita da educacionista salvadorenha, Alice Lardé de Venturino²⁰⁴, a Escola foi a responsável em homenageá-la. A educacionista proferiu conferência no salão nobre da Biblioteca Pública, e contou com a presença de autoridades estaduais, do consul da Argentina e do consul do México. De certa forma, a Escola servia de centro de referência para receber os intelectuais estrangeiros:



Texto 118: A sr^a Lardé de Venturino homenageada pela Escola Normal (*A Federação*, 16/09/1932).

Cada vez mais notas sobre solenidades na Escola Normal ganhavam espaço, abaixo tem-se um recorte de artigo sobre as homenagens que as normalistas prestaram aos seus professores e paraninfo da turma. A descrição da festa foi tão detalhada que não foi possível

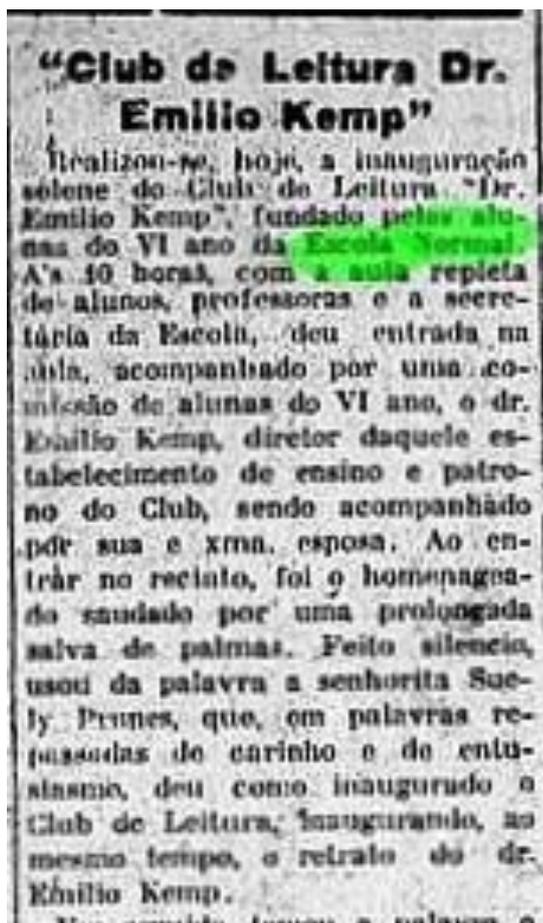
²⁰⁴ Alice Lardé de Venturino (1895-1983) nasceu em San Salvador, era poetisa e escritora. Proferiu conferências em várias universidades da América e da Europa. Disponível em: www.culturacentroamericana.info

enquadrá-la em um única página, exigindo assim um pequeno recorte. Porém, serviu para evidenciar como uma simples atividade cotidiana da Escola poderia ser transformada em notícia jornalística.



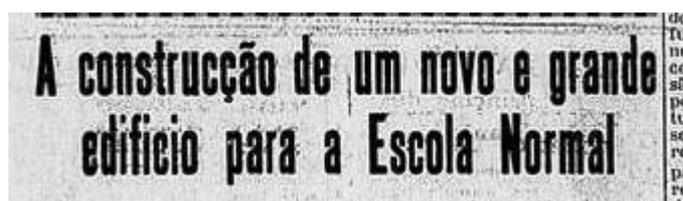
Texto 119: Escola Normal – homenagens aos professores
(*A Federação*, 14/07/1934).

Uma prática da cultura escolar evidenciada nas notícias sobre a Escola Normal eram os Clubes de Leitura. A escola homenageou Emilio Kemp e o General Flores da Cunha em seus clubes de leitura. A prática iria ser bastante difundida ao longo da década de 1930, principalmente a partir da Reforma de Francisco Campos, que procurava incentivar o gosto pela leitura nas escolas.



Texto 120: Club de Leitura Emilio Kemp
(*A Federação*, 24/04/1934).

Com a criação do Ministério da Educação e a ampliação das escolas estaduais, a partir de 1930²⁰⁵, houve mudanças na situação da instrução pública. Neste sentido, tanto o governo federal quanto o estadual procuravam divulgar suas ações. Em 1934, o interventor federal, general Flores da Cunha ordenou a construção do novo prédio para Escola. Artigos e manchetes sobre isso foram muito frequentes, e, na maior parte das vezes, a construção do prédio estava associada à ideia de grande inovação na Instrução Pública e a construção de monumentalidade e representatividade da Escola Normal,



Texto 121: A construção de um novo prédio da Escola Normal
(*A Federação*, 14/08/1934).

²⁰⁵ Sobre o assunto, ver BASTOS (2005).

O General Flores da Cunha passou a ser reconhecido como o grande benfeitor da Escola e, por isso, era constantemente homenageado. Embora se tenha observado várias homenagens e convites de paraninfos nos periódicos, estes eram sempre professores da Escola, com exceção do convite ao General Flores da Cunha, em 1935.



Texto 122: Colação de grau das normalistas de 1934 (*A Federação*, 06/05/1935).

Em sua campanha como candidato, a governador obteve apoio dos professores da Escola Normal e de várias escolas da capital. A listagem completa foi publicada em *A Federação*. No topo da lista estavam os professores da Escola Normal, seguidos pelos docentes do Colégio Elementar Voluntários da Pátria, Colégio Elementar Souza Lobo, Colégio Elementar da Glória, Colégio Elementar Fernando Gomes, Colégio Elementar Osvaldo Aranha, Colégio Elementar 13 de maio, Colégio Elementar 3 de outubro, Colégio Elementar Navegantes, Grupo Escolar Aparicio Borges, Grupo Escolar do Bairro Rio Branco, Grupo Escolar Luciana de Abreu, Colégio Elementar Paula Soares e Colégio Elementar Gravataí.



Texto 123: A solidariedade dos docentes ao general Flores da Cunha (*A Federação*, 11/10/1934).

O nome do General Flores da Cunha foi associado à Escola Normal muitas vezes e o reconhecimento da Congregação, ao então, governador era tanto que a Escola passou a ter o seu nome a partir de 1935.

4.5 A Escola Normal General Flores da Cunha (1935-1939)

Em 03 de abril de 1935, em reunião dos lentes²⁰⁶ dirigida pelo diretor Emilio Kemp, foi realizada a alteração do nome da escola para Escola Normal General Flores da Cunha, assim permanendo até 1939, quando foi transformada em Instituto de Educação.

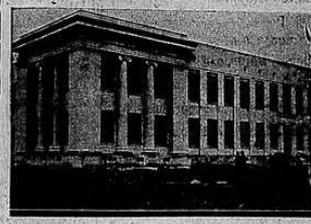
A alteração do nome da escola para o nome do governador pareceu dar mais visibilidade nas notícias sobre a mesma. Em 1935, várias notas e artigos de grande destaque foram publicadas em *A Federação*, inclusive com fotografias do novo prédio que estava sendo construído ou de autoridades e normalistas em atividades festivas. O uso da fotografia pelos periódicos servia tanto ao processo de construção de uma imagem de modernização da cidade quanto ao projeto educacional do Estado, as representações de cerimônias e eventos da Escola Normal, exemplificavam essa modernidade.²⁰⁷

A FEDERAÇÃO — 8 de Junho de 1935 — PAGINA 3

O NOVO EDIFÍCIO DA ESCOLA NORMAL

UMA VISITA DA "A FEDERAÇÃO" AO GRANDIOSO MONUMENTO ARQUITECTÓNICO EM QUE FUNCIONARÁ O NOSSO PRINCIPAL ESTABELECIMENTO DE ENSINO SECUNDÁRIO

O IMPONENTE ASPECTO EXTERIOR DA OBRA E A MAGNIFICÊNCIA DAS INSTALAÇÕES INTERNAS



A fachada monumental em estilo muito modernista

Já se descrevem os altos decotes de Jurema, com a projeção das 27 salas, cada uma de 430 metros quadrados, tendo como particularidade as grandes janelas, grandes portas e a harmonia da fachada, e o aspecto geral do edifício, admiravelmente equilibrado no plano das suas linhas e na disposição das suas massas de construção.

A fachada, com, ainda, todo o exterior do edifício, foi revestida com o que a elegância e a harmonia em estilo clássico, evocando a arquitetura grega, se trata, sobretudo, com linhas de estilo modernista.

Os quadros e o portão central, com sua magnificência e sua simetria de sobrio e elegante estilo, porém, são caracteristicamente de gosto clássico e lembram os do mais famoso monumento da arquitetura, o Partenon, de Atenas, e o templo dedicado a Diana, em Efezo.

Segundo nos informou o sr. Fernando Correa, as colunas, lindas em seu 9 metros de altura, são de ordem jônica. Ligando as portas laterais há um portão, semelhante ao do templo de Atenas, e o corpo do edifício, assim disposto, formando um conjunto original, assim como também nota ao arquiteto que nos acompanhava, que o aspecto harmonioso.



Alguns comodamente instalados em grandes salas amplamente arejadas e "proteccionadas" humanamente.

A luz, que entra por amplos janelas, com a ventilação feita através de aberturas com o mesmo padrão das escolas modernas.

As instalações internas

Além das diversas dependências, como sala de aula, direção, secretaria, portaria, biblioteca, quadras, gabinete de física e química, sala de leitura, sala de música, sala de recreio, etc., o esplêndido edifício escolar dispõe de 27 salas de 430 metros quadrados cada uma. A sala de aula de 110 x 2,8 metros, além das mencionadas, apresenta, sobretudo, gabinete de física e química, experiência pedagógica e de "laboratório", museu e dependências auxiliares e outras dependências de desenho e trabalhos manuais de 120 metros quadrados cada uma.

Durante a nossa visita ao andar térreo e ao andar superior pudemos ver algumas das salas de aula do Curso Complementar e do Curso de Aplicação e diversas outras dependências, como o laboratório de experiências de química, física, sala de parteculatura, história, natural, etc.

As salas de aula, montadas em um tipo standard das escolas modernas, recebem sempre luz pela instalação e comodamente.

No corpo principal do edifício encontramos também 3 grandes terracos de madeira de pauzão, onde, durante os períodos de recreio, não precisam descer até o grande pátio que existe nos fundos e também destinado ao recreio. No mesmo corpo central do edifício foi construído um magnífico auditório, com capacidade para 400 pessoas. Esse enorme recinto, construído em madeira formosa, semelhante, como um teatro grego, tem outras aberturas para sessões especiais, conferências de sala especial.

Durante as salas servirá de sala de reuniões.

O Jardim da Infância

Do corpo principal do edifício partem, por debaixo de uma elegante passagem de ar, um grupo, para o pavilhão destinado ao Jardim da Infância de 35 salas cada uma. Uma extensa e espaçosa galeria, aberta para o pátio, oferece o estímo do pavilhão, levando para uma grande sala de recreio, que terá instalações adequadas para o grande número de crianças que irá abrigar. No pavilhão do Jardim da Infância, nos foi mostrada também uma sala de reuniões e "parque" para o jardim.

Em 1935, em construção, os próprios edifícios de Jurema em uma Porto Alegre, o primeiro o Colégio Piratininga.

A imponência da construção, o equilíbrio e a beleza das linhas, que caracterizam este edifício, são, sobretudo, o resultado de uma concepção arquitetônica que se inspira no clássico e no moderno.

O edifício da Escola Normal não será somente um obra de arquitetura, mas também uma obra de arte, que servirá de modelo para as futuras construções de escolas normais e secundárias.

Uma visita do "A Federação" ao grandioso edifício recuar em estilo

Das magníficas instalações, com o seu aspecto geral, foi lido no velho, mesmo e será concluído até o fim do presente mês de Junho, já está, portanto, adiantadíssimo e em condições de dar uma bela impressão de seu imponente efeito de conjunto, como obra arquitetônica, como que concebida de conceito, rigoroso e instigante, para ser, em definitivo, a obra de arte da Escola Normal.

Além de dar aos leitores da "A Federação" uma ideia do magnífico edifício e das instalações que terá o nosso estabelecimento educacional, o arquiteto, sr. Fernando Correa, encorajado da construção do edifício, para nos facilitar uma reportagem ampla, a respeito desse imponente monumento de técnica escolar e de arte arquitetônica.

Acompanhamos na visita que nos fomos fazer ao sobrado do edifício o sr. Fernando Correa, arquiteto da referência.

limitada para condicionar um pequeno jardim, cheio de arte, de luz, de conforto e graça para os pequenos seres que precisam sentir o bem, e fazer no seu primeiro contato com a vida escolar.

O Pavilhão de Ciências

Do Jardim da Infância passamos para o amplo Pavilhão de Ciências, onde se realizará o ensino regular do curso normal.

É um vasto recinto de 600 metros quadrados, semelhante ao "parque" de madeira de pauzão. Ao fundo do pavilhão, um amplo pátio que dá ao Pavilhão de Ciências o aspecto de um belo teatro moderno.

Os lados do pátio foram instalados de madeira, laterais, etc.

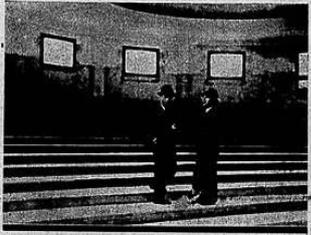
Dada a dimensão do pavilhão, não poderão realizar-se sessões de cultura física e festas do "Jardim da Infância" realizadas por alunos, membros da turma, grandes festas abertas e corais altas e ao longo das paredes laterais instalamos e arborizamos o Pavilhão de Ciências, que completa, assim, o monumental edifício escolar.

O melhor presente que um governador pode fazer ao povo em época de jubileu

A construção foi visitada há poucos dias pelo previsor governador do Estado, general Flores da Cunha, que teve ótima impressão do edifício, chamando que excedia a sua própria expectativa.

O nosso comércio de laranjas está lidando com incremento que dia a dia mais se apresenta.

Grças ao aperfeiçoamento técnico de nossa produção e ao interesse demonstrado pelos poderes públicos para a expansão do comércio de laranjas, os nossos cultivadores se têm animado a desenvolver, amplamente



Texto 124: O novo edifício da Escola Normal (A Federação, 08/06/1935).

²⁰⁶ Visualiza-se a Ata com alteração do nome da Escola no capítulo I.
²⁰⁷ Segundo POSSAMAI (2006), a fotografia em Porto Alegre estava ligada à construção e à veiculação do imaginário de modernidade.

As fotografias, como as manchetes jornalísticas, procuravam mostrar a grandiosidade e a monumentalidade do prédio, caracterizando a Escola Normal como *principal estabelecimento do ensino secundário*. Parecia que era essa a imagem consolidada da Escola Normal, ou pelo menos era impressão dada pelo Estado sobre ela, expressa pela *A Federação*,

O ano de 1935 será de excepcional significação para a vida do Rio Grande do Sul. A imponência das comemorações do Centenário Farroupilha será inesquecível como a própria epopéia que evoca na memória de todos os riograndeses.

[...]

O general Flores da Cunha quer fazer do período administrativo do ano farroupilha um ciclo digno do grande acontecimento heroico que comemoraram com a sua idealidade e sua bravura aquele monumento imperecível de civismo e de amor à terra riograndense.

[...]

Uma obra de arte e de incalculável utilidade pública

Dentre essas obras imponentes que virão ativar o nosso ritmo de progresso e incentivar o nosso desenvolvimento material e cultural figura esse é que o edifício da Escola Normal.

[...] será também das mais belas obras de arte que ostentará a metropole gaúcha.

[...]

A fachada, como, aliás, todo o exterior do edifício, foi realizada dentro de uma concepção estilística em que a elegância e a harmonia do estilo clássico, evocativo da arquitetura grega, se casa admiravelmente com as linhas de estilo moderno.

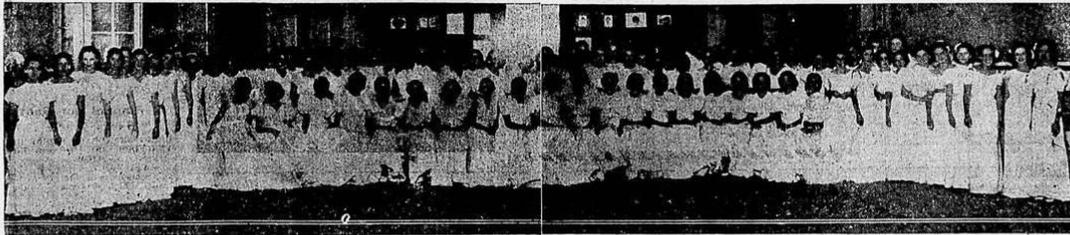
[...]

Além das diversas dependências, como salas para a direção, secretaria, portaria, biblioteca, mapoteca, gabinetes de física e química, sala de leitura, salão nobre para os professores, etc. o esplêndido edifício escolar dispõe de 27 salas de aula de 8,40 x 6,80 metros. A essas salas devem acrescentar-se, além das mencionadas, o gabinete médico, gabinete dentário, gabinete de experiências psicológicas e de "tests", museu de dependências sanitárias e quatro enormes salas de desenho e trabalhos manuais de 20 metros quadrados cada uma (A Federação, 08/06/1935).

O conteúdo das notícias reforçava não só a monumentalidade do prédio, mas o pensamento da época sobre a educação relacionada às práticas de higienização. A estrutura da escola deveria atender as mais novas teorias da educação, que também eram símbolo de desenvolvimento e progresso.

Desta forma, não só a fotografia de prédios era sinônimo de modernidade, entre outros aspectos, ser moderno, para os porto-alegrenses das décadas de 1920 e 1930, era frequentar o estúdio fotográfico de renomado artista e ter seu retrato assinado por ele. Ser moderno era figurar entre os "retratados" das revistas ilustradas, ou nesse caso estar entre as normalistas fotografadas em cerimônia de colação de grau nas páginas do jornal *A Federação*,

Colaram grau sabado!ultimo as alunas mestras de 1936



Porante vultosa assistencia, em que se contavam altas autoridades e elementos de mais representativos da nossa alta sociedade realizou-se, valedo a noite, no Teatro São Pedro, a cerimonia da colação de grau das alunas mestras, formada em 1936 pela Escola Normal General Flores da Cunha.

A cerimonia foi iniciada ás cinco horas, precisamente.

A mesa de honra localizada no palco central artisticamente enfeitada, tomaram assento os vrs. Otávio Rosa, secretario da Educação e Saúde Pública; exma. sra. d. Florinda Tubino Sampaio, diretora da Escola Normal; Afonso Guerreiro Lima, Aldeias Cunha, dt. Guilherme Krug, Maria Glebeira, Irace Selumana e Zuzane Durán Vinholes, estafeteas daquelle estabelecimento de ensino.

A turma de alunas mestras entrou no palco sob prolongados aplausos dos presentes, e ladeando a mesa, cantou o Hino Nacional.

O juramento simbolico foi feito logo após, procedendo, o secretario da Educação, em continuação, á entrega dos diplomas entre calorosos aplausos do publico.

Nessa occasião, foi prestada uma homenagem postuma ao aluno mestre Del Pinheiro Galvani, pertencente á turma de 1936, que faleceu nesta capital no dia 3 de março do corrente ano.

Após a cerimonia em nome do 3.º ano da Escola Normal, discursou a senhoiça Maria Barradas, saudando as novas formadas.

Em seguida, falou a oradora da turma set. Juzequina Barrocos, que em termos cheios de carinho e afeto, se despediu de suas antigas colegas e mestras.

Agradecendo sua escolha para paranimfa da turma, 5.ª exma. sra. d. Florinda Tubino Sampaio fez ouvir ainda.

Todas as orações foram aplaudidas com ex.º.

Encerrando a cerimonia foi executado novamente, pela orquestra do Teatro São Pedro, o Hino Nacional, cantado por todas as alunas presentes.

Texto 125: Colação de grau das alunas mestras de 1936 (A Federação, 11/05/1937).

Se as solenidades de formatura da Escola Normal inicialmente eram publicadas como pequenas notas, em 1937, gradativamente chegaram a capa do periódico, transformadas em grande evento social. E, não só a representação social das normalistas extrapolava o evento e passava a ser sinônimo de qualidade da escola pública. Chegar ao cargo de docente da Escola, era o ápice na carreira no magistério público. Somente os candidatos com notas mais elevadas no concurso público poderiam ministrar aulas na Escola.

Concurso no Magisterio Publico

Por decreto do Governo do Estado acabam de ser nomeadas para a regencia de cadeiras na "Escola Normal General Flores da Cunha" e Escolas complementares de Cachoeira e Pelotas, as professoras Maria Guedes da Cunha, Maria Gouvêa da Costa e Eva Nicolaiwsky, recentemente aprovadas em concurso. Firma-se, assim, no Rio Grande do Sul, uma pratica moralizadora e salutar: a do provimento das cadeiras do ensino normal pelo concurso. E o primeiro que se realiza dá esse resulta-

do expressivo: tres professoras efetivas do Estado, com exercicio em collegios elementares e grupos escolares, conquistam galhardamente cadeiras no curso complementar, em severa prova de seleção, com elevados graus de aprovação: Maria Gouvêa da Costa, média geral de 9,66; Maria Guedes da Cunha, média geral de 8,66; Eva Nicolaiwsky, média geral de 8,59.

O fato deve ter, necessariamente, uma grande significação para o magisterio publico rio-grandense:

à margem de quaisquer interferencias estranhas, pela documentação eloquente da sua idoneidade moral e intelectual, pelo processo do concurso, os nossos professores primarios têm assegurada a sua ascensão na carreira que escolheram. E é fóra de toda duvida que a medida do concurso, adoptada pelo Governo do Estado, valerá como um estímulo aos nossos professores, e uma garantia de justiça, e de melhor aproveitamento de valores, constituindo uma praxe utilissima no nosso ensino.

Texto 126: Concurso no Magistério Público (A Federação, 13/05/1937).

Se durante a construção do novo prédio a notícia não saia das páginas de *A Federação*, a inauguração foi um grande evento com a participação das maiores autoridades estaduais. Durante esse período de construção e inauguração do prédio da Escola Normal, o General Flores da Cunha rompeu com Getúlio Vargas, presidente da República. O General utilizou-se das páginas de *A Federação* para fazer propaganda e conseguir apoio da população rio-grandense. A imagem da Escola Normal associada à Flores da Cunha ajudou-o a angariar apoio político.

As atividades relacionadas a Escola Normal, já vinham sendo veiculadas nos jornais partidários desde o século XIX, porém o uso mais intensivo da fotografia e as inovações tecnológicas da empresa jornalística, davam caráter de grande espetáculo. Entretanto, a imprensa jornalística não teria dado conta sozinha do engrandecimento desses eventos sem a participação efetiva de “políticos” atuantes na Diretoria da Instrução Pública e nas redações desses jornais.

Essas representações foram importantes também para garantir melhorias na estrutura física e pedagógica da Escola. Como estava na vitrine das escolas públicas a Escola obteve vantagens, em termos de investimentos na estrutura administrativa e na formação de professores, inclusive com viagens internacionais e conferências de intelectuais de renome internacional.

Neste sentido, o ápice dos eventos relacionados à Escola Normal General Flores da Cunha foi a inauguração do prédio na rua Osvaldo Aranha.

No dia 18 de março de 1937, quando *A Federação* publicou na primeira página a seguinte manchete: *A notável oração do Gal. Flores da Cunha durante a inauguração do novo edifício da Escola Normal*. As reportagens sobre a Escola Normal ocuparam praticamente toda a primeira página daquela edição e ainda mais algumas páginas no interior do jornal. Foram duas reportagens de capa. A primeira, ocupando um pouco mais da metade superior da página, tratava-se do discurso proferido pelo General Flores da Cunha²⁰⁸, que iniciou a fala sobre o histórico da construção do novo prédio para a Escola Normal. O discurso tinha trechos da história pessoal e familiar do governador, além de engrandecer o estado do Rio Grande do Sul e a Escola Normal. Foi um discurso bem político, pois até mesmo as palmas do público eram reproduzidas por escrito no texto entre parênteses. A todo o momento no discurso o General se referia às mulheres, “iniciando por sua mãe, irmãs e patrícias da Escola Normal”. O governador também dava pistas, que nem todas as professoras

²⁰⁸ General Flores da Cunha

com título de normalista conseguiam ser inseridas no mercado de trabalho, ou pelo menos na Instrução Pública. Porém, as melhores alunas da Escola tinham emprego garantido,

Tudo isso pôde ser realizado com as grandes economias feitas pelo meu governo. Por isso tudo só vejo motivo para congratular-me com o nosso Estado, com o nosso professorado, com a nossa juventude e com esta miríade de estudantes que vem procurar preparação nesse templo para depois poderem disseminar pelo Estado a cultura de espírito de nossos patrícios.

[...]

Por toda parte são numerosas as solicitações no sentido de aumentarmos o quadro de professores e professoras aqui formados a fim de difundirem o ensino pelo interior do Estado.

Infelizmente os recursos orçamentarios não tem permitido o aproveitamento de grande parcela de mestras, sendo este um problema que, frequentemente complicado, deve em breve ser pelo governo do Estado solucionado de modo a selecionar o professorado dando primícia no mesmo acéso às funções públicas áqueles e áquelas que melhores provas tenham dado de aproveitamento e em melhores condições para ensinar (Palmas prolongadas) (Cunha, José Antonio Flores da. *A Federação*, 18/03/1937)

A segunda reportagem da metade inferior da capa tinha o artigo intitulado, *O edifício da Escola Normal Flores da Cunha e suas instalações*, com uma foto da Escola no centro. O texto tratava das características físicas do prédio, com muitos elogios, tais como: “uma impressão de surpreendente grandiosidade com a imponência severa e harmoniosa da fachada e o aspecto geral do edifício, admiravelmente equilibrado no jogo de suas linhas e na disposição das suas massas de conjunto”. Ao longo do texto, outras palavras elogiosas foram usadas para descrever o novo prédio da Escola Normal. O texto estava de acordo com o pensamento sobre educação do período, o que pode ser exemplificado no trecho a seguir: “a disposição interna, não é menos surpreendente do que o aspecto exterior do edifício. Todos os requisitos de higiene, comodidade, técnica pedagógica e iluminação de uma escola modelar moderna foram rigorosamente observados”. Além das instalações internas do prédio principal, estavam descritas as instalações do Jardim de Infância e do Pavilhão de Ginástica. Sobre o prédio do Jardim de Infância destacava-se:

Do corpo principal do edificio passa-se, por debaixo de uma elegante pergola de estilo grego, para o pavilhão destinado ao Jardim de Infância, dividido em quatro salas de aulas de 25 alunos cada uma. Uma extensa e espaçosa galeria, aberta para o pateo, percorre á extensão do pavilhão, levando para uma grande sala de merenda, que tem instalações adequadas para o gracioso mundo infantil. No pavilhão do Jardim de Infância encontra-se também um sala de higiene e puericultura.

modernidade na década de 1930. Além disso, a transcrição do discurso do General Flores da Cunha levava a pensar sobre o papel da mulher na sociedade, a qual estava associada ao carinho, a docilidade, aos valores morais, tendo assim virtudes de boa mãe que podiam ser usadas como professora. O texto mostrava como o General construiu uma imagem de grande empreendedor do dinheiro público, atrelada a construção do prédio da Escola Normal e dos investimentos que fez com a instrução pública. A Escola estava dentro do parque construído para a Exposição do Centenário Farroupilha, evento em que suas representações iam além de evento cívico para constituir elementos construtores da identidade dos gaúchos.

Foi mantido até 1939 o nome Escola Normal General Flores da Cunha, quando foi elaborado um novo regulamento e passou a se chamar Instituto de Educação General Flores da Cunha, e que ainda em 2013, é chamado carinhosamente de IE por sua comunidade escolar.

Considerações Finais

Esta tese foi construída a partir da problemática: de, como os jornais partidários noticiavam os assuntos relacionados à Instrução Pública, à educação da mulher e à Escola Normal/Colégio Distrital/Escola Complementar/Escola Normal/Escola Normal General Flores da Cunha, em Porto Alegre (1869-1937)? E, de como, esses discursos partidários influenciaram na construção de uma imagem/representação de “escola modelo” para essa instituição?

A partir de revisão bibliográfica e dos periódicos *A Reforma*, *O Conservador* e *A Federação* através da análise de conteúdo chegou-se a algumas considerações:

Ao fazer a contextualização da história da Escola Normal, a partir da localização geográfica de seus prédios e de seus regulamentos, foi possível perceber que desde sua fundação, havia a necessidade de mantê-la próxima à administração provincial. Talvez, num primeiro momento, fosse devido por ser uma região mais central e com mais facilidades de acesso aos alunos e aos professores. Nessa região central, já estavam localizadas algumas aulas públicas.

Embora, fosse uma instituição pública desde seu surgimento, para ingressar na Escola Normal havia a necessidade de pagamento de matrícula. No século XIX, ser pública não significava gratuidade do ensino na escola. Além da taxa referente à matrícula havia outros requisitos indispensáveis para o ingresso na Escola Normal, tais como: ter no mínimo 16 anos, confirmados pela certidão de batismo ou documento equivalente; atestado médico comprovando ser vacinado; atestado de boa conduta moral fornecido pelo pároco local; atestado de um mestre ou diretor que havia concluído as disciplinas de 1º e 2º grau; bem como, atestado da autoridade policial indicando bom procedimento civil; Ou seja, à exceção das meninas órfãs, asiladas no Colégio Santa Teresa, as demais pessoas que quisessem ingressar na Escola Normal, sem o pagamento da taxa de matrícula tinham que através de seus pais solicitar isenção ao diretor da Instrução Pública, sendo publicado como nota oficial nos periódicos. Situação que deve ter afastado muitos candidatos/as ao ingresso na Escola Normal.

As condições impostas para a matrícula indicavam a grande proximidade da Escola Normal com a Igreja, não só pelo regulamento, mas também pelo seu diretor, o Padre Joaquim de Barros Cacique. Situação que gerou muitos artigos e críticas em *A Reforma*, enquanto jornal de oposição ao governo Conservador que instituiu a Escola. Talvez esses

discursos também possam ter interferido na imagem inicial que foi representada nos periódicos, que não era muito “boa”. Sua criação e regulamento provocavam uma série de críticas pelo Partido Liberal. Os debates políticos-partidários que se formaram em torno da instrução pública e da escola, para os liberais, não era vista com bons olhos, pois parecia só um motivo para, o governo do Partido Conservador, gastar dinheiro público. Os liberais não acreditavam no sucesso da Escola. Ao rechaçar a instituição estavam atacando seus inimigos políticos publicamente. Porém, quando os liberais chegaram ao poder, as questões relacionadas com à instrução pública passaram a ser defendidas no periódico. Em 1879, por exemplo, o jornal fez o papel de diário oficial, pois somente dava notícias oficiais sobre a Escola Normal.

Porém, essas críticas estavam contextualizadas, porque os partidos políticos também passavam por processos de construções identitárias, não só pelo caráter ideológico, mas pela contrastividade (Alonso), ou seja, pelo debate e pela disputa partidária. Assim, artigos e notas sobre a Escola Normal estavam muito vinculados às paixões partidárias, tais como qualquer assunto relacionado à Instrução Pública. Como os jornais eram órgãos partidários, seus artigos sobre Instrução Pública e a Escola Normal serviam para fazer críticas a administração pública, principalmente quando o partido de oposição estivesse no poder, usavam muitas palavras ofensivas e depreciativas em relação a alguns homens que ocupavam cargos na Instrução Pública e, também na Escola Normal.

Ao analisar as notícias publicadas nos jornais partidários *A Reforma*, *O Conservador* e *A Federação* e seus autores, percebe-se uma forte relação entre os redatores, a Instrução Pública e a Escola Normal. Esses homens das “letras” detinham poder político no governo estadual e também exerciam o magistério particular, público ou ambos. Nesse sentido,

No Brasil da segunda metade do século XIX não havia um grupo social cuja atividade exclusiva fosse a produção intelectual. A existência de uma carreira pública centralizada no Estado, incluindo desde empregos no ensino até candidaturas ao parlamento, fazia sobreposição de elite política e intelectual a regra que antes era exceção (ALONSO, 2002, p. 30).

Segundo Alonso (2002), esses debates partidários através dos jornais, eram resultado de um “movimento intelectual” conhecido como “geração de 1870”. Momento em que estavam chegando no Brasil ideias “inovadoras” e sobre, as quais, aconteciam debates, pois os grupos podiam se identificar tanto por termos doutrinários quanto por posicionamentos políticos (2002, p.30). Portanto, essas diferenças doutrinárias e partidárias se refletiram nas discussões envolvendo a Escola Normal e a Instrução Pública. Também colocou na “geração de 1870” uma multipicidade de doutrinas e correntes ideológicas estrangeiras, algumas vezes

convergentes. É dessa variedade intelectual que se compõe o grupo de homens letrados que buscava ampliar seus espaços políticos em Porto Alegre, no final do século XIX e início do século XX. Essa “elite” de intelectuais, formada em sua maioria pela Faculdade de Direito de São Paulo²⁰⁹, onde correntes ideológicas como o liberalismo e o positivismo fervilhavam, pensou, debateu e implantou projetos educacionais no Rio Grande do Sul.

Nos últimos anos da Monarquia, a Escola Normal, não era mais criticada como instituição pelos jornais, mas sim as pessoas que a administravam, quando estas eram do partido adversário ao jornal analisado.

Como a escola sempre esteve localizada próxima ao centro do poder político da capital, ganhou e perdeu em decorrência disso. Durante o período monárquico, era uma “constante” a instabilidade política e as mudanças administrativas que seguiam o curso das alterações partidárias na Presidência da Província e na Assembleia Provincial.

Porém, com a proclamação da República e a implantação de um governo autoritário de cunho positivista, que considerava relativamente à base,

a educação constituiu sempre, por sua natureza, a principal aplicação de todo o sistema geral destinado ao governo espiritual da Humanidade.
(...) Não poderá portanto tratar-se seriamente de regenerar a educação, pública ou privada, sendo senão quando uma nova filosofia tiver estabelecido o suficientemente uma verdadeira sistematização duradoura das concepções humanas (COMTE, [1ª ed. 1844], 1990, p. 130-131).

A estabilidade administrativa traz consigo projetos educacionais, a partir de políticas de consolidação do próprio regime republicano. Pois, não se poderá “regenerar a educação sem uma filosofia duradoura das concepções humanas”. Dentro dessa ideia de que a orientação filosófica dos projetos educacionais viria do Estado, os eventos cívicos ganharam espaço e apoio do governo republicano. Projetos estes, em que as escolas públicas e até mesmo particulares, foram inseridas.

A percepção de que a localização geográfica, de que os professores da Escola Normal, eram homens “letrados” com participação na administração da Província e com fortes laços com os jornais de seus respectivos partidos deu origem à criação do segundo e do terceiro capítulo desta tese.

No segundo capítulo, por exemplo, se pode discorrer sobre a situação político-partidária do Rio Grande do Sul entre 1869-1937, facilitando o reconhecimento de alguns membros dos partidos Liberal, Conservador, Republicano e Libertador na administração da Escola e da diretoria da Instrução Pública.

²⁰⁹ Sobre o assunto ver, Adorno (1988); Carvalho (1996).

Enquanto, no terceiro capítulo contextualizou-se política e historicamente os redatores dos jornais e seus laços com a diretoria da Instrução Pública e a Escola Normal, dos quais se ressaltou a formação acadêmica e os cargos públicos que ocuparam.

Um ponto que mereceu especial atenção na leitura dos periódicos foi os textos referentes à educação da mulher, principalmente, aqueles produzidos por Ana Aurora do Amaral Lisboa. A educação da mulher, no Rio Grande do Sul, teve forte ligação com a Escola Normal porque mesmo tendo sido criada como escola mista, acompanhou o processo de feminilização do magistério. Ou seja, a construção dessa imagem/representação de “escola-modelo” não foi construída ao acaso e nem do dia para noite. Foi uma construção, ao longo do processo de consolidação da escola no campo educacional, num campo político específico e, que influenciou a inserção das mulheres no magistério.

Neste contexto, de múltiplas teorias filosóficas, a mulher que também estava lutando por espaços políticos, sociais e econômicos, encontrava na Escola Normal de Porto Alegre um caminho profícuo de doutrinas e posições partidárias favoráveis ou não às suas lutas.

Mesmo que não tenha sido o objetivo dos fundadores da Escola Normal instruir, a maioria de mulheres, estas conseguem, a partir da formação na Escola, ir conquistando espaços além daqueles planejados para elas. Conquistam, aos poucos, também as redações dos periódicos, como Ana Aurora do Amaral Lisboa e Luciana de Abreu. Se o objetivos dos diretores da Escola era formar “boas” mães e esposas, foram muito além disso, a exemplo das duas ex-alunas citadas.

Foi possível ver um grande número de professoras sendo contratadas e/ou nomeadas para as aulas públicas e ou se inscrevendo para os concursos públicos. Assim como Schneider (1993), Tambara (1998) e Werle (2005) observaram havia um crescente número de mulheres cursando a Escola Normal, o que aos poucos iria refletir na contratação das mesmas para as aulas públicas. Mesmo que houvesse um debate em torno da questão da educação da mulher, entretanto, durante o século XIX, os periódicos defendiam a instrução da mulher com restrições. Incentivavam uma educação voltada para os afazeres domésticos, para formar boas donas de casa e boas mães. Se por acaso, as mulheres transgredissem essas regras sociais trariam a “desgraça” para a sociedade. E, embora, o jornal *A Reforma* tivesse um caráter mais liberal, suas ideias sobre a educação feminina não eram muito diferentes de *O Conservador* e nem de *A Federação*, que tinha orientação positivista. A mulher poderia e deveria ser educada para ser esposa e mãe, e, se houvesse a necessidade de trabalhar, deveria ser em profissões ligadas à maternidade, ao cuidado, tais como professora e enfermeira.

Entretanto, mesmo que a Escola Normal tivesse muitas alunas, esse debate não escapou aos docentes da Escola. Para Tambara (1998), o Padre Cacique, um dos mais respeitados diretores da Escola, acreditava que as meninas tinham menor capacidade de aprendizagem que os meninos e, por isso, fizeram algumas alterações no programa do curso normal para que pudessem aprender.

Entretanto, mereceu uma atenção especial, um dos ícones desse debate sobre a educação e emancipação feminina, foi Ana Aurora do Amaral Lisboa, professora de Rio Pardo, com orientação liberal e atuante no partido, normalista ainda no período monárquico. Ou seja, mesmo que a Escola Normal tivesse como objetivo formar mulheres para serem “boas” mães, em algum momento o conhecimento adquirido ajudou-as na conquista de seus direitos.

Não se tem a ilusão que as moças que estudavam na Escola Normal, saíssem por aí fazendo protestos, escrevendo e exigindo seus direitos, entretanto, tem-se a consciência que algumas como Luciana de Abreu e Ana Aurora foram ícones dessas lutas, que não se intimidaram com o mundo masculino das redações dos jornais e escreveram sobre os direitos das mulheres.

Neste sentido, percebe-se que mesmo que os ensinamentos na Escola Normal seguissem forte orientação dos administradores públicos, que estavam a frente de redações de jornais partidários e que tinham pensamento semelhante no que se referia a educação da mulher, Ana Aurora fugiu do padrão indicado para época quando foi além do esperado na sua profissão e colocou lado a lado brancos e negros em sua escola particular, enquanto poucos faziam isso; quando alfabetizou gratuitamente no curso noturno os adultos que a procuravam. Também saiu do padrão quando chegou a liderança de seu partido em Rio Pardo, condição não muito comum para as mulheres no Rio Grande do Sul ou quando defendeu os direitos femininos em seus escritos.

Como se sabe, ainda no século XIX, as mulheres de grupos menos favorecidos, econômica e socialmente encontravam dificuldades para conciliar estudo/trabalho. Desta forma, pode-se perceber que uma grande parte das alunas da Escola era oriunda de uma “elite” econômica e socialmente mais favorecida, por isso, as alunas, com exceções, chegavam a Escola com um capital cultural adquirido no contexto familiar.

Foi a partir da República que a ideia de emancipação da mulher começou a ganhar força e a possibilidade da mulher educar as crianças “dos outros” ganhou espaço nos periódicos. Na década de 1920, o voto feminino era uma questão discutida amplamente em *A Federação*.

Foi ainda, na Monarquia que os eventos escolares passaram a ser vistos como eventos sociais de grande repercussão, as festividades e atividades cotidianas ganhavam timidamente as páginas dos periódicos. Mas, foi nas últimas décadas do século XIX que se consolidou o discurso que somente a educação poderia trazer o desenvolvimento para o país. Neste sentido, não se pode esquecer que, o Estado era o educador, por excelência. As concepções de civilidade estavam arraigadas à instrução dos indivíduos. E, por isso, as notas, mesmo que pagas, sobre a instrução tinham destaque nesses periódicos.

A ideia de que a escola normal estava se consolidando como escola de qualidade estava presente na Monarquia. Porém, na República que ganhou ressonância no governo estadual, principalmente através do direcionamento de recursos humanos de qualidade para a Escola. A prática dos concursos foi se consolidando como projeto de governo e refletiu no quadro de professores, que tinham de defender teses para nomeação como efetivo da Escola Normal.

Uma questão interessante de se debater era o cargo de diretor da Escola, que conotava tanta importância, que muitas vezes foi exercido concomitantemente ao cargo de diretor geral da Instrução Pública. Durante o período de implantação e execução do Colégio Distrital (1901-1906), por exemplo, Manuel Pacheco Prates exerceu os dois cargos, dada importância do projeto para o governo.

A escola foi adquirindo tal importância que ao anunciar suas aulas, por meios impressos, muitos dos docentes de escolas particulares vinculavam seus nomes a diretoria da Instrução Pública e/ou com a Escola Normal. Além disso, a palavra *normalista* era usada pelos anunciantes como sinônimo de qualificação para os docentes, provavelmente por adquirir conotação de conhecimento e estudo acima da média dos professores públicos. Assim, como o título de bacharel tinha evidência entre os advogados (COELHO, 1999).

Porém, não foi possível desconsiderar que, além de uma “elite” docente criada e reforçada pelo Estado em torno da Escola também se constituiu uma “elite” de alunos/as. Embora, as meninas asiladas no Colégio Santa Teresa estudassem, gratuitamente, na Escola.

Tanto *A Reforma* quanto *A Federação*, que foram os dois periódicos analisados no período republicano, publicavam notas e anúncios sobre concursos, datas e listas de exames da Escola Normal e da Instrução Pública, fazendo um serviço de utilidade pública, obviamente que pagos pelo governo estadual. Parece que a orientação que ambos queriam era construir uma “opinião pública”, que fosse partidária aos seus ideais e, muitas vezes, tiveram discursos semelhantes em seus artigos. O que faz pensar que maneira de abordar a educação

da mulher estava de acordo com um pensamento de época, e não estava vinculada à uma ideologia específica.

Embora, a Escola Normal, estivesse conquistando espaço cada vez maior nas páginas dos periódicos, em especial em *A Federação* foi no governo de Flores da Cunha, com a construção do prédio e das festividades do Centenário Farroupilha e/ou com participação de professores e normalistas em eventos cívicos adquirem maior visibilidade e foram relacionadas ao desenvolvimento do Estado. A imagem da Escola foi amplamente utilizada por Flores da Cunha para obter apoio do magistério público e da comunidade porto-alegrense, principalmente, nos períodos de crise com o presidente Getúlio Vargas.

Não foi somente a imagem dos prédios que abrigaram a escola que deram a conotação de desenvolvimento e inovação, as notícias sobre as viagens e conferências pedagógicas também davam força para essa ideia, pois eram aplicadas teorias de fora do Estado e até mesmo de fora país. A ideia do que vem de fora era melhor vale também para instrução pública no Rio Grande do Sul. Exemplo disso, era o grande número de artigos comparando a educação no Rio Grande do Sul, com o centro do país e com outros países.

O que se tenta mostrar era que a ideia de escola modelo não foi construída na fundação da escola, pois, inicialmente, havia até um discurso pejorativo em relação à Escola Normal. Somente a partir dos últimos anos do século XIX, que começou a mudar, mas nem sempre de forma coesa, às vezes a oposição elogiava a escola e atacava os dirigentes, outras vezes questionava os métodos pedagógicos. O Colégio Distrital foi bastante criticado pela oposição, ou seja, o discurso de “escola-modelo” nesse período parecia não ser eficiente. Entretanto, a partir da implantação da Escola Complementar, a modernização da imprensa, com uso de fotografias nas notícias sobre a escola e a participação de docentes e alunos da escola em eventos sociais e educacionais parece ter contribuído na construção de imagem de *escola-modelo*.

Na verdade, esse não é um trabalho fechado, pois suscita uma série de interrogações para trabalhos futuros. Por exemplo, como outros periódicos, sem vínculos partidários trataram a Escola em suas páginas? Além dessa perspectiva, a análise de outros documentos, como as listas de exames, minutas com as correspondências expedidas e recebidas pela direção da escola, atas e fotografias de eventos escolares, documentação sobre projetos pedagógicos que tiveram origem na escola e que foram implantados à nível estadual, permitirá avançar a pesquisa.

A documentação pedagógica sobre os cursos de Aperfeiçoamento, que eram ministrados na Escola nas décadas de 1960 e 1970, merecem também uma especial atenção e

análise. Bem como, um estudo precisa ser feito sobre as relações que se constituem numa escola que tem seu prédio como patrimônio histórico, tombado pelo município e pelo Estado, em processo de restauração, que sofre com as pichações pelos próprios alunos da Escola? Que relações se alteraram pelo caminho, já que a escola contou com uma imagem de seriedade, qualidade e inovação que chegou a ser “modelo” para o Rio Grande do Sul e que, hoje, esta sendo depreciado seu patrimônio material e imaterial pela própria comunidade escolar?

REFERÊNCIAS

ABDALA, Rachel. *A fotografia e a construção da imagem da escola Normal*. www.sbhe.org.br

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ACCÁCIO, Liéte Oliveira. *A Escola Normal do Rio de Janeiro: A Construção da Profissão Docente* Revista de Pedagogia, Ano 2 – número 5 – Especial sobre Fernando de Azevedo. Disponível em: www.fe.unb.br/revistadepedagogia

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALMEIDA, Ricardo Pires de. *A instrução pública no Brasil (1500-1889): história e legislação*. São Paulo: EDUC, 2000.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

ALVES, Francisco das Neves (org). *Política e imprensa no Rio Grande do Sul: ensaios históricos*. Rio Grande: Editora da FURG, 2007.

AMARAL, Giana Lange. *A Escola Complementar de Pelotas: 1929-1943*. IN:TAMBARA, Elomar; CORSETTI, Berenice (org). *Instituições formadoras de professores no Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editora da Universidade/UFPEL,v.1, 2008.

ANTONIO, Valmir Edevaldo. *APM (Associação de Pais e Mestres) uma contribuição à sua compreensão*. Dissertação de mestrado em Educação. São Paulo: UNICID, 2008.

ARAUJO, José Carlos Souza. *Um capítulo da veiculação da discussão educacional na imprensa do Triângulo Mineiro: a revista A Escola (1920-1921)*. In: ARAUJO, J. C. S. ; GATTI JUNIOR, D.. *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002 (Coleção Memória da Educação).

ARRIADA, Eduardo. *A educação secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: A desoficialização do Ensino Público*. Tese de doutorado. Porto Alegre: PPGE/PUCRS (2007).

ÁVILA, Ivany Sousa. *“Memórias de professoras: Instituto de Educação de Porto Alegre e as Pedagogias de reciprocidade cidade/escola”*. Tese. Porto Alegre, UFRGS, 2005.

AXT, Gunter. *Julio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BAKOS, Margareth. *Porto Alegre e seus eternos intendentess*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1977.

BARRERAS, Maria José. *O velho na política brasileira: partidos e eleições (1837-1979)*. IN: TORRESINI, Elizabeth; PEDROSO, Elizabeth. *Eleições: história e estratégias*. Porto Alegre: Evangraf, 1999.

BARROSO, José Liberato. *A instrução pública no Brasil/ conselheiro Doutor José Liberato Barroso*. Pelotas: Seiva, 2005. (Série Filosofia e História da Educação: TAMBARA, Elomar e ARRIADA, Eduardo – orgs.).

BASTOS, Maria Helena Camara. *A Liga do Ensino e a Revista Liga do Ensino (1883-1884)*. Mimeo, 1999.

_____. *Pro pátria laboremus: Joaquim José de Meneses Vieira (1848-1897)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

_____. *Espelho de papel: a imprensa e a história da educação*. In: ARAUJO, J. C. S.; GATTI JUNIOR, D.. *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002 (Coleção Memória da Educação).

_____. *A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942): o novo e o nacional em revista*. Pelotas: Seiva, 2005.

_____.; ERMEL, Tatiane. *O que preciso saber para ingressar no ginásio? Manuais para o exame de admissão (1930-1961)*. Mimeo, 2005.

_____. *Luzes do Futuro: O congresso da Instrução – rio de janeiro (1883-1884)*. Mimeo, 2005.

BEISER, Ana Cristina Pires. *Educação e Educadores em Porto Alegre: um estudo de caso*. Dissertação de mestrado (Programa de pós-graduação em História). Porto Alegre: PUCRS, 1996.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos*. IN: Ciências & Letras. Porto Alegre, jan./jun. 2000, n. 27.

BERSTEIN, Serge. *Os partidos. Os partidos políticos: formação ideológica*. IN: REMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BOMENY, Helena. *Os intelectuais da Educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOMFIM, Manuel. *Cultura e Educação do Povo Brasileiro*. Pela difusão da instrução primária, 1932.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *Introdução a uma sociologia reflexiva*. IN: O poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

_____. *Razões práticas sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

_____. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____; PASSERON, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1982.

BRAGA, Kenny. *Padre Cacique: o pedinte sublime*. Porto Alegre: JA Porto Alegre Editores, 1998.

BROSSARD, Paulo. *J. F. de Assis Brasil*. Porto Alegre: Est edições, 2004.

CADERNOS DOS EX-ALUNOS. *Série Vidas e Valores*. Porto Alegre: Associação dos Ex-Alunos do Instituto de Educação General Flores da Cunha, nº 1, s/d.

CADERNOS DOS EX-ALUNOS. *Série Vidas e Valores*. Porto Alegre: Associação dos Ex-Alunos do Instituto de Educação General Flores da Cunha, nº 2, s/d.

CADERNOS DOS EX-ALUNOS. *Subsídios da História Institucional*. Porto Alegre: Associação dos Ex-Alunos do Instituto de Educação General Flores da Cunha, nº 3, junho de 2004.

CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas: estratégias para entrar y sair de la modernid*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1992.

CANEZ, Anna Paula. *Fernando Corona e os caminhos da arquitetura moderna em Porto Alegre*. Porto Alegre, UE/Porto Alegre/Faculdades Integradas do Instituto Ritter dos Reis , 1998.

CARNEIRO, Newton. *Dissidência política e partidos: da crise com a Regência ao declínio do II Reinado*. IN: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (org.); PICCOLO, Helga; PADOIN, Maria. *Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006. V. 2 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

_____. *Unificação da elite: uma ilha de iletrados*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Relume Dumará, 1996, p. 56-82.

CASTILHOS, Júlio. *Mensagem do Presidente do Estado à Assembleia dos Representantes*. Porto Alegre. Em 20/09/1895. Disponível no sítio: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/PesquisasHistóricas>

CATANI, Denice Bárbara; BASTOS; Maria Helena Camara (orgs.). *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra, Quarteto, 2001,

CERONI, Giovani Costa. *A exposição do centenário da Revolução Farroupilha nas páginas dos jornais Correio do Povo e A Federação*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre,: PUCRS, 2009.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editorial, 1988.

_____. *O mundo como Representação*. Estudos avançados 11(5), 1991.

_____. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: editora da UNESP, 1998.

_____. *A beira da falésia*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

_____. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

COELHO, Edmundo C. *As Profissões Imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COMTE, Augusto. *Discurso sobre o espírito positivo*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

CORSETTI, Berenice. *Controle e ufanismo: a escola pública no Rio Grande do Sul (1889-1930)*. Tese de doutorado em Educação. UFSM, 1998.

_____. *Política e organização da educação sob o castilhismo*. IN: AXT, Gunter; SEELIG, Ricardo; GEDOZ, Sirlei; BARROS FILHO, Omar; MENEGHETTI, Sylvia. *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

_____. *A educação: construindo o cidadão*. IN: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coord.); RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (dir.) *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul),2007, v.3 t.2

_____; PAIER, Leci. *Escola Notre Dame: uma narrativa histórica sobre uma instituição formadora de professoras*. IN: TAMBARA, Elomar; CORSETTI, Berenice. *Instituições formadoras de professoras no Rio Grande do Sul*. Pelotas, Editora da Universidade UFPEL, 2008, v. 2.

COUTO, Miguel. *No Brasil só há um problema nacional: a educação do povo*. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio, de Rodrigues, 1927.

CUNHA, A. A. Pereira. *Mensagem do Presidente da Província à Assembleia dos Representantes*. Porto Alegre, 31/10/1866. Disponível no sítio: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/PesquisasHistóricas>

D'AVILA, Henrique. *Mensagem do Presidente da Província à Assembleia dos Representantes*. Porto Alegre, 1880. Disponível no sítio: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/PesquisasHistóricas>

DICIONÁRIO BIOGRÁFICO DE AUTORES BRASILEIROS. Salvador: CDPB; Brasília: Senado Federal, 1999.

DILLENBURG, Sérgio Roberto. *A imprensa em Porto Alegre de 1845 a 1870*. Porto Alegre, Sulina/Ari, 1987.

_____. *Correio do Povo: história e memórias*. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.

_____. *Quatro publicações marcantes do jornalismo rio-grandense*. Nova Petrópolis: Editora Amstad:, s/d.

ELMIR, C. *As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para pesquisa histórica*. IN: Cadernos do PPG em História da UFRGS, nº 13, 1995.

ERMEL, Tatiane. *O “Gigante do Alto Da Bronze”: um estudo sobre o Espaço e Arquitetura Escolar do Colégio Elementar Fernando Gomes em Porto Alegre/Rs (1913 – 1930)*. Dissertação de mestrado em Educação/PUCRS, 2011.

ESPIG, Márcia. *O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado: Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre:PUCRS- PPGH. V.XXIV, n.2. dez. 1998,p.269-289.

FABIANI, Márcia. *Maria Elizabeth de Oliveira: a construção do imaginário, da devoção e da santidade*. Dissertação de mestrado pela UPF. Passo Fundo, jan. 2006.

FABRIS, Annateresa. *Fotografia: usos e funções no século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1997.

FERNANDES, Florestan. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus & Editora da USP.

FILHO, Lourenço. *A educação problema nacional*. Revista Brasileira Estudos Pedagógicos. Brasília, maio/agosto, 1984.

FLORES, Elio Chaves. *No tempo das degolas: práticas X discursos e revoluções imperfeitas*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

FLORES, Hilda A. H. (org.) *Revolução Federalista*. Estudos. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993.

_____. *A grande mestra*. IN: Presença Literária Feminina do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993.

_____. *Ana Aurora do Amaral Lisboa: educadora e política*. IN: FLORES, Hilda. *Vidas e Costumes*. Estudos biográficos contextualizados. Porto Alegre. Nova Dimensão, 1994.

_____. *As mulheres porto-alegrenses*. In: Dornelles, Beatriz (org.). *Porto Alegre em destaque: história e cultura*. Porto Alegre:Edipucrs, 2004.

FONSECA, Pedro César Dutra. *RS: economia e conflitos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FORTUNA, Carlos. As cidades e as identidades: narrativas, patrimônios e memórias. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.33, fev. 1997, p. 127-141.

FRAGA, Andréa. *Imprensa Estudantil e Práticas de Escrita e Leitura: a Revista "O Estudo" (Porto Alegre/RS, 1922 a 1931)*. Dissertação de Mestrado em Educação/UFRGS, 2012.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, MEC/SESu/PROEDI, 1988.

_____. *A Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul. (1835-1889) : crônica histórica*. Porto Alegre :CORAG, 2004.

_____. *Gaúchos na Academia de Direito de São Paulo no Século 19*. (2000). Disponível em: www.tjrs.jus.br

_____. *Porto Alegre: Guia Histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 1992, 2ª ed.

_____. *Porto Alegre: Guia Histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 1998.

_____. *Gente e espaços de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000.

GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2005.

_____. *Como é possível continuar escrevendo História Política?* IN: Anos 90. Porto Alegre, v.13, n.23/24, jan/dez, 2006, p.105-131.

_____. *O Estado Novo*. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coord.); GERTZ, René (dir.). *República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul) v.4, p. 39-58.

GHIRALDELLI JR., Paulo. *História da Educação Brasileira*. São Paulo: Cortez, 2006.

GINZBURG, Carlo. *O Inquisidor como Antropólogo*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 1, n. 21, 1991.

GIOLO, Jaime. *A instrução*. IN: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (org.); PICCOLO, Helga; PADOIN, Maria (dir.). *Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006, Vol. 2. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

_____. *Estado, Igreja e Educação no Rio Grande do Sul da 1ª República*. Tese de doutoramento. Faculdade de Educação, USP, FEUSP, 1997.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *Propaganda política, a construção do tempo e do mito de Vargas: o calendário de 1940*. IN: BASTOS, Elide Rugai et al. (org.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003, p.112-145.

GONÇALVES, Carlos Barbosa. *Mensagem à Assembléia dos Representantes*. Porto Alegre: Oficina Gráfica da Livraria do Globo, 20/09/1910.

GONÇALVES, José Reginaldo. *Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: o problema dos patrimônios culturais*. Estudos Históricos, v.1, n.2, p.1988.

_____. *Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio*. Horizontes Antropológicos. Vol.11 no.23. Porto Alegre. Jan./Jun. 2005. Disponível no sítio www.scielo.br

GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Imprensa, civilização e educação: Uberabinha (MG) no início do século XX*. In: ARAUJO, J. C. S. ; GATTI JUNIOR, D.. *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002 (Coleção Memória da Educação).

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos. *Memórias recompondo tempos e espaços da educação – Bom Jesus (1913-1963)*. Tese de doutorado. Porto Alegre: FAGED/PUCRS, 2008.

GUIMARÃES, Lúcia Maria P.; PRADO, Maria Emilia. *O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceito e prática*. Rio de Janeiro: Revan. UERJ, 2001.

GUTFREIND, Ieda. *Rio Grande do Sul: 1886-1889: A proclamação da república e a reação liberal através de sua imprensa*. Dissertação. Porto Alegre: PUCRS, 1979.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004

HEBRARD, Jean. *Por uma biografia material das escrituras ordinárias: a escrita pessoal e seus suportes*. IN: MIGNOT, Ana C. V.; BASTOS, Maria Helena C.; CUNHA, Maria Teresa. *Refúgios do eu: educação, história, escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000, p.29-62.

HEINZ, Flávio. *Positivistas e republicanos: os professores da Escola de Engenharia de Porto Alegre entre a atividade política e a administração pública (1896-1930)* Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 29, nº 58, 2009

_____. *Por uma outra história das elites*. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2006.

HOBSBAWM, E. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HOBSBAWM, E. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HOHLFELD, Antônio. *A imprensa (1870-1930)*. IN: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coord.); RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (dir.) *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007, v.3 t.2. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

JULIA, Dominique. *A cultura escolar como objeto histórico*. Revista Brasileira de História da Educação. SBHE. Campinas: Editora Autores Associados. Jan./jun. 2001, n.1.

JUVENAL, Amaro. *Antonio Chimango: sátira política*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 22ª ed., 1982.

KARAWEJCZYK, Mônica. *O voto da costela: O sufrágio feminino nas páginas do Correio do Povo (1930-1934)*. Dissertação. Porto Alegre: PUCRS, 2008.

KRAEMER NETO. *Nos tempos da velha Escola*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1969.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 21ª ed., 2007.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.

LIRA NETO. Getúlio (1882-1930). *Dos anos de formação à conquista do poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LOBO, Yolanda Lima. *A Escola Normal da Corte: tensões entre realidade e proclamado*. In: CHAVES, Mirian; LOPES, Sonia (org). Instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Mauad: Faperj, 2009.

LOURENÇO FILHO. *Educação e segurança nacional*. In: LOURENÇO FILHO. *Tendências da Educação Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1940.

_____. *A educação, problema nacional*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, maio/agosto, 1984.

LOURO, Guacira Lopes. *Prendas e Antiprendas: uma escola de mulheres*. Ed. da Univerdade, UFRGS, 1987.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

_____. *O sistema de Castilhos 100 anos depois: a perspectiva de um comparativista*. IN: AXT, Gunter; SEELIG, Ricardo; GEDOZ, Sirlei; BARROS FILHO, Omar; MENEGHETTI, Sylvia. *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

_____; BARICKMAN, Bert. *Elites Regionais*. IN: HEINZ, Flávio (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 77-97.

LOWENTAL, David. *Como conhecemos o passado*. In: Projeto História 17, PUCSP: São Paulo, nov. 1998

LUCA, Tânia Regina. *Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos*. IN: PINSKY, Carla B. (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. *A Grande imprensa na primeira metade do século XX*. IN: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina (org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 149-178.

MACHADO, Nara Helena Naumann. *A exposição do Centenário Farroupilha: ideologia e arquitetura*. PUCRS, dissertação de mestrado em História, 1990.

MAGALHÃES, Justino. *O Manual Escolar no Quadro da História Cultural: para uma historiografia do manual escolar em Portugal*. Lisboa: Sísifo, n.1, 2006.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. IN: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Discurso fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 2ª ed., 2001.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: EDUSP, 2001.

_____; LUCA, Tania (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, IEL, 1978.

MAUAD, Ana Maria. *Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX*. Anais do Museu Paulista, 2005, vol. 13, n.1, p.133-174.

MEDEIROS, Antonio Augusto Borges. *Mensagem à Assembléa dos Representantes*. Porto Alegre: Typografia Cézar Reinhardt. Porto Alegre. Em: 20/09/1898. Disponível no sítio: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/PesquisasHistóricas>

_____. *Mensagem à Assembléa dos Representantes*. Porto Alegre: Typografia Cézar Reinhardt. Porto Alegre. Em: 20/09/1900. Disponível no sítio: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/PesquisasHistóricas>

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. *O passado no futuro da cidade: políticas públicas e participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MENEGHETTI, Sylvia. *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. O patrimônio Cultural, entre o público e o privado. IN: *Direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH/SMC, 1991.

_____. *Rumo a uma "História Visual"*. IN: MARTINS, J. S.; ECKERT, C.; NOVAES, S. C. (orgs.). *O imaginário e o poético nas Ciências Sociais*. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p.33-56.

MERGEL, T. *Algumas considerações a favor de uma História Cultural da Política*. História-Unisinos. São Leopoldo: Unisinos, v. 7, n. 8, 2003.

MIGNOT, Ana C. V.; BASTOS, Maria Helena C.; CUNHA, Maria Teresa. *Refúgios do eu: educação, história, escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000.

_____; CUNHA, M.. *Razões para guardar: a escrita ordinária em arquivos de professores/as*. Revista em questão (PPG Educação/UFRN), v. 5, nº 11, jan/abr, 2006.

MIRANDA, Márcia K.; LEITE, Carlos R. da C.. *Jornais raros do MUSECOM: 1808-1924*. Porto Alegre: Comunicação Impressa, 2008.

MOGARRO, Maria João. *Arquivo e Educação. A construção da memória educativa*. Sísifo. Revista de Ciências da Educação/UL. Lisboa, set./dez., 2006.

MONARCHA, Carlos. *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1999.

MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade*. Porto Alegre; EDIPUCRS, 2006.

_____. *Urbanização e modernidade em Porto Alegre*. IN: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coord.); RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (dir.) *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul) 2007, v.3 t.2.

MORAES, Roque. *Análise de conteúdo*. Educação. Porto Alegre: Faculdade de Educação-PUCRS/Curso de Pós-graduação, 1999, p. 5-31.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MORIN, Violette. *Aplicação de um método de análise da imprensa*. São Paulo: ECA, 1970.

MÜLLER, Carlos. *História Econômica do Rio Grande do Sul. Banrisul: 70 anos (1928-1998)*. Porto Alegre: Editora Grande Sul, 1998.

MUSECOM. *A Federação*. Porto Alegre: Corag, 1984

MUSEU DA COMUNICAÇÃO SOCIAL HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA: 30 ANOS, Porto Alegre. Corag, 2005.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. *A Educação Superiores (1930-1985)*. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coord.); GERTZ, René (dir.). *República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul) v.4, p. 335-348.

NEVES, F. *O periodismo gaúcho no século XIX: breves impressões históricas*. Biblos, Rio Grande, 23 (2): 137-166, 2009.

NEVES, Helena de Araújo. *O Ensino privado em Pelotas-RS na Propaganda Impressa: séculos XIX, XX, XXI*. Tese de doutorado em Educação. Pelotas: UFPEL, 2012.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História 10. Editora da PUCSP: São Paulo, dez. 1993.

NÓVOA, Antonio. *Para uma análise das instituições escolares*. IN: NÓVOA, Antonio. *As organizações escolares em análise*. Lisboa: Publicações Dom Quixote/Instituto de Inovação Educacional, 1995.

_____. Apresentação. IN: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. (org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Vol. II: século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

_____. *Evidentemente: Histórias da Educação*. Porto: Edições Asa, 2005.

_____. *O regresso dos professores*. Conferência na Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2007.

NUNES, Clarice (org.). *O passado sempre presente*. São Paulo: Cortez, 1992.

NUNES, José Horta. Manifestos modernistas: a identidade nacional no discurso e na língua. IN: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Discurso fundador*. A formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas, SP: Pontes, 2ª ed., 2001.

OLIVEIRA, A. de Almeida. *O Ensino Público*. Brasileira: Edições do Senado Federal. v.4, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Discurso fundador*. A formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas, SP: Pontes, 2ª ed., 2001.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PADILHA, Márcia. *A cidade como espetáculo. Publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20*. São Paulo: Annablume, 2001.

PEZAT, Paulo. *Leituras e interpretações de August Comte*. IN: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coord.); RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (dir.) *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul) 2007, v.3 t.2.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O cotidiano da república*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1990.

_____. *Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário*. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol. 15, n. 29, 1995, p.9-27.

_____. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

_____. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PICCOLO, Helga. *A política rio-grandense no II Império (1868-1882)*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 1974.

_____. *Júlio de Castilhos, redator na imprensa acadêmica em São Paulo*. IN: AXT, Gunter; SEELIG, Ricardo; GEDOZ, Sirlei; BARROS FILHO, Omar; MENEGHETTI, Sylvia. *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

PINSKI, Carla (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2010.

PINTASSILGO, Joaquim. *Introdução – histórias e historiografia das Escolas Normais em Portugal*. IN: PINTASSILGO, Joaquim; SERRAZINA, Lurdes. *A Escola Normal de Lisboa e a formação de professores*. Arquivo, História e Memória. Lisboa: Edições Colibri, 2009.

_____; SERRAZINA, Lurdes. *A Escola Normal de Lisboa e a formação de professores*. Arquivo, História e Memória. Lisboa: Edições Colibri, 2009.

PINTO, Celi Regina. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: São Paulo: L&PM, 1986.

_____. Com a palavra o senhor presidente José Sarney: o discurso do Plano Cruzado. São Paulo: HUCITEC, 1989.

PIZZATO, Charles. Colégio Santa Teresa: resgate da história de um edifício. Canoas: Ulbra, 2011

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol 2, n.3, 1989.

PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Erus,[1ª ed. 1917] 1979.

POSSAMAI, Zita Rosane. *Guardar e celebrar o passado: o Museu de Porto Alegre e as memórias na cidade*. Dissertação de mestrado em História pela UFRGS, Porto Alegre, 1998.

_____. *Cidade fotografada: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos - Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930*. Tese de doutorado UFRGS, 2005. <http://hdl.handle.net/10183/5251>

_____. *Fotografia e Cidade*. IN: ArtCultura, Uberlândia. Vol. 10, n.16, jan-jun.2008, p. 67-77.

RAMBO, Arthur. *História: Questões e debates*. Curitiba: Ed. da UFPR, n. 36, 2002.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *O governo de Flores da Cunha: entre o regional e o nacional*. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coord.); GERTZ, René (dir.). *República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul) v.4, p.17-38.

REMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003

REVISTA IE. Porto Alegre: Publicação do Instituto de Educação General Flores da Cunha, 1969.

RECKZIEGEL, A. L.S.. 1893: *A Revolução além da fronteira*. IN: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coord.); RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (dir.) *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul) 2007.

RIOS, Renata. *Quando a universidade é uma festa: trote e formatura*. Dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação/PUCRS, Porto Alegre, 2010.

RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. *Castilhismo: uma filosofia da República – atualidade da doutrina de Júlio de Castilhos, no centenário da sua morte*. IN: AXT, Gunter; SEELIG, Ricardo; GEDOZ, Sirlei; BARROS FILHO, Omar; MENEGHETTI, Sylvia. *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

_____. *François Guizot e a sua influência no Brasil*. In: *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, vol. 45, no. 536, novembro de 1990: pg.41-60].

_____. *O castilhismo e as outras ideologias*. IN: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coord.); RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (dir.) *República*

Velha (1889-1930). Passo Fundo: Méritos, (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul) 2007

ROMERO, Silvio. *Notas sobre ensino público*. IN: *Ensaio de Sociologia e Literatura*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901.

ROSSATO, Luciana. *Imagens construídas: imaginário político e discurso federalista no Rio Grande do Sul (1889-1896)*. Dissertação. Florianópolis: UFSC, 1999.

ROSSINI, Mirian de Souza. *O jornal A Federação e seu papel político*. IN: AXT, Gunter... [et al]. *Julio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. (Coleção Sujeito & Perspectiva).

ROUILLÉ, André. *Funções do documento*. In: ROUILLÉ, André. *A fotografia entre documento e arte contemporânea*. São Paulo: SENAC, 2009, p. 97- 135

ROY, F.; SAINT-Pierre, J. *A alta redação dos jornais de Quebec*. IN: HEINZ, F.. *Por uma outra história das elites*. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2006.

RÜDIGER, Francisco. *Tendências do Jornalismo*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

_____. *Cotidiano, mídia e indústria cultural: modernidade e tradicionalismo, dos anos 1930 à atualidade*. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coord.); GERTZ, René (dir.). *República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul) v.4.

SANTO, Miguel Frederico do Espírito. *Esboço biográfico de Júlio de Castilhos*. IN: AXT, Gunter; SEELIG, Ricardo; GEDOZ, Sirlei; BARROS FILHO, Omar; MENEGHETTI, Sylvia. *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

SAVIANI, Dermeval. *A política educacional no Brasil*. IN: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C (org.) *Histórias e memórias da Educação no Brasil*. V.III – Século XX. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. *Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro*. *Revista de Educação*, v.14, n.40. jan/abr. 2009.

SCHIRMER, Lauro. *Flores da Cunha de corpo inteiro*. Ed. RBS Publicações, 2007

SCHNEIDER, Regina. *A instrução pública no Rio Grande do Sul – 1770-1889*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS/EST Edições, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

SEYFERTH, Giralda. *A assimilação dos imigrantes como questão nacional*. *Mana*. Vol.3. Rio de Janeiro, abril de 1997.

_____. *Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro*. *Mana*. Vol. 5, n.º 2. Rio de Janeiro, out. de 1999.

SHUMAER, Shuma; BRAZIL, Érico. *Dicionário de Mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

SILVA, Raquel Padilha da. *A educação no ensino público e privado em princípios do século XX: 1900-1928*. Dissertação. Porto Alegre: PUC, 2003.

SILVA, Jandira; CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. *Breve histórico da imprensa rio-grandense*. Porto Alegre: CORAG, 1986.

SILVEIRA, Éder. *A cura da raça: eugenia e higienismo no discurso médico sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2005.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: investigação sobre a sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (1ª ed. 1776).

SPALDING, Walter. *A grande mestra*. Porto Alegre: Edição Sulina, 1953.

STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. *História, memória e história da educação*. IN: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C (org.) *Histórias e memórias da Educação no Brasil*. V.III – Século XX. Petrópolis: Vozes, 2005, p.416-429.

TAMBARA, Elomar. *Positivismo em educação: a educação no Rio Grande do Sul sob o castilhismo*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 1995.

_____. *Profissionalização, escola normal, e feminilização : Magistério sul-rio-grandense de instrução pública no século XIX*. Revista: História da Educação. Pelotas: ASPHE/FAE/UFPEL, 1998.

_____. *Escolas formadoras de professores de séries iniciais no RS: notas introdutórias*. IN:TAMBARA, Elomar; CORSETTI, Berenice (org). *Instituições formadoras de professores no Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editora da Universidade/UFPEL,v.1, 2008.

_____; ARRIADA, Eduardo (orgs.). *A instrução pública no Brasil pelo Conselheiro Doutor José Liberato Barroso (1867)*. Pelotas: Seiva, 2005 (Série Filosofia e História da Educação).

_____; Quadros, Claudemir; Bastos, Maria Helena Camara. *A Educação (1930-1980)*. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coord.); GERTZ, René (dir.). *República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul) v.4, p. 315-334.

TANURI, Leonor Maria. *História da formação de professores*. Revista Brasileira de Educação. Mai/jun/jul/ago 2000, n.14.

TAVARES, Joaquim da Silva. *Mensagem do presidente à Assembleia de Representantes*. Porto Alegre, 08/12/1888. Disponível no sítio: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/PesquisasHistóricas>

TEIXEIRA, Anísio. *A educação e a crise brasileira*. São Paulo: Cia Editora Nacional.

TELLES, Leandro. *Friedrich Bieri – professor evangélico e pioneiro do Espiritismo no Rio Grande do Sul*. 2º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. São Leopoldo, setembro de 1976.

TRINDADE, Héglio; NOLL, Maria Izabel. *Os 170 anos do Parlamento Gaúcho (1890-1937)*. Porto Alegre: Corag, 2005.

VARGAS, Getúlio. *Mensagem à Assembléa dos Representantes*. Porto Alegre, 1929.

VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. *História da profissão docente no Brasil: representações em disputa*. São Paulo: Cortez, 2009.

VIDAL, Diana; ABDALA, Raquel. *A fotografia como fonte para História da Educação: questões teórico-metodológicas para pesquisa*. IN: Revista do Centro de Educação. UFSM. Vol. 30, n.2, 2005.

VILLELA, Heloisa. *A primeira Escola Normal do Brasil*. IN: NUNES, Clarice (org.). *O passado sempre presente*. São Paulo: Cortez, 1992.

VIÑAO FRAGO, A. *Las culturas escolares*. In: VIÑAO FRAGO, A. *Sistemas educativos, culturas escolares y reformas*. Madrid: Morata, 2002.

WEBER, Beatriz T. *Positivismo e ciência médica no Rio Grande do Sul: a Faculdade de Medicina de Porto Alegre*. História, Ciências e Saúde – Manguinhos V. 3, nov. 1998, fev. 1999, p. 583-601.

WERLE, Flávia Obino. *Modernizando os cursos de formação de professores: disciplinarização da Pedagogia e deslocamento da prática*. IN: FERREIRA, Naura (org.). *Formação Continuada e Gestão da Educação*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Práticas de gestão e feminização do magistério*. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 126, p.609-634, set./dez. 2005.

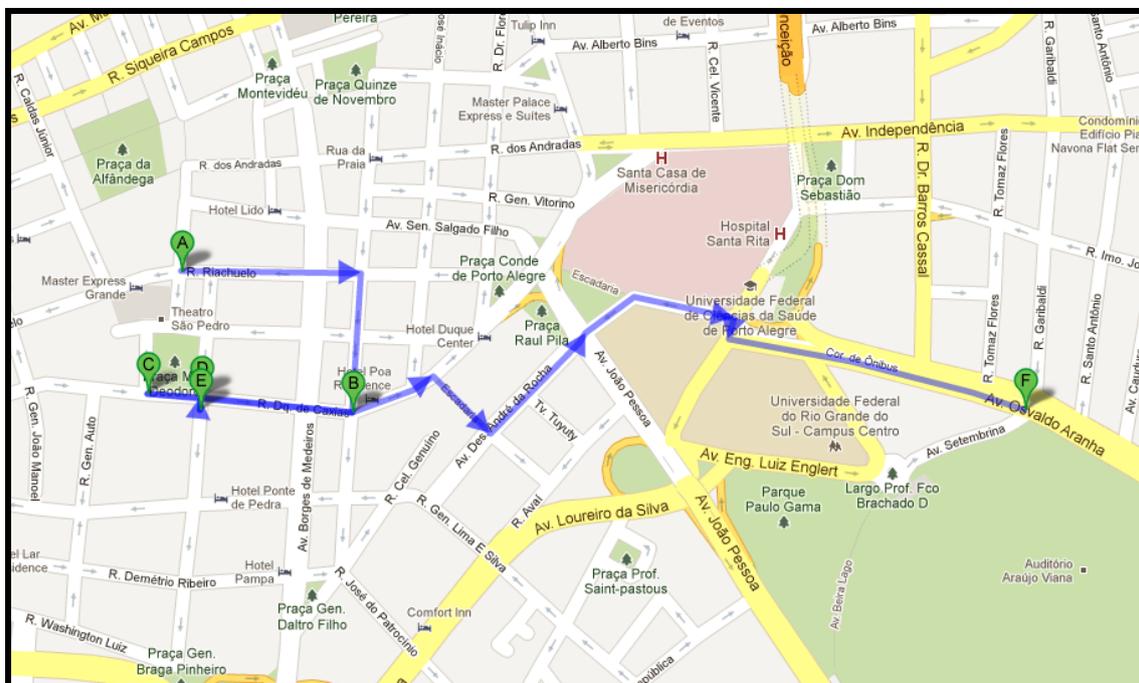
_____. *Escola Normal no Rio Grande do Sul, século XIX*. In: Araújo, José Carlos; Freitas, Anamaria; Lopes, Antonio de Pádua (org.). *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

_____. *Políticas de instrução pública no século XIX como eco de experiências internacionais*. Educação, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 173-181, maio/ago. 2008

ZILBERMAN, R. *No Começo, A Leitura*. Em Aberto, Brasília, ano 16, n.69, jan./mar. 1996.

ZEQUEIRA, Maria del Carmen Barcia. *Eva Canel, uma mulher de paradoxo*. Revista de Estudos Americanos. Vol. LVIII, 1, 2001, p. 227-238.

Anexo I: Mapa do Centro de Porto Alegre com indicação da localização dos prédios da Escola Normal²¹⁰.



Legenda:

A – Localização do prédio do Liceu D. Afonso onde funcionava inicialmente a Escola Normal, na Rua Riachuelo esquina General Câmara. Neste local tem a Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul (2013).

B – Localização do prédio do Ateneu Riograndense na rua Duque de Caxias esquina Marechal Floriano Peixoto, onde funcionava também a Escola Normal. Neste local tem localizado o Colégio Seigné (2013).

C – Localização do prédio construído para Escola Complementar. No prédio ainda existente funciona a Casa Civil (2013).

D – Palácio Piratini

E – Catedral Metropolitana

F – Localização do Prédio da Escola Normal General Flores da Cunha, onde permanece até hoje o Instituto de Educação General Flores da Cunha (2013).

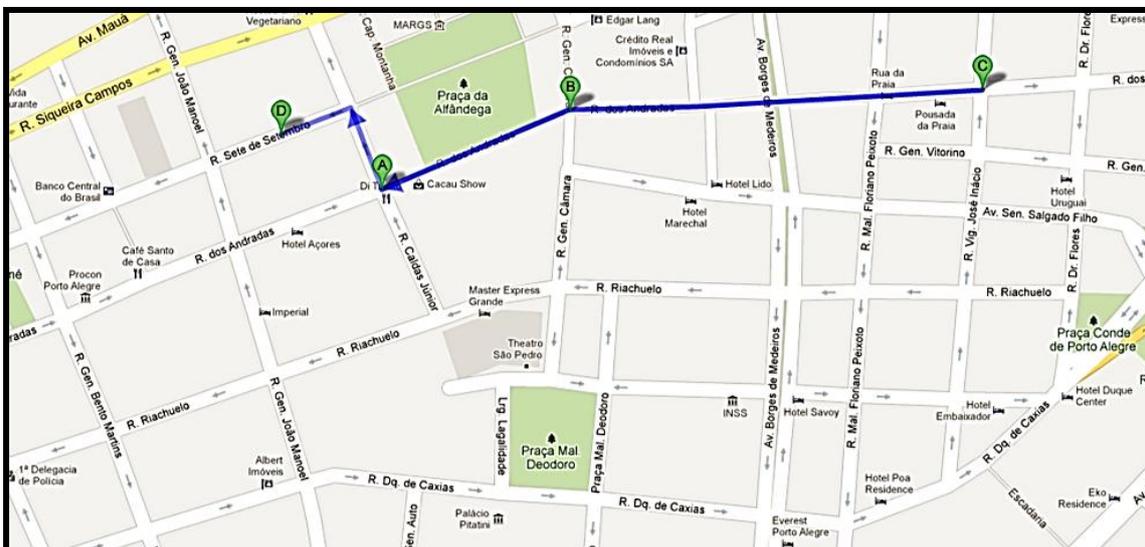
²¹⁰ Mapa recortado do sítio: <https://maps.google.com.br/>

Anexo II: Quadro 1 - Diretores da Escola Normal ao Instituto de Educação General Flores da Cunha²¹¹

Diretores	Período	Partido político
Pe. Joaquim Cacique de Barros	05/04/1869 – 17/04/1873	Partido Conservador
Dr. Fausto de Freitas e Castro	17/04/1873 – 01/07/1875	Partido Conservador
Dr. Francisco de Paula Soares	01/07/1875 – 05/07/1876	Partido Liberal
Pe. Joaquim Cacique de Barros	15/07/1876 – 11/04/1877	Partido Conservador
Dr. Francisco de Paula Soares	11/04/1877 – abril de 1879	Partido Liberal
Prof. Manoel de Araújo Castro Ramalho	Abril de 1879 – 05/07/1880	Partido Conservador
Dr. Fernando Abbott	05/07/1880 - 07/02/1881	Partido Liberal
Eng. Adriano Nunes Ribeiro	07/02/1881 - 05/07/1882	Partido Liberal
Dr. Graciano Alves de Azambuja	05/07/1882 (interino)	Partido Conservador
Prof. Demétrio Nunes Ribeiro	Vice-diretor designado em 27/05/1881 – 14/09/1882	idéias republicanas e a partir de 1884 passa integrar PRR
Prof. Saturnino Epaminondas de Arruda	09/05/1883 – 06/1883	Partido Conservador
Prof. José Theodoro de Souza Lobo	Diretor interino várias vezes	Partido Liberal
Prof. João Pedro Henrique Duplan	Diretor interino em 1885	Sem partido político
Eng. Adriano Nunes Ribeiro	06/06/1883 – 26/09/1885	Partido Liberal
Prof. Alfredo Clemente Pinto	26/09/1886 – 25/06/1889	Partido Conservador
Adriano Nunes Ribeiro	25/05/1889 – 16/11/1889	Partido Liberal
Paulo Emílio Loureiro de Andrade	16/11/1889 – 1890...	
Manuel Pacheco Prates	1901-1906	PRR
Prof. Alfredo Clemente Pinto	1906 – 1918	PRR
Dr. Alcides Flores Soares	1920 – 1926	PRR
Dr. Emilio Kemp Laubeck Filho	1927 – 1935	PRR
Prof ^a . Florinda Tubino Sampaio	1936 – 1946	Durante o Estado Novo a direção tinha que estar ligada as idéias do governo federal.

²¹¹ Quadro elaborado através da pesquisa de Valdeci Noemi Souza Bezerra e consulta a SCHNEIDER, Regina. *A instrução pública no Rio Grande do Sul – 1770-1889*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS/EST Edições, 1993 e KRAEMER NETO. *Nos tempos da velha Escola*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1969.

Anexo III: Mapa do centro de Porto Alegre com as ruas onde se localizavam as redações dos jornais *A Reforma*, *O Conservador* e *A Federação*²¹².



Legenda:

A – Rua dos Andradas

B – General Câmara

C – Rua Vigário José Inácio

D – Rua Sete de Setembro

²¹² Mapa recortado do sítio: <http://maps.google.com.br/>

Anexo IV: Quadro 1: Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul durante o II Reinado²¹³

Período	Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul durante o II Reinado
4/07/1868-1º/08/1868	Sr. Marechal de Campo Guilherme Xavier de Souza
1º/08/1868-16/09/1868	Dr. Israel Rodrigues Barcellos
16/09/1868-20/05/1868	Dr. Antonio da Costa Pinto da Silva
20/05/1868-14/06/1869	Dr. Israel Rodrigues Barcellos
14/06/1869-29/08/1870	Dr. João Sertório
29/08/1870-04/11/1870	Dr. João Capistrano de Miranda e Castro
04/11/1870-24/05/1871	Francisco Xavier Pinto Lima
24/05/1871-12/09/1871	Coronel João Simões Lopes
12/09/1871-20/10/1871	Dr. João Dias de Castro
20/10/1871-11/07/1872	Jerônimo Martiniano Figueira de Mello
11/07/1872-1º/12/1872	Dr. José Fernandes da Costa Pereira Junior
1º/12/1872-11/03/1875	João Pedro Carvalho de Moraes
11/03/1875-05/04/1876	Dr. José Antonio de Azevedo Castro
05/04/1876-05/02/1877	Tristão de Alencar Araripe
05/02/1877-21/05/1877	Dr. João Dias de Castro
21/05/1877-10/02/1878	Desembargador Francisco de Faria Lemos
10/02/1878-12/03/1878	Dr. João Chaves Campello
12/03/1878-26/01/1879	Dr. Américo de Moura Marcondes de Andrade
26/01/1879-19/07/1879	Dr. Felisberto Pereira da Silva
19/07/1879-15/04/1880	Dr. Carlos Thompson Flores
15/04/1880-19/04/1880	Dr. Antonio Correa de Oliveira
19/04/1880-04/03/1881	Dr. Henrique d'Ávila
04/03/1881-19/05/1881	Dr. Joaquim Pedro Soares
19/05/1881-14/01/1882	Dr. Francisco de Carvalho Soares Branco
14/01/1882-27/02/1882	Dr. Joaquim Pedro Soares
27/02/1882-09/09/1882	Dr. Leandro de Godoy Vasconcelos
09/09/1882-28/08/1882	Dr. Leopoldo Antunes Maciel
28/08/1882-01/06/1883	Sr. Conselheiro José Antonio de Souza Lima
01/06/1883-16/07/1883	Menandro Rodrigues Fontes
16/07/1883-19/09/1885	José Júlio de Albuquerque Barros, barão de Sobral
19/09/1885-28/10/1885	Miguel Rodrigues Barcelos, barão de Itapitocaí
28/10/1885-08/05/1886	Henrique Pereira de Lucena, (conservador)
08/05/1886-09/11/1886	Manuel Deodoro da Fonseca
09/11/1886-31/12/1886	Miguel Calmon du Pin e Almeida
31/12/1886-25/01/1887	Fausto de Freitas e Castro
25/01/1887-25/04/1887	Bento Luís de Oliveira Lisboa
25/04/1887-27/10/1887	Rodrigo de Azambuja Vilanova
27/10/1887-27/01/1888	Joaquim Jacinto de Mendonça
27/01/1888-09/08/1888	Rodrigo de Azambuja Vilanova
09/08/1888-08/12/1888	Joaquim da Silva Tavares, barão de Santa Tecla
08/12/1888-25/06/1889	Joaquim Galdino Pimentel
25/06/1889-08/07/1889	Antônio Ferreira Prestes Guimarães
08/07/1889-24/07/1889	João de Freitas Leitão
24/07/1889 – 15/11/1889	Gaspar Silveira Martins
15/11/1889 – 07/1889	Justo de Azambuja Rangel

²¹³ Quadro elaborado a partir de consulta a obra: PICCOLO, Helga. A política Rio-Grandense no II Império (1868-1882). Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 1974.

Quadro 2: Presidentes do Rio Grande do Sul durante a Primeira República²¹⁴

Período	Presidentes do Rio Grande do Sul durante a Primeira República
16/11/1889- 11/02/1890	Marechal José Antonio Correa da Câmara, o Visconde de Pelotas
11/02/1890 – 06/05/1890	General Júlio Anacleto Falcão da Frota 1º vice-presidente: Júlio de Castilhos 2º vice-presidente: Antão de Faria
06/05/1890 – 13/05/1890	O General Cândido Costa foi nomeado, mas na sua ausência assumiu Dr. Francisco Silva Tavares
24/05/1890 – 16/03/1891	General Cândido Costa 1º vice-presidente: Júlio de Castilhos 2º vice-presidente: Fernando Abbott
16/03/1891 - 15/07/1891	Fernando Abbott
15/07/1891 -13/11/1891	Júlio de Castilhos
13/11/1891- 08/06/1892	Presidente provisório: General Domingos Barreto Leite Junta governativa: General Rocha Osório, Barros Cassal e Assis Brasil
08/06/1892 – 17/06/1892	Visconde de Pelotas
17/06/1892 -17/06/1892 17/06/1892 – 27/09/1892 17/06/1892- 04/07/1892	Governo em Porto Alegre- Júlio de Castilhos renunciou em nome de Vitorino Ribeiro Carneiro Monteiro Governo em Bagé: Visconde de Pelotas nomeou Silva Tavares.
27/09/1892 – 25/01/1893	Fernando Abbott
25/01/1893- 25/01/1898	Júlio de Castilhos
25/01/1898 – 10/1907	Antonio Augusto Borges de Medeiros
1907 -1913	Carlos Barbosa Gonçalves
1913 – 1915	Antonio Augusto Borges de Medeiros
1915-1916	General Salvador Aires Pinheiro Machado
1916-1918	Antonio Augusto Borges de Medeiros
1918-1919	Antonio Augusto Borges de Medeiros
1919	Protásio Alves
1919-1923	Antonio Augusto Borges de Medeiros
1923-1928	Antonio Augusto Borges de Medeiros
1928 – 1930	Getúlio Vargas
1930	Oswaldo Euclides de Sousa Aranha
1930 – 1935	General José Antonio Flores da Cunha
1935-1937	General José Antonio Flores da Cunha

²¹⁴ Quadro elaborado a partir de consulta as obras: BAKOS, Margaret. Porto Alegre e seus eternos intendentes. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996; FRANCO, Sérgio da Costa. Júlio de Castilhos e sua época. Porto Alegre: Editora da UFRGS, MEC/SESu/PROEDI, 1988; MÜLLER, Carlos. História Econômica do Rio Grande do Sul. Banrisul: 70 anos (1928-1998). Porto Alegre: Editora Grande Sul, 1998.